

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

O POSITIVISMO CASTILHISTA E O EXÉRCITO:
IDENTIDADE E CONTRADIÇÃO

FLAVIO EDUARDO SILVEIRA

Prof. Orientador: Susana Arrosa Soares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia com vistas a obtenção do Grau de Mestre.

PORTO ALEGRE, julho de 1989

UFRGS

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

AGRADECIMENTOS

Este trabalho corresponde a minha dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para realizar o curso e elaborar esta dissertação recebi uma bolsa de estudos da CAPES. Também recebi uma bolsa do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) para realizar parte da investigação, cujos resultados foram condensados em um trabalho preliminar intitulado "Os Militares e a Política no Rio Grande do Sul".

O projeto de pesquisa e versões preliminares do texto circularam entre os meus colegas de Mestrado e alguns professores da Universidade, que contribuíram com suas críticas e sugestões. Sou grato a todos, especialmente à Professora Sandra Jatahy Pesavento pelo interesse em comentar e em discutir os textos parciais produzidos. Entre outras contribuições importantes, devo também mencionar o debate realizado nas reuniões do Grupo de Trabalho "Forças Armadas, Estado e Sociedade" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). E não poderia deixar de manifestar minha gratidão especial à Professora Maria Susana Arrosa Soares, minha orientadora, por toda sua colaboração no

acompanhamento do desenrolar do estudo.

O trabalho de investigação documental e de levantamento de dados foi realizado com o auxílio de Walter F.F. de Souza, Tania Maria Azambuja Reis, Denise Gomes Simanke, Rosangela Amaral de Almeida e Maria da Glória Kopp. A revisão do texto final foi cuidadosamente realizada por Lavínia Franco. O trabalho de datilografia foi feito por Lourdes Zanetti. Agradeço a todos e, também aos funcionários das instituições pesquisadas (relação das instituições na nota sobre fontes) que colaboraram com seu esforço na localização do material documental. Destaco, ainda, a valiosa contribuição dos entrevistados que, com muita atenção, dispuseram do seu tempo e prestaram importantes depoimentos. Por fim, sou grato a todos, não anteriormente mencionados, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VI
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - MILITARES E POLÍTICA: TEORIA E METODOLOGIA....	07
Notas	38
CAPÍTULO 2 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A FORMAÇÃO MILI- TARIZADA DO RIO GRANDE DO SUL	44
1 - Origem da Sociedade Gaúcha: Guerras e Sociedade Guerreira	45
2 - Estrutura Social e Política Local	62
3 - Classes Dominantes e Forças Militares no Rio Grande do Sul	79
a) As Classes Dominantes Locais	79
b) As Forças Militares no Rio Grande do Sul	100
Notas	120
CAPÍTULO 3 - PROJETO REGIONAL POSITIVISTA CASTILHISTA....	127
1 - Emergência do Projeto Positivista no Rio Grande do Sul	128
2 - Caráter da "República Positivista"	158

3 - Crise do Projeto Regional	205
Notas	222
CAPÍTULO 4 - POSITIVISMO CASTILHISTA E EXÉRCITO	231
1 - Identidade e Contradição	232
a) Uma relação paradoxal	232
b) O pensamento de Gões Monteiro	253
2 - Projeto Regional Positivista Castilhis- ta e Projeto Nacional do Estado Novo	274
Notas	302
CONCLUSÃO	312
FONTES	321
BIBLIOGRAFIA	325

LISTA DE QUADROS

- QUADRO I - PRINCIPAIS CONFRONTOS ARMADOS NA REGIÃO
MERIDIONAL DO BRASIL (1628-1895) 59
- QUADRO II - EFETIVOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1848-
1889)111
- QUADRO III - EFETIVO REAL DO CORPO POLICIAL DA PRO-
VÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
(1841-1889)114
- QUADRO IV - DESPESAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO
RIO GRANDE DO SUL COM O CORPO POLICIAL
(1847-1888)115
- QUADRO V - RELAÇÃO DOS GENERAIS DO EXÉRCITO BRASI-
LEIRO (1822/1889) COM A PROVÍNCIA DE
SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL119
- QUADRO VI - EFETIVOS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE
DO SUL (1889/1930)177

VII

QUADRO VII - DESPESA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COM A BRIGADA MILITAR (1890/1930) 178

QUADRO VIII - EFETIVOS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRAN-
DE DO SUL (1930/1960) 248

INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho nasceu de algumas reflexões sobre a relevância do Rio Grande do Sul enquanto espaço político-geográfico privilegiado para a investigação do comportamento político dos militares. A partir de uma primeira e rápida observação, havíamos identificado a importância do Rio Grande do Sul tendo em vista a formação militarizada da sociedade local, o largo contingente militar existente na região durante toda a sua história e a grande quantidade de quadros militares dela oriundos que exerceram funções de comando nas Forças Armadas e de direção no poder de Estado.

Examinando mais atentamente a problemática militar no Rio Grande do Sul, deparamo-nos com novas questões que reafirmavam a fecundidade de uma investigação neste terreno. Observamos que as forças militares da região apresentavam certos traços particulares que as distinguiam no quadro nacional. Especialmente, chamava nossa atenção a marcante diferenciação política e ideológica entre os quadros militares e o fato dos dirigentes militares gaúchos terem assumido, em vários momentos da história, posturas politicamente autônomas em relação à cúpula militar nacional.

O intento de explicar a origem desta autonomia e desta diferenciação conduziu-nos à questão do entrelaçamento social e político entre militares e classes dominantes no Rio Grande do Sul. Percebemos que a autonomia manifesta na ação de alguns comandantes militares não poderia ser explicada sem que levássemos em conta as estreitas ligações entre estes militares e uma classe dominante regional politicamente autônoma como a gaúcha. Do mesmo modo, as diferenciações político-ideológicas estariam relacionadas aos distintos projetos em torno dos quais se dividiam as classes dominantes locais. Tais problemas remetiam a uma investigação mais profunda da formação militarizada da sociedade gaúcha e da tradição política e cultural daí decorrente de valorização do modo de pensar militar.

Por outro lado, o desígnio de explicar o processo mediante o qual tais características particulares haviam deixado progressivamente de existir a partir de 1930 levou-nos ao exame de outro processo: o de centralização e coesionamento político e ideológico da corporação militar. Interessava-nos saber como este processo de centralização se impusera e eliminara certos obstáculos como a autonomia regional, as divisões político-ideológicas e os fortes vínculos entre militares e classes dominantes sulinas.

Através do exame da bibliografia, observamos que tais questões não haviam sido trabalhadas. Encontramos alguns elementos tópicos sobre o assunto em estudos regionais, em anã-

lises sobre o comportamento político dos militares no país e em trabalhos historiográficos e autobiográficos. Mas o terreno de investigação sobre esse tema encontrava-se praticamente inexplorado.

Nosso trabalho de investigação foi realizado através de pesquisa documental e de entrevistas. Levantamos dados em documentos de instituições militares (Brigada Militar, III Exército, 3ª Região Militar, Colégio Militar), em revistas e publicações das mesmas, em documentos de acervos de particulares, em documentos historiográficos (Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado, etc.), em reportagens jornalísticas ("A Federação", "Correio do Povo", etc.) e colhemos depoimentos de militares e ex-militares.

Com o desenvolvimento da pesquisa e da reflexão sobre o tema, fomos definindo o objeto de investigação e os problemas centrais que, de início, não possuíam contornos muito precisos. Chegamos à conclusão de que a relação entre os militares e o projeto político positivista implantado no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do período republicano constituía o ponto de articulação das principais questões que nos preocupavam. As diferenciações político-ideológicas entre as classes dominantes regionais e os militares a elas vinculados adquiriram maior intensidade e nitidez com a polarização entre liberais e castilhistas verificada com o advento da "re-

pública positivista". A autonomia política regional foi valorizada pelos governos castilhistas como em nenhuma outra administração anterior. O projeto positivista-castilhista havia conseguido de maneira inédita, soldar militares a setores das classes dominantes locais, uma vez que seus princípios políticos, éticos e morais ajustavam-se ao modo de pensar militar.

O exame da relação dos militares com o projeto positivista-castilhista também é fundamental para a compreensão do processo de eliminação da autonomia regional, dos fortes vínculos entre militares e classes dominantes gaúchas e do processo de centralização e coesamento político e ideológico da corporação militar. Neste sentido, as questões que nos preocupavam no início, agregadas a outras que surgiram com o desenvolvimento da reflexão, foram englobadas nos seguintes problemas centrais: Qual a origem da identidade dos militares com o projeto positivista gaúcho? Quais as razões das contradições entre o projeto positivista-castilhista e o projeto da corporação militar? Para responder estas questões analisamos as condições que tornaram possível a emergência do projeto positivista-castilhista no Rio Grande do Sul; as características deste projeto; o processo mediante o qual ele surgiu, se desenvolveu e se esgotou; as razões da identidade dos militares com tal projeto; a relação contraditória entre Exército e positivismo castilhista e sua influência no quadro político nacional posterior.

A exposição dos resultados de nossa análise foi realizada através de quatro capítulos. No primeiro, traçamos um quadro de produção intelectual sobre o Exército e a política no Brasil, reconstituindo o debate teórico-metodológico ocorrido nas últimas décadas. Procuramos situar nosso trabalho dentro deste quadro e neste debate, destacando as preocupações quanto à teoria e ao método que orientaram nossa pesquisa. No segundo capítulo, examinamos as características do processo de formação da sociedade gaúcha nos períodos colonial e imperial. Precisamente, ativemo-nos à cadeia de guerras que marcou a origem da sociedade gaúcha e ao processo de militarização da sua estrutura social e política, descrevendo o perfil das suas classes dominantes, as características das suas forças militares e o entrelaçamento social e político existente entre elas. Através desse exame, buscamos reconstruir o quadro histórico no qual surgiu o projeto positivista riograndense.

No terceiro capítulo, realizamos a análise do projeto político positivista implantado no início do período republicano a partir da vitória militar da fração "castilhista" das classes dominantes gaúchas sobre a fração "liberal", tradicionalmente hegemônica. Examinamos as características do regime estabelecido a partir deste projeto: um regime autoritário, centralizado, ditatorial, militarizado, de orientação paternalista e intervencionista; e, ao mesmo tempo, progressista e conservador, preocupado em criar condições para o de-

envolvimento econômico e em manter a ordem estabelecida. Des-
tarte, analisamos o processo de surgimento, de consolidação
e de esgotamento da "República positivista gaúcha".

Finalmente, no quarto capítulo, investigamos a relação
contraditória existente entre o Exército e o projeto positi-
vista castilhista, procurando demonstrar os seus traços de
identidade com o projeto do Estado Novo, destacando a consi-
derável influência exercida pelo positivismo castilhista na
história política do país.

CAPÍTULO 1

MILITARES E POLÍTICA: TEORIA E METODOLOGIA

Os militares tornam-se "tema" de investigação nas Ciências Sociais, no Brasil, a partir do crescimento da relevância de sua intervenção na política. Há, no entanto, um certo descompasso nesta relação entre a relevância do "tema" e o interesse em investigá-lo: muito tardiamente este tema passa a ocupar um lugar, ainda que modesto, na produção intelectual brasileira.

Desde a instauração da República, e no decorrer das décadas seguintes, a participação dos militares na política vinha assumindo crescente importância e as instituições militares vinham se fortalecendo material, organizativa e politicamente. Na década de 20, irrompem os movimentos tenentistas; em 1930, setores militares participam da Revolução e, em 1937, a cúpula militar passa a desempenhar um papel chave no centro do poder de Estado através do regime estado-novista (1937-1945). No entanto a produção de estudos sobre o assunto mantinha-se muito restrita quantitativa e qualitativamente. Os poucos trabalhos produzidos até o final dos anos 50 eram, no geral, obras historiográficas, biográficas ou autobiográficas, que focalizavam a participação das organizações militares (ou dos seus comandantes) em guerras ou em eventos políticos, reconstituíam a evolução da estrutura organizativa das instituições armadas

ou remontavam à história de movimentos militares, especialmente do movimento "tenentista"¹.

Este quadro somente se altera no período pós-64, quando a importância da intervenção dos militares na política se torna uma realidade inquestionável. Pela primeira vez na história se estabelece um duradouro regime ditatorial militar, sem a provisoriedade dos primeiros governos militares da República, sem a imagem de movimento progressista, nacionalista e popular, tal como o "tenentismo" possuía, e sem a capa de governo civil, que protegia a instituição militar do ônus do comando do poder ditatorial no período do Estado Novo. Como em nenhum outro período anterior, é exatamente durante o regime militar instaurado em 1964 que as Forças Armadas alcançam o ápice do processo de fortalecimento da instituição, o mais alto grau de centralização e de coesão político e ideológico entre seus membros e o mais alto grau de autonomia política e de expansão de suas funções e de seu poder na estrutura do aparelho de Estado. Isto ocorre num contexto chamado por alguns autores de "militarização do Estado na América Latina": processos semelhantes de estabelecimento de regimes militares e de crescimento do "poder militar" ocorrem neste mesmo período em vários países latino-americanos. Todo este quadro passa a atrair a atenção dos analistas.

A produção de trabalhos sobre a problemática militar, que vinha até então sendo realizada de forma ocasional através de iniciativas isoladas e limitadas, toma, assim, um grande im-

pulso. Identificando o "contraste entre a forte presença dos militares na política e a sua fraca presença na teoria política"² e constatando que "o Exército tem permanecido no limbo da imaginação — ou falta de imaginação — sociológica"³, vários autores voltaram-se ao exame do tema e elaboraram inúmeras obras consistentes, fartamente documentadas e bem construídas analiticamente, como as de José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré, Alfred Stepan, Eliézer Rizzo de Oliveira, René Armand Dreifuss, Alain Rouquié, Heloisa Rodrigues Fernandes, entre outros.

As investigações realizadas cobrem diversos temas que podem ser divididos, grosso modo, em seis áreas temáticas:

1) O tenentismo — o famoso e curioso fenômeno "tenentista" manteve-se como objeto de estudo e reflexão. Continuaram a ser produzidos trabalhos de documentação importantes, municiados de farto material de dados e testemunhos, como os de Hélio Silva, "1922 - Sangue na areia de Copacabana" (publicado em 1964), "1926 - A grande marcha" (1965) e "1931 - Os tenentes no poder" (1966)⁴; o de Edgar Carone, "O Tenentismo" (1975)⁵; e o de Neill Macaulay, "A Coluna Prestes" (1977)⁶.

O debate sobre o "sentido do tenentismo", iniciado em 1933 por Virgílio Santa Rosa⁷, foi retomado à luz dos novos acontecimentos. Alguns autores, como Nelson Werneck Sodré em "A Coluna Prestes" (1967)⁸ e Octávio Malta em "Os Tenentes na

Revolução Brasileira" (1969)⁹, ainda sustentam as principais teses de Santa Rosa, identificando os movimentos tenentistas como expressão política da pequena-burguesia, vanguarda da luta contra o domínio exercido pelos latifundiários e seus aliados imperialistas, em defesa de um desenvolvimento capitalista autônomo e da democratização política do país. Nesta perspectiva, os militares assumiram, nos movimentos tenentistas, assim como anteriormente na instauração da República, uma orientação democrática e progressista, em consonância com os anseios da classe pequeno-burguesa de onde majoritariamente provinham.

Questionamentos a esta visão, que durante muitos anos predominou entre a intelectualidade brasileira, adquirem corpo sob o impacto das evidências da realidade do regime militar estabelecido em 1964: insofismavelmente, os militares assumiram, enquanto corporação, um comportamento político autoritário e conservador. A origem de classe dos membros das Forças Armadas teria sido alterada? Como explicar, então, a mudança do sentido anteriormente atribuído à ação política dos militares?

Um processo de revisão crítica desta visão foi impulsionado por excelentes trabalhos como o de Boris Fausto, *"A Revolução de 1930"* (1970)¹⁰; os de Décio Saes, *"O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira"* (1973) e *"Classe Média e Sistema Político no Brasil"* (1984)¹¹; e o de Maria Cecília Forjaz, *"Tenentismo e Política"* (1977)¹². Estes autores consideram limitadas as explicações anteriores, em

primeiro lugar, porque estão centradas nos vínculos de classe dos militares e, em segundo, porque atribuem um significado historicamente insustentável aos interesses da pequena burguesia (e, em consequência, aos da oficialidade militar). Ao expressar politicamente as camadas médias urbanas, a ação dos tenentes foi marcada não por uma orientação de vanguarda progressista como até então se pensava, mas pelas ambigüidades e pelas limitações ideológicas liberais reformistas típicas de nossas camadas médias, subordinadas econômica, social e ideologicamente às oligarquias dominantes.

Além de redefinirem o conteúdo político-ideológico da relação entre militares e classes médias, os trabalhos buscam outros elementos para o entendimento do "sentido" dos movimentos tenentistas. As novas interpretações valorizam o papel dos tenentes enquanto militares, enquanto membros de uma organização dotada de corpo doutrinário e funcionamento próprios e encarregada institucionalmente de assegurar a soberania do Estado. A definição funcional do agrupamento militar torna-se relevante na medida em que o leva a construir uma auto-imagem de representante da nação. Pela lógica do pensamento militar, a luta em defesa dos interesses da nação e contra seus inimigos assume rapidamente a forma de combate armado. A condição funcional e organizacional militar dos tenentes, assim, também é considerada importante para a explicação dos movimentos tenentistas.

2) A centralização das Forças Armadas — marca a abertura

de um novo espaço temático o surgimento de estudos sobre o processo de centralização e de coesimento das Forças Armadas na história republicana. Nesta área, destacam-se os qualificados trabalhos de José Murilo de Carvalho, "*As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*" (1977)¹³, e de Edmundo Campos Coelho, "*Em busca de identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira*" (1976)¹⁴. Em suas análises, os autores põem em relevo aspectos, até então considerados secundários, da própria dinâmica interna da organização militar: sua estrutura material e organizativa (verbas, aparelhamento bélico, número de efetivos, hierarquia, regras disciplinares, etc.), o recrutamento de quadros, a formação técnica e intelectual dos oficiais, o posicionamento político e ideológico de seus quadros mais expressivos, etc.

A partir do exame destes aspectos organizacionais, os trabalhos buscam demonstrar como o Exército brasileiro se transformou de uma organização militar de segunda ordem, sem o monopólio legal da ação armada, pouco qualificada, pouco centralizada e marginalizada do poder político até o final do Império, em uma instituição material e politicamente fortalecida na República, crescentemente centralizada, aparelhada belicamente, coesa política e ideologicamente e com crescente autonomia enquanto corporação.

A análise do processo através do qual as Forças Armadas se especializaram enquanto uma organização complexa, com disciplina, hierarquia, formação doutrinária/profissional e finalida-

des próprias, é considerada fundamental para o entendimento do comportamento político dos militares. Estabelecendo relações entre os elementos organizacionais e o seu contexto ambiental em um exame da história, os autores buscam identificar o "sentido" de tal comportamento político. Murilo de Carvalho entende que os militares cumpriram na República Velha — período ao qual se refere seu estudo — um papel de "poder desestabilizador". Já Campos Coelho assinala a existência pontual de diferentes papéis exercidos pelos militares no decorrer da história republicana (desde uma situação de hibernação política até a busca de uma missão regeneradora do país, desde um apoliticismo profissionalista até a definição da "política do Exército"), de modo a configurar uma "identidade difusa" ou uma identidade "não encontrada".

3) Os regimes militares — A instauração e consolidação do regime militar no Brasil, e, no mesmo período (décadas de 1960/1970), em outros países latino-americanos (Bolívia, Argentina, Uruguai, Chile), impulsionaram o debate e a produção teórica sobre a relação militares/poder político no país e na América-Latina. O crescimento do poder das Forças Armadas, o estabelecimento de duradouros governos militares e as alterações no sentido da militarização da estrutura do Estado nas sociedades brasileira e latino-americanas, tornaram-se objeto de estudo de vários trabalhos consistentes, desenvolvidos sob diferentes perspectivas teóricas. Entre a larga variedade de intentos explicativos, destacam-se algumas interpretações.

O "brasilianist" Alfred Stepan sustenta, em sua famosa obra "Os Militares na Política" (publicada em 1971 nos EUA e em 1975 no Brasil)¹⁵, a conhecida tese do "poder moderador" exercido politicamente pelos militares desde a instauração da República até 1964, tal como o poder anteriormente exercido pelo Imperador. Adotando um comportamento político de acordo com este padrão moderador, os militares colocavam-se acima dos poderes do Estado e intervinham eventualmente como árbitros em situações conflitivas. Contudo, em 1964, emerge um novo padrão de relações entre civis e militares: o papel moderador é substituído por um papel dirigente.

Os militares assumem o comando direto do poder político, fugindo à tradição que até então pautava o seu comportamento, em virtude de uma situação especial e da conjunção de vários fatores: uma profunda crise do governo, visto pelos militares como inoperante, moralmente corrupto, politicamente esquerdistante e socialmente desacreditado; um grande incremento de reivindicações políticas, fator de instabilidade do sistema; uma descrença generalizada nas regras do jogo político; e um significativo crescimento da autoconfiança dos militares. Neste quadro de crise e de instabilidade política, diante da incapacidade das elites civis resolverem seus problemas e conduzirem eficientemente a administração estatal, os militares intervêm para estabelecer a ordem e dirigir o país.

Stepan rejeita a tese huntigtoniana, defendida por Lucian W. Pye e outros autores¹⁶, de que os militares, membros de uma

organização tipicamente moderna e necessariamente vinculada à perspectiva de industrialização, cumprem, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, um papel de "agente de modernização". Embora tenha motivado a ação política dos militares o objetivo de promover o desenvolvimento destes países mal administrados pelas elites civis – argumenta Stepan – os militares são incapazes de solucionar os problemas de desenvolvimento e, tendencialmente, buscarão abandonar a função dirigente e voltar a exercer um papel moderador.

O brilhante ensaio de Quartim de Moraes, "Alfred Stepan e o Mito do Poder Moderador" (1985)¹⁷, analisa rigorosamente as principais hipóteses de Stepan, demonstrando as ambigüidades e incongruências da idéia do "modelo moderador" e a impossibilidade de sustentá-la frente a um exame da realidade histórica. Essa idéia tem sobrevivido, no entender do autor, em virtude de sua "funcionalidade ideológica"; isto é, em virtude de sua função de legitimar um posicionamento político, da cúpula militar e de setores das classes dominantes, que visa resguardar para as Forças Armadas um papel de árbitro, autorizando-a a intervir em situações conflitivas no futuro político do país.

Outros trabalhos produzidos constituem importante referência na linha das alternativas interpretativas. Eliêzer R. de Oliveira em "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil" (1976)¹⁸ redimensiona o significado da intervenção dos militares em 1964, delineando o perfil do pensamento político-ideológico que possibilitou a emergência do movimento po-

lítico-militar nas condições da crise configurada neste período. Para o autor, não se tratava simplesmente de uma incapacidade das elites civis resolverem seus problemas, mas sim de uma crise de hegemonia, produto das crescentes contradições das formas de dominação sob o pacto populista no estágio monopolista e internacionalista do desenvolvimento capitalista.

O projeto populista demonstrava-se incapaz de compatibilizar o atendimento das demandas do movimento popular, crescentemente mobilizado, com a satisfação dos interesses da burguesia associada ao capital internacional, setor hegemônico das classes dominantes. Neste quadro de crise, o comando das Forças Armadas foi capaz de intervir decididamente, na medida em que havia construído uma forte coesão ideológica em torno de um pensamento doutrinário, elaborado na Escola Superior de Guerra, que se ajustava, em seus principais postulados, ao projeto de desenvolvimento de um novo padrão de acumulação capitalista.

Michel Lowy e Eder Sader se valem do conceito gramsciano de "crise de hegemonia", utilizado por Eliézer R. de Oliveira e outros autores para a caracterização da situação brasileira em 1964, para a explicação do processo de "Militarização do Estado na América Latina" (1976)¹⁹. De um modo geral, as sociedades latino-americanas vivem, em virtude de razões estruturais, sob constantes crises políticas, agravadas pelo processo de monopolização e internacionalização do capital. Uma crise de hegemonia aprofunda-se na maior parte do continente

na medida em que novos e velhos setores das classes dominantes, fortemente pressionados pelos movimentos populares, não conseguem unir-se em torno de um projeto político, nem conquistar o consentimento da população. Frente à incapacidade das classes dominantes locais chegarem ao consenso na direção política da sociedade e frente ao elevado grau de explosividade das contradições sociais, os militares, enquanto "categoria social" institucionalmente vinculada ao Estado, enquanto membros de uma organização corporativa, doutrinária e hierarquicamente estruturada e, assim, menos permeável aos efeitos das lutas sociais, acabam cumprindo um papel decisivo, como última garantia do sistema de dominação. A partir do momento em que os militares assumem os postos-chave do governo, desenvolve-se o processo de militarização: as Forças Armadas expandem suas funções na estrutura do aparelho estatal, institucionalizando um elevado grau de "poder militar".

Novos elementos para o entendimento do caráter do movimento de 1964 são introduzidos pela consistente obra de René A. Dreifuss "1964: A Conquista do Estado" (1981)²⁰. O autor demonstra, através de farto material documental, o que até então era suposto ou tido como relação indireta: a existência de vínculos políticos e organizativos entre comandantes militares e setores das classes dominantes no processo de preparação do movimento que instaurou o regime de 1964. Ou seja, não se tratava simplesmente de uma intervenção militar, mas sim de uma ação política que envolveu diretamente, além de militares, empresários, parlamentares e intelectuais, representan-

tes da chamada "elite orgânica" do bloco multinacional e associado emergente, organizada politicamente através do complexo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBDA (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Estes institutos elaboraram planos econômicos e políticos de acordo com os interesses do bloco multinacional e associado e orquestraram um conjunto de ações políticas em diversas frentes (parlamento, meios de comunicação de massa, etc.), buscando desestabilizar o governo João Goulart, mobilizar o empresariado, as classes médias e os oficiais militares e obter a aceitação da opinião pública para uma ação ofensiva extra-legal. Nesta perspectiva, o movimento político-militar de 1964 correspondeu à ação exitosa da "elite orgânica" no sentido da alteração das regras do jogo que viabilizavam o domínio do populismo e da imposição do seu projeto de desenvolvimento capitalista dependente e associado para a sociedade brasileira.

Outras questões importantes para o debate foram levantadas pelo trabalho de Alain Rouquié, "O Estado Militar na América Latina" (1984)²¹. O autor procura evitar os riscos de uma análise abusivamente generalizante, fazendo um estudo comparativo das múltiplas manifestações do fenômeno da "militarização" na história dos países latino-americanos. As identidades que possibilitam a configuração deste fenômeno são traçadas através do exame das diversas realidades nacionais em uma perspectiva histórica. O estudo, assim, remonta ao processo de colonização dos países latino-americanos, de construção dos Estados Nacionais, de formação das Forças Armadas, de fortale-

cimento e de modernização desta instituição e de configuração do "poder militar" nos diferentes países. Ou seja, busca reconstituir o processo de produção histórica das relações que tornaram possível o surgimento do "poder militar" e do fenômeno de "militarização" do Estado latino-americano.

No que respeita particularmente ao comportamento político dos militares no Brasil, Rouquiê também refuta a tese do "poder moderador", com base na argumentação de que este setor nunca teve, no período histórico anterior a 1964, o grau de unidade e coerência política que seria necessário para o exercício de uma função arbitral. De outro lado, considera insuficientes as explicações sobre o movimento de 1964 e outras intervenções militares baseadas no conceito de "crise de hegemonia", uma vez que elas delimitam os marcos do processo na emergência de soluções "bonapartistas", mas não esclarecem porque estas "soluções" assumem a forma de regimes de natureza militar e não a forma de uma ditadura civil. As respostas a esta questão somente podem ser encontradas, segundo o ponto de vista de Rouquiê, no exame da própria organização militar e do aparelho de Estado. Nestas instituições são produzidas as visões políticas que possibilitam, em situações de crise, diversas formas de intervenção militar adequadas à realidade política local.

4) Visões paranorâmicas — Alguns dos trabalhos produzidos não se situam em áreas temáticas muito definidas nem possuem problemáticas muito delimitadas, talvez em virtude de sua

ousada pretensão de traçar um panorama global da intervenção dos militares na história política brasileira. É o caso das obras "História Militar do Brasil" (1965) de Nelson Werneck Sodrê²² e "O Poder Militar" de Hêlio Silva (1984)²³.

O trabalho de Werneck Sodrê examina a atuação política dos militares e a evolução das Forças Armadas desde o período colonial até a instauração do regime militar de 1964. Procura caracterizar a estrutura militar e suas principais funções em cada período histórico, desde as necessidades de assegurar a posse do território e a expansão das áreas ocupadas, no Brasil Colonial, de defender o patrimônio territorial e de garantir o exercício da autoridade central, no Impêrio; até as necessidades, surgidas pós-1930, de assegurar as instituições e a expansão econômica nacional.

Hêlio Silva descreve os principais acontecimentos políticos em que os militares estiveram envolvidos desde a Guerra do Paraguai até o governo militar João Figueiredo. Busca reconstituir o processo através do qual os militares tomaram consciência de sua força e passaram a intervir crescentemente na política, depondo governos e assumindo o poder em diversos momentos e instaurando, em 1964, um longo regime militar.

5) Forças militares específicas — Importantes estudos realizados esquadriham organizações armadas específicas, criadas em determinados períodos históricos. Destaca-se, entre eles, o ótimo trabalho de Heloisa Fernandes, "Política e Segurança"

(1973)²⁴, sobre a força policial-militar de São Paulo desde sua constituição no período imperial até o final da República Velha. A autora traça o perfil da formação social brasileira e, em especial, da realidade regional de São Paulo, para contextualizar o surgimento e o desenvolvimento deste organismo militar específico, buscando, em toda a análise, estabelecer os nexos explicativos entre as alterações histórico-estruturais ocorridas na sociedade e as modificações verificadas no interior desta força policial-militar estadual.

Devem-se também ser mencionados os qualificados trabalhos de Jeane Berrance de Castro sobre a "Guarda Nacional" (1982)²⁵ e de John Schulz, "O Exército e o Império" (1982)²⁶. Enquanto o primeiro analisa as características da curiosa e polêmica "Guarda-Cidadão", que constituía a principal organização militar do Império; o segundo analisa o Exército que neste mesmo período ainda era uma organização militar débil e pouco organizada, a qual não detinha o monopólio da ação armada e disputava com a Guarda Nacional a condição de força armada estatal. Estas duas organizações militares são examinadas desde sua composição social até o papel exercido na política nacional no decorrer do Império.

6) O período pós-64 — Vários trabalhos e artigos têm sido produzidos sobre a atuação política dos militares no período posterior a 1964, especialmente, sobre o comportamento dos militares na recente conjuntura da chamada "transição". Entre eles, podem ser citados os de René A. Dreifuss, "As Forças Ar-

madas e a Política" (1983) e "Nova República. Novo Exército?" (1986); os de Eliézer R. de Oliveira, "Forças Armadas: Pensamento e Ação Política" (1986) e "Aparelho Militar: Papel Tutelar na Nova República" (1986); o de Bernardo Kucinski, "Abertura, a história de uma crise" (1982); o de Hélio Silva, "1964: Vinte anos de golpe militar" (1983); de Hélio Bicudo, "Segurança Nacional ou Submissão" (1984); o de Alfred Stepan, "Os Militares: da Abertura à Nova República" (1984); o de Roberto Armando R. de Aguiar, "O papel constitucional das Forças Armadas" (1986); o de João Quartim de Moraes "A Função das Forças Armadas num Brasil Democrático" (1986); e o de Eliézer R. de Oliveira, Geraldo L. Cavagnari Filho, João Quartim de Moraes e René A. Dreifuss, "As Forças Armadas no Brasil" (1987)²⁷.

A produção intelectual sobre militares e política no Brasil voltou-se para as áreas temáticas acima referidas, neste breve e não exaustivo cadastramento, em virtude da trajetória do debate, da qual nos ocuparemos a seguir. As preocupações temáticas e metodológicas dos analistas reorientaram-se à medida em que algumas das interpretações em questão perderam sua credibilidade e em que novas proposições adquiriram importância no movimento de alteração da realidade. De um lado, surgiram novas leituras sobre realidades que já haviam sido investigadas e, de outro, surgiram novas realidades a serem interpretadas. Devido à sua relevância, certos temas "velhos" mantiveram-se no centro do debate ao lado dos novos temas surgidos.

Não é fortuita a grande concentração de interesse em torno dos movimentos de 1930 e de 1964. O movimento tenentista tornou-se objeto de tantos estudos por ser visto como um elemento constituinte da Revolução de 1930. Não sō porque foi importante a participação militar nesta revolução, mas, principalmente, porque esta revolução foi decisiva na conformação da fisionomia da sociedade brasileira. 1930 simboliza e marca um conjunto de transformações fundamentais: ruptura com as formas de dominação oligárquicas tradicionais, transformação da economia agrária para a economia predominantemente urbano-industrial, centralização política nacional, fortalecimento do poder estatal, reformulação dos padrões culturais, etc. Os analistas queriam explicar qual fora o papel exercido pelos rebeldes tenentes neste processo e quais foram as razões sociais e políticas que os levaram a exercer tal papel. Como os primeiros intentos explicativos foram muito marcados pela idealização do papel dos militares como "heróis", dotados de espírito "democrático", "progressista" ou "revolucionário"; posteriormente, tornou-se necessário desfazer os mitos criados, re- lendo a história sob novas perspectivas.

A importância atribuída a 1964 já tem outro sentido. Uma nova realidade precisava ser interpretada. Não mais se tratava, como em 1930, de uma ala rebelde minoritária, de um exército ainda desorganizado e desaparelhado, que participara com um papel auxiliar no movimento de conquista do poder de Estado. Em 1964 assume o comando do movimento a própria cúpula militar de um Exército mais centralizado e mais poderoso. Os mi-

litares que comandam o movimento não estão mais preocupados, como em 1930, com ideais de "justiça", mas com os objetivos de resguardar a ordem e de garantir a expansão econômica através da eliminação do "populismo" e do "consumismo", da reformulação do modelo de desenvolvimento capitalista e da transformação da estrutura jurídica e política do Estado no sentido do fortalecimento do aparato repressivo-militar. Os analistas buscam explicar as razões da intervenção militar em 1964, a natureza do regime militar, o significado do processo de militarização do Estado em sua dimensão nacional e latino-americana, etc. A nova realidade das Forças Armadas sob o regime militar — o fortalecimento, a centralização, a coesão política e ideológica e a autonomia da instituição frente à sociedade civil — leva alguns analistas a valorizar aspectos internos da corporação para a explicação da ação política dos militares. A própria realidade interna das organizações militares é tomada como objeto de investigação.

Metodologicamente, há um processo de questionamento e de negação da visão predominante na produção intelectual de até 1960, notabilizada por inúmeros autores desde Virgílio Santa Rosa até Nelson Werneck Sodrê. Estamos nos referindo à perspectiva que concebe a ação política dos militares como subordinada a interesses de forças sociais. Duramente, esta visão foi caracterizada como "instrumental" na arguta crítica de Edmundo Campos Coelho e de José Murilo de Carvalho²⁸. Redimensionando o debate nos anos 70, os autores denunciam a incapacidade do enfoque tradicional captar a complexidade da ação mi-

litar: de um lado, porque desconsidera que os militares são membros de uma organização corporativa, com disciplina, doutrina e formação profissional próprias e, de outro, porque reduz a ação militar ao papel de mero "instrumento", como se esta fosse totalmente destituída de vontade política própria. Reagindo contra o empobrecimento analítico provocado pela lógica instrumental, os autores colocam em primeiro plano aspectos até então considerados secundários nas análises: os aspectos organizacionais. As características da dinâmica interna da organização militar são por eles consideradas fundamentais para a explicação do comportamento político dos militares. Trata-se de um movimento de revalorização do sujeito. Não mais o "herói militar" dos primeiros escritos sobre o assunto, mas o sujeito "organização". A corporação militar é concebida como dotada de interesses próprios e como politicamente autônoma frente à sociedade civil.

Este tipo de crítica, corroborada por evidências da realidade dos anos 70, adquire tal força que torna-se uma referência fundamental para o debate sobre a ação militar. Outros autores, de distintas orientações teórico-metodológicas, como Décio Saes e Maria Cecília Forjaz, incorporam alguns elementos da elaboração de Coelho e de Carvalho, considerando a condição funcional e organizacional do militar como importante para a explicação de sua ação política. Embora reconheçam a relevância dos aspectos "organizacionais", Saes e Forjaz não abandonam em suas análises a perspectiva de tentar estabelecer as relações entre militares e forças sociais. Ao contrá-

rio, buscam integrar estes distintos elementos num mesmo sistema explicativo, concebendo os militares como membros da sociedade e como membros de uma organização corporativa institucionalmente vinculada ao Estado. Heloisa Fernandes também contribui nesta perspectiva de análise com seu estudo sobre a força policial-militar de São Paulo. Seu trabalho relaciona dados organizacionais com o quadro histórico-cultural, estabelecendo nexos explicativos entre as alterações ocorridas na sociedade e as modificações realizadas no interior de um organismo militar. Em trabalhos recentes, como os de René A. Dreifuss e de Eliêzer R. de Oliveira, já encontramos elaborações em que as *"Forças Armadas são vistas como agentes políticos ao nível do Estado e vinculadas igualmente à sociedade"*²⁹.

O debate, assim, é colocado em outros termos. Reconhecida a importância dos dados organizacionais, discute-se o uso deles na construção de explicações. Enquanto alguns tomam a organização como unidade de análise e a partir dela estabelecem relações com o contexto social, outros buscam o significado dos elementos organizacionais no contexto social entendendo que este contexto delimita as condições sob as quais se desenvolve a ação militar. Pode-se explicar o comportamento político dos militares a partir da organização ou, para esta explicação, é imprescindível o exame do contexto no qual esta organização se insere? Qual é a importância dos aspectos organizacionais na determinação do comportamento político dos militares? De que modo e em que medida o contexto histórico-estrutural condiciona a ação dos militares? O fenômeno da mili-

tarização pode ser explicado a partir da ação política dos militares ou somente pode ser explicado considerando-se o quadro contextual que circunscreve esta ação? A organização militar é estrutural e institucionalmente condicionada, mas possui ela uma dinâmica própria na medida em que se especializa enquanto uma instituição complexa ("total"), com hierarquia, disciplina e doutrina próprias? Quanto da ação dos militares é corporativamente autônomo e quanto é socialmente subordinado? Voltamos, assim, a uma velha interrogação: qual é o sentido da ação política dos militares?

Pretendemos contribuir com este debate, introduzindo novos elementos para a leitura da ação militar. Nosso trabalho penetra em um terreno temática e metodologicamente pouco explorado. Examinamos a relação entre militares e projetos políticos. Precisamente analisamos a relação entre militares e um projeto político que possui fortes traços "militarizados": o projeto da "República Positivista" implantado no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do período republicano (1891/1930). Estamos preocupados, principalmente, em responder à seguinte questão: qual é a origem da identidade entre o Exército e o projeto positivista gaúcho e quais são as razões das contradições que surgiram na relação entre eles na prática histórica? Para isto, voltamos ao exame das condições que tornaram possível o surgimento deste projeto político regional "militarizado"; das razões da participação militar neste projeto político; do processo mediante o qual as classes dominantes gaúchas e os militares transformaram este projeto na prática his-

tórica.

O projeto "militarizado" escolhido é historicamente relevante. O projeto positivista gaúcho distingue-se dos demais projetos políticos existentes no contexto da República Velha e constitui uma experiência única na história política brasileira. Este projeto particularmente autoritário, progressista/conservador, fortemente enraizado na tradição militarizada da região, dominou a política do Rio Grande do Sul durante 40 anos e exerceu considerável influência na política nacional nas décadas seguintes.

A experiência particular da "República Positivista" do Rio Grande do Sul é extremamente importante para o debate sobre a questão militar no Brasil. Não obstante, há pouquíssimos estudos sobre o assunto. Há excelentes investigações tópicas sobre o positivismo no Rio Grande do Sul³⁰, mas elas não estão preocupadas em tratar da problemática militar. Nas obras sobre o comportamento político dos militares, como vimos anteriormente, o projeto político positivista gaúcho não foi estudado. Há, quanto muito, menções breves.

A originalidade de nosso estudo refere-se ao tema abordado e, também, à metodologia adotada. Entre as inovações metodológicas, duas merecem destaque; a primeira refere-se ao modo de conceber a participação militar na política e a segunda refere-se ao modo de conceber as relações entre o particular e o

geral e entre a realidade empírica e a construção teórica.

Em primeiro lugar, entendemos que é necessário superar as duas tendências predominantes no debate sobre militares e política. Os trabalhos que concebem a ação política dos militares como produto dos interesses corporativos da organização militar tendem a obscurecer as razões contextuais da ação militar e as relações entre militares e forças sociais que se estabelecem na luta política. Por outro lado, os trabalhos que concebem a ação política dos militares como produto de demandas estruturais ou de interesses de forças sociais tendem a desconsiderar as demandas corporativas e as razões subjetivas da ação militar, como se esta ação fosse destituída de vontade política própria.

O quadro histórico-estrutural não determina mecanicamente o rumo preciso da ação militar, mas delimita o campo de possibilidades onde esta ação se desenvolve. Os militares agem de um modo e não de outro, em uma determinada situação histórica, em virtude de razões que se situam na esfera do sujeito, que tem uma dimensão corporativa (pois estamos tratando de membros de uma organização "total") e, que tem uma dimensão política (pois estamos tratando de agentes políticos vinculados a forças sociais). A participação militar em projetos políticos realiza-se quando estes projetos políticos encontram receptividade entre setores importantes da organização, quando atendem a demandas da corporação e quando se aproxima da visão de mundo dos comandantes

militares. A opção dos militares em participar de um projeto político e não de outro depende da identidade política com este projeto. Somente quando há identidade política, são estabelecidas alianças entre setores militares e forças sociais e são construídos projetos comuns. É deste modo que se formam os projetos políticos "militarizados".

Da mesma forma que seria insuficiente a explicação da participação militar em projetos políticos pelas determinações estruturais, também seria limitada uma explicação centrada nas determinações organizacionais. A ação dos sujeitos sociais é marcada pela dinâmica interna das organizações das quais são membros, mas esta ação também é marcada por outros elementos que transcendem a realidade organizacional. É inegável que as condições organizacionais do Exército no final do Império e no período dos últimos governos da República Velha (insuficiência de verbas para o setor militar, debilidade em recursos materiais, precariedade na formação de quadros, deficiências organizativas na estrutura interna da organização, ausência de respostas às necessidades de aperfeiçoamento técnico e de profissionalização reclamadas pelo grosso da oficialidade, etc.) influenciaram o movimento armado que instaurou a República e a Revolução de 1930. Mas isto não significa considerar que os militares instauraram a República somente por interesses corporativos, contra as elites civis, ou que o Estado Novo constituiu-se apenas em um regime militar implantado para modelar a sociedade civil aos padrões militares. Se procedêssemos assim em nossa análise, estaríamos tomando a parte pelo todo.

A incapacidade da lógica organizacional captar a complexidade do real é demonstrada por um simples fato: a participação de importantes correntes das elites civis no movimento republicano e, especialmente, no regime do Estado Novo. Não se tratava de um enfrentamento entre civis e militares, mas de uma luta entre projetos políticos diferenciados que atravessavam a organização militar e as elites da sociedade civil.

Não se pode, assim, explicar o significado da ação política dos militares somente como produto de características e processos de natureza organizacional. Os dados organizacionais — como o número de efetivos, os recursos materiais e humanos, as formas de recrutamento, o processo de formação de oficiais e de quadros subalternos, o conteúdo doutrinário do adestramento, as normas disciplinares, a estrutura hierárquica, etc. — nos fornecem um retrato da realidade interna da organização militar, do qual pode ser depreendida apenas uma parcela da realidade contextual em que se dá a atuação militar. Em muitos casos, a análise da realidade interna aponta-nos problemas que somente podem ser explicados no quadro mais amplo da realidade contextual. É o que mostra o nosso estudo sobre a militarização e positivismo no Rio Grande do Sul. Os traços particulares que marcaram as forças militares no Rio Grande do Sul até o final da República Velha, como a diferenciação política e ideológica entre os seus quadros e a relativa autonomia regional, podem ser identificados através do exame das características organizacionais destas forças, mas sua origem deve ser buscada no entrelaçamento entre classes dominantes regio-

nais e comandantes militares e na relação entre poder local e poder central. A cisão política e ideológica existente nas organizações militares não pode ser explicada por condições organizacionais internas, desconsiderando-se que correspondiam ao enfrentamento dos distintos projetos em torno dos quais se dividiam as classes dominantes locais. Do mesmo modo, a autonomia manifesta na ação de alguns comandantes militares somente pode ser compreendida em um contexto mais amplo, pois tratava-se de uma autonomia das classes dominantes regionais e das forças militares a elas vinculadas em relação à cúpula militar nacional e ao poder central.

Nesta perspectiva, o pensamento político dos militares não pode ser explicado somente como decorrência das demandas da organização militar. Nosso estudo demonstra que o pensamento do General Gões Monteiro, tido por alguns autores como expressão das demandas de profissionalização e de centralização do Exército³⁴, também foi fortemente influenciado pelo positivismo castilhistas. A visão política de Gões não foi produzida somente em função de sua condição de membro dirigente da corporação militar, mas também em função dos seus vínculos com a sociedade civil, particularmente dos vínculos estabelecidos no Rio Grande do Sul com os dirigentes castilhistas, e de sua formação política, intelectual e moral positivista castilhistas.

A segunda inovação metodológica que merece ser destacada refere-se ao modo de conceber as relações entre o particular e o geral e entre a realidade empírica e a construção teórica.

De um modo geral, os trabalhos abordam a problemática militar sob o ângulo nacional. Isto ocorre tanto nas análises "organizacionais" como "instrumentais", nas abordagens "históricas", "estruturais", que, utilizam o caso do Rio Grande do Sul apenas para fins exemplificativos. As distintas interpretações demonstram uma visível dificuldade em captar as particularidades regionais ao examinar fenômenos políticos nacionais. Por outro lado, estudos que identificam as particularidades regionais tendem a se limitar a descrição factual das circunstâncias empíricas dos acontecimentos históricos. As formulações gerais, teoricamente bem construídas, reduzem sua capacidade explicativa na medida em que se dissociam dos processos particulares, tal como foram efetivamente construídos pelos sujeitos sociais. Estudos sobre especificidades regionais, muitas vezes também fornecem explicações insuficientes na medida em que abordam as realidades empíricas locais desconectadas do processo geral, como se os acontecimentos singulares relatados fossem indeterminados.

Em nosso entender, as relações particulares devem ser consideradas como constituintes das relações gerais. O regional, enquanto um espaço político-geográfico delimitado, deve ser considerado uma dimensão do nacional. Neste sentido, procuramos trilhar o difícil e complicado caminho de tentar estabelecer as conexões orgânicas entre as realidades particulares e a realidade global, identificando os nexos explicativos entre as contradições do real, tal como foram produzidas na prática histórica, e as determinações gerais, representadas por

categorias construídas teoricamente. Deste modo, buscamos transcender os limites do conhecimento factual, sem apelar para sistemas analíticos baseados em modelos gerais, logicamente bem estruturados do ponto de vista de sua coerência interna, mas que se demonstram incapazes de explicar processos políticos tal como foram historicamente produzidos pelos sujeitos sociais.

Esta postura metodológica nos conduziu a novas leituras das realidades investigadas. Diferentemente de certos estudos regionais empiricistas, não entendemos as particularidades regionais como anomalias ou como acidentes, mas como formas particulares de expressão de fenômenos globais. O projeto positivista implanta-se no Rio Grande do Sul no início do período republicano porque somente nesta região, neste período, existiam as condições histórico-sociais, políticas e ideológicas adequadas para isto. Mas este projeto não era uma excentricidade regional: décadas depois um projeto similar, o projeto estado-novista, consolida-se ao nível nacional.

A valorização das relações de identidade entre o projeto regional "positivista" e o projeto nacional "estado-novista" nos possibilita, por outro lado, ir além das explicações centradas em determinações gerais. A Revolução de 1930, por exemplo, é seguidamente interpretada como produto da falência do modelo agro-exportador da República Velha ou da crise do sistema oligárquico de poder. Mas estas são condições gerais, elas somente indicam as tendências de um processo que se poderia ter configurado de um modo historicamente diverso. Diferentes al-

ternativas políticas poderiam ter sido geradas frente à crise da dominação oligárquica, mas uma foi viabilizada precisamente em virtude de certos elementos particulares que se tornaram relevantes para a conformação deste fenômeno político. De acordo com o ponto de vista assumido em nosso trabalho, não é possível compreender a Revolução de 1930 nem o projeto do Estado Novo sem levar em conta, por exemplo, a forte ligação existente entre as classes dominantes rio-grandenses e importantes setores militares e a particular "República Positivista" do Rio Grande do Sul. Tais elementos são decisivos para a explicação da formação do movimento armado que derruba o sistema oligárquico e das características assumidas pelo projeto político implantado, responsável pelo desencadeamento de significativas transformações na estrutura do país.

O exame de variáveis regionais da história política também possibilita a visualização do processo de centralização das Forças Armadas sob um novo ângulo. A perspectiva organizacional toma como unidade de análise a organização militar, organização esta concebida como essencialmente nacional. A análise organizacional identifica a lógica interna do processo de evolução das Forças Armadas, mas não consegue perceber as contradições deste processo. Isto é, são identificadas as demandas organizacionais que pressionaram no sentido de transformar as Forças Armadas no que elas são hoje — forças altamente centralizadas, coesas e com elevado grau de autonomia corporativa — mas não são trabalhados os elementos que, na história, foram contrários a esta transformação — os elementos que sus-

tentavam a existência de forças militares fragmentadas regionalmente, fracas material e organizativamente, pouco centralizadas e sem coesão política e ideológica, tal como eram as Forças Armadas no Brasil antes de 1930. O recorte regional na análise das forças militares nos possibilita visualizar estes elementos contrários à tendência que se tornou hegemônica na realidade histórica. É isto que nosso estudo sobre as forças militares do Rio Grande do Sul procura demonstrar. Certos traços particulares a elas, tais como a autonomia política e o perfil político e ideológico dos seus quadros, são muito importantes, pelo menos até o período de estabelecimento do Estado Novo, para a compreensão das contradições do processo de centralização e de coesão da corporação militar.

Tendo como referência as preocupações teórico-metodológicas acima apontadas, examinamos a complexa relação entre militares e o projeto positivista gaúcho. Esperamos, com este trabalho, contribuir para o debate sobre o comportamento político dos militares no país.

NOTAS

- 1 - Ver a respeito BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1939; COSTA, Samuel Guimarães da. Formação Democrática do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957; COUTINHO, Lourival. O General Gões depõe. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955; FERREIRA, Souza. História Militar no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1952; FRAGOSO, Tasso. Revolvendo o passado. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1940; LOPES, Alberto. O Exército e a República. São Paulo, Piratininga, 1959; LORETO, Aliatar. Capítulos de História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1946; MONTEIRO, Gões. A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército. Ed. Andersen, 1933; MOREIRA LIMA, Lourenço. A Coluna Prestes (Marchas e Combates). Ed. Brasiliense, 1945; MOURA, A. Lourival de. As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1937; SANTA ROSA, Virgílio. O sentido do Tenentismo. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1933; SILVA, Alfredo P. Maciel da. Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940; VASCONCELOS, Genserico. História Militar no Brasil. Im-

prensa Militar, 1922.

- 2 - MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderados. In: Filosofia e Política 2. Porto Alegre, LPM, 1985.
- 3 - COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Florense Universitária, 1976.
- 4 - SILVA, Hêlio. 1922: Sangue na Areia de Copacabana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964; 1926: A Grande Marcha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, e 1931: Os tenentes no poder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- 5 - CARONE, Edgar. O Tenentismo. São Paulo, Difel, 1975.
- 6 - MACAULAY, Neill. A Coluna Prestes. São Paulo, Difel, 1977.
- 7 - ROSA, Virgílio Santa. O sentido do Tenentismo. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1933.
- 8 - SODRÊ, Nelson Werneck. A Coluna Prestes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 9 - MALTA, Octavio. Os Tenentes na Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

- 10 - FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- 11 - SAES, Décio. O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1973; Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz, 1984.
- 12 - FORJAZ, Maria Cecília S. Tenentismo e Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 13 - CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.) O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo, Difel, 1982, v. 3, t.2.
- 14 - COELHO, Campos. Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira, op. cit.
- 15 - STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- 16 - PYE, Lucien W.; LIEUWEN, Edwin e outros. Militarismo e Política na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

- 17 - MORAES, J. Quartin de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: Filosofia Política 2. UNICAMP/UFRGS, LPM, 1985.
- 18 - OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964/1969). Petrópolis, Vozes, 1976.
- 19 - LOWY, Michael e SADER, Eder. A Militarização do Estado na América Latina. In: Crítica 4. Porto Alegre, 1978. (mimeo.).
- 20 - DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.
- 21 - ROUQUIÊ, Alain. O Estado Militar na América Latina. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.
- 22 - SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- 23 - SILVA, Hêlio. O Poder Militar. Porto Alegre, L & PM, 1984.
- 24 - FERNANDES, Heloisa R. Política e Segurança. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

- 25 - CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sêrgio Buarque de. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Monárquico II. São Paulo, Difel, 1982. v. 6.
- 26 - SCHULZ, John. O Exêrcito e o Impêrio. In: HOLANDA, Sêrgio Buarque de. (dir.). História Geral da Civilização Brasileira, Brasil Monárquico II. São Paulo, Difel, 1982. v. 6.
- 27 - DREIFUSS, Renê Armand. Nova República, Novo Exêrcito? In: KOUTZII, Flávio (org.). Nova República: um balanço. Porto Alegre, L & PM, 1986; DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermãnia Tavares de. (orgs.). Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983; OLIVEIRA, Eliêzer Rizzo de. Forças Armadas: Pensamento e Ação Política. In: MORAES, Reginaldo (org.). Inteligência Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986; —. Aparelho Militar: Papel Tutelar na Nova República (versão preliminar). X Encontro Anual da ANPOCS, 1986; OLIVEIRA, Eliêzer Rizzo de e outros. As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987; KUCINSKI, Bernardo. Abertura, a história de uma crise. São Paulo, Brasil Debates, 1982; SILVA, Hêlio. 1964: Vinte anos de golpe militar. Porto Alegre, L & PM, 1985; BICUDO, Hêlio. Segurança Nacional ou Submissão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; STEPAN, Alfred. Os militares: da Abertura à Nova República. Rio

- de Janeiro, Paz e Terra, 1986; AGUIAR, Roberto A.R. O papel constitucional das Forças Armadas. X Encontro Anual da ANPOCS, 1986.
- 28 - COELHO, Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, op. cit. e CARVALHO, As Forças Armadas na Primeira República: O poder Desestabilizador, op. cit.
- 29 - OLIVEIRA, Forças Armadas: Pensamento e Ação Política, op. cit.
- 30 - Sobre o positivismo gaúcho, ver PINTO, Celi Regina J. Positivismo - Um projeto Político Alternativo. Porto Alegre, L & PM, 1986 e RODRIGUES, Ricardo Vêlez. Castilhis-
mo - Uma Filosofia da República. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1980,
- 31 - COELHO, Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, op. cit.

CAPÍTULO 2
ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A FORMAÇÃO MILITARIZADA
DO RIO GRANDE DO SUL

1 - ORIGENS DA SOCIEDADE GAÚCHA: GUERRAS E "SOCIEDADE GUERREIRA"

A sociedade gaúcha formou-se sob uma intensa guerra intermitente. Inicialmente, esta guerra foi expressão da disputa territorial travada pelas Coroas espanhola e portuguesa em virtude do choque entre suas estratégias expansionistas e seus interesses econômicos. Grupos indígenas habitantes da região também participaram desta disputa. Orientaram a atuação destes grupos os interesses de sobrevivência e de resistência ao "darwinismo civilizatório".

Até o século XVII, a Coroa espanhola detinha a posse formal do território (de acordo com o Tratado de Tordesilhas), mas não se encontrava em condições de ocupá-lo, pois seus investimentos de "colonização" estavam voltados para outras áreas mais rentáveis. Localizada entre o Rio da Prata e os limites do domínio colonial português, a região, entretanto, adquiriu uma importância estratégica, quando o crescimento da atividade de extração da prata nas Minas de Potosi (Peru) despertou o interesse das Coroas portuguesa e inglesa em pene-

trar no riquíssimo mercado platino. Como precisava ocupar ao menos uma parte daquele vasto território, mas não dispunha de recursos econômicos e militares para tal, a Coroa espanhola resolveu incentivar a atividade dos jesuítas de organização de comunidades indígenas missioneiras. Os guaranis aceitaram a proposta, acreditando que assim teriam melhores condições para resolver problemas de alimentação e para enfrentar os inimigos (índios e caçadores de índios).

Na primeira metade do século XVII, a escassez e o alto custo da mão-de-obra negra no Brasil colonial haviam tornado a atividade da preia de índios altamente lucrativa. Por reunir grande quantidade de indígenas já acostumados ao trabalho agrícola, as reduções jesuíticas espanholas passaram a constituir um dos principais alvos dos ataques dos aventureiros vicentinos, os chamados "bandeirantes". Após inúmeras agressões, prisões e mortes, a população das Missões preparou-se melhor para a luta, numa combinação singular de sua experiência guerreira com os ensinamentos militares recebidos dos jesuítas e com o auxílio das armas de fogo adquiridas junto à administração colonial espanhola. A resistência das comunidades indígenas cresceu e, após vários enfrentamentos, em 1641, um exército guarani aniquilou a última bandeira paulista na batalha de "M'Bororê".

Nesse processo, as sociedades missioneiras formaram uma estrutura militar respeitável, com o treinamento regular de

milhares de homens, com a incorporação de novas técnicas e com a utilização do armamento recebido das autoridades espanholas. Para estas, armar os índios significava a melhor forma de guarnecer as fronteiras, na medida em que não dispunham de tropas suficientes para impedir a penetração dos "paulistas" e dos corpos oficiais lusos.

Por acreditar que a ocupação progressiva daquele vasto território seria um empreendimento demorado e demasiadamente oneroso, a Coroa portuguesa resolveu adotar uma tática mais ofensiva, construindo, em 1680, uma fortaleza lusa na margem esquerda do Rio da Prata — a Colônia de Sacramento. O estabelecimento de portugueses na outra margem do estuário possibilitaria a eles e a seus aliados ingleses realizar o comércio e o contrabando da prata peruana e de outros produtos, burlando o controle até então exercido por Buenos Aires. Mal fora concluída a construção da cidadela, esta se viu cercada e arrasada por tropas de castelhanos e índios sob as ordens do governador portenho. A partir de então, desencadeou-se uma prolongada batalha diplomática, animada por uma cadeia de violentos confrontos armados, nas marchas e contra marchas das controvérsias entre as duas Coroas ibéricas.

As persistentes tentativas de reconstrução da Colônia de Sacramento, assim como os diversos ataques sofridos, encontravam-se intimamente vinculados à importância econômica adquirida pela cidadela, nos intervalos de paz, a partir do co-

mércio das manufaturas inglesas, do açúcar e couro brasileiros, da prata peruana, etc. O êxito dos negócios devia-se às facilidades da fronteira (comércio livre de taxas e impostos) e à colaboração dos comerciantes portenhos, para os quais o contrabando era vantajoso, embora fosse danoso às autoridades locais e à Coroa espanhola.

A próspera e incômoda Sacramento, contudo, constituía-se num ponto militarmente vulnerável, posto que encontrava-se muito distante das tropas estacionadas mais ao sul do Brasil colonial. A fundação de Laguna (1686) correspondeu à estratégia lusitana de enfrentar este problema, tornando menor o isolamento a que a Colônia estava submetida. Mas havia ainda uma enorme faixa de terra ao sul de Laguna, denominada vagamente "Capitania d'El Rey", "Capitania de São Pedro", "Tierra dos Tappes", "Continente do Rio Grande de São Pedro", etc. As iniciativas da Coroa portuguesa para o povoamento da região somente perderiam seus contornos absolutamente tímidos após a intensificação do comércio de couro e animais, impulsionado por aventureiros paulistas que penetravam no extremo sul para prear gado.

A formação de grande manadas de bois e cavalos naquela região decorria, em grande medida, da prática dos jesuítas e índios de soltar os animais por "*zonas agrestes onde pudessem prosperar à lei da natureza*"¹. Quando dos ataques vicentinos às Missões, as populações indígenas haviam recuado pa-

ra o sul, deixando nas pastagens manadas de gado xucro que se reproduziram em grande quantidade pelas áreas "Vacarias do Mar" e "Vacarias dos Pinhais" (que correspondem atualmente a partes do território uruguaio e rio-grandense).

Os pioneiros preadores, os "tropeiros", começaram a tornar-se numerosos no início do século XVIII com o crescimento da demanda de bois, mulas e cavalos para as atividades mineadoras realizadas no centro do Brasil. Atraídos pelas possibilidades altamente lucrativas do novo negócio, bandos de "paulistas" e "lagunenses" percorriam toda a região, abrindo caminhos e transportando grandes manadas de gado através de longas distâncias. Nesses trajetos, iam sendo formados os primeiros currais e invernadas, pontos de concentração temporária dos animais preados e origem das estâncias que, juntamente com as fortalezas militares, constituiriam o início do povoamento do Rio Grande.

A atividade dos tropeiros foi fundamental para que a Coroa portuguesa passasse a inscrever a possibilidade de ocupação do território em sua estratégia expansionista. De um lado, os gastos "colonizadores" não seriam demasiadamente vultosos, pois a própria atividade da preia e do comércio do gado, por sua potencial rentabilidade, atraía um grande número de homens que poderiam iniciar o povoamento. Este foi o objetivo da Coroa lusa ao definir uma política de concessão de sesmarias, tendo por referência os tropeiros já estabelecidos.

dos naquela área. De outro lado, antigos problemas relativos ao isolamento da Colônia de Sacramento poderiam ser dirimidos e ela ficaria mais bem guarnecida com a instalação de tropas armadas nas suas cercanias. Desse modo, a expedição chefiada pelo Brigadeiro Silva Paes, enviada para socorrer a cidadela de novo sítio, realizou, na verdade, a missão especial, entre outras que lhe haviam sido confiadas, de fundar um Presídio (guarnição militar) — construído em 1737 com o nome "Jesus-Maria-José" — no Rio Grande de São Pedro.

Em pouco tempo foi organizada a administração lusa local na forma de uma Comandância Militar subordinada à Capitania do Rio de Janeiro. Para o guarnecimento do reduto português, foram organizadas as primeiras tropas regulares da região, os famosos "Dragões", regimento formado a partir dos soldados da mesma arma, oriundos de Minas Gerais, que chegaram ao extremo-sul com a expedição de Silva Paes. Este tipo de regimento fora adotado em virtude das características da fronteira meridional (campos vastos, sem pontos defensáveis), que exigiam grande mobilidade tática e versatilidade nas atividades de cavalaria e infantaria. Além de recursos militares, era necessário, para a viabilização do objetivo luso de ocupação do território, expandir o povoamento na região. Por isto, muitos casais camponeses das ilhas dos Açores e da Madeira, alguns vindos da Colônia de Sacramento e de Laguna, foram mandados para o Rio Grande de São Pedro. Alguns receberam terrenos junto às fortificações e outros, em melhores condi-

ções financeiras, receberam "rincões" (grandes áreas de terra), tal como os tropeiros que haviam enriquecido com o comércio de gado.

O estabelecimento de portugueses na área significava uma grande ameaça para as sociedades missioneiras, que encontravam-se em crise. Havia muitos anos vinha ocorrendo a utilização sistemática do exército guarani pelos governadores das colônias espanholas em diversos conflitos, desde os já mencionados combates da Colônia de Sacramento (1680-1705) e as expedições punitivas contra os índios charruas, yarões e guenoas, resistentes ao domínio espanhol (1702-1707), até as lutas internas contra os camponeses sublevados no Paraguai (1721-1735)². Além do auxílio militar, os índios missioneiros também prestavam serviços como mão-de-obra para a construção ou reconstrução de várias fortalezas em Buenos Aires e no Paraguai; para cavar fossos de proteção; para abrir estradas; restaurar igrejas; etc. Freitas avalia que para estas atividades "o governo de Buenos Aires mobilizou um total de 38.798 índios e o do Paraguai 6.993 índios, num total de 45.791"³. O afastamento do trabalho deste enorme contingente de homens resultava no sensível decréscimo da produção local. Como se não bastasse, uma peste de varíola, entre os anos de 1730 e 1740, eliminou uma parte considerável da população.

O Presídio português renunciava o fim das sociedades missioneiras. A Coroa espanhola já não considerava imprescindível

dível manter sob o seu domínio os "Siete Pueblos" das Missões, pois sua importância militar havia diminuído e sua crescente autonomia política desagradava ao poder metropolitano. Por sua vez, Portugal começava a reconhecer a impossibilidade de manter Sacramento, mas buscava, além de assegurar as terras já ocupadas ao sul de Laguna, obter alguma vantagem em troca de previsível "perda". Daí a realização do Tratado de Madri (1750), que estipulou a troca da Colônia pelas Missões.

A Espanha, entretanto, trocara um território que não era propriamente seu. Em meio ao lento trabalho de demarcação, nas cercanias dos "Siete Pueblos", um grupo de índios comandados pelo chefe "Sepê Tiaraju" impediu a passagem das tropas luso-espanholas, reivindicando como suas aquelas terras. Pequenos combates foram travados até que — após alguma hesitação espanhola — os dois exércitos ibéricos fortemente armados trucidaram as forças guaranis no cerro de "Caybattê" (1756). De acordo com Gomes Freire, *"a perda dos inimigos foi de 1.500 mortos e 154 prisioneiros"* enquanto *"os espanhóis tiveram três mortos e dez feridos e os portugueses um morto e trinta feridos"*⁴. Embora vencidos, os missionários não se retiraram das aldeias, protelando sua transferência até a renegociação das fronteiras, realizada em 1761 com o Tratado de El Pardo: foi desfeita a troca anterior, restituindo-se a Colônia de Sacramento à Portugal e as Missões à Espanha. Os jesuítas; contudo, seriam expulsos anos mais tarde e as Missões entrariam em franca decadência sob a administração espanhola lei-

ga.

Os conflitos fronteiriços agravaram-se novamente no período de 1762/63, quando as tropas comandadas pelo governador de Buenos Aires atacaram Sacramento e invadiram o Rio Grande. Dez anos mais tarde, estas mesmas forças tentariam ocupar militarmente todo o território da capitania, sendo barradas pelos homens de Rafael Pinto Bandeira, chefe guerreiro consagrado nas lutas sulinas. A tática preferencialmente utilizada por estas tropas gaúchas era o ataque de surpresa, viabilizado pela grande mobilidade, pelo profundo conhecimento da região e pela habilidade dos homens, de incomparável eficiência nas lutas do sul. As milícias gaúchas, auxiliadas por um exército luso-brasileiro, expulsaram, em 1776, os espanhóis da capitania. Em represália, as tropas portenhas invadiram Santa Catarina e destruíram a Colônia de Sacramento. No ano seguinte, o Tratado de Santo Ildefonso estabeleceria a devolução de Santa Catarina aos portugueses, permanecendo Sacramento e as Missões sob domínio espanhol. Sacramento nunca seria recuperada, mas as Missões foram reconquistadas anos mais tarde (1810) por um bando guerreiro de gaúchos comandados por ex-militares, estancieiros e contrabandistas, como Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, com o apoio velado da Coroa lusa.

No século XIX, o processo de delimitação das fronteiras estava praticamente consolidado, mas as guerras, contudo, não

iriam cessar. As disputas territoriais não mais motivavam os enfrentamentos armados, mas novas razões haviam surgido no contexto de fermentação dos movimentos de emancipação colonial. Se inicialmente as guerras correspondiam, para a Coroa portuguesa, ao principal meio de viabilização de sua estratégia expansionista e de defesa dos seus interesses econômicos e dos de seus aliados ingleses na região; posteriormente, a partir do início do século XIX, elas se transformaram no principal meio de garantir o controle político sobre as elites locais (rio-grandenses e dos países vizinhos) e a hegemonia luso-britânica na área sul-americana. Isto explica a continuidade dos confrontos armados na fronteira. Ao contrário do que querem fazer crer inúmeros autores⁵, a Coroa lusa e depois o Império brasileiro não lutaram contra as jovens repúblicas vizinhas em virtude de atritos fronteiriços ou do objetivo de defender o território nacional. Os conflitos, efetivamente, foram produto das disputas entre as elites locais (dos países vizinhos e do Rio Grande), que ingressavam no jogo político, e entre elas e as grandes potências pela hegemonia política em cada local e em toda a área.

As chamadas "Guerras Platinas" iniciaram a partir de uma atitude ofensiva da Coroa portuguesa contra o movimento de emancipação da Banda Oriental desencadeado em 1811, um ano após a elite colonial portenha ter instaurado em Buenos Aires um governo independente. Em Montevidéu, Francisco Xavier Élio, representante de um "Conselho de Regência" espanhol, demons-

trou-se incapaz de conter a rebelião impulsionada por Artigas, chefe guerreiro local, comandante de um movimento que empolgara a população da Banda Oriental na luta por sua independência. Sob os pretextos de "defender as fronteiras" e de "pacificar" a Banda Oriental convulsionada, a Coroa lusa invadiu o território oriental em 1811 e, após um acordo de paz temporário, invadiu novamente em 1816. As tropas artiguistas resistiram durante quatro anos de combates sangrentos até a derrota em "Taquarembó". A ocupação militar luso-brasileira manteve-se até 1825, quando teve início a reação armada de chefes guerreiros e da população da Banda Oriental. Em 1828 foi concertada a paz sob pressão da Inglaterra, interessada no restabelecimento do fluxo comercial na região. Segundo os termos do acordo, a Banda Oriental do Uruguai tornava-se uma nação independente.

As guerras entre o Império brasileiro e as repúblicas vizinhas refluíram por duas décadas, período em que irrompeu a "Revolução Farroupilha" (1835-1845), uma rebelião armada das elites proprietárias no Rio Grande do Sul. Sem o apoio militar das tropas sulinas, o governo imperial não tinha condições de desenvolver ações militares na área platina. Não conseguindo esmagar militarmente o movimento rebelde farroupilha em dez anos de acirrados combates, o Império fez concessões importantes para reconquistar as elites proprietárias sulinas. Estas elites, descontentes com a concorrência do charque dos países vizinhos, foram levadas a apoiar o governo

imperial em suas pretensões de voltar a intervir na luta interna no Uruguai e na Argentina.

No Uruguai, o governo "colorado", que contava com a simpatia dos governos brasileiro e inglês, estava seriamente ameaçado pelas tropas de Oribe ("blanco"), que sitiavam Montevideu. A vitória de Oribe representaria o fortalecimento do projeto, defendido por ele e por seu aliado Juan Manuel Rosas, presidente argentino, de formar uma grande Confederação com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, eliminando a influência britânico-brasileira na área. Explorando habilmente a situação de luta interna na Argentina, o Império propôs uma aliança ao General José Urquiza, de Entre-Rios, visando uma ação conjunta para socorrer o governo uruguaio "colorado" e, depois, derrubar o governo de Rosas. Acertado o acordo, os dois exércitos invadiram, em 1851, o território uruguaio e, em seguida, o território argentino, derrotando, em 1852, as tropas rosistas na batalha de "Monte Caseros".

A relação de forças na área, em uma década, alterar-se-ia novamente. Os "blancos" haviam voltado ao poder no Uruguai, tornando-se aliados do Presidente paraguaio Solano Lopez. O Paraguai havia se tornado o país economicamente mais desenvolvido da América Latina: realizara uma reforma agrária, já possuía uma indústria de base em desenvolvimento, não contraía empréstimos estrangeiros, possuía uma balança comercial favorável e uma moeda estável. Tal realidade feria os

interesses econômicos da Inglaterra, segundo os quais o Paraguai deveria restringir-se, como os demais países latino-americanos, ao papel de fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos industrializados. Sob pressão dos aliados ingleses, o Império brasileiro resolveu intervir nas disputas internas entre o Presidente uruguaio "blanco", Anastácio Aguirre, e o seu opositor "colorado", Venâncio Flores. Para este feito, o governo imperial contou com o apoio das classes dominantes do Rio Grande do Sul, descontentes com a maior produtividade da concorrente indústria do charque uruguaia, já organizada como empresa capitalista. Não restava dúvida às autoridades britânicas que a intervenção militar brasileira no Uruguai provocaria uma guerra com o Paraguai, posto que os dois países possuíam uma aliança de defesa mútua e que o conflito também interessava ao governo guarani.

O Exército brasileiro, assim, invadiu novamente o território uruguaio em 1864, derrotando as forças de Aguirre e assegurando a posse dos "colorados" no governo. Em resposta, Lopez invadiu Mato Grosso e a província argentina de Corrientes. Com a invasão do seu território, o governo argentino, até então favorável ao posicionamento brasileiro, mas hesitante no que respeitava à intervenção militar, teve os argumentos que precisava para justificar a sua entrada na guerra. Em 1865, Brasil, Uruguai e Argentina firmaram uma aliança para combater as forças paraguaias e mobilizaram um grande exército para aniquilar o adversário. Travou-se uma longa e san-

grenta guerra. As forças paraguaias ofereceram uma tenaz resistência, sendo o território disputado palmo a palmo. Os combates terminaram somente em 1870, quando as energias guaranis se esgotaram com a morte de grande parte da população. Segundo Chiavenato, *"morreram 96,5% dos homens e dos sobreviventes apenas 1,08% tinha mais de 20 anos. Da população total (800 mil) morreram 75,75% (606 mil). O Paraguai foi destruído, aniquilado completamente ..."*⁶.

Com a destruição do Paraguai, havia sido eliminado o último obstáculo para o estabelecimento da supremacia britânica e das elites locais aliadas/dependentes (brasileiras, argentinas e uruguias) na região sul-americana. A guerra contra o Paraguai marcou o fim do vigoroso ciclo de guerras na fronteira meridional do Brasil. Em nenhuma outra região brasileira houve uma cadeia de confrontos armados tão longa e tão intensa. As incessantes guerras imprimiram características particulares na formação da sociedade local, com implicações importantes ao nível social, político e ideológico.

QUADRO I
 PRINCIPAIS CONFRONTOS ARMADOS NA REGIÃO MERIDIONAL DO BRASIL (1628-1895)

PERÍODO	C O N F R O N T O S	R E S U L T A D O S
1628/1632	Os "bandeirantes" atacam as Missões Jesuítas da região de Guaira e Itatim (ocupação castelhana à margem esquerda do Rio Paraná).	Aprisionamento de 50.000 índios e recuo dos povos missioneiros para a região dos rio Ibicuí e Jacuí, no atual território rio-grandense.
1636/1641	Novos ataques dos "bandeirantes" às reduções missioneiras.	Aprisionamento de 20.000 índios; recuo de alguns povos para o sul, e militarização das sociedades missioneiras. Derrota de duas grandes "bandeiras" encerra o tráfico de índios na área.
1680	A Colônia de Sacramento, fortaleza portuguesa fundada na margem esquerda do Rio da Prata, é arrasada por forças hispano-castelhanas e iraiçuanas.	Afastamento dos portugueses da região até 1683, quando, em virtude do tratado provisional, retornam e reconstruem a fortaleza.
1704/1705	Novamente a Colônia de Sacramento é atacada pelas tropas castelhanas e guaranis.	Domínio espanhol da área até 1715, quando o Tratado de Utrech reestabelece a posse da Coroa lusa.
1735/1737	A Colônia é sitiada pelas tropas de Buenos Aires.	Uma expedição militar portuguesa consegue afastar os acantonamentos inimigos.

PERÍODO	CONFRONTOS	RESULTADOS
1754/1756	Os índios das Missões não aceitam o Tratado de Madrid, segurão o qual deveriam abandonar as suas terras, e resistem a um poderoso exército luso-castelhano.	Os índios são massacrados por forças muito superiores. Os "Sete Povos" das Missões entram em decadência.
1762/1763	Tropas portenhas tomam a Colônia de Sacramento e invadem o Rio Grande de São Pedro.	As forças castelhanas ocupam parte do território do Rio Grande.
1773	Em nova ofensiva as forças de Buenos Aires tentam expandir sua ocupação por toda a capitania.	A tentativa portenha frustra-se em Rio Pardo devido à forte resistência das tropas de Rafael Pinto Bandeira.
1776	As milícias locais e o exército luso-brasileiro contra-atacam.	Os espanhóis e castelhanos são expulsos do território rio-gracense.
1777	A Colônia de Sacramento é novamente destruída e Santa Catarina é invadida em novo ataque das forças portenhas.	Conforme o Tratado de Santo Idelfonso, Santa Catarina retorna às mãos da Coroa lusa, permanecendo Sacramento e Missões sob domínio espanhol.
1801	A região das Missões é reconquistada através de um ataque de tropas irregulares do sul.	As Missões são incorporadas ao território rio-gracense e não são novamente retomadas pelos espanhóis.
1811	O Exército luso-brasileiro invade a Banda Oriental para combater as forças de Artigas.	O ataque é susado em virtude de um acordo de paz estabelecido sob pressão inglesa.

PERÍODO	CONFRONTOS	RESULTADOS
1816/1820	Segunda invasão do Exército luso-brasileiro à Banda Oriental, contra o governo de Artigas.	Derrota das forças artiguistas, após quatro anos de resistência. A Banda Oriental é incorporada ao Paraguai no União com o nome de "Provincia Cisplatina".
1825/1828	Revolta contra o domínio brasileiro na Banda Oriental, iniciada pelas tropas de Lavalleja, com o apoio de Buenos Aires.	Acordo de paz entre Brasil, Argentina e orientais, segundo o qual o Uruguai torna-se uma nação independente.
1835/1845	Revolução Farroupilha: a fração majoritária das elites regionais insurge-se contra o poder central.	Segundo as condições do acordo de paz, a fração "liberal" das classes dominantes locais sai fortalecida.
1846/1851	Guerra das tropas gaúchas/Exército brasileiro, aliados aos "colorados" uruguaios e uruguaios (Entre-Rios), contra Oribe ("biancos" uruguaios).	Derrota das forças de Oribe e ascensão de Venâncio Fricres (colorado) ao governo uruguio. Acordo econômico desfavorável para os pecuaristas orientais.
1851/1852	Guerra das forças brasileiras aliadas às de Uruguai contra o governo de Rosas na Argentina.	Derrota das tropas de Rosas.
1864	Brasil entra em guerra contra Aguirre (uruguio "blanco"), apoiando o retorno dos "colorados" ao poder.	Derrota Aguirre pede auxílio a Solano Lopez, do Paraguai.
1865/1870	Guerra do Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai.	Após longa resistência das tropas paraguaias, elas são derrotadas e o país é arrasado.
1893/1895	Revolução Federalista: elite regional "republicana" contra a fração "liberal".	Derrota das forças "federalistas" e consolidação do poder do PRR no Rio Grande do Sul.

2 - ESTRUTURA SOCIAL E POLÍTICA LOCAL

A sociedade gaúcha estruturou-se a partir dos redutos fortificados (fortalezas, guarnições militares), junto aos quais os imigrantes açorianos formaram povoações, e das estâncias de criação, fundadas por chefes guerreiros preadores de gado. Tal como os fortes, as estâncias também eram estruturas militarizadas. Sujeitas, a qualquer momento, a invasões e à pilhagem de gado, as estâncias eram guarnecidas por bandos armados. Chefes destes bandos armados, os estancieiros eram, em geral, homens longamente treinados na atividade militar. Em torno de si reuniam ex-soldados desertores das tropas oficiais, aventureiros pilhadores de gado, contrabandistas, camponeses descontentes, índios, que eram aproveitados ora para as atividades de preia e de criação do gado, ora para a atividade guerreira.

O permanente estado de guerra exigia, de um lado, o constante deslocamento de tropas e comandantes militares (do restante do País) para a região e, de outro, o recrutamento de praticamente toda a população masculina local para a atividade

de das armas. Os oficiais deslocados, em grande número, estabeleciam-se na área como proprietários de terras ou como administradores do Estado, fortalecendo a composição predominantemente militar das classes dominantes locais. Por sua vez, toda a população sem origem militar era submetida a um processo de militarização. Isto devia-se, principalmente, às características do sistema militar da época, segundo as quais a própria população local, em grande medida, sustentava os embates fronteiriços. Como observou Saint-Hilaire em sua "Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)":

*"A fronteira meridional deste País há muito tempo não goza senão curtos intervalos de paz, mas salvo algumas tropas vindas de São Paulo e Santa Catarina, todos os soldados que combateram a Espanha são naturais da Capitania. Nenhum recrutamento foi feito nas províncias mediterrâneas e setentrionais. Disto resulta que enquanto os habitantes desta Capitania se tornam completamente militarizados, os povos das outras províncias caem pouco a pouco na inércia"*⁷.

Desde as origens do processo de formação do Rio Grande do Sul até o início do século XIX, não houve propriamente distinção entre ordem civil e ordem militar. Apenas reduzidos segmentos sociais – especialmente setores da burocracia civil e do comércio urbano – não se encontravam diretamente envolvidos com a atividade guerreira. A população empobrecida das cidades e os camponeses açoritas eram seguidamente convo-

cados para servir nas tropas oficiais, enquanto os peões da campanha eram "milicianos" por natureza. O próprio exercício da preia do gado os preparava para a luta, funcionando como:

"(...) uma escola de energia, aguerrindo e enrijando o homem, que tem que enfrentar os animais para vencê-los. Isto o habitua a desprezar o perigo, exercendo, habitualmente, as qualidades exigidas para a guerra e que são as mesmas de que se necessita para os trabalhos do campo: agilidade, destemor, e resistência física. Montado no seu cavalo ágil, no re-domão arisco, o gaúcho em pleno rodeio é como um cavalarião em face do inimigo. Nas suas evoluções equestres para a concentração da boiada, agindo em conjunto, sempre alerta para apertar o círculo da tropa ou abrir campo, quando ela estoura, aplica uma tática campeira, uma estratégia rudimentar, que não diferem muito dos processos usados nas guerrilhas do pampa"⁸.

Os chefes estancieiros geralmente eram ou haviam sido militares ou comandantes de milícias. A alta patente militar e o controle de forças militares privadas constituíam, para eles, os meios fundamentais de enriquecimento e de ampliação da influência política. Por sua participação ativa e exitosa nas frequentes guerras fronteiriças, seja como comandantes das tropas oficiais ou como comandantes de milícias privadas, recebiam da Coroa portuguesa grandes extensões de terra e favores políticos. Por ocuparem postos militares de comando e

por serem militarmente importantes, eram nomeados para cargos-chave na administração política local, podendo dispor do poder daí advindo e gozar do favoritismo real. Por controlarem forças armadas privadas, podiam também exercer as atividades de contrabando e de pilhagem de gado. Deste modo, adquiriam, num curto espaço de tempo, vultosas riquezas, que jamais poderiam ser obtidas através dos meios regulares da atividade pastoril.

Ao ampliarem sua riqueza e o seu poder político, os chefes estancieiros/militares fortaleciam o grupo de familiares e de subordinados que lhes dava sustentação. Usavam das suas posições na administração política local ou da sua influência junto ao poder real para obter a concessão de terras e outros favores em benefício de sua parentela. A situação de cada um dos familiares e subordinados dependia do êxito econômico e político dos chefes estancieiros. Entre eles se estabeleciam relações de dependência e de fidelidade pessoal. Relações de subordinação à autoridade pessoal do chefe guerreiro estancieiro eram dominantes naquelas condições em que a ordem patriarcal e a coerção das armas impunham-se sobre normas jurídicas abstratamente estabelecidas. Ao invés de relações assalariadas, baseadas em um contrato formal de trabalho, predominavam relações patriarcais, baseadas em um sistema informal de favores recíprocos. Em troca de sua total obediência, os subordinados recebiam meios de subsistência e, conforme o seu grau de importância no grupo, recebiam parte

do gado e de outros bens obtidos nas arreadas e nas guerras. O favoritismo familiar coesionava os clãs dos chefes estancieiros/militares, que constituíam os núcleos de um poder descentralizado. O favoritismo real fortalecia a tendência de desenvolvimento do poder destes clãs familiares e de suas fortunas particulares. Formou-se, assim, o que podemos chamar de uma estrutura "patriarcal-militar", fundada no poder econômico e político dos chefes estancieiros/militares e na autoridade conferida a eles pelo controle de forças armadas.

A dominação dos chefes estancieiros/militares realizava-se através de uma estrutura política militarizada. Eram militarizados os núcleos de poder descentralizados, as estâncias, assim como a estrutura de poder centralizada na administração política local. Inicialmente, de 1737 a 1760, a própria organização administrativa possuía a forma de "comandância militar". O representante do poder real, o comandante militar, exercia funções militares e administrativas, que se superpunham naquele período em que a sociedade assemelhava-se a um "acampamento militar". O comando das tropas e a direção da administração política tornaram-se funções distintas e relativamente autônomas a partir de 1760, quando o Rio Grande foi transformado em capitania. As duas funções, no entanto, continuaram a ser exercidas por oficiais militares. O cargo de governador da capitania, e depois de capitão-geral, foi ocupado, de 1761 a 1822, exclusivamente por militares⁹. A estrutura jurídico-legislativa formada por juizes, vereado-

res, procuradores, escrivães e tabeliães, tinha poderes limitados e encontrava-se praticamente subordinada às autoridades militares e ao poder das oligarquias militares. Oriundos das elites proprietárias locais ou vindos de fora como representantes do poder real, os comandantes militares assumiam as posições-chave na administração política local e dirigiam a capitania através de um esquema militar de sustentação.

As principais forças militares regionais eram os já referidos Regimentos de Dragões e milícias privadas. As tropas oficiais no Rio Grande de São Pedro, correspondentes às chamadas tropas de linha ou de primeira linha, forças regulares e pagas, eram os Dragões, regimentos especiais, constituídos anteriormente em Minas Gerais para a garantia da ação espoliativa das Intendências da Coroa. Adquirindo características particulares na região sulina, tais corpos não se diferenciavam muito das milícias organizadas pelos estancieiros: tropas de "*desordeiros e atrabiliários*"¹⁰, não seguiam as formas de organização e as normas disciplinares dos exércitos regulares, intervinham nas guerras valendo-se sobretudo da habilidade na cavalaria, da agilidade de deslocamento e da capacidade de improvisação. Também participavam das refregas fronteiriças, como as arreadas patrocinadas pela Coroa lusa e, tal como os milicianos, também eram comandados por estancieiros/chefes guerreiros locais.

No restante do Brasil, a oficialidade das tropas de li-

nha originava-se, predominantemente, na nobreza portuguesa: "*bastava, para legitimar-se ao título de cadete, o sangue ilustre, abrandada a exigência, no curso do tempo, para a ocupação nobilitadora do pai, equiparados os títulos universitários à nobreza*"¹¹. John Schulz identifica, tendo como referência o período do governo de D. João VI, dois tipos de oficiais: "*os altos aristocratas e os fidalgos*". Os "*membros da aristocracia ingressavam no exército como oficiais ou como cadetes com honra de oficial e avançavam rapidamente na carreira, chegando com frequência ao posto de capitão aos vinte anos de idade, coronel aos trinta e general pouco depois dos quarenta*"¹². Por sua vez, os fidalgos, membros da baixa nobreza, não tinham "*oportunidade de avançar muito além do posto de capitão, a não ser em situações de guerra*"¹³.

No extremo-sul, formou-se uma oficialidade com características distintas; de um lado, porque os aristocratas somente deslocavam-se para a região para exercer altos postos de comando, sendo o restante dos oficiais, a grande maioria, oriundos das elites regionais; de outro, porque as "situações de guerra" eram muito frequentes nesta zona fronteiriça, de modo que os estancieiros/chefes guerreiros locais, mesmo não dispendo das facilidades dos descendentes dos servidores monárquicos, ascendiam na hierarquia por mérito de seus êxitos militares, atingindo as patentes mais elevadas. Foi o caso de Manoel Marques de Souza (1743-1822): membro das milícias da Capitania do Rio Grande desde 1770, destacou-se três anos

mais tarde na luta contra a invasão das tropas hispano-castelhanas; e, em 1776, comandou o assalto ao Forte de Trindade, no processo de reconquista do território rio-grandense. Em seguida foi elevado ao posto de capitão do Regimento de Dragões. Em 1795, já com a patente de coronel, recebeu o comando da Legião de Cavalaria Ligeira da Capitania, vaga pela morte do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Em virtude da sua atuação em 1801, na tomada da região das Missões, obteve o posto de brigadeiro e, sete anos mais tarde, o de marechal de campo. Comandou tropas na invasão luso-brasileira da Banda Oriental em 1811 e novamente em 1816, tendo importantes vitórias em batalhas contra as forças artiguistas. Em 1817 atingiu a patente de tenente-general e, em 1820, assumiu interinamente o governo da capitania¹⁴.

Os soldados das tropas, de um modo geral oriundos de setores empobrecidos e marginalizados, viviam em situação precária. O serviço militar nos corpos regulares, embora fosse por definição remunerado, não o era na prática, pois o pagamento, freqüentemente atrasado, realizava-se através de mantimentos para a sobrevivência. Em muitos momentos, especialmente nos primeiros tempos do Continente, os soldados viviam realidades dramáticas: principalmente nos períodos de paz, ficavam meses sem receber soldo e fardamentos. Conforme descreveu Walter Spalding:

"como se não bastasse a intranquilidade per-

manente do corpo e espírito, ainda, nos últimos meses, até a alimentação lhes faltava, e o soldo, o miserável soldo dos Dragões, há vinte meses não lhes era pago (...). Andavam já seminus. O último fardamento que lhes fora fornecido datava do ano da organização do regimento. Não mais se sabia se aqueles trapos velhos cobriam o corpo de um Dragão, ou de um miserável mendigo"¹⁵.

Faziam exaustivos serviços de guarda, rondas permanentes, árduos trabalhos e atividades de arrebanhamento de gado, que constituíam sua forma de sustento. Além disto os soldados ainda eram submetidos a castigos corporais:

"o alferes Rodrigo de Mendonça Furtado que comandava a guarda do corpo mandou abordar (sic) o soldado infante Cristovam de Albuquerque rodeado de soldados com baionetas caladas e ao soldado Sebastião Ruiz Pina fechando-o no corpo da guarda e com o pau fêz o mesmo"¹⁶.

Os soldados não aceitavam passivamente estas deploráveis condições de trabalho e de vida. Alguns desertavam das tropas oficiais e procuravam chefes estancieiros para servir em suas milícias privadas ou buscavam exercer outras atividades financeiramente mais recompensadoras, como o contrabando. Outros, também descontentes, organizavam rebeliões. Já em 1742 eclodia a primeira revolta militar na região: os Dragões tomaram o Presídio do Rio Grande, forçando o Comandante Diogo Osório Car-

doso a atender parcialmente suas principais reivindicações (imediato pagamento do soldo, ampla anistia, aquisição de víveres, munições e fardamentos).

Embora fosse péssima a situação do soldado, tal como nas demais regiões brasileiras, não havia no extremo-sul a mesma repulsa ao recrutamento. Em outras áreas do Brasil, "*as turmas de recrutamento eram tão temidas pela população como o próprio demônio*"¹⁷. As classes dominantes e as classes médias obtinham isenção do serviço militar e, nas raras vezes em que se dispunham a apresentar-se aos quartéis, somente o faziam como candidatos ao oficialato. Os trabalhadores pobres das cidades, os marginais, os ex-escravos e escravos, não contando com as mesmas possibilidades, eram seguidamente perseguidos e obrigados, através da violência, a constituir as fileiras das tropas oficiais:

*"Para preencher os claros do exército, era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com suas noitadas de álcool, enfim, os párias, os egressos daquela sociedade cheia de preconceitos contra os militares"*¹⁸.

No Rio Grande, a reação da população era distinta. A tradição guerreira formava uma cultura política de respeito à atividade das armas. A estrutura militarizada tornava possí-

vel a aceitação da população em ingressar nas fileiras das tropas oficiais ou em participar eventualmente das milícias. Esta realidade era única no quadro brasileiro, como assinalou Werneck Sodré:

"Ao mesmo tempo que, no resto do território colonial, existe a refratariedade ao recrutamento militar, procurando mesmo os senhores de terras cobrir-se contra ele através das isenções — isenções que serão extensivas ao colono açorita que se destina às zonas do sul, pelo menos em caráter formal — na Capitania de São Pedro, ao contrário, a própria organização da propriedade estabelece as bases de uma ativa arregimentação militar: o estancieiro é, antes de tudo, um chefe de bando armado, arrastando a qualquer momento a sua tropa e juntando-a à tropa de linha, quando é o caso, operando por conta própria na maior parte das vezes"¹⁹.

A organização da propriedade na forma de "estância" e a organização da produção em regime pastoril ajustavam-se às necessidades de guerra. A formação dos exércitos milicianos privados, preponderantes nas lutas do sul, tornava-se possível devido às características da principal atividade produtiva local. O tipo de trabalho do peão (prear o gado, transportá-lo, carneá-lo, capar o touro, tosar as ovelhas, etc.) exigia esforços concentrados mas com consideráveis lacunas de "tempo livre", utilizadas pelos estancieiros nas atividades guerreiras. Tratava-se de um trabalho sazonal, semi-assalariado, mui-

tas vezes pago com meios de subsistência ou com favores, refletindo o atraso das relações de produção. O trabalho pastoril propriamente dito possuía baixa produtividade. Daí o interesse dos estancieiros nas guerras. Através delas poderiam apropriar-se de mais terras, pilhar manadas de gado e ampliar sua riqueza. Assim, as próprias formas de produção impunham certas relações econômicas e políticas que estabeleciam o compromisso dos estancieiros com as guerras..

A militarização que marcou a estrutura da sociedade gaúcha em parte será conservada e em parte será modificada com a alteração da estrutura produtiva local. Estamos nos referindo à emergência do escravismo no Rio Grande do Sul. A partir do início do século XIX, a produção do charque, realizada essencialmente através do trabalho escravo, tomou grande impulso em virtude da expansão do mercado interno brasileiro para este produto (utilizado para a alimentação dos escravos das zonas de produção açucareira e cafeeira). As charqueadas transformaram-se, em poucas décadas, na principal atividade produtiva local, de modo a tornar as relações escravistas predominantes na estrutura da sociedade.

Os chefes estancieiros/militares, enriquecidos através da pecuária ou dos ganhos "extras" das guerras, investiram no novo negócio e tornaram-se senhores de escravos. Enquanto proprietários das charqueadas, os estancieiros passaram a depender menos dos favores reais. O êxito econômico ficara condi-

cionado à posse de escravos e à capacidade de administrar a empresa. Isto implicou a modificação mas não a redefinição do papel do estancieiro oligarca. Ou seja, ao mesmo tempo em que fragilizavam-se os mecanismos através dos quais os estancieiros obtinham para si e para o seu clã bens materiais e simbólicos, criavam-se novas formas de apropriação de riqueza que reforçavam o seu poder pessoal e as relações patriarcais pré-existentes. A condição de chefe de clã familiar e as formas tradicionais de liderança sobre os antigos subordinados foram mantidas e reforçadas pela nova posição assumida. As relações patriarcais persistiram, fortalecidas, passando a conviver com uma relação heterogênea, tipicamente escravista.

As novas relações escravistas baseavam-se exclusivamente na força. Para o senhor, o escravo era uma mercadoria comprada em virtude de sua função produtiva. O escravo nada possuía, nem sua própria força de trabalho. Ele não recebia nenhuma gratificação por seu trabalho. O senhor não estabelecia qualquer troca de favores com ele, apenas o obrigava a trabalhar através da coerção pura e simples. Já o peão era um trabalhador livre. Em caso de desentendimento com o chefe estancieiro, ele podia, no limite, abandoná-lo e procurar outro estancieiro para oferecer seus serviços. Embora também existisse violência na relação entre o estancieiro e o peão, este não era o componente fundamental da relação e esta violência tinha limites, pois o peão era um homem armado e treinado na atividade guerreira. A dominação dos chefes estancieiros realizava-se principal-

mente através de laços de fidelidade pessoal. O peão mantinha-se dependente em virtude da troca de favores e da devoção pessoal do chefe estancieiro.

A relação anteriormente existente entre a força de trabalho e as guerras foi desfeita. Não era possível utilizar o escravo como membro de um bando armado, pela razão óbvia de que um homem armado e com cavalo, naqueles campos abertos, poderia facilmente fugir ou atacar aqueles que queriam mantê-lo escravizado. Os peões livres continuavam a formar o grosso das tropas milicianas privadas, mas este setor, desvinculado da atividade produtiva principal, decrescia numericamente, tendendo ao desaparecimento. De um lado, porque os peões passaram a ser aproveitados nas estâncias em número bem mais reduzido e, sem alternativas, empobrecidos, muitos iam para as cidades e sobreviviam através de outras atividades. De outro, porque eles constituíam a grande parte da massa humana aniquilada nos encarniçados confrontos armados.

A relação entre a produção de mercadorias e as guerras alterou-se. Anteriormente, os estancieiros tinham interesse nas guerras porque elas representavam a possibilidade de um "ganho extra", superior aos ganhos obtidos com as atividades regulares de comercialização do gado e dos seus derivados. Mas esta situação modificou-se no período imperial na medida em que o poder real passou a restringir a apropriação privada de bens nas guerras e em que afirmou-se a ordem jurídica legal. O in-

teresse dos estancieiros com as guerras se manteve, mas com um novo significado. As guerras tornaram-se um meio de os estancieiros prejudicarem a produção de charque dos concorrentes platinos. Os saladeiros do Rio da Prata levavam vantagem sobre as charqueadas rio-grandenses por várias razões, especialmente por duas: a política de taxas e impostos nos países vizinhos era mais favorável do que aquela existente no Brasil; a indústria platina era mais produtiva, na medida em que era mais desenvolvida tecnologicamente e em que já estava organizada em moldes capitalistas. Como faltava aos estancieiros/charqueadores influência junto ao poder imperial para alterar a política de impostos (os grupos da agroexportação açucareira e cafeeira, politicamente dominantes, tinham interesse em manter baixos os preços do charque sulino), eles se utilizaram do principal instrumento que possuíam para fazer valer seus interesses: o poder militar. Este poder, ora voltado contra o governo imperial, ora junto com o Império contra forças dos países vizinhos, continuou a marcar o comportamento político das classes dominantes rio-grandenses.

A dominação dos chefes estancieiros/militares/senhores de escravos permaneceu sendo realizada através de uma estrutura política militarizada. Ampliava-se o número de desembargadores e doutores na direção da administração política local, mas mantinha-se forte a presença militar nestas esferas, assim como o esquema militar de sustentação do governo. As oligarquias de estancieiros/militares continuavam a exercer a hegemonia po-

lítica sobre a sociedade local.

Em contrapartida, a "sociedade guerreira" deixava progressivamente de existir. Grande parte da população, excetuando os peões, não mais se encontrava diretamente envolvida com a atividade guerreira. A urbanização, a crescente divisão do trabalho, a diversificação e a especialização das atividades exercidas conformavam um novo quadro onde delineava-se a distinção crescente entre sociedade civil e organização militar. Teve início um processo de profissionalização da atividade militar e de fortalecimento das forças regulares. As milícias privadas ainda cumpriram um papel relevante nos conflitos que se seguiram, mas elas haviam deixado de ser preponderantes, como anteriormente, cedendo lugar para a afirmação das tropas profissionais.

A militarização que marcara a formação da sociedade gaúcha, portanto, transformava-se. Anteriormente, as tropas regulares locais eram consideráveis, mas a enorme capacidade militar da região devia-se ao processo de arregimentação de parte expressiva da população local para as milícias privadas. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho e com a quebra da singular combinação entre atividade produtiva, força de trabalho e guerras, o quadro militar modificou-se e as milícias privadas perderam a força que possuíam enquanto as forças oficiais se fortaleceram. As classes dominantes locais, contudo, mantiveram o seu poder militar. O poder, que antes era oriundo,

especialmente, do controle de forças militares privadas, transformou-se em poder oriundo da influência direta ou indireta no interior das instituições militares oficiais fortalecidas.

A "sociedade guerreira" deixara de ser "realidade objetiva", mas criara uma tradição política profundamente enraizada na cultura local. Enquanto "realidade subjetiva", esta tradição viria a exercer forte influência na política do Rio Grande do Sul.

3 - CLASSES DOMINANTES E FORÇAS MILITARES NO RIO GRANDE DO SUL

a) As classes dominantes locais

A classe dominante formada no processo de constituição da sociedade gaúcha originou-se de dois grupos fundamentais: oficiais militares de procedência diversa e aventureiros "paulistas" e "lagunenses" preadores de gado. Muitos militares tornaram-se estancieiros em virtude das terras recebidas por seus serviços à Coroa:

"como prêmio pelos serviços prestados nas primeiras campanhas que tiveram por teatro as terras do Rio Grande, os oficiais da tropa, os primeiros Dragões e os alistados das fileiras de auxiliares iam recebendo as sesmarias de campos onde fundavam as suas estâncias"²⁰.

Os preadores de gado, que haviam enriquecido com o comércio do couro e obtido concessões de sesmarias para formarem suas fazendas, eram chefes guerreiros de bandos armados. Mantinham suas tropas particulares, em primeiro lugar, para defender suas posses, pois podiam a qualquer momento ser atacados por outros bandos que resolvessem encurtar serviço apro-

priando-se de manadas já preadas. Em segundo lugar, para que eles mesmos pudessem ampliar seus bens, pilhando o gado das estâncias missioneiras, castelhanas e mesmo luso-brasleiras. A rapinagem e o tráfico de gado eram práticas usuais, dada a fragilidade da ordem jurídica legal e a permissão do poder central - que até incentivava as arraiadas nos campos castelhanos. Como relata Saint-Hilaire, não há *"nada mais comum aqui que roubos de animais. É tão banal este gênero de furto, que chega a ser visto como causa legítima"*²¹.

Muitos ex-militares, desertores dos Dragões ou da tropa insatisfeitos com os baixos soldos e com os árduos serviços, aventuravam-se nas atividades de pilhagem e tráfico de gado, bem como de contrabando de outros produtos que lhes permitissem um caminho mais fácil à riqueza. Outros, não se julgando em condições de tal aventura, abrigavam-se sob a proteção de chefes estancieiros, integrando-se às suas tropas. A deserção também era um procedimento tão generalizado que não implicava nenhuma punição.

Os pequenos pilhadores de gado, quando acumulavam fortuna suficiente ou se destacavam nas guerras contra as forças hispano-castelhanas, transformavam-se em estancieiros e, tal como estes, também eram chefes de bandos armados, também lutavam nas guerras e eram muito úteis para a Coroa lusa pelos desgastes provocados na linha fronteiriça inimiga. Havia um forte entrelaçamento entre estes vários grupos. Em alguns casos, os papéis se mesclavam completamente, como ocorreu com

Borges do Canto: desertor dos Dragões que se havia tornado pilhador e contrabandista, recebeu, em virtude dos seus feitos nas Missões, a patente de capitão e, juntamente, sesmarias no vale do Camaquã, tornando-se ao mesmo tempo oficial militar e estancieiro.

O oficial que recebia terras guardava uma dívida com a Coroa que seria paga nos enfrentamentos com os castelhanos. Também era de seu interesse a defesa das fronteiras, pois isto não significava outra coisa senão a manutenção das suas próprias terras: *"na qualidade de militares, e em recompensa por serviços militares, é que se haviam tornado proprietários; como militares deveriam defender o que lhes pertencia"*²².

Os serviços dos chefes estancieiros e suas milícias irregulares eram freqüentemente requeridos pela Coroa em virtude da qualificação e adequação destas tropas para os confrontos fronteiriços. Além de maior conhecimento da região e maior habilidade na cavalaria, os bandos guerreiros sulinos estavam acostumados a ações de guerrilha e aos deslocamentos rápidos, impossíveis para os exércitos regulares europeus, em geral extremamente carregados, lentos, rigidamente estruturados, treinados para um tipo de guerra completamente distinta daquelas efetivamente travadas no extremo-sul.

Os bandos guerreiros, por suas próprias características constitutivas, eram avessos aos padrões disciplinares dos exércitos europeus. Enquanto estes últimos assentavam a sua

organização em regulamentos escritos, na impessoalidade do mando e na rotina da obediência às ordens dos militares hierarquicamente superiores; os primeiros se organizavam em torno da pessoa do chefe estancieiro, e somente se submetiam às suas ordens e leis pessoais - em caso de grande discordância com elas, rompiam a relação, procurando outro chefe guerreiro. Alguns formavam o seu próprio bando especialmente para a atividade de pilhagem de gado, que somente requeria habilidade e valentia.

O êxito nas distintas ações armadas dependia menos do aparato militar e mais de atributos pessoais. A capacidade de iniciativa e a impetuosidade conjugava-se a indisciplina tão marcante nas tropas gaúchas - como indica Fernando Henrique Cardoso:

"(...) as condições de luta naquelas fronteiras - vastas, sem muitos pontos defensáveis solidamente pela própria configuração natural da região e onde a perícia na utilização do cavalo e no golpe de surpresa constituíam elementos estrategicamente decisivos - tornavam a própria ordem militar não diria mais rígida, porém mais dependente, para a sua preservação, da existência de pessoas com qualidades e incentivos (como a coragem pessoal e a ousadia diante do inimigo) que as tornavam, ao mesmo tempo, pouco aptas para a submissão aos regulamentos e à rotina. Da bravura e impetuosidade à indisciplina e ao desmando a diferença é pouca, quando a ordem militar e a própria sociedade não possuem con-

*dições necessárias para manter os mecanismos regulares de obediência e a noção do dever, isto é, respeito à ordem jurídica instituída"*²³.

Os estancieiros/chefes militares locais, ainda que aca-
tassem a ordem "legal" instituída pelo poder metropolitano,
impunham muitas vezes a sua própria "legalidade", baseada nos
seus valores éticos e morais e sustentada pelo poder que lhes
conferiam as suas tropas armadas. A indisciplina dos chefes
caudilhescos gaúchos era de certo modo tolerada, pois a Co-
roa não podia prescindir dos seus serviços: reside aí a gên-
ese da autonomia regional das camadas dominantes e forças
militares do Rio Grande. Como afirma Sandra Pesavento, a Co-
roa portuguesa precisava do

*"concurso de estancieiros com seus homens pa-
ra a defesa da terra. Foi com isso, obrigada
a transigir com os senhores de terra no Rio
Grande do Sul, outorgando-lhes poder, auto-
ridade (...). Este poder dos estancieiros,
exercido muitas vezes na defesa dos seus in-
teresses privados, entrou seguidamente em
choque com a autoridade dos comandantes mi-
litares que representavam os interesses da
Coroa. Todavia, a importância do estancieiro
soldado com suas forças irregulares fez com
que a Coroa permitisse uma certa autonomia do
poder local em relação à administração lu-
sa"*²⁴.

As constantes guerras possibilitavam aos estancieiros -
em contrapartida ao ônus financeiro que elas representavam -

a apropriação de bens diversos, gado e terra, considerados como recompensa aos seus esforços, embora o posicionamento da Coroa nem sempre fosse concordante. O poder dos chefes guerreiros chegava ao ponto de decidirem sobre questões de propriedade das áreas conquistadas:

*"ã revelia do governador do Rio Grande do Sul, Rafael Pinto Bandeira, autoridade militar na zona conquistada, ẽ quem faz a partilha das terras e a sevão instalando os oficiais de Dragões e de Ordenanças, funcionários do Estado, simples praças das tropas de milícias, os amigos e colaboradores do bravo chefe da fronteira"*²⁵.

Daí se vê a dimensão dos incessantes conflitos que opunham estancieiros e militares locais aos governadores e autoridades oficiais. Foi o caso de Rafael Pinto Bandeira, cuja influência e autoridade na região seguidamente tornavam-se inconvenientes à administração da capitania: o governador José Marcelino de Figueiredo armou contra ele um *"pro-cesso crime, apõs a expulsão dos espanhõis, com a acusação de se ter locupletado com as presas de guerra feitas em Santa Tecla"*²⁶. Quando julgado anos mais tarde no Rio de Janeiro, Pinto Bandeira foi absolvido, retornando ao Rio Grande com plenos direitos em relação às suas propriedades e ao exercício de suas funções militares, chegando, inclusive, a governar interinamente a capitania durante o período de 1784 a 1787. Destes embates entre representantes da Coroa e estancieiros/chefes guerreiros locais originaram-se as diferencia-

ções que iriam resultar na cisão das classes dominantes regionais e forças militares a elas vinculadas.

Os atritos com a Coroa tornaram-se mais frequentes e mais acentuados com o fortalecimento dos grupos estancieiros, decorrente da expansão econômica das charqueadas, a partir do final do século XVIII e início do século XIX²⁷. Como proprietários de escravos e da empresa do charque, os estancieiros passaram a deter meios de enriquecimento que não dependiam do favoritismo real. O crescente rompimento dos laços de dependência manifestava-se numa postura política, cada vez mais agressiva, de exigência de suas reivindicações econômicas e de maior participação nos centros de decisão. O poder real buscava controlar a insatisfação das classes dominantes locais fazendo algumas concessões. Em 1807, o Rio Grande de São Pedro, que até então encontrava-se na condição de capitania subordinada ao Rio de Janeiro, tornou-se "Capitania Geral", independente do Rio de Janeiro e subordinada diretamente ao Vice-Reinado do Brasil.

As transformações que ocorriam no mundo, com o movimento de independência das colônias inglesas, com a Revolução Francesa e com a fermentação política nas colônias sul-americanas, certamente deixavam o poder metropolitano temeroso de uma insubordinação do Rio Grande, pois a autonomia de sua classe dominante aliada ao grande peso militar e à vizinhança das colônias espanholas revoltosas criavam uma situação extremamente perigosa para os interesses lusitanos. Nesta pers-

pectiva, as invasões ao território da Banda Oriental realizadas pela Coroa Portuguesa (1811 e 1816/20) visavam, além do antigo sonho da estratégia expansionista lusa, a intimidação das classes dominantes rio-grandenses. Por trás da novelesca estória de D. Carlota Joaquina (contada em detalhes por grande parte dos historiadores), encontrava-se o receio da propagação das idéias emancipatórias pela região meridional do Brasil.

A luta emancipatória de Artigas era encarada pelos estancieros/chefes guerreiros da fronteira do Rio Grande com simpatia e solidariedade, mas também com reservas. Objetivos mais avançados do projeto artiguista, como a proposta de reforma agrária, não eram aceitos pelas elites proprietárias rio-grandenses. Como assinala Helga Piccolo, um *"projeto em que era defendido o livre acesso à terra, o que só se lograria com a liquidação das relações de subordinação pessoal entre os homens, ameaçava o tipo de dominação então vigente"*²⁸. Entretanto, existiam grandes identidades entre os estancieros rio-grandenses e seus compadres orientais emancipacionistas. Proximidades culturais e políticas forjaram-se em decorrência da atividade comum, vinculada ao gado e às armas, e da semelhança da história de formação destas classes, que se haviam tornando dominantes através das lutas armadas. Tanto uns quanto outros manifestavam um pensamento marcado pelo apego regionalista (provincialista para os rio-grandenses e nacionalistas para os orientais) e pela concepção do poder metropolitano (luso-espanhol) como parasitário²⁹.

A luta libertadora de Artigas constituía um exemplo extremamente perigoso para os interesses da Coroa portuguesa: o mito da invencibilidade do grande líder guerreiro "Protector de los Pueblos Libres" assim como os seus planos de formar uma larga confederação com os gaúchos da Banda Oriental, Entre-Rios, Corrientes, Córdoba, Santa Fé, Missões e Rio Grande precisavam ser totalmente destruídos. Este foi o sentido dos quatro anos de guerra que resultaram na ocupação militar lusa da região oriental (1820), artificialmente incorporada ao Reino com o nome de "Província Cisplatina".

A rebelião popular contra o domínio brasileiro, impulsionada em 1825 a partir da marcha dos famosos "treinta e tres orientales", foi exitosa no plano militar, entre outras razões, porque as milícias gaúchas não se dispuseram a participar ativamente da guerra:

"Para muitos dos que viviam no sul, a autonomia da Cisplatina não era uma solução inadequada, muito ao contrário. Sem o apoio desta tropa irregular, que sempre constituía a base militar para as lutas platinas, o Império não tinha condições para se empenhar a fundo numa guerra externa, em zona tão distante"³⁰.

As tropas regulares nacionais, reduzidas em virtude do regresso de um grande contingente de militares lusos após a Independência (em torno de 14.000 militares, mais da metade do total de efetivos), não eram suficientes para derrotar as forças castelhanas. Por sua vez, a desesperada tentativa de

reforçar as tropas imperiais através da contratação de mercenários ingleses, alemães e irlandeses demonstrou-se inócua e frustrante devido ao estado precário dos homens contratados. Sem contar com outras alternativas no plano militar, o governo brasileiro foi obrigado a concertar a paz.

Do ponto de vista das classes dominantes do Rio Grande do Sul, a guerra havia sido descabida: além de defender uma causa injusta (a tentativa de manter a Banda Oriental sob o domínio do Império brasileiro), também significara um pesado ônus financeiro para os estancieiros, pois dessa vez, diferentemente do passado, não houvera recompensas e mesmo qualquer tipo de indenização pelos danos e despesas decorrentes do conflito. A província, além disso, já vinha sendo onerada por pesados impostos que tornavam insuportável a concorrência do charque sulino com o mesmo produto platino, importado a baixos preços para os centros consumidores brasileiros. Como afirma Pesavento:

"Por trás deste tratamento preferencial ao produto estrangeiro, que forçava a baixa do preço do artigo rio-grandense, manifestavam-se os interesses do centro e norte do país, que queriam comprar alimento para os seus escravos a baixo custo"³¹.

O descontentamento dos grupos dominantes do Rio Grande ampliava-se ainda mais com a excessiva centralização do poder imperial e a inexpressiva possibilidade de sua partici-

pação nos centros de decisão.

Nesse contexto, as idéias republicanas e emancipatórias - vivas pelo exemplo das nações vizinhas - adquiriram corpo e expressão na eclosão da Revolução Farroupilha em 1835. A temida autonomia das camadas dominantes do Rio Grande do Sul assumiu a dimensão de enfrentamento armado ao poder central, fosse para alterar as relações políticas e econômicas existentes entre este poder central e as elites locais (instrumento de pressão para forçar o Império a modificar sua política de impostos e sua política centralista), fosse para rompê-las.

Existe uma controvertida discussão sobre as intenções mais ou menos "separatistas" do movimento farrapo entre os historiadores. De um lado, Alfredo Varela sustenta a tendência separatista da revolução como decorrência da própria natureza da região - "*o Rio Grande constitui um todo geográfico distinto*" - e das características culturais da população lá estabelecida, extremamente semelhantes às das sociedades platinas. Nesta perspectiva, o autor entende que o separatismo "*não era um simples sonho de ideólogos, anelo de alguns exaltados patriotas ou plano de escondida ambição, mas (...) tinha raízes profundas na consciência popular*"³². Estas raízes contextualizariam a ação política dos líderes farroupilhas e seus estreitos vínculos com os caudilhos da Banda Oriental - demonstrados através de vasta documentação. Estudiosos da cultura gaúcha, como P. Balduino Rambo e Manoelito de Orne-

las³³, sustentam posições semelhantes quanto às características culturais das sociedades rio-grandenses e platinas, identificando o "gaúcho" como um mesmo tipo social. Recentemente, o norte-americano Spencer Leitman retomou o raciocínio de Varela sobre o sentido separatista da revolta farrapa, utilizando também, como pontos de referência, autores e documentos uruguaios e argentinos³⁴.

De outro lado, a maioria dos historiadores rio-grandenses rechaça a tese "separatista", sustentando a natureza essencialmente brasileira do movimento farroupilha. Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Walter Spalding, J. Salis Goulart, João Pinto da Silva, Souza Doca, entre tantos outros, identificam contrastes relevantes entre as sociedades gaúcha e platina, considerando o Rio Grande do Sul como legitimamente inserido no processo de formação da nacionalidade brasileira - resultado do agrupamento e fusão de realidades heterogêneas correspondentes à vastidão continental do território nacional. A própria revolução farroupilha, vista por estes autores como um movimento *"intimamente vinculado aos focos de fermentação liberal de que resultaram todas as agitações e revoluções brasileiras da época"*³⁵, teria por finalidade:

*"nacionalizar a pátria; criar dentro dela o verdadeiro amor à terra natal; fazê-la grande e respeitada, completamente independente e capaz, por si só, de conhecer a grandeza de sua missão entre as nações livres"*³⁶.

O patriotismo dos líderes farrapos e suas intenções de unicamente pressionar o Império são indicados através de um grande número de documentos da época. Existem posições intermediárias como a de Rubens Barcelos, que identifica um sentimento de nacionalidade na epopéia farroupilha, embora considere esta rebelião filiada ao prolongado processo de convulsão política e social vivido nas duas margens do Prata³⁷.

Um mesmo problema empobrece as argumentações tanto de Varela como de Vellinho e outros: a tentativa de calcar seus posicionamentos em justificativas de cunho "naturalista", como se a geografia e as condições climáticas das regiões fossem fatores decisivos para a divisão territorial dos países³⁸. Historicamente, a formação e delimitação de territórios nacionais correspondem a processos de luta estabelecidos pelo choque de interesses econômicos e políticos de distintos grupos sociais. No caso latino-americano, da luta entre as elites coloniais e as camadas dominantes da metrópole e, depois, da luta entre as próprias elites/populações de distintas regiões decorre a formação dos Estados Nacionais. Não foram as condições "naturais" que determinaram a fragmentação da América espanhola em diversos países e a manutenção do território do Brasil-Colônia como uma só nação; foram as características diferenciadas da luta política que delinearam os processos de independência. O que a posição geográfica do Rio Grande (e, junto a ela, as relações econômicas e a proximidade das elites dos dois lados da fronteira) possibilitou foi a existência de diferentes alternativas políticas para a ação

dos estancieiros/chefes guerreiros rio-grandenses; ação esta definida por seus interesses econômicos e políticos, articulados pelos valores morais e éticos que informavam a sua visão de mundo.

A respeito da discussão sobre qual alternativa política realmente predominou entre os farroupilhas, existem alguns problemas não solucionáveis ao nível da comprovação documental. A maioria dos autores reconhece a existência de partidários dessas distintas estratégias políticas entre os farroupilhas, referindo-se, com maior ou menor ênfase, tanto aos que *"sonhavam com um Estado que incluiria as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, mais o Uruguai e o Rio Grande do Sul"*, como aos que buscavam *"alguma forma de relacionamento federal com o Brasil"*³⁸. No entanto, pouco consta nestes estudos sobre o peso relativo de cada grupo na relação de forças interna do movimento; ao passo que são controversas as interpretações sobre o posicionamento de algumas das lideranças-chave como Bento Gonçalves. As inúmeras denúncias de Silva Tavares e de outros imperiais sobre as articulações dos *"facinorosos pertencentes à facção de João Antonio Lavalleja"*⁴⁰ não eram fantasiosos artifícios políticos, como indica a própria correspondência de Bento Gonçalves/Lavalleja⁴¹. Por outro lado, os Manifestos e declarações oficiais de Bento Gonçalves referem-se com insistente frequência ao patriotismo do movimento, apontando, principalmente nos anos finais do conflito, a perspectiva de *"estreitar os laços federais à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza a nossos mais caros interesses"*⁴².

É difícil delimitar precisamente até onde os posicionamentos contraditórios de alguns comandantes farroupilhas decorriam da ambigüidade de suas posições ou de circunstâncias políticas da luta. É necessário considerar que sua retórica e suas ações correspondiam a táticas e estratégias políticas. Para viabilizar a conquista de suas reivindicações, as elites regionais precisariam fazer com que o Império acreditasse na "realidade" da ameaça separatista. Seu poder de pressão seria muito limitado, se não fossem criadas condições para o aprofundamento da separação junto aos caudilhos da Banda Oriental, Entre-Rios e Corrientes. De outro lado, uma articulação separatista deveria possuir um caráter sigiloso, sob pena de ser desde o início reprimida. A luta contra a "*facção retrógrada e anti-nacional*" poderia ser uma tática voltada à criação de condições políticas para viabilizar uma estratégia de separação. Assim, amplos setores não posicionados, sob pressão dos acontecimentos (cadeia de desentendimentos com o Império), poderiam ser convencidos de que a saída separatista era a única forma de resgatar a dignidade da Província e de viabilizar seu progresso econômico e social:

Não se pode descartar a possibilidade de que alguns comandantes do movimento farroupilha estivessem jogando com as duas alternativas, conforme fosse mais interessante política e economicamente. Se havia o interesse dos grupos estancieiros em manter o comércio do charque e couro com as outras províncias brasileiras, as vantagens econômicas prometidas pelos caudilhos uruguaios não eram desdenháveis e existia a

possibilidade de abertura de novos mercados (como foi feito no período da guerra). A posição dos comandantes da "República Piratini" acerca destas distintas alternativas poderia estar sujeita a alterações de acordo com as novas situações surgidas no desenrolar da guerra.

Os chefes farroupilhas dependiam de um jogo de alianças que seria definido pelos resultados das disputas entre as frações das classes dominantes dos países vizinhos. Os dois chefes caudilhescos que disputavam o poder no Uruguai, Rivera e Oribe, estabeleciam relações políticas tanto com os farrapos como com os imperiais. Um acordo entre o Império brasileiro e o governo uruguaio poderia sufocar o movimento rebelde, cuja sustentação dependia dos armamentos e munições obtidos na fronteira e da utilização do Porto de Montevideu para a exportação da produção rio-grandense (o Porto de Rio Grande encontrava-se controlado pelas forças imperiais). Esta situação levou a liderança farroupilha a tomar duas importantes medidas em 1839: estabelecer um pacto de auxílio mútuo com Rivera e expandir o movimento rebelde para Santa Catarina. As duas medidas possuíam o objetivo de garantir a sobrevivência do movimento farrapo. A proclamação da efêmera "República Juliana" - tida por alguns autores como "*prova indestrutível do sentido nacional da revolução*"⁴³ - não pode ser dissociada da situação dos conflitos platinos e da necessidade objetiva da "República Piratini" de dispor de um porto (Laguna) para comercializar seus produtos e adquirir armas.

O movimento farroupilha, após ter sido obrigado a recuar em Santa Catarina, aguardava ansiosamente os resultados da luta armada de seu aliado, Rivera, contra Oribe no Uruguai, e de seus aliados, os governadores de Corrientes e de Entre-Rios, contra Rosas, na Argentina. Os chefes castelhanos aliados haviam se comprometido, após o conflito, a "*prestar-lhe todos os auxílios e elementos de guerra de que precisar para terminar a luta que sustenta o Império do Brasil*"⁴⁴.

A vitória deles era fundamental para a viabilização do projeto de formação de uma Confederação comum. A não realização destas expectativas, em virtude do êxito militar do governo argentino e de Oribe no Uruguai, diminuiu o campo de possibilidades da ação dos chefes farrapos, uma vez que eles eram totalmente avessos ao projeto de Rosas.

A alternativa não-separatista foi se impondo, assim, no período final da guerra, quando outras possibilidades demonstraram-se objetivamente irrealizáveis e seus defensores entre os farroupilhas perderam terreno. Mesmo nesta situação, ocorreram algumas tentativas conciliatórias como a de Bento Gonçalves, que propôs em 1844 ao Barão de Caxias "*a formação de uma federação incluindo não apenas o Rio Grande e o resto do Brasil mas igualmente o Uruguai, Corrientes e Entre-Rios*"⁴⁵. O mais provável é que o movimento farrapo tivesse estado todos aqueles anos permanentemente tensionado por essas distintas alternativas, assumindo definições de acordo com as possibilidades de viabilização colocadas pelos acontecimentos e com a relação de forças entre os comandantes do movimento. As

brigas internas dos rebeldes no período final e o visível esgotamento de suas forças indicaram o caminho da negociação da paz. Os farroupilhas ainda contavam com um "trunfo" importante: a ameaça de Rosas. O crescimento das possibilidades de conflito no Prata - para o qual seria fundamental o apoio militar rio-grandense - permitiu um acordo em condições honrosas em 1845: anistia e reincorporação dos militares aos seus postos nas fileiras do Exército e da Guarda Nacional; direito de indicação do presidente da província; elevação das taxas de importação de produtos estrangeiros; entre outras.

As classes dominantes consolidaram, assim, uma certa autonomia regional; isto é, uma relação política com o poder central que lhes garantia, mesmo sob o centralismo imperial, um espaço político de decisão ao nível regional. A obtenção deste espaço político através de rebelião armada (a mais longa do período imperial) deveu-se às características dos grupos dominantes locais. Eles haviam se constituído como classe dominante na luta pela terra, pelo gado e pela defesa do território. Através da luta armada haviam se tornado senhores daquela região e do mesmo modo buscavam defender seus interesses econômicos e garantir um poder de decisão sobre a administração política local.

Em nenhuma outra região brasileira formaram-se classes dominantes com semelhante perfil. Tal como os senhores de engenho do nordeste e como os cafeicultores do Vale do Paraíba, os estancieiros/charqueadores gaúchos também eram senho-

res de escravos; contudo, diferentemente dos primeiros, não se valiam do poder oriundo da condição de classe senhorial para garantir seus interesses, mas sim do seu "poder militar". Diferentemente dos senhores de escravos do centro e do nordeste brasileiro, os proprietários sulinos não eram, em geral, oriundos de famílias da aristocracia portuguesa. Obtiveram títulos de nobreza não pela condição de descendentes dos servidores monárquicos, mas em virtude dos seus êxitos militares. Tornaram-se "aristocratas", embora nunca tenham chegado a assumir plenamente uma ideologia aristocrática. Não cultuavam os valores e os hábitos da aristocracia européia e nem a crença numa superioridade advinda de qualidades herdadas. Entendiam que os melhores, os mais virtuosos, deviam ser provados enquanto tais na prática (militar, política e administrativa), em função de suas capacidades efetivas e de sua conduta exemplar.

As classes dominantes do Rio Grande do Sul construíram uma visão de mundo fortemente marcada pelo modo de pensar "guerreiro/patriarcal" e pelo modo de pensar "militar". Tais formas de pensamento, amalgamadas, produziram uma concepção singular, soldando valores aparentemente contraditórios. De um lado, enfatizavam-se os valores de coragem, valentia, ousadia, impetuosidade próprios da atividade guerreira e ligados à capacidade de iniciativa, à autonomia de decisão e à rebeldia. Os chefes guerreiros desacatavam as leis e ordens superiores quando estas feriam suas próprias "leis", suas noções de "justiça e injustiça", seus valores morais e éticos

ancorados na cultura local. Tais valores sustentavam trocas simbólicas com seus subordinados. Os membros da família, os capatazes, os peões confiavam integralmente nos chefes guerreiros, na medida em que acreditavam na virtude de sua conduta e na justiça de suas proposições. De outro lado, no caso do modo de pensar "militar", propugnavam-se os valores de ordem, disciplina, respeito à hierarquia, próprios da organização militar. As noções de obediência às ordens superiores, de subordinação às autoridades, de rígida hierarquização da estrutura de comando conjugavam-se com as idéias de submissão ao Estado, de culto à autoridade estatal, de fortalecimento e de centralização do poder governamental e de valorização do Estado como órgão máximo, supremo tutor da sociedade. Como comandantes militares, pensavam a organização política da sociedade nos mesmos moldes da organização militar e procuravam colocar em prática tais princípios quando exerciam a direção da administração política local.

Os valores aparentemente contraditórios de "disciplina" e de "insubordinação" eram compatibilizados em virtude do conteúdo atribuído a eles pelos chefes estancieiros/guerreiros/militares. Consideravam a disciplina um valor fundamental. De um lado, porque, em geral, haviam sido longamente treinados na atividade militar, habituando-se à disciplina e incorporando-a nas suas práticas. De outro, porque precisavam manter sob controle e domar aquela peonada marginalizada, corajosa e arisca, tendencialmente rebelde, que compunha as tropas milicianas e dava sustentação aos clãs familiares. O

tipo de indisciplina aceito pelos chefes guerreiros era aquele que praticavam e que não diferia muito do usualmente praticado nas esferas dirigentes militares. Era o tipo de indisciplina do comandante militar que, frente a uma grave discordância com as autoridades superiores, não vislumbra outras alternativas, senão duas: a subordinação e a insubordinação. Apesar de rebelarem-se contra o governo central, os estancieiros gaúchos em nenhum momento atacavam a instituição estatal. Cultuavam a autoridade do Estado e defendiam a necessidade do exercício de sua função tutelar, na medida em que, ao terem a pretensão de classe dominante vocacionada ao poder (e, como tal, de exercer o poder ao nível local), percebiam a necessidade de um poder centralizado, forte e respeitado, para garantir a subordinação da população.

A hierarquia e a obediência à autoridade eram cultuados pelos estancieiros, mas tais valores, adaptados às relações patriarcais existentes, adquiriam um conteúdo diferenciado daquele propriamente militar. Segundo os princípios de organização militar, o mando e a subordinação deveriam obedecer a regras abstratas impessoais, enquanto a obediência ao chefe guerreiro era fundamentalmente pessoal, decorrente de laços de lealdade pessoal. Contudo, esta diferenciação era, na prática, tênue, ou mesmo inexistente, em virtude da precária afirmação da ordem militar naquele período. Um caso exemplificativo: o Coronel da Guarda Nacional Bento Gonçalves, fora suspenso, por ordens superiores, das suas funções de comando mesmo antes de irromper a Revolta Farroupilha, mas, em virtude da autoridade política e moral que gozava, abteve a

adesão da maioria dos oficiais e das tropas da Guarda para o movimento rebelde. Os princípios da Constituição da "República Piratini". No entanto não correspondiam à rebeldia movimento que a instituiu: consagravam a ordem social escravocrata e uma organização política ordeira. A experiência militar/guerreira dos chefes estancieiro desenvolvera um modelo autoritário de direção e de liderança sobre os subordinados, que foi transposto para o plano da organização social e do poder político.

As classes dominantes gaúchas, portanto, construíram uma visão de mundo particular no contexto brasileiro: uma visão fortemente marcada pela origem e pela trajetória política destas classes dominantes. Originárias de chefes guerreiros de bandos armados e de comandantes militares, formadas como dirigentes de uma sociedade local "militarizada", estas classes dominantes, militarmente poderosas e politicamente autônomas, criaram como visão de mundo um universo de valores morais, éticos e políticos muito próximos àqueles cultuados nas instituições militares. Tal identidade viria a se tornar fundamental para a construção, no Rio Grande do Sul, de um projeto político "militarizado".

b) As forças militares no Rio Grande do Sul

As forças militares constituídas no processo de formação do Rio Grande do Sul possuíam características particularmente regionais. Enquanto as tropas oficiais do centro do país eram

estruturadas segundo modelos europeus de organização militar, as tropas oficiais no Rio Grande do Sul, os já mencionados Regimentos de Dragões, possuíam características semelhantes às milícias privadas dos estancieiros gaúchos. Os Dragões usavam os mesmos métodos de luta tradicionalmente usados pelos bandos armados gaúchos como os ataques de surpresa e as ações de guerrilha, que demonstravam grande eficácia nos enfrentamentos armados no extremo-sul. Diferentemente dos exércitos regulares europeus, grandes e extremamente carregados, que avançavam lentamente em direção ao inimigo, os Dragões, assim como as milícias privadas gaúchas, atuavam nas guerras através de ações rápidas, valendo-se, sobretudo, da agilidade de deslocamento e da capacidade de improvisação. O êxito destas tropas sulinas dependia menos do aparato militar e mais de certas qualidades pessoais dos soldados e comandantes tais como habilidade; coragem e ousadia. Este tipo de guerreiro corajoso e impetuoso não se enquadrava nos padrões disciplinares dos exércitos regulares europeus. Tal como as milícias privadas, os Regimentos de Dragões não se orientavam pelas regras de funcionamento do modelo de organização militar europeu. Possuíam uma estrutura menos rígida e menos presa a definições de regulamentos escritos. A obediência do soldado-dragão e do miliciano devia-se, fundamentalmente, à autoridade pessoal do chefe guerreiro/militar.

Diferentemente da oficialidade do centro do país, os chefes militares do Rio Grande do Sul não eram de origem aristocrática. Obtiveram títulos de nobreza em virtude dos seus êxi-

tos militares. Através da luta armada, comandantes militares e chefes guerreiros locais adquiriram terras, riquezas e poder político, tornando-se o principal setor das classes dominantes regionais. Por exercerem considerável influência no interior das tropas oficiais e por controlarem as poderosas milícias privadas, forças imprescindíveis nas lutas travadas na fronteira meridional, contavam com um "poder militar" que lhes permitia estabelecer uma relação de autonomia política com o governo central. Esta autonomia significava a ampliação do poder de decisão das classes dominantes locais sobre as questões econômicas e políticas relevantes ao nível regional. O exercício deste poder de decisão das classes dominantes regionais em benefício de seus interesses privados seguidamente provocava atritos com os representantes dos interesses do governo central. Reside aí a origem da divisão política das classes dominantes regionais e das forças militares a elas vinculadas. As constantes disputas políticas, resolvidas muitas vezes através de confrontos armados, mantinham vivos os fortes vínculos entre militares e classes dominantes locais.

A existência da estreita ligação entre classes dominantes locais e militares, da autonomia regional e da divisão política no interior das forças militares era possível em razão do estágio ainda inicial de construção do Exército Nacional. Neste sentido, o termo "forças militares" (por nós utilizado) é significativo, pois informa a diversidade de organizações militares e a inexistência do monopólio legal da ação armada. Não existia propriamente um Exército Nacional: as tro-

pas oficiais eram corpos heterogêneos, pouco qualificados e pouco centralizados.

Durante o período colonial, o sistema militar era totalmente inorgânico. Os diversos corpos armados organizados nas regiões não obedeciam a um comando centralizado. Recebiam denominações variadas, modificadas com o passar das décadas. Inicialmente, os diferentes corpos eram chamados de "companhias de ordenanças". Com o agrupamento destas companhias, mais tarde, formou-se o "terço" que, por sua vez, deu origem aos "regimentos" (que correspondiam a dez companhias de cem homens) e aos "terços-auxiliares" (que também receberam a denominação de "milícias"). Os regimentos passaram a se chamar "tropas de linha" (ou "tropas de primeira linha"), forças regulares (serviço remunerado) responsáveis pelas operações de guerra. Os terços-auxiliares ou milícias (ou "tropas de segunda linha"), forças auxiliares (serviço obrigatório e não remunerado) das tropas de linha, eram utilizados, na medida das necessidades, para a defesa das fronteiras e outros conflitos que exigissem a mobilização de um grande contingente militar. Também existiam os "corpos de ordenança" (ou "tropas de terceira linha"), forças estacionárias limitadas ao município. Pouco preparadas para atividades propriamente militares, estas últimas, em geral, exerciam funções policiais e administrativas. Em cada local, as tropas de primeira, segunda e terceira linha possuíam denominações e feições organizativas distintas.

A primeira iniciativa importante no sentido da organiza-

ção de um exército mais forte e mais centralizado foi a reestruturação realizada pelo governo imperial em 1824. O sistema militar foi reorganizado, as antigas milícias e ordenanças foram reagrupadas, formando as tropas de segunda linha (as tropas de terceira linha foram extintas), e os corpos de primeira linha foram reforçados e uniformizados nacionalmente em suas funções e denominações, reduzindo as disparidades organizativas regionais. De acordo com esta reforma, os "Dragões" foram transformados em Regimento de Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A recomposição dos quadros das tropas de primeira linha (o chamado "exército pago") e a tentativa de dar organicidade ao sistema militar, contudo, não foram bem vistas pela fração liberal das classes dominantes do centro do país, que não concordava:

*"(...) com a existência de uma força militar permanente, disciplinada e profissional, ou seja, com a existência de um Exército nacional. Sua preferência sempre fora por uma milícia civil, uma força de cidadãos-soldados sob comando regional"*⁴⁶.

A fração liberal temia que com o fortalecimento do Exército ele viesse a se tornar uma guarda pretoriana a serviço do Imperador. Deste modo, quando teve oportunidade e poder durante o governo regencial em 1831, implantou nova reforma no sistema militar, reduzindo os efetivos do Exército para menos

da metade do número anterior. Para completar o enfraquecimento das tropas de linha, a elite liberal do centro do país buscou impedir-lhes o monopólio legal da ação armada de grande porte com a criação da Guarda Nacional, uma organização militar permanente, distribuída por todo o território nacional, subordinada aos Juizes de Paz, aos Presidentes das Províncias e ao Ministério da Justiça. Suas atribuições amplas e semelhantes às do Exército (defender a constituição, a liberdade, a independência, a integridade do Império, manter a obediência às leis, etc.) correspondiam aos propósitos da fração liberal, então no poder, de dividir e enfraquecer as forças militares e de afastá-las dos centros de decisão política.

Inspirada na força francesa de mesmo nome, a Guarda Nacional formou-se com os efetivos das antigas tropas de segunda linha, posteriormente renovados e ampliados. O serviço na "*milícia-cidadã*" era obrigatório e pessoal e válido pelo prazo de quatro anos. Todos os brasileiros, de idade variável entre 21 a 60 anos e cidadãos filhos-família dispendo de rendas para serem eleitores eram qualificados guardas nacionais"⁴⁷. As restrições econômicas não impediam a participação de numerosos setores das classes médias (pequenos proprietários rurais, comerciantes, assalariados do setor de serviços), que formavam o grosso das tropas. Os postos de comando, de um modo geral, eram exercidos por membros das classes dominantes, escolhidos num primeiro momento através de eleições e depois através de indicação governamental. Por sua composição social, e por sua própria estrutura, a Guarda Nacional encontrava-se, na maior

parte das províncias, intimamente vinculada às elites regionais. Daí decorre a particular e paradoxal situação conformada nas lutas no Rio Grande do Sul: uma vez que a maioria dos estancieiros/chefes guerreiros, fração majoritária das classes dominantes locais, havia aderido à Rebelião Farroupilha, a Guarda Nacional, que vinha sendo fortalecida pela Regência, voltou-se contra esta; enquanto o indesejado Exército manteve-se fiel ao poder central⁴⁸.

A insubordinação da Guarda Nacional em prol da Revolução Farroupilha foi um elemento importante na gestação da crise que impediu a consolidação e o desenvolvimento destas forças. A crise foi produzida pela contradição entre a proposta original da "milícia-cidadã" e o papel efetivamente assumido pela organização em um contexto social e político perverso. Vários aspectos do pensamento que originara a constituição desta força demonstraram-se inadequados para a realidade brasileira do período monárquico. Os princípios democráticos, inspirados no modelo francês, de eleição dos quadros da oficialidade não eram compatíveis com as relações estabelecidas em uma sociedade ainda escravocrata, onde o principal fundamento de autoridade era a pura e simples coerção. Em virtude da pressão exercida pela aristocracia e outros segmentos das classes dominantes, que não aceitavam arriscar em eleições as suas posições socialmente privilegiadas, estes critérios foram gradativamente eliminados.

Ao contrário do que pressupunham os seus criadores, o sim-

ples fato da Guarda Nacional ser composta pela população civil de média e alta renda não garantiu o seu destino enquanto instrumento de manutenção da ordem estabelecida. Este papel foi cumprido no caso de algumas revoltas populares no nordeste brasileiro, mas não se verificou na longa e vigorosa Rebelião Farrapilha. Descontente com esta situação, o governo central adotou medidas visando eliminar a autonomia e a descentralização da "milícia-cidadã". Neste sentido, procede a afirmação de Liêge Azeredo da Silva de que o posicionamento da Guarda Nacional no conflito farrapo influenciou diretamente o caráter centralizador da lei que reorganizou a força em 1850⁴⁹. Isto é indicado pelo texto de um decreto governamental, anterior à lei geral de reestruturação da força de 1850, voltado especificamente para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:

"Decreto nº 570 - de 22 de fevereiro de 1850.

.....

"Regulamento Provisório para a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Art. 1º - Os Conselhos de Qualificação na Província de S.P. do Rio Grande do Sul, serão compostos de 3 oficiais da Guarda Nacional, escolhidos pelo Presidente.

"Art. 2º - De suas decisões haverá recurso para o Presidente, que marcará o prazo e a forma da sua interposição.

"Art. 3º - O Presidente assinará a cada Conselho o distrito, dentro do qual deve fazer a qualificação.

.....

"Art. 7º - Sempre que o número de qualificados o permitir, o Presidente formará de cada categoria Corpos, Esquadrões, Companhias ou seções de Companhias, e com seus Oficiais, e Inferiores.

"Art. 8º - Concluída a qualificação, o Presidente designará os Corpos, Esquadrões e Companhias, que se devem formar, seus respectivos distritos e armas.

.....

"Art. 10 - O Presidente da Província fica autorizado a nomear provisoriamente para Comandantes Superiores, de Legião e Corpos, Oficiais de 1ª Linha, sempre que as circunstâncias o exigirem.

"Art. 11 - O Presidente nomeará os Oficiais, que a nova organização da Guarda exigir; mas tanto a organização, como as nomeações, ficam dependentes da aprovação do governo.

(...) ⁵⁰.

O mesmo conteúdo deste decreto marcou a reforma geral implementada meses depois (setembro de 1850). Através desta reforma, a Guarda Nacional foi ao mesmo tempo centralizada e desqualificada em suas funções originais. Perdeu seu caráter municipal, ficando diretamente subordinada ao Presidente da Província e ao Ministério da Justiça. Os critérios eletivos foram totalmente anulados, substituídos por nomeações diretas das autoridades provinciais e governamentais. Novas formas de controle político foram adotadas para a punição dos crimes de conspiração, rebelião e insurreição.

A partir da reorganização de 1850, a Guarda Nacional passou a atuar como "milícia-eleicoeira" (instrumento coercitivo para assegurar resultados eleitorais), o que levou a instituição ao desgaste e à perda de respeitabilidade social. Totalmente transfigurada em suas funções originais, não sendo mais defendida nem por seus próprios genitores "liberais", a Guarda Nacional foi perdendo aos poucos terreno para o Exército e para os organismos policiais-militares regionais.

Ao contrário da Guarda Nacional, o Exército vivia um processo de fortalecimento. Embora ainda fosse muito inorgânico, suas contradições internas, diferentemente daquelas da "milícia-cidadã", não produziam efeitos desestruturadores. Organizado segundo os moldes militares convencionais, o Exército vinha demonstrando ser mais ajustado ao contexto do Brasil Imperial e mais capaz, operacionalmente, de responder às demandas militares existentes. Em virtude das guerras externas do período, recebeu constantes injeções de recursos materiais e humanos e teve oportunidade de qualificar oficiais e soldados no teste das armas e de formar uma equipe dirigente legitimada por seus feitos nas batalhas. Com os êxitos militares, o Exército conseguiu se fortalecer ideologicamente (criando "heróis" e uma ideologia de valorização da atividade militar). Especialmente, a guerra contra o Paraguai possibilitou ao Exército ampliar consideravelmente os seus contingentes e adquirir confiança, coesão interna e respeito público nunca antes conhecidos.

O crescimento rápido de um exército, que obtivera êxito nas batalhas, reacendeu a velha polêmica sobre as formas mais adequadas de organização militar. De um lado, a visão liberal sustentava que seria desnecessária a manutenção de um exército permanente de grande porte, pois a experiência do conflito paraguaio havia mostrado que todo cidadão poderia ser transformado em pouco tempo em um soldado, garantindo a defesa nacional. De outro lado, os comandantes militares defendiam o fortalecimento do Exército, pois se o crescimento improvisado de uma força pouco preparada e pouco equipada possibilitara um resultado favorável no Paraguai, as dificuldades enfrentadas na guerra haviam tornado evidente a necessidade de aperfeiçoamento bélico e de qualificação das tropas. Como afirmou Campos Coelho:

"(...) a guerra tornara patente as graves deficiências do Exército e despertara nos oficiais aspirações de aperfeiçoamento profissional inéditas em sua intensidade. Puderam estas aspirações se alimentar, durante a guerra, com o volume de recursos que o governo canalizou para a sustentação das forças combatentes. As despesas do Ministério da Guerra atingiram os níveis mais altos de todo o período monárquico e no ano fiscal 1865/1866 constituíram 50% das despesas governamentais. Mas terminada a guerra elas declinaram aos níveis mais baixos de toda a história do Império, representando no ano fiscal 1878/1879 apenas 8% do total das despesas governamentais"⁵¹

Do mesmo modo, os efetivos do Exército, que haviam sido elevados durante o conflito (chegando a atingir em 1866 o número de 67.365 homens), foram bruscamente reduzidos para 14.817 homens em 1879 e para somente 11.748 homens em 1889 (Quadro II).

QUADRO II
EFETIVOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1848-1889)

A N O	EFETIVOS (Efetivo real)
1848	15.528
1849	16.915
1851	18.263
1852	19.552
1855	17.107
1857	15.347
1859	16.758
1862	17.577
1864	53.840
1866	67.365
1869	36.457
1871	19.323
1876	16.104
1879	14.871
1883	13.524
1887	13.152
1889	11.748

Fonte: Relatórios do Ministério da Guerra

A redução de verbas e de efetivos gerou grande descontentamento entre os comandantes militares, pois eles esperavam, com as vitórias obtidas nas guerras, o reconhecimento de sua importância para a sociedade. Eles não mais aceitavam "retornar ao antigo padrão de um Exército menor e menos conspícuo"⁵². Manifestavam-se, pela primeira vez na história do Exército, interesses nítidos de uma visão corporativa. Em reação à concepção liberal e à política do governo imperial, tomava corpo na área militar a defesa do fortalecimento do Exército regular enquanto uma organização permanente, numérica e belicamente forte, centralizada, coesa e respeitada socialmente.

O Corpo Policial de São Pedro do Rio Grande do Sul havia sido criado pelo Presidente da Província em 1837. Inconformado com a adesão de grande parte da Guarda Nacional ao movimento farroupilha, o Presidente pretendia, com a criação desta força armada, suprir as lacunas do serviço de policiamento e, ao mesmo tempo, reforçar as fileiras das tropas legais. A medida foi duramente criticada pelos dirigentes farroupilhas e tornou-se muito impopular. Devido à inexistência de voluntários, a criação deste Corpo Policial permaneceu "no papel" até 1841, quando foi efetivamente organizado. O organismo policial-militar criado, no entanto, por razões políticas e por seu reduzido "poder de fogo", não chegou a combater no conflito farroupo.

Inicialmente, o Corpo Policial era uma força muito pequena, mas com o passar das décadas começou a experimentar um

processo de fortalecimento. Até a Guerra do Paraguai, ele havia sido mantido com efetivos reduzidos, que variavam entre 200 e 400 homens, e suas funções limitavam-se ao serviço de policiamento. Convocado para auxiliar as tropas do Exército (primeira linha), o Corpo Policial pôde demonstrar na guerra sua utilidade militar através de uma atuação destacada nas batalhas. A partir daí, este organismo passou a ser utilizado em ações militares e os seus efetivos foram elevados consideravelmente, atingindo em 1889 o número de 769 homens (Quadro III). O fortalecimento do Corpo Policial também pode ser verificado pelo crescimento das verbas do orçamento provincial destinadas a este setor. Quando se iniciou o conflito com o Paraguai, elevaram-se os gastos com o Corpo Policial, atingindo o considerável percentual de 18,04% da despesa total da Província nos anos de 1865/1866. Após a guerra, os percentuais decaíram, mas foram mantidos na razoável faixa de 11% a 13%, alcançando, em 1888, 14,17% do total de gastos da Província (Quadro IV). As classes dominantes locais passaram a investir no Corpo Policial (através da destinação das verbas provinciais) na medida em que perceberam que esta força, diretamente controlada pelo governo local, poderia ter grande utilidade como o seu "braço armado", reforçando o "poder militar" de que dispunham.

QUADRO III
EFETIVO REAL DO CORPO POLICIAL DA PROVÍNCIA DE
SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (1841-1889)

A N O	EFETIVOS (Efetivo real)
1841	363
1845	431
1848	316
1849	405
1851	343
1852	323
1853	323
1854	343
1855	368
1856	393
1858	209
1859	317
1860	322
1862	314
1863	318
1864	311
1866	160
1867	122
1868	248
1869	252
1871	437
1875	567
1879	690
1889	769

Fonte: Relatórios e Falas do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

QUADRO IV
 DESPESAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
 COM O CORPO POLICIAL (1847-1888)

A N O S	DESPESAS COM O CORPO POLICIAL (Em contos de réis)	TOTAL DE GASTOS DA PROVÍNCIA (Em contos de réis)	PERCENTUAL
1847/1848	109:503\$802	1.183:681\$340	9,25%
1848/1849	68:741\$469	1.354:987\$777	5,07%
1850	90:394\$990	874:422\$996	10,33%
1852	83:570\$937	861:019\$721	9,70%
1855	114:009\$444	1.329:695\$604	8,57%
1857	150:604\$003	1.533:437\$743	9,69%
1859	119:682\$712	950:735\$830	12,58%
1861/1862	132:675\$650	900:724\$049	14,72%
1863/1864	133:857\$640	867:997\$572	15,42%
1865/1866	151:434\$835	839:223\$703	18,04%
1868/1869	160:668\$965	1.342:810\$863	11,96%
1872/1873	300:363\$900	2.203:688\$019	13,63%
1877/1878	302:014\$000	2.265:452\$823	13,33%
1879/1880	428:943\$181	3.607:361\$801	11,89%
1884/1885	445:062\$919	3.917:156\$570	11,36%
1888	456:545\$691	3.221:119\$883	14,17%

Fonte: Balanço Definitivo da Receita e Despesa da Administração da Fazenda da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (exercício de 1847/1888).

O quadro das forças militares estava se modificando e, ao mesmo tempo, as classes dominantes do Rio Grande do Sul também estavam alterando suas relações com estas forças. Anteriormente, os estancieiros exerciam influência sobre as tropas de primeira e de segunda linhas estacionadas na região, mas seu principal "poder militar" decorria da chefia de milícias privadas, fundamentais nas lutas sulinas. Com a institucionalização de parte das milícias privadas (que passaram, a partir de 1831, a integrar os corpos da Guarda Nacional), os estancieiros assumiram as posições-chave desta força, além de manterem sua influência sobre o Exército. Mas frente à crise da Guarda Nacional, eles gradativamente a abandonaram e procuraram investir mais no ainda pequeno Corpo Policial, que mantinham sobre o seu controle direto, e ampliar sua influência sobre o Exército, que vivia um processo de fortalecimento. As milícias privadas irregulares, organizadas em torno dos chefes estancieiros, ainda cumpriam um papel importante, mas este processo de alteração do quadro militar marcava a passagem de um período de predominância das forças irregulares para um período em que estas forças, ainda existentes, perdiam a relevância que possuíam, cedendo lugar para a afirmação do Exército regular.

Na mesma medida em que o Exército se fortalecia, crescia a influência das classes dominantes rio-grandenses no seu interior. Dos 130 generais brasileiros do período de 1822 a 1889, 18 eram rio-grandenses de nascimento, número somente superado, entre as demais províncias brasileiras, pelo Rio de

Janeiro, sede do governo imperial. A maioria destes 18 generais permaneceu no Rio Grande, mas além deles, outros, de origem distinta, fixaram residência na região. Foi o caso de Bento Manuel Ribeiro: nascido na vila de Sorocaba (São Paulo), deslocou-se para São Pedro do Rio Grande do Sul logo após a conclusão dos seus primeiros estudos e alistou-se no regimento de milícias de Rio Pardo, trilhando depois uma famosa carreira através de uma participação destacada nas diversas guerras do extremo-sul, formando fortuna como estancieiro. Os militares rio-grandenses e de outras procedências que se estabeleceram no Rio Grande do Sul por um período superior a dez anos correspondem, entre os oficiais brasileiros que alcançaram o generalato de 1822 a 1889, ao número de 53, 40,8% do total. Considerando somente a participação em guerras, que não implica necessariamente uma permanência prolongada na área, chega-se a 81 generais, 62,3% do total. (Quadro V). Com a crescente ligação dos oficiais do Exército com o Rio Grande do Sul, aumentavam os laços transitórios ou permanentes (negócios, casamento, etc.) entre militares e classes dominantes locais.

Assim, as classes dominantes do Rio Grande do Sul mantiveram o seu "poder militar" através do controle direto da força policial-militar regional e da crescente influência exercida no interior do Exército. Para uma classe dominante regional como a gaúcha, vinculada a uma atividade produtiva periférica na economia brasileira e politicamente marginalizada nos centros de decisão, o controle de forças militares

consideráveis constituía seu principal instrumento para fazer valer seus interesses no plano nacional. Para um Exército que vivia um processo de fortalecimento, mas que ainda não tinha força política para fazer valer seus interesses nos centros de decisão, era interessante manter ligações estreitas com uma classe dominante regional como a gaúcha, que possuía uma visão de mundo próxima ao modo militar de pensar, que era politicamente autônoma e virtual opositora do governo central. A manutenção dos fortes vínculos entre militares e classes dominantes locais criava condições favoráveis para o estabelecimento de alianças entre estes setores para a disputa no jogo político nacional.

QUADRO V

RELAÇÃO DOS GENERAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1822/1889)
COM A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

LOCAL DE NASCIMENTO	PERCENTUAL	ESTABELECIMENTO NO RIO GRANDE DO SUL (mais de 10 anos)	PERCENTUAL	PARTICIPAÇÃO EM GUERRAS NA REGIÃO	PERCENTUAL	
Rio Grande do Sul	18	13,8%				
Rio de Janeiro	28	21,5%	Sim 53	40,8%	Sim 81	62,3%
Outras regiões	22	16,9%	Não 59	45,4%	Não 49	37,7%
Portugal	52	40,0%	Desconhecido 18	13,8%		
Outros países	06	4,6%				
Desconhecido	04	3,2%				
TOTAL	130	100%	130	100%	130	100%

Fonte: SILVA, Alfredo Pretextado Maciel da. Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 (traços biográficos). Primeiro e Segundo volumes (relação completa). Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940.

NOTAS

- 1 - CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1970. p. 76.
- 2 - KERN, Arno Alvarez. Missões: uma utopia política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- 3 - FREITAS, Décio. O Socialismo Missioneiro. Porto Alegre, Movimento, 1982. p.48.
- 4 - Carta transcrita por Paranhos Antunes. In: Os Dragões do Rio Pardo. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1954. p.82/83.
- 5 - Entre outros, BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Nacional, 1938; FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1965; SÃO LEOPOLDO, José Feliciano Fernandes Piniheiro, Visconde de. Anais da Província de São Pedro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982; e VASCONCELOS, Cap. Genérico. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Im-

prensa Militar, 1922.

- 6 - CHIAVENATTO, J.J. O Negro no Brasil - da Senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo, Livraria Brasiliense Editora, 1980. p.195.
- 7 - SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821). Rio de Janeiro, Ariel Editora, 1935. p.95.
- 8 - BARCELLOS, Rubens de. Estudos rio-grandenses - motivos de história e literatura. Porto Alegre, Globo, 1955. p. 28/29.. (Coleção Província)
- 9 - Ver a respeito a relação completa dos governantes do Rio Grande do Sul de 1737 a 1967 apresentada por COSTA e SILVA, Riograndino da. Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1968. p.215 a 230.
- 10 - CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Porto Alegre, Globo, 1985. v. 2. p. 470.
- 11 - FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1985. V.2. p.470.
- 12 - SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico II. São Paulo, Difel, 1932. p.236.

- 13 - Idem, ibidem.
- 14 - Ver a respeito SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940. V.1. p.266.
- 15 - SPALDING, Walter. Os Dragões do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, III Trimestre, 1936.
- 16 - Idem, ibidem.
- 17 - SCHULZ, op. cit., p.242.
- 18 - CIDADE, Gen. F. Paula. Lutas do Sul do Brasil com os Espanhóis e seus Descendentes. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar. 1948. p.303/304.
- 19 - SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p.56.
- 20 - FORTES, Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande. Porto Alegre, Eros, 1980. p.102.
- 21 - SAINT-HILAIRE, op. cit., p.78.
- 22 - SODRÉ, op. cit., p.82.

- 23 - CARDOSO, op. cit., p.86.
- 24 - PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. p.21.
- 25 - FORTES, op. cit., p.96.
- 26 - CESAR, op. cit., p.198.
- 27 - PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.205. Ver também dados relativos às exportações do Rio Grande de 1816 a 1819 em SAINT-HILAIRE, op. cit., p.89.
- 28 - PICCOLO, Helga I. Langraf. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José H. (Org.) e outros. A Revolução Farroupilha: história & interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. p. 34.
- 29 - Em uma das suas cartas a Lavallega, diz Bento Gonçalves que "desde muito, me acho possuído em prol da causa que tão dignamente defende". Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), Coleção Alfredo Varela.
- 30 - SODRÉ, op. cit., p.103.
- 31 - PESAVENTO, op. cit., p.38.

- 32 - VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução. Porto Alegre, Globo, 1933. V.1, p.242.
- 33 - RAMBO, P. Balduino. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Selbach, 1956 e ORNELLAS, Manoelito de. Gaúchos e Beduínos. Porto Alegre, Globo, 1945.
- 34 - LEITMAN, Spencer. Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.
- 35 - SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980. p.14.
- 36 - Idem, ibidem.
- 37 - BARCELLOS, Rubens de. Estudos Rio-Grandenses - motivos de história e literatura. Porto Alegre, Globo, 1955. (Col. Província).
- 38 - Os autores são influenciados pela tradicional tese da "fronteira natural", segundo a qual as fronteiras são reguladas "por acidentes geográficos relevantes, inscritos em um contexto geo-político". Predominante na historiografia, este conceito tem origem na necessidade de legitimação dos objetivos expansionistas lusos no processo de delimitação das fronteiras brasileiras. Ver "O nascimento da historiografia gaúcha" - apresentação de Décio

Freitas ã obra "Anais da Província de São Pedro" da Visconde de São Leopoldo, já citada na nota 5.

- 39 - LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975. p.15.
- 40 - Carta de João da Silva Tavares a Sebastião Barreto Pereira Pinto de 13 de fevereiro de 1835, AHRGS, Coleção Varela.
- 41 - AHRGS, Coleção Varela.
- 42 - Fala de Bento Gonçalves na abertura da Assembléia Geral Constituinte, em 19 de dezembro de 1842, AHRGS.
- 43 - SPALDING, op. cit., p.84.
- 44 - Tratado secreto celebrado em 1842 entre a "República Piratini" e o governo da Província de Corrientes; Artigo 159. AHRGS, Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues.
- 45 - LOVE, op. cit., p.15.
- 46 - COELHO, op. cit., p.39.
- 47 - CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Monárquico II. São Paulo, Difel, 1982. V.6, p.278.

- 48 - Os farrapos controlavam as posições-chave da Guarda Nacional. Ver relação dos comandantes da Guarda Nacional, AHRGS.
- 49 - SILVA, Liêge T. Azevedo da. A Guarda Nacional e o Rio Grande do Sul. Trabalho monográfico apresentado no Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul - UFRGS. Texto original. 1982.
- 50 - Idem, ibidem.
- 51 - COELHO, op. cit., p.46/47.
- 52 - HAHNER, June E. Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898). São Paulo, Pioneira, 1975, p.26.

CAPÍTULO 3

O PROJETO REGIONAL POSITIVISTA CASTILHISTA

1 - EMERGÊNCIA DO PROJETO POSITIVISTA NO RIO GRANDE DO SUL

A emergência do projeto positivista no Rio Grande do Sul, no final do Império, está relacionada à particular cultura política local e às condições, também particulares, da luta política regional naquele período de transformações estruturais e institucionais. "A tradição política e cultural do Rio Grande do Sul, que havia tornado possível o crescimento do liberalismo gaúcho, criou condições ainda mais favoráveis para a emergência do seu "Outro", o positivismo. Em virtude da formação militarizada da sociedade gaúcha, do entrelaçamento entre militares e estancieiros, das relações autoritárias e paternalistas predominantes e da estrutura de poder militarizada, as classes dominantes locais produziram, como sua representação de mundo, valores éticos, políticos e morais muito mais identificados com as idéias positivistas do que com as idéias liberais." O choque entre os princípios liberais e o ambiente político e ideológico hostil marcou a ambigüidade de um liberalismo como o gaúcho, permanentemente tensionado pela retórica da matriz doutrinária européia e pela prática política vinculada à cultura local.

O liberalismo gaúcho afirmou-se menos pelo valor heurístico das idéias clássicas liberais e mais por seus traços par-

ticulares; pelo seu autoritarismo, por sua altivez, por sua ligação com a tradição política regional. O Partido Liberal surgiu a partir da articulação dos chamados "liberais históricos", que se distinguiram dos "liberais progressistas" por sua postura inicialmente contrária à ordem imperial, por sua ousadia política e pela tentativa de resgatar a herança farroupilha. O Partido Liberal criado pelos "históricos" criticava violentamente a centralização política e administrativa do Império, o excessivo poder pessoal do Imperador, os vícios do sistema político vigente, o imobilismo das instituições monárquicas; e defendia maior participação das províncias nas decisões, autonomia provincial na taxaço e distribuiçãodas rendas arrecadadas, fortalecimento das formas representativas de governo, responsabilidade ministerial, temporalidade dos cargos do Senado, eleições diretas, liberdade religiosa, liberdade de ensino, etc.

Recuperando uma questão historicamente cara para as elites estancieiras — a luta pela autonomia regional — e capitalizando o crescente descontentamento com o Império, o Partido Liberal "histórico" cresceu rapidamente na disputa com os "liberais progressistas" e com os "conservadores". Pela firmeza de suas posições e pela contundência de suas críticas, ampliou sua força política, chegando a conquistar, em 1872, a maioria nas eleições para a Assembléia Provincial, apesar do domínio conservador no plano nacional. Como afirma Piccolo, "*o partido liberal provava ser a mais forte agremiação política*

*na província e sua hegemonia no Rio Grande do Sul seria incontestável até o fim do Império"*¹.

O projeto liberal tornara-se hegemônico, mas vivia em permanente contradição. Esta situação não se explica simplesmente pelo fato de o liberalismo gaúcho, retoricamente próximo e praticamente afastado da tradição européia clássica, ser "uma idéia fora do lugar" — para retomar os termos da polêmica entre Roberto Schwarz e Fernando Henrique Cardoso². É procedente a crítica que Cardoso formula ao tentar redimensionar a relação entre "as idéias e o seu lugar". Considerando inócua e falaciosa a tese de que uma "mesma" idéia transforme-se em outra em um universo histórico cultural distinto, Cardoso sustenta que "a reposição de idéias em novos contextos, longe de ser um processo meramente repetitivo, implica um enriquecimento"³. Uma idéia não se torna hegemônica em nenhum lugar sem que existam ali condições para a sua propagação. Quando apropriada pelos novos sujeitos sociais em uma nova realidade, esta "idéia" já não é mais a mesma, uma vez que foi modificada, enriquecida (ou empobrecida), adquirindo feições próprias. No caso do Rio Grande do Sul, o liberalismo somente se tornou hegemônico porque demonstrou-se capaz de incorporar elementos da tradição política local. Contudo, as características particulares do liberalismo gaúcho impediram o seu desenvolvimento quando surgiram, na prática histórica, problemas que somente poderiam ser respondidos satisfatoriamente por um projeto similar ao europeu clássico.

O liberalismo europeu clássico era uma doutrina econômica e política coerentemente articulada aos propósitos de uma burguesia economicamente fortalecida que buscava estabelecer seu domínio no plano político e reorganizar a sociedade segundo os seus interesses. A burguesia possuía uma "consciência de destino"⁴: os princípios liberais, ao mesmo tempo, serviam de instrumentos para a ascensão burguesa ao poder político e projetavam a fisionomia da nova sociedade que a burguesia queria construir. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o liberalismo era um pensamento confuso, defendido por estancieiros tradicionais ligados a formas de produção pré-capitalistas e subordinados economicamente aos grupos agro-exportadores do centro do país. Estes estancieiros utilizavam os princípios liberais para exigir maior participação política nos centros de decisão e uma política econômica mais favorável aos seus interesses. Mas não tinham consciência das razões de sua posição economicamente dependente e politicamente marginal e nem possuíam um projeto político que lhes permitisse alcançar o poder. Os estancieiros tradicionais não tinham "consciência de destino": seu projeto de futuro era a imagem de um passado idealizado. Não eram capazes de compreender a natureza das transformações que se estavam operando na sociedade. O "negócio" das charqueadas encontrava-se em franca decadência em virtude das restrições da oferta de mão-de-obra escrava, registradas a partir do término do tráfico em 1850, e em virtude da ampliação das dificuldades de concorrência com a indústria do charque platina, muito mais produtiva por sua tecno-

logia mais avançada e por sua organização capitalista. Contudo, os pecuaristas liberais rio-grandenses, presos a uma visão de mundo tradicional, não transformavam o seu "negócio" em empresa capitalista, não investiam em outros ramos da nascente indústria capitalista e não se tornavam burgueses. Assistiam impassíveis ao desenvolvimento da nascente colônia imigrante (alemães e italianos) como novo centro dinâmico da economia regional e ao crescimento urbano (comercial e industrial) da província e do país.

O rápido desenvolvimento da agro-exportação cafeeira havia provocado alterações substanciais na estrutura da sociedade: acumulação de capital em larga escala; expansão do comércio de importação e de exportação; crescimento industrial considerável; deslocamento dos investimentos em mão-de-obra escrava para os setores urbano-industriais; difusão de relações assalariadas de produção; constituição de um mercado interno; ampliação do sistema de transportes (estradas de ferro, portos); modernização do sistema de comunicação (telégrafo); desenvolvimento do setor bancário e do setor de serviços urbanos. Para a continuidade deste ciclo expansivo tornava-se necessário desobstruir os emperrados canais do centralismo monárquico, adotando formas de organização política mais modernas e mais abertas, de modo a incorporar os setores sociais emergentes e permitir a liderança da fração das classes dominantes ligada ao centro dinâmico da economia.

Não percebendo este processo de transformação, o Partido Liberal rio-grandense atenuava suas críticas à ordem imperial e acentuava o reformismo de suas proposições, diferentemente de setores importantes das agremiações liberais do centro do país, que já avançavam em direção a um projeto republicano. Parcelas das classes dominantes, especialmente os grupos cafeicultores paulistas, e das classes médias urbanas começavam a perceber a incapacidade do regime imperial de responder às exigências das transformações em curso. Ao contrário, a elite pecuarista liberal gaúcha só conseguia conceber mudanças nos marcos da ordem monárquica. Por seu liberalismo "confuso", por sua visão de mundo tradicional, por sua falta de lucidez política, os estancieiros liberais rio-grandenses entendiam aquele momento de debilitamento do governo imperial como uma ótima oportunidade para ampliarem sua influência nos centros de decisão política, e chegaram a aceitar, no final da década de 1870, o convite para participarem de cargos-chave governamentais. Ao assumirem postos de comando na administração local e central, os liberais gaúchos abandonaram as suas críticas contundentes e passaram a defender a ordem estabelecida. Como observou Celi Pinto, ocorreu uma inversão de posições: setores liberais paulistas e de outras províncias voltaram-se contra o regime, assumindo a bandeira republicana; enquanto a fração liberal rio-grandense aproximou-se do governo imperial, recuando para uma posição conservadora⁵.

No Rio Grande do Sul, assim, abria-se um espaço político

não ocupado por qualquer força partidária já existente: o espaço de crítica radical à ordem monárquica. O crescente descontentamento das camadas médias urbanas e segmentos "esclarecidos" da elite regional, que percebiam o caráter retrógrado do Império, e dos setores militares, que se sentiam prejudicados e humilhados pela política do governo de redução dos efetivos e verbas do Exército, não encontrava eco nos partidos conservador e liberal-"conservador", ambos partidos da ordem.

Neste vazio político, surge um projeto mais identificado com a tradição política cultural local, o projeto do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), construído a partir de um pequeno núcleo de jovens profissionais liberais e estancieiros, a maior parte deles recém formados na Faculdade de Direito de São Paulo, centro de discussão e agitação do ideário republicano. Adotando os princípios gerais do movimento republicano nacional consagrados no Manifesto Republicano de 1870, o novo partido levantava algumas bandeiras que haviam sido secundarizadas pelos liberais rio-grandenses, especialmente as críticas ao enorme centralismo político e administrativo e aos vícios do sistema imperial.

Buscando combater o adversário no seu próprio terreno, os republicanos questionavam o direito do Partido Liberal de reivindicar para si a herança da revolta farroupilha, na medida

em que esta revolta havia colocado, antes de mais nada, o problema da República. Segundo esta ótica, o "federalismo" pregado pelos liberais possuía um caráter monarquista, não tendo nada a ver com o federalismo republicano do movimento farraço. Neste sentido, é significativo o nome dado ao órgão de divulgação das idéias do PRR: "A Federação". Considerando a federação como a forma de organização da República, procuravam desautorizar outras propostas "federalistas" como meramente retóricas, porque comprometidas com a perpetuação da ordem imperial.

Com um discurso agressivo, o Partido Republicano apresentava-se como alternativa ao projeto liberal. Defendia com maior radicalidade as bandeiras progressistas de liberdade individual, liberdade de ensino, liberdade religiosa, separação entre a Igreja e o Estado e modernização da estrutura política assentada no sistema jurídico-formal. Condenava peremptoriamente a escravidão, enquanto os liberais, mais cautelosos, propunham uma emancipação lenta e gradual. Opondo-se frontalmente ao Partido Liberal, o PRR rejeitava a divisão de poderes, entendendo que o Legislativo devia limitar-se a atribuições orçamentárias, e que as demais funções deviam concentrar-se no Executivo. Este, entre vários outros posicionamentos, indicava a orientação marcadamente positivista que distinguia os republicanos gaúchos dos demais grupos congêneres do país, que permaneciam sob a influência da ideologia liberal dominante.

As críticas do PRR causavam impacto e conquistavam simpatias entre setores liberais e conservadores insatisfeitos com a Monarquia, mas sua força política inicial era muito limitada. Constituído de forma independente das organizações partidárias tradicionais, contando com um número inicialmente reduzido de adeptos, o Partido Republicano gaúcho formava-se com dificuldades, aplacando o "drama da pequenez" com forte coesão ideológica, disciplina rígida, e fervorosa convicção na vitória futura.

A filosofia positivista de Auguste Comte fornecia os elementos teóricos que fundamentavam esta forte convicção, segundo a qual a sociedade estaria próxima de uma nova época, a época positiva. As antigas fases teológica e metafísica do processo de desenvolvimento das sociedades humanas estariam sendo superadas de acordo com a tendência incoercível de organização racional e científica da vida social. O conhecimento objetivo e científico deste processo permitiria a um grupo de homens esclarecidos e virtuosos educar os espíritos para o novo período, e impor como realidade prática a inevitável organização positiva da sociedade. O triunfo das novas idéias corresponderia à evolução do organismo social para formas racionais superiores de vida humana, libertas da mesquinhez dos sordidos interesses materiais e moralmente regeneradas. Para se atingir uma sociedade equilibrada, seria necessário constituir uma "ditadura republicana" que eliminasse a desordem mental, moral e política e garantisse o progresso social.

A adoção do positivismo comtiano possibilitou aos republicanos gaúchos o estabelecimento de fortes ligações com setores militares que também encontravam neste pensamento elementos úteis para a construção de sua visão da realidade. O racionalismo positivista comtiano possuía grande penetração entre os jovens oficiais militares, como assinala o Marechal J. Marques da Cunha:

"A mocidade das Escolas Militares, na Corte e no Rio Grande do Sul, ativa e ardorosa, partilhava com sincero entusiasmo dessas modernas correntes doutrinárias. A par da matemática e das disciplinas profissionais, o seu espírito embrenhava-se no domínio superior de uma filosofia orgânica e sintética, muito adequada a dismantelar os velhos dogmas de uma política retrógrada.

"Entre os mestres mais acatados, destacava-se o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, cuja voz oracular, embebida dos ensinamentos de Auguste Comte, atraía numerosos discípulos e admiradores.

"Com acento verdadeiramente profético, vaticinava, do alto de sua cátedra, o advento de uma nova ordem de coisas, destinada a nos emancipar por uma vez das esgotadas praxes ancestrais"⁶.

Os ensinamentos positivistas de Benjamin Constant ajustavam-se às necessidades da oficialidade na medida em que forneciam um instrumental teórico ao mesmo tempo coerente com o

modo de pensar militar e de suficiente consistência como alternativa ao pedante bacharelismo liberal-conservador dominante. De um lado, a lógica comtiana adequava-se à perspectiva de organização racional do Exército e da Sociedade, respeitando os pressupostos de manutenção da ordem, da hierarquia e da disciplina, valores caros para a instituição militar. De outro lado, este pensamento continha elementos, de cunho moralizante e político que potencializavam as críticas dos oficiais à politicalha hipócrita e pedantesca encastelada no poder de Estado. O ideal de uma sociedade equilibrada, livre dos apetites egoísticos, do engodo, do favorecimento pessoal ilícito, do abuso do poder, possibilitava a construção de uma visão anti-oligárquica e decididamente republicana.

Os dirigentes do PRR, como homens políticos e de ação, utilizaram a referência ideológica comtiana comum para intensificar o intercâmbio intelectual com os militares, buscando conquistar o apoio deste importante setor para o seu projeto republicano. Esta aproximação era facilitada pela tradição militarizada da região, pelos laços familiares e de amizade que ligavam as frações das classes dominantes locais aos militares e pela grande concentração de oficiais e aspirantes na província. Na Escola Militar de Porto Alegre, a maioria dos alferes alunos eram adeptos das idéias republicanas e admiravam a atuação dos propagandistas de "A Federação". Mesmo no outro centro militar importante - o Rio de Janeiro - as idéias dos republicanos gaúchos repercutiam e conquistavam simpatias. Em um relato de sua experiência na luta pela República, do tempo em

que era aluno da Escola Militar, o Gen. Tasso Fragoso afirma que:

"De manhã, depois dos exercícios, havia uma fileira de alunos que iam até o Hospício Nacional, ou ainda mais longe, ao encontro do vendedor de jornais, que aliás nunca faltava e tinha uma legião de assinantes. A Federação', órgão do grupo republicano rio-grandense, redigido por Júlio de Castilhos, passava de mão em mão, era disputada e lida com entusiasmo"⁷.

As proximidades doutrinárias se transformaram em proximidades políticas nos episódios da chamada "Questão Militar"; seqüência de atritos entre oficiais militares e representantes do governo imperial. Tais atritos iniciaram em 1883, com uma censura do poder central ao Tenente-Coronel Sena Madureira, e acentuaram-se em 1886, com a punição do Tenente-Coronel Cunha de Mattos e com nova punição a Sena Madureira. Por trás do controvertido problema da disciplina, colocava-se a contradição entre uma oficialidade, herdeira da experiência da Guerra do Paraguai, descontente com a Monarquia e simpática às bandeiras progressistas, que queria fazer valer a sua importância política e um governo imperial decadente, desconfiado do Exército mas incapaz de perceber as modificações ocorridas, obstinado no intento de enfraquecê-lo (ao invés de tentar cooptar seus comandantes) utilizando a desastrosa tática conhecida através de ditado popular como "cutucar onça com vara curta".

Habilmente, os dirigentes do PRR intervieram, defendendo o direito de manifestação dos oficiais e procurando dar aos conflitos a dimensão de ofensa ao Exército como um todo:

*"Molestando e offendendo a nobre susceptibilidade de officiaes superiores da ordem do tenente-coronel Madureira, que é sem dūvida uma das figuras mais culminantes do exército nacional, o império não desaira o offendido, a quem não faltam as sympathias e as homenagens dos companheiros d'armas e a cujos merecimentos é tributado justo respeito unanime; mas viola a responsabilidade militar e offende, na pessoa de um chefe eminente, o justo melindre e a honra do exército, que valem tanto como os bríos e a dignidade da nação"*⁸.

Considerando descabidas as punições, reagiram através de manifestação pública, entre muitos outros oficiais, as duas grandes autoridades militares da época - o General rio-grandense Correa da Câmara (Visconde de Pelotas) e o General Deodoro da Fonseca. Em especial o posicionamento de Deodoro acarretou repercussões importantes, na medida em que ele, então comandante das armas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, resolveu, quando o seu ponto de vista foi desconsiderado, não dar andamento ao processo de punição de Sena Madureira. Nesta situação de enfrentamento, os editores de "A Federação" convenceram Deodoro a declarar que renunciaria ao comando das armas da província, caso o governo insistisse na

punição de Sena Madureira. Preocupado com o agigantamento do problema e com a sua "exploração política", o governo exigiu do velho militar do Império uma rápida resolução através de sumária punição e imposição da ordem. O General não hesitou em responder negativamente:

"Não há exploração política, nem exaltação de ânimos. Todos os oficiais generais e outros se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa, e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem, porque são disciplinados, a conveniência da judiciosa proibição de discussões pela imprensa sobre fatos de qualquer natureza, mesmo particular, que envolvam superiores. Ser, porém, privado e punido por discussões com pessoas alheias à classe e que não estejam revestidas de caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço a leitura do meu ofício de 3 de setembro ao ajudante-general. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sempre pronto. Sofre o que tem o calo pisado e não o que pisa. Se, como comandante das armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratitude para com a classe também os tenho, porque assim exige a disciplina, a moralidade e o brio dos soldados que defendem a monarquia. Afianço a vossa excelência que há calma. Afianço, também, que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. A corporação militar da província deposita em mim,

*como o seu intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de vossa excelência"*⁹.

A posição firme de Deodoro foi acompanhada por um manifesto de repúdio ao ato governamental assinado por um grande número de oficiais no Rio Grande do Sul. Parte deles — observa Joseph Love — *"teria, em várias ocasiões, nos 40 anos seguintes, relações políticas com os republicanos rio-grandenses"*¹⁰. No restante do país também surgiram diversas manifestações de solidariedade.

Tomava corpo a combinação, habilmente trabalhada pelos dirigentes do PRR, de dois elementos: a tese do soldado-cidadão, compartilhada por Constant, segundo a qual a disciplina militar não deveria assentar-se em uma "obediência passiva" e o direito de livre manifestação de pensamento deveria ser assegurado aos membros da instituição; e a idéia de defesa da dignidade do Exército, responsável pela mobilização de antigos e respeitados chefes militares como o Visconde de Pelotas e Deodoro, segundo a qual os atos punitivos do governo ofendiam e humilhavam o setor militar, que merecia respeito e consideração, pois cumpria exemplarmente os seus deveres para com a nação.

Com essa intervenção bem sucedida, o PRR ampliou seu espaço político nos meios militares, conseguindo aproximar vários oficiais que anteriormente estavam sob influência liberal. A postura omissa na crise militar, o reboquismo ao gover-

no imperial e o conservadorismo dos liberais rio-grandenses provocaram o afastamento de importantes militares, entre os quais o respeitado Visconde de Pelotas. Preocupado com esta situação, Gaspar Silveira Martins buscou, no período final da "Questão Militar", assumir um posicionamento solidário à oficialidade do Exército ao propor no Senado uma resolução para suspender as punições governamentais. Na ocasião, Júlio de Castilhos denunciou o "oportunismo" do líder liberal, e continuou a fazê-lo, repetidas vezes, nas páginas de "A Federação".

Depunham contra Silveira Martins seus irritantes discursos depreciando e ridicularizando a imagem do General Deodoro. O tribuno liberal jamais esperara que aquele velho militar conservador, politicamente obtuso, fosse se tornar dirigente de um movimento exitoso, chegando a contar jocosamente em uma reunião parlamentar que certa vez o velho militar, comandando uma divisão de observação, *"dividiu-se em duas brigadas, confiando o comando de uma a um paralítico e o comando de outra a um octogenário, que cai do cavalo parado"*¹¹. Ao agir com firmeza na "Questão Militar", os republicanos rio-grandenses ganharam pela primeira vez uma disputa com o poderoso Partido Liberal e estabeleceram as bases de uma sólida aliança, fundamental para o seu projeto político.

Os dirigentes do PRR estavam realmente convencidos da fragilidade política do governo imperial e da necessidade inadiável de impedir a continuidade monárquica. Em março de 1889, realizou-se uma reunião na estância de Júlio de Castilhos, da

qual resultou o famoso "Manifesto da Fazenda Reserva":

"Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição em qualquer terreno ao futuro reinado, que ameaça a nossa Pátria com desgraças de toda a ordem, e a necessidade de preparar elementos para, no momento oportuno, garantir o sucesso da Revolução, declaramos que temos nomeados nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Fernando Abbot, Assis Brasil, Ramiro Barcellos e Demétrio Ribeiro para que consigam aqueles fins, empregando livremente os meios que escolherem.

"Nós juramos não nos deter diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrifício inútil de nossos concidadãos:

"Excluída essa hipótese, só haveremos de parar diante da vitória ou da morte.

"Reserva, 21 de março de 1889. Cândido Pacheco de Castro, Joaquim Antonio da Silveira, Lauro Domingues Prates, Fernando Abbot, Ernesto Alves de Oliveira, José Gomes Pinheiro Machado, Vitorino Monteiro, Possidônio da Cunha, Homero Baptista, Manuel da Cunha Vasconcelos, J. F. de Assis Brasil, Salvador Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos"¹².

Embora estivessem dispostos a pegar em armas pela República, os republicanos gaúchos não tiveram qualquer participação no movimento armado que depôs a Monarquia. As razões desta exclusão permanecem um pouco obscuras. Diferentemente dos republicanos radicais do tipo de Silva Jardim, que foram afas-

tados por motivos político-ideológicos, os rio-grandenses gozavam do respeito, da aceitação política e da confiança de Deodoro e Benjamim Constant. De outro lado, a articulação do PRR poderia ter sido importante na medida em que o Partido Liberal do Rio Grande do Sul, então no centro do poder político nacional, constituía a única força em condições de reagir ao movimento militar que impôs a República. Provavelmente os conspiradores julgaram ser desnecessária a prévia mobilização dos republicanos gaúchos em virtude de duas questões: a pequena força política e militar de que dispunham os jovens do PRR e a confiança de que bastaria, para derrubar o governo imperial e garantir a nova ordem, uma rápida e limitada intervenção militar, tal como efetivamente ocorreu. O movimento resumiu-se à mobilização de algumas tropas, cuja descrição factual, ao estilo de Hêlio Silva, lembra mais um conto anedótico¹³.

O governo imperial foi derrubado menos pela força do movimento opositor e mais pela ausência de forças que garantissem a sua sustentação ao nível político e militar. Entre as classes dominantes predominava a indiferença e crescia a insatisfação com a Monarquia. Alguns setores ainda se mantinham, por inércia ou por conveniência, fiéis ao governo, mas poucos defendiam convictamente a causa monarquista. Entre os militares, somente a "velha guarda" dos oficiais (generais) era predominantemente monarquista ou "apolítica". O grosso da oficialidade estava cada vez mais descontente com o governo imperial em virtude das reduções de efetivos e verbas militares; do não atendimento às demandas de profissionalização; das constantes

interferências e punições, vistas pelos militares como humilhações; das ameaças de desativação do Exército e de sua substituição por outras forças (Guarda Nacional, Guarda Negra); etc. O isolamento político do regime e a insatisfação militar criaram condições para uma ação política decidida. Esta ação foi comandada por militares devido a razões corporativas mas, fundamentalmente, devido a razões políticas. Os partidos republicanos ainda eram agremiações pequenas e fracas. O Exército constituía, na época, o único organismo que podia viabilizar o projeto de transformação republicana. Os positivistas gaúchos haviam intuído isto quando buscaram aprofundar as contradições entre os militares e o Império no episódio da Questão Militar. Com a mesma lucidez política agiam os militares do grupo de Benjamim Constant e os propagandistas republicanos civis que formavam o núcleo dirigente do movimento. Eles percebiam que o fim do escravismo prenunciava o fim do Império. Eles percebiam que o governo imperial vivia uma longa crise e que perdia suas bases de sustentação. Eles acreditavam que encontrariam poucas resistências a uma ação militar decidida. E, efetivamente, não houve reações importantes em defesa do regime imperial.

Os liberais rio-grandenses não reagiram à intervenção militar que instaurou a República, pois foram totalmente surpreendidos e sua influência nos meios militares, como foi anteriormente exposto, havia decrescido muito naqueles últimos anos. Neste sentido, é pertinente a observação de José Murilo de Carvalho:

"A República se faria sem luta porque a tropa rio-grandense, trabalhada pela Questão Militar e pelos republicanos gaúchos, não se oporia ao movimento"¹⁴.

Também contribuiu para o desencorajamento dos liberais a rápida articulação dos republicanos rio-grandenses: em pouco tempo conseguiram convencer o prestigiado chefe militar recém afastado do Partido Liberal, o Visconde de Pelotas, a assumir o governo provisório do Rio Grande do Sul. Com esta adesão o PRR obteve apoio de importantes setores militares e das classes dominantes regionais, e neutralizou outros, garantindo o controle da situação.

A instauração da República possibilitou ao PRR alcançar o centro do poder regional sem contar com a hegemonia política na região. Isto é, seus dirigentes assumiram os postos-chave do governo do Visconde de Pelotas, mas a política local, asentada em uma rede de relações de subordinação pessoal, continuava sob o controle liberal. Como não poderia conquistar num curto espaço de tempo o apoio da fração hegemônica das classes dominantes regionais — os estancieiros da zona fronteiriça — o PRR estava plenamente convencido de que seria condição *sine qua non* para a sua afirmação política a destruição da máquina partidária liberal gasparista alojada na administração estatal. Daí os inúmeros conflitos nas nomeações dos cargos públicos, as renúncias e as diversas situações de instabilidade que marcaram os primeiros governos republicanos do Rio Gran-

de do Sul. Tratava-se de uma luta pela hegemonia política na região. O controle da máquina estatal seria decisivo para a definição de qual projeto político se tornaria hegemônico.

A vitória do PRR nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (1890) deveu-se fundamentalmente à sua posição circunstancialmente dominante no governo estadual, que lhe permitiu excluir milhares de eleitores liberais através de expedientes burocráticos e aprovar um regimento eleitoral que impossibilitava a fiscalização das mesas eleitorais e escrutinadoras. Frente a esta situação, a principal agremiação política do estado — a União Nacional, recém formada pelos liberais seguidores de Gaspar Silveira Martins e por outros descontentes com o governo — resolveu não concorrer no pleito para não legitimar a "farsa eleitoral". Concorrendo contra um inexpressivo "Centro Católico" e contra alguns dissidentes republicanos, o PRR venceu por ampla margem de votos, elegendo todos os deputados e senadores do Rio Grande do Sul.

A bancada rio-grandense conhecia perfeitamente a composição política da primeira Constituinte da República e, assim, não alimentava qualquer ilusão quanto à possibilidade de aprovar um projeto baseado no ideário positivista. Diferentemente dos membros do Apostolado Positivista Brasileiro, que "quixotesicamente" enviaram uma proposta ortodoxa de "ditadura republicana" à Assembléia¹⁵, os republicanos gaúchos acreditavam que o momento da agitação "propagandista" já havia sido superado. Como estrategistas hábeis no jogo político, os deputados

do PRR haviam definido dois objetivos principais: garantir a autonomia regional e dotar o país de uma constituição moderna, coadunada com as necessidades de progresso social e livre dos piores vícios do liberalismo predominante. Uma constituição deste tipo seria a mais adequada para uma situação transitória, enquanto os espíritos ainda não se encontrassem esclarecidos e as condições políticas ainda não houvessem sido forjadas para o estabelecimento da "ditadura monocrática" e da posterior organização positiva da sociedade. A autonomia regional, por sua vez, não constituía apenas um princípio inspirado no ideário comtiano (que preconizava a organização de pequenos países homogêneos), como também representava uma reivindicação cara às classes dominantes gaúchas, fortemente enraizada na tradição regional.

A maior parte das propostas da bancada rio-grandense, embora tivesse recebido apoio entre os deputados constituintes, encontrou forte oposição e não foi aceita pela maioria da Assembléia Nacional. O PRR somente conseguiu aprovar a resolução de transferir para os estados a propriedade das minas e terras devolutas e suprimir vários dispositivos organizacionais que limitariam a autonomia dos estados. Ao invés do "federalismo radical" proposto pelos republicanos gaúchos, prevaleceu o "federalismo moderado" sustentado pelo projeto governamental.

Não obtendo êxito em suas proposições mais importantes ao nível federal, os dirigentes do PRR prepararam-se para assegu-

rar uma vitória integral nas eleições para o Congresso Constituinte Estadual (1891), através das quais poderiam avançar em seu projeto "positivista" ao nível da legislação local e consolidar o seu domínio político na região. Entendendo a importância do momento, todos os opositores — os antigos membros da União Nacional (gasparistas, ex-conservadores e ex-republicanos) e os republicanos dissidentes históricos (liderados por Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Antão de Faria) — unificaram-se no Partido Republicano Federal e resolveram concorrer no pleito, apesar de todas as limitações e dos vícios estabelecidos pelo regulamento eleitoral.

A coalização anti-castilhista obteve votação expressiva apesar da fraude eleitoral, mas não pôde eleger nenhum representante para o Congresso Constituinte estadual, pois o regimento eleitoral não aceitava o princípio da representação proporcional, de modo que todas as 32 cadeiras foram preenchidas exclusivamente pelo partido majoritário.

Composta pelos deputados do PRR, a Constituinte estadual limitou-se a indicar pequenas alterações no projeto constitucional elaborado por Júlio de Castilhos, aprovando-o num curto espaço de tempo. O texto da Constituição correspondia a uma adaptação da doutrina positivista de Auguste Comte para a organização política do Rio Grande do Sul.

A Carta estadual rejeitava os princípios liberais do texto constitucional anterior; reduzia os poderes do parlamento es-

tadual; fortalecia o poder executivo; consagrava formas organizativas de um regime autoritário, fortemente militarizado e ditatorial; e estabelecia um conjunto de regras políticas que garantiam a continuidade do partido no poder nas futuras gestões governamentais.

A estrutura jurídico-política estabelecida pela Constituição tornara evidente para os liberais e demais setores da oposição a inexistência de alternativas para a disputa com os republicanos no plano "legal-eleitoral". Apoiada na tradição militarizada da região, a fração "liberal" da elite proprietária pecuarista não assistiria passivamente, sem uma resposta armada, à sua exclusão do poder político no Rio Grande do Sul. Esse foi o sentido das rebeliões internas do período: a revolta que depôs o governo de Júlio de Castilhos (ainda em 1891); o golpe armado que derrubou o governo provisório instalado (o "governicho") e restabeleceu o comando do PRR (1891); e a Revolta Federalista (1893/95) em que os opositores "maragatos" não conseguiram derrotar as forças governistas "castilhistas".

O êxito do PRR nestes conflitos deveu-se, em grande medida, à poderosa estrutura militar estadual montada durante aqueles anos. Antevendo a possibilidade de uma luta interna, Júlio de Castilhos, quando ainda exercia o cargo de secretário geral do governo do Visconde de Pelotas, em 1889, havia organizado a Guarda Cívica, um organismo hegemônico por republicanos "castilhistas" e dotado de capacidade militar muito supe-

rior à dos antigos Corpo Policial e Força Policial. Em 1892, o republicano Fernando Abbott, que substituiu Castilhos na presidência do estado, criou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, um organismo policial militar com características de "exército estadual", muito superior à antiga Força Policial. Em dezembro de 1892, somaram-se ao efetivo regular (1.266 homens) 4.218 homens pertencentes a 17 corpos e a um esquadrão provisórios criados pelo governo republicano em virtude da possibilidade de guerra civil. No ano seguinte, em pleno confronto armado, foram formados mais 11 corpos provisórios que correspondiam ao efetivo de 2.629 homens¹⁶.

Os dirigentes do PRR justificavam a criação de um poderoso aparelho militar estadual pela necessidade de consolidação do regime republicano e de defesa do estado de uma *"invasão preparada no estrangeiro"*. Os rebeldes "federalistas" realmente preparavam o movimento armado no Uruguai, tendo em vista as circunstâncias políticas pouco favoráveis no estado sob o governo castilhista e o fato de muitos chefes gasparistas serem proprietários de terras no país vizinho. Mas isto não era nenhuma novidade na política rio-grandense: os próprios dirigentes republicanos haviam realizado, em março de 1892, uma reunião em Monte Caseros, Argentina, para organizar o plano de preparação militar contra o "governicho". A identificação dos federalistas como "invasores" correspondia à tentativa do PRR de descaracterizar a situação de luta interna na região e de negar a legitimidade política do grupo opositor.

O mesmo procedimento pode ser observado na alegação castilhistas de que estava em jogo a manutenção da República. Embora não glorificassem o regime republicano, os setores gasparistas majoritários não pretendiam revogá-los antes desajavam adaptá-lo aos princípios liberais, com a adoção do sistema parlamentarista. A oposição mobilizou-se, principalmente, em função dos objetivos de derrubar o governo de Júlio de Castilhos, revogar a Constituição de 1891 e restabelecer condições políticas para a hegemonia "liberal" tradicional no Rio Grande do Sul. O discurso dos dirigentes republicanos buscava conferir uma aparência "universal" (os objetivos de defesa do território e da República) às intenções que orientavam o processo de fortalecimento da Brigada Militar, escamoteando os seus interesses particulares em liquidar politicamente a fração "federalista" da elite regional e em consolidar, através da coerção, o seu poder no estado¹⁷.

A Revolução Federalista consolidou o domínio absoluto dos republicanos castilhistas, que governariam o estado sem abrir qualquer espaço político para a oposição de inspiração liberal ou somente anti-positivista. Esta situação distinguiu o Rio Grande do Sul das demais regiões brasileiras, onde os diversos segmentos das elites locais encontravam-se organizados em partidos republicanos únicos.

A "República Positivista" gaúcha constituiu-se em uma experiência única no Brasil no contexto da República Velha. Entre os elementos explicativos da configuração do regime posi-

tivista no Rio Grande do Sul, ressalta-se a questão da "militarização". Em várias regiões brasileiras, o pensamento positivista era conhecido por diversos setores e categorias sociais, mas somente adquiriu força nos meios militares (especialmente nos dois principais centros do Exército – Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e nas classes dominantes do Rio Grande do Sul. Somente em ambientes como estes havia um universo de valores morais, éticos, políticos e ideológicos no qual o ideário comitiano poderia irradiar-se. A particular formação militarizada da região e os valores da tradição cultural daí decorrentes criaram as condições para que o positivismo tomasse corpo na política gaúcha, a partir da ação decidida de um grupo da elite local que conseguira adaptar as idéias adquiridas nos centros universitários à realidade do extremo sul.

Alguns autores buscam relativizar a importância da tradição militarizada da sociedade gaúcha para a explicação da ascensão do positivismo castilhistas, argumentando que no mesmo contexto histórico cultural afirmou-se uma forte corrente política de ideologia liberal¹⁸. Não se pode desconsiderar que o liberalismo gaúcho também possuía fortes vínculos com a tradição política cultural local. Tal como os positivistas castilhistas, os liberais gasparistas cultuavam em sua prática política os valores da coragem, ousadia e autonomia de decisão. Ambos buscavam resgatar a herança farroupilha e sustentavam propostas de "autonomia regional" (as propostas castilhistas eram, neste aspecto, mais radicais). Ambos sustentavam a idéia de "insubordinação" frente a uma situação que julgassem

"injusta", "inadmissível". Os castilhistas afirmaram isto no "Manifesto da Fazenda Reserva" e os gasparistas na declaração da "Revolução Federalista". Os valores de ordem e autoridade também eram comuns às experiências positivista/castilhista e liberal/gasparista. Tanto o PRR como o Partido Liberal eram organizações autoritariamente estruturadas, ultra-centralizadas na direção autocrática de sua liderança máxima. Ambos cultuavam as idéias de lealdade e fidelidade partidária. Os castilhistas assumiam posturas mais ostensivas na cobrança da lealdade, mas esta prática também era comum aos gasparistas.

O liberalismo gaúcho, contudo, defendia alguns princípios da doutrina liberal clássica que não possuíam identidade com o modo de pensar "guerreiro-militar". A idéia de "representatividade", como delegação voluntária do poder de homens livres tendo em vista a representação dos seus interesses, era destoante das relações autoritárias e paternalistas predominantes. A idéia de que o "Parlamento" deveria ser o poder supremo da sociedade não encontrava eco na tradição política de culto ao poder governamental centralizado e forte, supremo tutor da sociedade. Tais idéias haviam sido adotadas pelos liberais gasparistas para o enfrentamento ao centralismo do governo imperial e, depois, para o enfrentamento do autoritarismo do governo castilhista, que também os excluía do poder político. O caráter instrumental e retórico de tais idéias na prática política gasparista fica evidente na postura dos liberais gaúchos quando assumem postos-chave do governo imperial. A defesa de tais princípios liberais clássicos somente tinha

sentido, na visão dos estancieiros gasparistas, porque correspondia a um instrumento para a ampliação da influência política destes estancieiros no poder central e, depois, no governo local. O projeto liberal gasparista afirmou-se e manteve-se forte durante décadas não pela identidade das idéias liberais clássicas com o contexto sulino, mas porque este projeto era uma forma particular de liberalismo, fortemente vinculada à tradição política local. Este projeto era o instrumento de que necessitavam os pecuaristas tradicionais, alijados do poder político, para enfrentar seus adversários castilhistas, para fazer valer seus interesses e para exigir maior participação política nos centros de decisão.

O positivismo castilhista guardava maior identidade com a tradição política e cultural local. Rejeitava peremptoriamente os princípios liberais enquanto idéias metafísicas do passado, que conduziam ao caos social. O Estado não deveria representar diversos interesses particulares, mas sim o interesse geral, que somente poderia ser percebido por homens esclarecidos e virtuosos. Para fazer valer o interesse de todos e para calar os interesses particulares seria necessário um regime forte, centralizado, ditatorial, que concentrasse poderes nas mãos de um homem virtuoso que soubesse governar com justiça, pureza de intenções e compromisso com o bem público. De acordo com a cultura política "guerreiro-militar", os castilhistas entendiam que os homens virtuosos deviam provar-se enquanto tais na prática, em função de suas capacidades e de sua conduta exemplar. O governante virtuoso poderia, através

de um Estado forte e respeitado, educar os espíritos para a época positiva, moralizar a sociedade e proteger a todos os cidadãos. A concepção paternalista do Estado, o culto à autoridade estatal, à obediência das determinações do poder governamental e à ordem estabelecida estavam fortemente ligados à tradição política local. Os castilhistas agregaram à defesa da ordem a idéia de "progresso", noções inseparáveis na visão positivista, ajustando-se, deste modo, às modificações que ocorriam na sociedade.

Fortemente ancorado na cultura política local, dotado de um instrumental teórico autoritário e modernizante, contando com homens de ação e intelectuais brilhantes e convictos da justeza de suas proposições, o positivismo castilhista soube colocar-se como alternativa ao domínio político dos estancieiros tradicionais liberais e soube responder aos problemas que se impunham na prática histórica, estabelecendo uma ponte entre passado e futuro, entre a cultura "guerreiro-militar" e a modernização capitalista.

2 - CARÁTER DA "REPÚBLICA POSITIVISTA"

A "República Positivista" do Rio Grande do Sul caracteriza-se como um regime regionalmente autônomo, autoritário; centralizado e ditatorial, particularmente militarizado, auto-idealizado como virtuoso e justo, preocupado em moralizar a sociedade, marcadamente paternalista, ao mesmo tempo progressista e conservador, intervencionista e promotor do desenvolvimento capitalista.

A Constituição Estadual de 1891 estabelece a estrutura jurídico-política da "República Positivista". O princípio da autonomia regional, pelo qual o PRR já havia lutado na Constituinte Federal, desponta no artigo primeiro da Carta regional:

"(...) o Estado do Rio Grande do Sul, como um dos membros componentes da União Federal Brasileira, constituiu-se sob o regime republicano, no livre exercício de sua autonomia, sem outras restrições além das que estão expressamente estatuídas na Constituição da República

dos Estados Unidos do Brasil"¹⁹.

A autonomia regional era defendida de forma intransigente pelos castilhistas não só por razões de coerência com os princípios comtianos, mas, fundamentalmente, por razões de sobrevivência política. De um lado, a autonomia regional assegurava a manutenção de um regime particular como o positivista, evitando interferências do poder central. De outro, a defesa da autonomia regional fortalecia as bases de sustentação do PRR, na medida em que esta era uma reivindicação de fortes raízes na tradição política local.

Neste primeiro ponto da Carta estadual, encontra-se implícito outro elemento significativo do pensamento castilhista: a não inclusão do termo "representativo" na caracterização do governo do estado. Por razões de tática política, os castilhistas tergiversavam sobre o assunto, argumentando que a inclusão do conceito "governo representativo" seria desnecessária e mesmo redundante, uma vez que a Carta estadual declarava concordar com os princípios gerais da Carta federal. Não se tratava, contudo, de uma simples questão formal. A noção liberal de "representatividade" era totalmente destoante do ideário positivista. Segundo a filosofia comtiana, as idéias de "governo apoiado em assembléia representativa" e de "divisão de poderes" conduziram a formas caóticas de organização política e social. Conduziriam a regimes instáveis, fracos, enganosos, nefastos, presos a acordos e a conluíus que arruinam a autoridade, estimulam a irresponsabilidade no trato da coi-

sa pública e alimentam apetites mesquinhos e particularistas; regimes incapazes de garantir o bem público, incapazes de construir obra sólida e durável, incapazes de assegurar a ordem, portanto, de criar o progresso. Os princípios liberais levariam a regimes deste tipo na medida em que correspondiam a formas metafísicas de pensamento, decadentes e ultrapassadas. Nas palavras de Comte: "*o espírito metafísico, que, depois de resultar, na filosofia, na dúvida universal, só pode tender, em política, a continuar a desordem ou um estado equivalente de desgoverno*"²⁰. Já superadas no processo de evolução das sociedades humanas, as formas metafísicas de pensamento, responsáveis pelo caos, pela anarquia e pela crise política e moral das nações, deveriam ser eliminadas no processo de estruturação racional e de aperfeiçoamento moral e material das sociedades. A eliminação das formas de pensamento ultrapassadas coincidiria com o "*triunfo definitivo da filosofia positivista*", "*a única base sólida da reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as sociedades*"²¹.

A substituição do regime metafísico pelo positivo, no entender de Comte, não se daria de modo imediato e simples. Embora a filosofia positiva fosse incontestavelmente superior às demais, ela enfrentaria inúmeras resistências por parte das forças apegadas às antigas formas de pensamento. O período de transição orgânica, isto é, o período de afirmação do regime positivo, exigia, de um lado, a modificação dos costumes e o esclarecimento dos espíritos para a época positiva e, de ou-

tro, a instauração de uma ditadura monocrática e republicana. Somente um governo deste tipo poderia impedir a desordem intelectual e moral e garantir o progresso material; poderia calar os apetites mesquinhos e particularistas e garantir o bem público. A monocracia republicana, assegurando a plenitude do mando, eliminaria os conluios e os acordos inconfessáveis, a imoralidade na gestão pública e outras práticas aviltantes decorrentes das formas metafísicas de organização próprias do regime parlamentar. Daí a necessidade de fortalecer o poder executivo e de reduzir os poderes do parlamento: *"somente uma digna transformação é que pode permitir que o poder prático afaste os entraves onerosos e degradantes, que ele ainda encontra nos destroços do regime parlamentar. Sem admitir as sutilezas metafísicas que distinguem as leis das ordenanças ou decretos, este poder deve assim concentrar todo o governo, conservando apenas uma assembléia puramente financeira para o voto trienal do orçamento"*²². Seguindo rigorosamente os ensinamentos de Comte, a Carta Constitucional de 1891 limita as atribuições da Assembléia dos Representantes apenas à votação do orçamento e concentra grandes poderes nas mãos do Presidente do Estado. Evidentemente, os positivistas castilhistas não poderiam referir-se explicitamente à figura do "ditador", pois desrespeitariam frontalmente a Constituição Federal, de inspiração liberal. Mas o conteúdo da idéia comtiana de "monocracia" ou "ditadura republicana" foi, no fundamental, assegurado na Constituição estadual de 1891 através da grande concentração de poderes nas mãos do Presidente:

"Art. 7º - A suprema direção governamental e administrativa do Estado compete ao Presidente, que a exercerá livremente, conforme o bem público, interpretado de acordo com as leis.

"Art. 8º - Assumirá o Presidente a inteira responsabilidade de todos os atos que praticar no exercício de suas funções, aos quais dará toda a publicidade para completa apreciação pública.

"Art. 20 - São atribuições do Presidente:

1) promulgar leis; 2) dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado; 3) organizar, reformar ou suprimir os serviços dentro das verbas orçamentárias; 4) expedir decretos, regulamentos e instruções para a execução de leis; (...) 7) preparar o projeto de orçamento para submeter à Assembléia no começo das sessões; 8) realizar empréstimos e outras operações de crédito, de acordo com as autorizações do orçamento; (...) 10) organizar a força pública do Estado, distribuí-la e movimentá-la; 11) destacar e utilizar a guarda policial dos municípios em caso de necessidade; 12) criar e prover os cargos civis e militares, segundo o orçamento; (...) 14) pedir do Governo da União o auxílio direto das forças federais em caso de necessidade, e protestar perante ele contra os funcionários federais que embarcem ou perturbem a ação do Governo do Estado; 15) estabelecer a divisão judiciária; 16) resolver sobre os limites dos municípios, alterando-os de acordo com os conselhos; 17) manter relações com os demais estados da União; 18) declarar sem efeito as resoluções ou atos das autoridades municipais, quando infringirem leis federais ou do

Estado; 19) decidir nos conflitos de jurisdição que se apresentarem entre os chefes da administração; 20) providenciar sobre a administração dos bens do Estado e decretar sua alienação na forma da lei; 21) organizar e dirigir o serviço relativo às terras do Estado; 22) desenvolver o sistema de vias de comunicação do Estado; 23) conceder aposentadorias, jubilações e reformas; 24) conceder prêmios honoríficos ou pecuniários por notáveis serviços prestados ao Estado; 25) tomar providência acerca do ensino primário"²³.

Além destas competências, caberia também ao Presidente do Estado a nomeação dos Intendentes (chefes da administração municipal) e dos Juizes Distritais:

"Art. 60 - Cada um dos distritos municipais terá um Juiz distrital nomeado pelo presidente, por quatro anos (...)"

"Art. 64 - § 2º - O Intendente e os juizes distritais serão nomados pelo Presidente do Estado e pelo mesmo período de tempo"²⁴.

A nomeação dos chefes da administração municipal e dos juizes locais possibilitava ao Presidente do Estado exercer um controle político considerável sobre os municípios, criando laços de subordinação direta à autoridade governamental.

O Presidente do Estado também deveria, de acordo com a Carta estadual, nomear o Vice-Presidente:

*"Art. 10 - Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o Presidente escolherá livremente um vice-presidente, que será o seu imediato substituto no caso de impedimento temporário, no caso de renúncia ou morte"*²⁵.

A escolha do Vice-Presidente pelo Presidente obedecia ao princípio positivista da "continuidade administrativa". Considerando que os regimes parlamentaristas criavam nefasta instabilidade política, os positivistas, em contrapartida, sustentavam a necessidade de governos estáveis e duradouros, que continuassem a obra dos seus antecessores. Evitando-se interrupções políticas e garantindo-se a coerência e a continuidade governamental, poder-se-ia alcançar maior eficácia na gestão da administração pública. Neste sentido, o governo ideal positivista seria exercido por um "ditador perpétuo", excepcionalmente virtuoso e comprometido com o bem público. Como não poderiam defender a existência de um "ditador perpétuo", os dirigentes do PRR criaram um sistema aproximado através da fórmula da reeleição presidencial:

*"Art. 9º - O Presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado"*²⁶.

A possibilidade do Presidente reeleger-se continuamente, desde que conseguisse obter 3/4 do total dos votos, consagrava, na prática, a idéia do "ditador perpétuo", uma vez que os

costumes políticos e a legislação eleitoral permitiam ao partido no poder manipular os resultados eleitorais. O direito de o ditador escolher seu sucessor, preconizado pelo positivismo, seria assegurado, também na prática, através da estrutura fortemente centralizada do PRR e da lei eleitoral.

Os castilhistas/positivistas não defendiam explicitamente a organização de um regime ditatorial, porque, como hâbeis políticos, queriam evitar os riscos de comprometer o seu projeto. Mas consideravam a ditadura a forma de governo mais adequada naquele período para assegurar o progresso e a felicidade, a ordem e a justiça. Para eles, a população em nada reprovava um poder ditatorial que fosse exercido no sentido do bem e do justo. Se fosse exercido neste sentido, o poder ditatorial poderia assegurar a existência de liberdades muito mais amplas do que aquelas existentes no regime parlamentarista. Comandado por homens virtuosos e comprometidos verdadeiramente com a justiça e o bem dos cidadãos, este poder ditatorial excluía todos os abusos e todos os privilégios, consagraria a liberdade de culto, a liberdade de ensino, a liberdade de profissão, as liberdades públicas e possibilitaria a incorporação dos proletários à sociedade, garantindo a verdadeira justiça e igualdade humanas. Somente um poder ditatorial poderia assegurar justiça social e liberdades públicas, na medida em que seria necessário força e coerção para coibir os apetites particularistas e para impedir os privilégios e o domínio dos interesses exclusivistas. Livre das pressões dos interesses particulares, o governo ditatorial poderia ouvir e atender os

reclames populares, decretando as mais justas leis semter que passar pelas viciadas discussões parlamentares. Nesta perspectiva, a Carta estadual abria a possibilidade formal do povo participar do processo legislativo e facultava ao Presidente legislar por decreto e promover reformas na Constituição através de um curioso processo, descrito metodicamente nos seguintes artigos:

"Art. 31 - Ao Presidente do Estado compete a promulgação das leis, conforme dispõe o nº 1, do artigo 20.

"Art. 32 - Antes de promulgar uma lei qualquer, salvo o caso a que se refere o artigo 33, o Presidente fará publicar com a maior amplitude o respectivo projeto acompanhado de uma detalhada exposição de motivos.

"Art. 32 - § 1º - O projeto e a exposição serão enviados diretamente aos intendentess municipais, que lhes darão a possível publicidade nos respectivos municípios.

§ 2º - Após o decurso de três meses, contados do dia em que o projeto for publicado na sede do governo, serão transmitidas ao Presidente, pelas autoridades locais, todas as emendas e observações que forem formuladas por qualquer cidadão habitante do Estado.

§ 3º - Examinando cuidadosamente essas emendas e observações, o Presidente manterá inalterável o projeto, ou irá modificá-lo de acordo com as que julgar prodecentes"²⁷.

Qualquer cidadão poderia propor emendas aos projetos governamentais ou sugerir a criação de leis, mas o poder de decisão final permanecia nas mãos do Presidente, o homem virtuoso e sábio que teria capacidade para julgar entre as propostas formuladas pelos populares quais realmente correspondiam ao interesse de todos e ao bem público. Sob o argumento de ampliar a liberdade e a participação dos cidadãos no processo legislativo, antes restrito aos parlamentares, erigia-se o projeto de fortalecimento do poder pessoal do governante. Através destes mecanismos constitucionais, o Presidente poderia exercer um controle quase absoluto sobre o debate legislativo e o processo de reformulação das leis. Ao mesmo tempo em que assumia o papel de árbitro, o Presidente poderia avaliar as tendências dos seus subordinados e identificar aqueles que, pelo conteúdo de suas propostas, sugestões e críticas, deveriam ser politicamente eliminados.

Segundo o pensamento castilhistas/positivista, liberdade implica necessariamente responsabilidade. A Carta estadual afirmava a existência de liberdade de pensamento, mas ressaltava o seu risco de incorrer em crime e proibia o anonimato.

*"Art. 71 - § 16 - Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, respondendo cada um pelos crimes que cometer no exercício desta liberdade. Não é permitido o anonimato, cumprindo que os escritos sejam assinados pelos seus respectivos autores"*²⁸.

A proposta de "transparência" e de "viver às claras" adquire, num regime coercitivo como o positivista, o caráter de mecanismo de controle e repressão. O supremo poder governamental, dotado de instrumentos repressivos, poderia aniquilar política e mesmo fisicamente aqueles cidadãos cujas opiniões fossem consideradas ofensivas à moral ou à ordem vigente. Tais poderiam ser os ônus da responsabilidade advinda do exercício da liberdade. Este é o espírito da Lei Eleitoral de 1897, que introduz o sistema do "voto a descoberto":

"É assim que o escrutínio secreto é suprimido, como antagônico e incompatível com a nova ordem fundada a 15 de novembro, da qual surge, como dever que a todos incumbe, a plena responsabilidade das próprias ações, tanto o representante da autoridade como qualquer cidadão. (...)

"O voto a descoberto é o único remédio legislativo capaz de reabilitar o processo eleitoral, dignificando-o, fazendo compreender ao cidadão a responsabilidade que assume ao intervir na composição do poder público e no estabelecimento das leis"²⁹.

O "voto a descoberto" facilitava o controle direto do poder governamental sobre os eleitores, a manipulação eleitoral e a violência política, recursos utilizados com grande "naturalidade" pelo governo do PRR. Os castilhistas concebiam "o sistema de deliberações pelo voto das maiorias como resultado de concepções metafísicas ultrapassadas"³⁰. No seu entender, o mecanismo eleitoral, necessariamente viciado e corrompido

moralmente, não poderia constituir a fonte de legitimidade de um governo: somente um governo guiado pela virtude e pela razão poderia tornar-se verdadeiramente legítimo, capaz de assegurar o bem público e a prosperidade social. Nisto residia o principal critério para a qualificação de um governo: se fosse capaz de garantir o bem comum, o desenvolvimento moral e material da sociedade, a dignidade e o progresso, a ordem e a liberdade, o governo seria verdadeiramente democrático, em consonância com os interesses gerais dos cidadãos. Nestes termos, o caráter democrático de um regime não seria definido pelo modo de escolha dos governantes, mas, fundamentalmente, pelo conteúdo do projeto governamental. De acordo com esta lógica, os castilhistas sustentavam a legitimidade do regime jurídico-político por eles instaurado:

"O sistema constitucional em vigor, reza a exposição de motivos, é de origem e funcionamento essencialmente popular. Isento de privilégios e de monopólios de qualquer natureza em favor de uma classe, assegura aos desejos e aspirações do povo o livre modo de manifestarem-se, obtendo os que forem legítimos uma efetiva e oportuna realização"³¹.

Para os castilhistas, o regime positivista é legítimo na medida em que atende às reais necessidades da maior parte dos cidadãos ao nível material, moral e político. Do ponto de vista material, não admite privilégios e empenha-se em criar condições para o desenvolvimento econômico de todos os setores. Politicamente, propõe participação e liberdade com res-

ponsabilidade. Moralmente, busca uma regeneração dos costumes a partir da ação exemplar do governo e da dignificação da atividade pública. Os políticos demagógicos, ambiciosos, presos a interesses particulares, deveriam ser afastados das funções públicas e substituídos por administradores virtuosos, moralmente inatacáveis, puros em suas intenções de servir à comunidade, mesmo em prejuízo de seus interesses pessoais ou de classe. Além da moralização da máquina administrativa do estado, os dirigentes do PRR buscam, através da direção estatal, moralizar a sociedade. Existem, na Carta Estadual, vários artigos de cunho moralizante: eliminação dos privilégios de títulos e diplomas (Art. 71 - § 5º); estabelecimento de concurso para o preenchimento dos cargos públicos civis (Art. 71 - § 6º); adoção da concorrência pública para os serviços e obras do Estado (Art. 71 - § 21º); definição legal da responsabilidade dos funcionários do Estado pelos abusos e omissões que cometerem no exercício dos seus cargos (Art. 73); proibição de que qualquer funcionário receba, sob qualquer pretexto, remuneração das partes pelos serviços que lhes prestar em virtude de suas funções (Art. 75); garantia da liberdade de culto religioso e de culto aos mortos (Art. 71 - § 7º e § 8º); reconhecimento exclusivo do casamento monogâmico (Art. 71 - § 8º); garantia da liberdade e gratuidade do ensino (Art. 71 - § 10º); garantia da liberdade de profissão e de indústria (Art. 71 - § 17º); e abolição dos jogos e loterias (Art. 71 - § 18)³².

Os castilhistas entendiam que, estabelecendo tais medidas moralizadoras, o Estado estaria cumprindo sua função de

guiar os cidadãos para o caminho de uma moral sã e virtuosa e de exercer a tutela sobre a sociedade. Segundo esta concepção, o Estado deveria proteger os seus subordinados sem qualquer distinção, com justiça e equilíbrio, conciliando os conflitos entre eles e evitando o agravamento das disparidades sociais. Nesta perspectiva, é significativo o fato, observado por Sandra Pesavento, de que a Constituição estadual de 1891 foi a primeira, entre as cartas constitucionais dos países latino-americanos, a incluir princípios trabalhistas³³. A Carta riograndense concede aos "simples jornaleiros" as mesmas vantagens gozadas pelos funcionários públicos de quadro, tais como aposentadoria em caso de invalidez:

*"Art. 74 - Ficam suprimidas quaisquer distinções entre os funcionários públicos de quadro e os simples jornaleiros, estendendo-se a estes as vantagens de que gozarem aqueles"*³⁴.

A Constituição estadual fornece aos dirigentes do PRR as condições institucionais adequadas para o desenvolvimento do projeto positivista/castilhistas. De um modo geral, na experiência política brasileira, pode-se verificar a existência de desconexões entre os textos constitucionais e as regras políticas efetivamente praticadas. No caso do Rio Grande do Sul, ao contrário, os princípios constitucionais, perfeitamente sintonizados com o projeto político do partido no poder, são seguidos à risca e a prática política dos governantes é desenvolvida no sentido de aprofundar a mesma orientação positivista que inspirou a elaboração da Carta estadual.

Os traços de um regime autoritário, centralizado e ditatorial podem ser identificados nas gestões de Júlio de Castilhos (1893/97) e de Borges de Medeiros (1898/1902, 1903/1907, 1913/1917, 1918/1922 e 1923/1927). A verticalidade do mando marca a estrutura política governamental. Todas as decisões políticas de alguma importância eram tomadas pessoal e diretamente pelo Presidente do Estado. Júlio de Castilhos chegava ao ponto de decidir sobre táticas e manobras militares (no período da revolta federalista) e sobre as minúcias de projetos tributários e financeiros. Do mesmo modo, Borges de Medeiros decidia sobre todas as questões governamentais, inclusive sobre os detalhes de medidas de organização administrativa. A estrutura de poder altamente centralizada não permitia aos municípios qualquer autonomia. No exercício de sua direção autocrática, o Presidente nomeava diretamente os intendentess municipais, os juizes distritais, os delegados de polícia, os comandantes da Brigada Militar e outros subalternos. Deste modo, o chefe do governo mantinha sob sua dependência pessoal os ocupantes dos postos-chave do poder, construindo em torno de si uma rede de relações de subordinação política para a sustentação da autoridade presidencial. Castilhos e Medeiros (a partir da morte de Castilhos) também eram chefes do Partido, o que ampliava ainda mais seu poder de decisão. Como afirma Tarso Genro, *"tanto Castilhos como Borges tinham na fidelidade a sua pessoa um dos requisitos mais importantes para a ascensão dos novos quadros na máquina partidária e na vida política"*³⁵. Por controlarem o governo estadual e a máquina partidária, ambos conseguiram, seguindo os ensinamentos positivistas, fazer

seus sucessores: Castilhos escolheu Borges e Borges escolheu Carlos Barbosa em 1907 e Getúlio Vargas em 1927.

A legislação eleitoral, o controle do processo de votação e apuração dos votos, a coação política permitiam ao PRR manter seu domínio absoluto e garantir a "continuidade administrativa". A Assemblêia dos Representantes, nas poucas vezes em que se reunia, limitava-se a referendar as decisões do executivo e, eventualmente, registrava em ata os inócuos protestos dos setores minoritários oposicionistas. O judiciário também era totalmente subordinado à direção do governo estadual. Embora Castilhos retoricamente defendesse a "independência do poder judiciário", não hesitava em punir os juizes que não seguissem suas orientações ou desrespeitassem as normas positivistas da legislação estadual. Lembra Costa Franco que:

*"Castilhos defendeu com incrível teimosia o princípio do veredito a descoberto, fazendo processar por prevaricação o juiz de Rio Grande, Alcides Lima, que se recusava a cumprir este aspecto da legislação estadual. Mesmo sendo Alcides Lima um ex-condiscípulo da Faculdade de Direito de São Paulo e republicano da Propaganda, não escapou ao procedimento penal em que foi condenado pelo Superior Tribunal a 9 meses de suspensão do cargo"*³⁶.

Um governo forte e centralizado era considerado por Castilhos como "indispensável, não só do ponto de vista de nossa segurança interior, como em relação a todos os assuntos de or-

dem governamental e administrativa"³⁷. A estrutura de mando autoritária era tida como administrativamente mais eficaz e a coerção era vista como fundamental para a manutenção da ordem do regime instituído. Castilhos defende explicitamente a necessidade de ações enérgicas, "*quando a segurança e o socego da sociedade exigirem a aplicação severa de inexoráveis medidas repressivas*"³⁸. As ações repressivas dos governos do PRR voltaram-se ora contra os estancieiros liberais, fração da classe dominante que se opunha ao regime positivista (revoltas federalista e libertadora), ora contra os trabalhadores que organizavam movimentos grevistas, especialmente contra os dirigentes anarquistas.

A repressão governamental era justificada, de um lado, pela necessidade de conter os interesses particularistas (dos estancieiros gananciosos) e as ações subversivas (dos trabalhadores anarquistas), para garantir um governo justo, capaz de impedir os privilégios e os ataques à propriedade e ao Estado; de outro lado, pelo postulado de que a ordem era condição *sine qua non* para o progresso da sociedade. Orientava a ação dos governos castilhistas a firme convicção comtiana de que "*a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem*"³⁹. No cerne de toda argumentação justificativa da coerção, encontra-se a defesa do regime positivista, um regime intrinsecamente autoritário. Por se considerarem homens virtuosos, sábios, iluminados por uma doutrina superior que lhes proporcionava o conhecimento científico da sociedade, por se

julgarem destinados a cumprir a missão de dirigir o Estado de modo digno e eficaz, com isenção e justiça, tendo em vista o bem público, a prosperidade material, o aperfeiçoamento moral e a felicidade de todos os cidadãos, os castilhistas percebiam as críticas e agressões ao seu governo, por parte da oposição liberal ou somente anti-positivista, como um insulto e uma ameaça a toda a sociedade. Os movimentos grevistas mais politizados e as propostas anarquistas de abolição da propriedade e do Estado eram considerados inadmissíveis, pois questionavam os fundamentos da concepção positivista de "harmonia social". Tais críticas e movimentos eram caracterizados como ilegítimos, na medida em que contrariavam os princípios de legitimidade aceitos pelos castilhistas e na medida em que eram tidos como uma ameaça ao governo legitimamente instituído. A eliminação ou a contenção destas ações "ilegítimas" significaria, assim, a preservação do governo legítimo.

A manutenção da ordem através da coerção foi assegurada pela estrutura militarizada do governo estadual. Embora os governantes Castilhos e Medeiros fossem "civis", o regime era fortemente militarizado e contava com um poderoso aparato militar de sustentação. Os governos do PRR fortaleceram numérica e belicamente as tropas da Brigada Militar, de modo a transformá-la em *"um verdadeiro exército estadual, tão bem equipado quanto o seu correspondente federal"*⁴⁰. Os efetivos da força foram ampliados consideravelmente, passando de 1.266 homens, em 1892, para 1.968, em 1895; de 2.043 homens, em 1913, para 3.180, em 1924; atingindo o número de 3.939 homens em 1930 (Vide Qua-

dro VI). Nos períodos de confronto armado, os efetivos regulares eram ampliados com os chamados "corpos provisórios", milícias organizadas pelos estancieiros do PRR, que multiplicavam a capacidade da força. Os gastos do estado com a Brigada Militar também foram elevados de modo considerável. O primeiro grande aumento ocorreu na revolta federalista: os gastos subiram de 906:108\$104 (contos de réis), em 1892, para 3:224:188\$636 em 1893. Após o conflito, os gastos diminuíram relativamente, em virtude da política do governo Castilhos, seguida depois por Borges de Medeiros, de manter equilíbrio nas finanças públicas, mas foram mantidos na razoável média de 8% a 11% até 1918 e atingiram 15,35% em 1923. Estes percentuais parecerão significativos se considerarmos que o orçamento estadual elevou-se neste período num ritmo muito superior à inflação (Quadro VII). Também houve uma melhoria na qualificação profissional com a criação de vários cursos de preparação e de aperfeiçoamento e uma ampliação do aparato bélico. Em 1914, foi criado o grupo de metralhadoras da Brigada Militar e, em 1923, foi formado um serviço de aviação (que teve pequena duração),

Aparelhada como um exército, a Brigada Militar participa ativamente de todos os enfrentamentos armados importantes do período, em nível local e nacional: defende o governo de Castilhos contra os federalistas de 1893 a 1895; combate, auxiliando as forças do Exército, os rebeldes de Canudos em 1897 e os rebeldes do Contestado em 1915; defende o governo Borges contra as forças de Assis Brasil em 1923; combate, auxiliando o Exército, as tropas "tenentistas" que se rebelam em São Pau-

QUADRO VI
EFETIVOS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL (1889/1930)

A N O	E F E T I V O S*
1889 ¹	769 homens
1889 ²	1052 homens
1892 ³	1266 homens
1895	1968 homens
1898	1686 homens
1900	1656 homens
1902	1598 homens
1905	1620 homens
1908	1633 homens
1911	1539 homens
1913	2043 homens
1916	2127 homens
1918	2153 homens
1920	2099 homens
1922	2210 homens
1924	3180 homens
1927	3215 homens
1930	3939 homens

Fonte: Mensagens do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e Almanques da Brigada Militar/RS.

Legenda: * Efetivo real

1 Força Policial, até março de 1889

2 Guarda Cívica, de março a dezembro de 1889

3 Brigada Militar, de 1892 em diante.

QUADRO VII
 DESPESA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A BRIGADA MILITAR
 (1890/1930)

A N O	GASTOS COM A BM (em contos de rēis)	DESPESA TOTAL DO ESTADO (em contos de rēis)	PERCENTUAL
1880	331:312\$979	3.962:745\$174	8,36%
1891	439:516\$551	4.620:866\$670	9,51%
1892	906:108\$104	8.174:075\$189	11,08%
1893	3.224:188\$636	12.624:930\$884	25,53%
1895	845:771\$903	8.524:493\$996	9,92%
1897	1.526:767\$714	16.862:961\$063	9,05%
1899	1.731:002\$801	19.947:061\$684	8,67%
1903	1.627:226\$630	18.133:993\$768	8,76%
1904	1.677:975\$369	18.958:978\$920	8,85%
1907	1.747:915\$292	18.593:288\$370	9,40%
1908	1.752:705\$253	17.035:509\$226	10,28%
1913	3.001:854\$338	27.652:698\$821	10,85%
1918	6.107:210\$164	54.325:714\$182	11,24%
1923	14.858:502\$224	96.732:914\$324	15,35%
1927	11.705:324\$183	143.975:920\$436	8,13%
1930	13.409:897\$200	175.306:090\$600	7,64%

Fonte: Balanço Definitivo da Receita e Despesa do Estado do Rio Grande do Sul.

lo em 1924 e, ainda neste ano, participa do enfrentamento inicial às forças militares rebeladas em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, sob a liderança do Capitão Luiz Carlos Prestes; depois, integra as forças que realizam a perseguição à Coluna Prestes em sua marcha pelo país; e, em 1930, integra, como uma das principais forças, o exército revolucionário de Vargas.

Além da função propriamente militar, a Brigada exercia outras, especialmente aquelas vinculadas à violência política. A Brigada Militar era utilizada pelo governo estadual para pressionar e coagir os votantes nas eleições. Inúmeros casos de manipulação eleitoral relatados pelos oposicionistas envolviam violência ou intimidação física⁴¹. Evidencia a função política coatora da Brigada a observação de Loiva Félix de que os 17 corpos provisórios criados em dezembro de 1892 localizavam-se em "*redutos oposicionistas* (não há um único da região serrana ou do litoral) onde a oposição precisa ser esmagada para que o PRR se consolide no poder estadual"⁴².

A Brigada Militar também era utilizada na "República Positivista" para a repressão dos movimentos sociais que começavam a surgir. Nas greves e manifestações operárias, a Brigada atuava, em obediência às ordens do governo estadual, prendendo dirigentes dos movimentos, dissolvendo piquetes, dispersando passeatas, etc. Na greve geral de 1919 foi extremamente violenta a intervenção da Brigada Militar: massacrou em um comércio a população desarmada, eliminou e prendeu grevistas e fechou associações operárias. Referindo-se a este período, Sí-

via Petersen registra a constante presença de brigadianos "patrulhandö os estabelecimentos industriais e os bairros operários, invadindo e ocupando as sedes dos sindicatos, prendendo e algumas vezes ferindo ou matando grevistas em meio das aruaças que se formavam"⁴³.

O papel de braço militar e de força repressiva do governo estadual era executado de modo exemplarmente fiel pela Brigada Militar não somente pela subordinação formal da força ao Presidente do Estado. Através do exame dos documentos internos da brigada neste período, pode-se verificar a predominância do pensamento positivista/castilhista⁴⁴. Isto decorre, em grande medida, do trabalho realizado pelos dirigentes do PRR, desde a formação da Brigada Militar, de convencimento político-ideológico dos oficiais e de inclusão de castilhistas convictos nos postos-chave da força. Em março de 1892, quando o PRR encontrava-se afastado do governo estadual, as castilhistas conseguem a importante adesão do comandante da força estadual (ainda denominada "Guarda Cívica"), que na época ocupava também, interinamente, o cargo de chefe de polícia, o Tenente-Coronel Antonio Carlos Chachã de Pereira. A mudança de posicionamento deste oficial ocorre sob a situação delicada em que fora envolvido ao receber ordem do governo provisório (o chamado "governicho") de impedir a publicação da incômoda e agressiva "A Federação". Em uma reunião na sede do jornal, Júlio de Castilhos e os militares de sua confiança, o General Júlio Frota, o Major Joaquim P. Têles de Queirôz e o Capitão João C. Jacques, convencem o Comandante Chachã da ilegitimidade deste ato do "governicho".

Castilhos interroga como um governo que se dizia republicano "*pretendia fazer calar o órgão da República, a Federação*" ⁴⁵. Explorando o fato de o tenente-coronel ser oficial do Exército e ter participado da luta republicana, os militares castilhistas interpelam-no sobre o deprimente papel que estava sujeito a cumprir voltando-se contra aqueles que haviam, através de árdua luta, defendido os direitos e a dignidade do Exército, somente adquiridos com a instauração da República. Os dirigentes do PRR também buscaram demonstrar que aquela situação política era totalmente circunstancial e que o retorno de Castilhos ao governo estadual era apenas uma questão de tempo.

O Comandante Chachã Pereira aderiu ao PRR e tornou-se inteiramente fiel aos dirigentes castilhistas. Tal como Chachã, inúmeros outros oficiais foram convencidos a cerrar fileiras junto ao positivismo castilhista. De um lado, pela facilidade de aceitação dos valores doutrinários do PRR num ambiente militar como aquele; de outro, por conveniências políticas, na medida em que o posicionamento favorável ao governo estadual possibilitava aos oficiais ascender na hierarquia e alcançar postos de comando. Além disso, outros oficiais oriundos do Exército, resolutos castilhistas, eram nomeados para exercer funções de comando na Brigada Militar. Seja pelas relações de poder estabelecidas, seja por convicção política, a Brigada manteve-se coesa e fiel ao governo estadual durante toda a República Velha, enquanto organismos policiais-militares congêneres, como a Força Pública de São Paulo, se cindiam, em al-

guns conflitos, entre as alas rebelde e governamental. Em agradecimento à fidelidade da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, os Presidentes do Estado faziam incansáveis elogios à força, "*nobre exemplo de disciplina, de subordinação e de civismo*" (...) que "*torna-se cada vez mais digna da sua importante tarefa e merece os mais justos louvores*"⁴⁶.

Os dirigentes do PRR também realizaram uma política de aproximação e de convencimento político-ideológico de oficiais e comandantes do Exército. Muitos militares importantes encontravam-se fortemente ligados aos castilhistas por diversas razões: identidade de pensamento doutrinário (positivismo); proximidades políticas forjadas em toda uma história de luta (desde a "Questão Militar", a Propaganda Republicana, as alianças com Deodoro da Fonseca e depois com Floriano Peixoto, as alianças no Congresso em defesa da ampliação das verbas militares, etc.); laços familiares e políticos que em decorrência das proximidades mencionadas se estreitaram; troca de favores e atuação conjunta em confrontos armados, etc. O combate aos federalistas em 1893 aproximou ainda mais militares e castilhistas, transformando as afinidades políticas já existentes em "*sólidas ligações entre o PRR e o Exército nacional, ou, pelo menos, um poderoso segmento deste. No fim do conflito, Tavares havia se queixado a Prudente de que os quadros militares localizados no Rio Grande estavam muito cerradamente relacionados a Castilhos para oferecer garantias seguras aos exilados que retornavam. Na opinião de muitos militares autoritários, Castilhos parecia ser o herdeiro legítimo de Floriano*"⁴⁷.

Os oficiais nomeados para exercer o comando militar da região eram, em geral, próximos ao PRR ou, ao menos, mantinham relações respeitadas e cordiais. Nos raros momentos em que isto não ocorria, o governo estadual procurava afastar do cargo os oficiais "indesejados". É o caso do Gen. Inocêncio Galvão de Queiroz, comandante do 6º Distrito Militar, que se atritou com Júlio de Castilhos nas negociações de paz com os federalistas em 1895 e foi substituído pelo Ministro da Guerra. O seu sucessor, Gen. João T. Cantuária, também entrou em desentendimentos com Castilhos e teve a mesma sorte. Quando enfrentou tais militares, Castilhos fez questão de ressaltar o apoio que obteve da oficialidade do Exército:

*"Basta que vos afirme com sincero júbilo que, em todos os momentos melindrosos, mesmo nos tranSES em que o Rio Grande do Sul esteve sob as ameaças da intervenção criminosa do Gen. Galvão e sob a pressão desazada do comando militar do Gen. Cantuária, nunca me faltaram os testemunhos de apreço, os votos de solidariedade, os protestos de apoio das exemplares forças da União, representadas pelos mais conspícuos oficiais, em tudo quanto concerne à defesa e manutenção integral de nossas instituições"*⁴⁸.

A grande influência do setor hegemônico das classes dominantes locais sobre o Exército continuava a ser exercida tal como em períodos anteriores. Assim como durante o Império, permanecia sendo expressivo o número de generais do Exército oriundos da região sulina. Segundo Love, "em 1895, oito dos 30 ge-

nerais-de-divisão e de brigada haviam nascido no Rio Grande; nenhum era de Minas e somente um de São Paulo. No fim da República Velha, oito dos 30 Generais novamente eram gaúchos, sem nenhum paulista ou mineiro. Dos 25 presidentes do Clube Militar, na República Velha, cinco vieram do Rio Grande, um de São Paulo e nenhum de Minas. E dos 20 Ministros da Guerra entre 1889 e 1930, sete eram do Rio Grande, nenhum de São Paulo e apenas um de Minas"⁴⁹. Também como no período imperial, cerca de 1/3 a 1/4 dos efetivos do Exército encontrava-se estacionado na região. O contingente das tropas mantidas no Rio Grande do Sul somente era superado pelo do Rio de Janeiro, capital federal.

Contribuía para a manutenção do predomínio do castilhismo positivista entre a oficialidade a Escola Militar de Porto Alegre, fosse pela orientação teórico-pedagógica majoritária do corpo docente, fosse pela organização curricular (concentração de carga horária em matérias tidas pelos positivistas como fundamentais, como a Matemática), fosse pelo conteúdo das disciplinas ministradas (como no caso da História)⁵⁰. O pensamento positivista castilhista, por sua lógica racionalista e dogmática, ajustava-se ao modo militar de pensar e, enquanto alternativa política, tornava-se muito atraente aos olhos militares. A receptividade deste pensamento entre o corpo discente da Escola pode ser medida pela considerável adesão dos alunos ao PRR. Alguns ex-alunos da Escola, entre os quais Eurico Gaspar Dutra, Gões Monteiro e Getúlio Vargas, formaram, em 1907, o Bloco Acadêmico Castilhista para apoiar nas elei-

ções o candidato oficial do governo estadual, Carlos Barbosa, contra o dissidente Fernando Abbott.

O poderoso aparato militar estadual e as estreitas relações entre castilhistas e importantes setores do Exército eram fundamentais para a preservação da autonomia regional. Desde o início da instauração da "República Positivista" gestaram-se tentativas de intervenção no Estado. Em 1892, o Deputado Justiniano de Serpa propôs que o Congresso realizasse a revisão da Constituição do Rio Grande do Sul. No mesmo sentido, em 1893, o Deputado Theodureto Souza apresentou ao Congresso um projeto de lei visando ^A adaptar a Carta estatal à Constituição Federal. Contra estas tentativas e outras, Júlio de Castilhos assumiu uma posição resoluta e intransigente:

*"Quaisquer que sejam as eventualidades ou os desregramentos das paixões desenvoltas, saberei sempre defender a autonomia do Estado"*⁵⁴.

Um enfrentamento armado com o governo do Rio Grande do Sul seria muito arriscado para os presidentes "civis" da República Velha. Frente à poderosa Brigada Militar e à possibilidade de apoio de parte do Exército aos castilhistas, o governo central não sabia se obteria êxito militar. A intervenção federal no Rio Grande do Sul, além de ser arriscada, contrariava a política já esboçada no governo de Prudente de Moraes e efetivamente introduzida pelo governo Campos Sales, conhecida como "política dos governadores". Tal política impli-

cava a não interferência nos assuntos internos dos estados e em negociação com os governadores em troca da manutenção, sem contestação, do domínio político no governo federal das oligarquias paulista e mineira (aliança "café com leite"). Campos Sales, quando ainda era governador de São Paulo, não vacilou em declarar publicamente a sua posição de reconhecimento da perfeita compatibilidade entre a Constituição rio-grandense e a Carta federal. Esta foi a posição majoritária em várias votações no Congresso nacional. Sob a habilidosa e inteligente direção de Pinheiro Machado, a significativa e coesa bancada rio-grandense mantinha um largo espaço de negociação com os deputados das grandes bancadas (São Paulo e Minas) e exercia grande influência sobre as pequenas bancadas, em virtude do poder pessoal obtido por Pinheiro Machado pelos cargos que ocupava e pelas funções que exercia no Senado e na Câmara. A atuação de Pinheiro Machado e dos parlamentares do PRR também foi importante no governo Hermes da Fonseca, impedindo que as "salvações" (intervenções militares em alguns estados para romper o domínio das oligarquias tradicionais) atingissem o Rio Grande do Sul, como pretendia o Gen. Antonio A. Mena Barreto.

Os castilhistas defendiam intransigentemente a autonomia regional como forma de garantir a sobrevivência do regime positivista gaúcho num quadro nacional politicamente adverso. Como um exemplo de organização política, como um modelo de organização republicana muito mais avançado do que aqueles existentes em outras regiões e ao nível federal, este regime de-

veria iluminar os caminhos de todos os outros que se achavam ainda perdidos no terreno enganoso das concepções metafísicas, da imoralidade e da irresponsabilidade administrativa, das práticas corruptas e injustas em defesa de inconfessáveis interesses particularistas. Em um período maior ou menor de tempo, todos se iriam dobrar frente às evidências da superioridade do regime positivista, o reino da virtude e da razão, onde imperavam a dignidade e a eficácia, a ordem e a liberdade, o progresso e a moralidade, a justiça e o bem público.

Do ponto de vista castilhista, a "República positivista" demonstrar-se-ia superior a partir da virtude dos seus governantes. Somente homens íntegros, moralmente irrepreensíveis, sábios, puros em suas intenções de servir ao bem público, sérios e dedicados poderiam ser responsáveis com a "república" (coisa pública). Somente homens desinteressados materialmente, desprovidos de ambições pessoais, austeros e totalmente comprometidos com a justiça e com o bem da coletividade, deveriam exercer funções governamentais. Não teriam legitimidade para governar aqueles que utilizassem o cargo por eles ocupado no governo para enriquecimento pessoal.

Tanto Júlio de Castilhos quanto Borges de Medeiros buscaram ser coerentes com este pensamento, pautando a sua conduta pessoal no governo pela integridade, pelo desinteresse material e pela austeridade administrativa. Mesmo os ferrenhos adversários políticos liberais consideravam-nos homens de inatacável integridade e honorabilidade pessoais. Trabalhadores

infatigáveis, incorruptíveis, totalmente dedicados aos assuntos da administração pública, privaram-se de cuidar dos seus negócios particulares e saíram do governo com menores recursos financeiros do que possuíam quando haviam entrado. Castilhos e Borges pretendiam, através de sua conduta exemplar, moralizar a vida pública e contribuir para a educação dos espíritos para a época positiva conforme os ensinamentos de Comte:

"É, pois, sobretudo em nome da moral que é preciso, de agora em diante, trabalhar ardentemente para construir enfim a ascendência universal do espírito positivo, substituindo assim um sistema decaído que, já impotente, já perturbado, exigiria cada vez mais a compressão mental como condição permanente da ordem moral"⁵².

Castilhos buscou demonstrar a austeridade do seu governo através de sua política de restauração das finanças do Estado, cortando gastos, racionalizando a máquina administrativa, tornando eficaz a arrecadação tributária e criando novos tributos no intento de alcançar equilíbrio entre receita e despesa:

"O meu primeiro cuidado na elaboração do projeto, foi harmonizar as necessidades do serviço com as forças da renda pública, procurando o justo equilíbrio entre umas e outras. (...)

"O deficit é o abuso, é anarquia administrati-

va, é o argumento da dívida, é a mistificação dos contribuintes, é o descrédito do governo e do Estado (...). Devemos, portanto, bani-lo do regime republicano, no momento em que este, no Rio Grande do Sul, vai iniciar sua existência normal"⁵³.

Efetivamente, Castilhos conseguiu, apesar do período de guerra civil (1893/1895) e dos enormes gastos com a Brigada Militar, obter saldos orçamentários crescentes e diminuir a enorme dívida do Estado. Em 1894, o governo estadual obteve um superavit de 1.804:067\$974, podendo reduzir a dívida do Estado para 7.497:100\$819. Em 1895, obteve um superavit de 1:310:743\$419 e reduziu a dívida para 5.443:421\$818. Em 1897, conseguiu obter o considerável saldo de 3.535:757\$386 e reduziu a dívida para 4.502:000\$000. Borges de Medeiros seguiu a mesma política de austeridade e de busca do equilíbrio financeiro. Enfrentando um quadro político mais favorável e contando com um período de governo bem mais amplo (em virtude das sucessivas reeleições), Medeiros conseguiu obter resultados ainda melhores do que aqueles obtidos por Castilhos. O saldo orçamentário, da média de 1.161:944\$748 no período 1893/1897, atinge a média de 18.025:079\$684 no período 1923/1927 e a dívida do Estado se vê reduzida a 4.403:164\$735 ⁵⁴.

A política de equilíbrio orçamentário não implicava, como se poderia supor, um retraimento do papel empreendedor do Estado. Ao contrário, tanto o governo de Castilhos como os de Medeiros investiram em obras visando à criação de condições

para o desenvolvimento econômico. O governo Castilhos buscou melhorar as condições de infra-estrutura, especialmente na área de transportes: desobstrução de canais de navegação e criação de condições de navegabilidade em vários rios, tendo em vista o escoamento da produção da zona colonial; prolongamento da estrada de ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo; construção de uma linha telegráfica de 220 km de extensão; conserto e construção de várias pontes e estradas de rodagem. Além disso, promoveu a reorganização do serviço de higiene pública; desenvolveu o serviço de colonização, visando facilitar a vinda e instalação de imigrantes europeus; reestruturou a instrução primária no Estado e criou oitocentas novas salas de aula.

As gestões de Borges de Medeiros deram continuidade à política de Castilhos de criar condições infra-estruturais, mantendo a prioridade na área de transportes: construção do cais em Porto Alegre; remodelação da Viação Férrea e ampliação das linhas; conservação e construção de estradas de rodagem; melhoria do sistema de comunicação; continuidade das atividades de desobstrução de canais e rios; conclusão das obras da barra e porto de Rio Grande, encampados pelo Estado; e encampação dos serviços ferroviários. Somam-se a estas obras a construção do Hospital São Pedro, do Arquivo Público, da Biblioteca Pública e a ampliação dos estabelecimentos de ensino primário, técnico e superior.

O problema dos transportes era considerado prioritário, porque era tido como o principal entrave ao desenvolvimento

econômico e porque atingia a todos os setores produtivos, sendo assim visualizado pelos governos castilhistas como de "interesse geral". Pensavam os castilhistas que ao atacara questão dos transportes estariam evitando os interesses particularistas e promovendo o desenvolvimento harmônico de todos os setores da sociedade. A preocupação marcante com o ensino devia-se, principalmente, a duas razões: a ampliação do ensino (sobretudo o primário) possibilitaria o esclarecimento dos espíritos, a progressiva educação física e o aperfeiçoamento moral do povo; o desenvolvimento do ensino técnico-profissionalizante e do ensino superior criaria mão-de-obra qualificada e conhecimento científico, condições necessárias para a expansão industrial.

Os governos castilhistas estavam particularmente preocupados com o desenvolvimento industrial, pois concebiam este desenvolvimento como indispensável para a evolução positiva da sociedade. Procuraram contribuir para a expansão da indústria através da política de impostos e da melhoria do sistema de transportes. Examinando as obras realizadas, pode-se verificar que — embora algumas delas tenham beneficiado os setores pecuaristas tradicionais — grande parte delas localizava-se nas zonas da colônia imigrante, núcleo dinâmico do desenvolvimento industrial. Os altos custos dos fretes impediam maior acumulação de capital e maior rapidez e amplitude da circulação de mercadorias. Tratava-se de uma indústria recente, ainda restrita à produção de artigos manufaturados e destinados, principalmente, ao mercado regional. Apesar das limitações daí de-

correntes, a produção industrial regional cresceu consideravelmente durante a República Velha: o valor total da produção passou de 99.780\$000 em 1905 para 220.551\$000 em 1915, chegando a 420.000\$000 em 1919; o número de estabelecimentos passou de 314 em 1908 para 9.477 em 1906, e chegou a 12.950 em 1919; o número de operários empregados aumentou de 15.426 em 1908 para 38.488 em 1916, alcançando a 65.000 em 1919⁵⁵. No entanto, o desenvolvimento industrial regional encontrava obstáculos que não poderiam ser removidos pelos governos castilhistas, na medida em que escapavam ao alcance da sua compreensão e da sua vontade: em virtude da posição periférica ocupada pela economia gaúcha na estrutura econômica do país, a indústria regional não tinha condições de competir com as indústrias dos centros dinâmicos da economia brasileira.

Os dirigentes do PRR procuraram de todas as formas possíveis utilizar o Estado para estimular o crescimento industrial. Neste sentido, tomaram medidas consideradas, por eles, drásticas mas necessárias e, pela crítica liberal, totalmente equivocadas, como a encampação do porto e da barra de Rio Grande em 1919 e da Viação Férrea em 1920 (serviços até então explorados por companhias estrangeiras). O líder governista Getúlio Vargas defende, em pronunciamentos na Assembléia estadual, a "*intervenção do governo em tais serviços*" como uma "*necessidade real*", que atende aos "*interesses do bem público*"⁵⁶. Ou seja, a intervenção do Estado na economia seria não só aceitável mas também imperativa, quando requerida pelos interes-

ses do bem público. A melhoria dos serviços de transporte que generosamente oportunizaria o desenvolvimento de todos os setores, beneficiaria especialmente a indústria emergente, setor chave do qual dependeriam os demais. A expansão da indústria não interessaria somente aos seus proprietários, mas a todos os cidadãos, na medida em que criaria empregos e riquezas, ampliaria as possibilidades de consumo e promoveria o progresso material de toda a coletividade, criando as condições morais e intelectuais para a evolução da sociedade à era positiva.

Sob a direção de homens virtuosos e justos, o Estado deveria intervir na sociedade para corrigir as distorções geradas no livre jogo das forças, contendo a ambição desenfreada, os ganhos desmedidos, a irresponsabilidade e as práticas enganosas dos que se aproveitam da boa fé alheia, e garantindo a proteção dos mais fracos, a justiça e a harmonia social, os interesses gerais do bem público. Nesta perspectiva, os governantes virtuosos deveriam proteger as classes inferiores, evitando que fossem jogadas na miséria absoluta, buscando integrá-las à sociedade moderna. Se recebesse uma remuneração minimamente digna e uma educação técnica e moral positiva, o proletariado poderia ser efetivamente incorporado à sociedade e não provocaria distúrbios e conflitos sociais.

De acordo com esta concepção paternalista, o governo Castilhos desenvolveu uma política de regulamentação do trabalho dos operários encarregados das obras públicas de drenagem das

lagoas, estabelecendo níveis salariais mais elevados, direito à remuneração normal em dias de mau tempo, o pagamento de dois terços do salário para os que adoecessem em serviço e outras normas trabalhistas elementares, na época negadas pelas empresas particulares⁵⁷. Do mesmo modo, atendeu as demandas de um setor considerado fundamental, a educação, concedendo um aumento salarial aos professores e melhorando as condições materiais do ensino. Na ocasião, Castilhos afirmou:

*"Sem um professorado mantido com eqüitativa remuneração, que o habilite a consagrar-se exclusivamente aos árduos e nobres deveres profissionais, sem um serviço completo de rigorosa e efetiva fiscalização escolar, que coíba a incúria e o desleixo, sem prédios e acessórios mobiliários adequados às aulas destinadas à infância, não é possível colocar o ensino público em condições dignas da civilização rio-grandense, tão justamente almejadas por todos nós"*⁵⁸.

Borges de Medeiros seguiu a mesma orientação paternalista do governo Castilhos, mas se defrontou com situações políticas mais complicadas, resultantes do crescimento e da politização do movimento operário nascente. No período de Medeiros, o governo teve que se preocupar com as mobilizações operárias e com as greves isoladas e gerais que eclodiram por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho e por reivindicações específicas. Frente às greves gerais de 1906, de 1917 e de 1919, o governo estadual oscilou entre uma postura paternalista e repressiva. Em 1917, a ênfase foi o pa-

ternalismo, em 1906 e em 1919 a ênfase foi a coerção. Em 1906, a repressão deve-se à fraqueza do movimento, enquanto em 1919, ao contrário, deve-se à sua força. Julgando imaturo e insolente o movimento grevista em 1906, o governo nada fez em favor de um acordo entre empresários e trabalhadores e se preocupou unicamente com a manutenção da ordem, bem entendido, com a repressão àqueles vistos como "perturbadores da ordem".

Na greve geral de 1917, a postura governamental alterou-se: reconhecendo a dramática situação operária decorrente da queda do valor real dos salários e do aumento do custo de vida, Borges negociou diretamente com os trabalhadores, concedeu aumento salarial aos operários a serviço do Estado e restringiu, por meio de um decreto, a exportação de produtos de primeira necessidade. Os empresários, em sua maioria, seguiram a orientação do governo, fazendo concessões relativas à remuneração e ao tempo da jornada de trabalho. Na greve dos ferroviários, ainda em 1917, Borges novamente considerou o movimento legítimo e denunciou a empresa estrangeira arrendatária como incapaz de oferecer condições de trabalho adequadas e de prestar um serviço eficaz. Em virtude das negociações junto ao governo estadual, ao federal e à Companhia, os trabalhadores obtiveram um aumento salarial de 10% a 15%, jornada de trabalho de oito horas e meia nos escritórios, pagamento das horas extras e serviço de assistência médica. Borges justificou seu posicionamento com base nos ensinamentos de Comte.

Em contrapartida, em 1919, o governo estadual reprimiu violentamente o movimento grevista. A crescente organização e politização dos trabalhadores, fortalecida pelo trabalho dos dirigentes anarquistas, passou a ser encarada pelos castilhistas como ameaçadora e intolerável. "A Federação" denunciou os *"intuitos francamente subversivos dos operários em greve: (...) tão abusada e virulenta é a linguagem dos seus cabecilhas, quase todos estrangeiros, dos seus órgãos de imprensa e dos boletins distribuídos nos nossos diversos sindicatos em parede, que este movimento, percebe-se desde logo, perdeu por inteiro as características de uma tentativa pacífica visando à consecução de fins legítimos, para assumir as proporções nitidamente definidas de uma ameaça contra a ordem constituída ... o que eles querem é, nada mais, nada menos, do que a abolição do Estado, da propriedade particular.e, quanta insânia, da Igreja, como se no Brasil não fosse perfeitamente livre a matéria confessional"*⁵⁹.

Na perspectiva positivista castilhista não haveria qualquer contradição na postura de Borges de ora apoiar ora reprimir os movimentos grevistas. A greve deveria ser reconhecida quando ela fosse legítima, isto é, quando fizesse reivindicações justas e possíveis de serem atendidas e quando não ameaçasse a ordem estabelecida. Atendendo as reivindicações legítimas ou intercedendo neste sentido, o governo estaria contribuindo para a incorporação do proletariado à sociedade. Mas, se a liberdade de realizar uma greve não fosse exercida com

responsabilidade, se a liberdade não fosse exercida dentro da ordem e, ao contrário, fosse orientada pelos inconfessáveis interesses de subverter a ordem, o governo deveria agir com a mais enérgica força. Punindo as ações ilegítimas e eliminando os elementos subversivos, a autoridade pública contribuiria para purificar o movimento proletário, preparando-o para assimilar os valores superiores da moral positiva.

O paternalismo castilhista visava à cooptação do movimento operário. Daí a sua ira repressiva quando se defrontava com operários organizados e politizados que, por razões ideológicas, não eram vulneráveis aos apelos da política de cooptação governamental. Os castilhistas tinham preferência por trabalhadores despolitizados, inteiramente dedicados a suas atividades profissionais e disponíveis intelectualmente. Este tipo de trabalhador poderia ser doutrinariamente modelado através da educação positiva para executar o papel a ele reservado na sociedade. O objetivo castilhista de domesticação do proletariado manifestava-se, como assinalou Pesavento, na preocupação em expandir o ensino técnico ministrado no Instituto Benjamin Constant, depois Instituto Parobé⁶⁰. O adestramento intelectual e técnico possibilitaria ao mesmo tempo a propagação da doutrina social positiva entre os operários e a construção de relações de subordinação dos "protegidos" aos "protetores". Ao perceber-se "protegido" por ter recebido treinamento técnico, o operário constrói uma visão idealizada de admiração daqueles que julga seus protetores, tornando-se receptivo a absorver os seus valores de concepção de mundo e aceitando o mas-

caramento das relações de submissão existentes.

Do ponto de vista dos castilhistas, as relações de subordinação seriam naturais tendo em vista a necessária diferenciação das funções em uma estrutura social hierarquizada. Como um elemento natural integrante da ordem social, a divisão entre proprietários e não proprietários deveria ser mantida, mas caberia ao Estado regular a relação entre as partes, evitando, de um lado, a demasiada concentração monopolística da riqueza e, de outro, a acentuada miséria.

De acordo com o ideário comtiano, a origem do capital é social, assim como seu destino deve ser social. Através do salário, o trabalho é recompensado com a aplicação do capital em benefício da sociedade. Para que haja uma harmonia entre as classes produtoras, de modo que o salário possibilite uma vida digna e a riqueza dos proprietários não se transforme em desmedida opulência, é fundamental a ação moralizadora e reguladora do Estado. Esta fora a resposta encontrada por A. Comte, no contexto europeu de emergência do capitalismo, para combater *"as forças da reação e da revolução, que se antepunham à existência e consolidação da ordem burguesa"*⁶¹.

Eliminar a "selvageria" da livre concorrência, estabelecendo normas para a relação capital-trabalho, representava, no entender do positivismo comtiano, a fórmula adequada para conter o ímpeto das forças "desagregadoras" e assegurar o desenvolvimento capitalista em bases mais racionais. Mas os fieis

seguidores castilhistas encontraram no Rio Grande do Sul uma situação com características distintas:

*"O positivismo, que no contexto histórico europeu surgiu como defensor da sociedade burguesa em ascensão e para fortalecer o processo de desenvolvimento capitalista, aqui no Rio Grande do Sul defrontou-se com um contexto onde se tratava antes de implantá-lo e dar-lhe continuidade e crescimento"*⁶².

O papel atribuído ao Estado, nestas condições, adquiria um sentido ainda mais "interventor". De um lado, pela necessidade de "proteger" o proletariado nascente (ainda muito limitado numérica e politicamente e, conseqüentemente, mais vulnerável à cooptação), cuidando de que sua formação e expansão fosse realizada sob a tutela moralizadora do Estado. De outro lado, pela necessidade de criar condições de infra-estrutura para a expansão industrial, eliminando os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas e favorecendo a acumulação privada de capitais, tendo em vista o fortalecimento de uma burguesia que ainda era muito inexpressiva e sem capacidade política para comandar o processo de transformação capitalista. Enquanto a burguesia se demonstrasse débil, o seu papel seria cumprido pelo próprio Estado, que assim acumularia as funções de agente regulador e propulsor do desenvolvimento econômico.

O Estado de inspiração positivista procurou reverter a política exclusivista até então levada a cabo pela elite pe-

cuarista tradicional e promover o desenvolvimento de todos os setores produtivos, fortalecendo, particularmente, a acumulação capitalista.

Não há dúvida que o projeto positivista/castilhistas ajustou-se às necessidades de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Mas não se pode explicar através deste argumento o porquê de somente na região sulina estas necessidades terem sido respondidas por um projeto positivista, enquanto no restante do país o tenham sido por outras alternativas políticas. A particularidade do regime instaurado no Rio Grande do Sul durante a República Velha não pode ser explicada sem que se leve em conta a cultura política local. As características do projeto positivista guardam grande identidade com os valores da tradição política gaúcha. O caráter autoritário do mando — lembra Pesavento — *"foi um componente que esteve presente no Rio Grande desde os primórdios, quando eram comuns os atos de violência e arbitrariedade de uma sociedade militarizada e afeita às lutas constantes. Portanto, às práticas autoritárias de mando, presentes desde a formação histórica do Rio Grande, veio acrescentar-se o antiliberalismo doutrinário do PRR"*⁶³.

A autonomia regional também era uma herança da cultura das classes dominantes locais, cuja forte significação foi simbolizada pela rebelião farroupilha. Tal como no modo de pensar "patriarcal-militar", os valores aparentemente contraditórios de "rebeldia" e de "disciplina" combinavam-se no pen-

samento e na prática política castilhista. De acordo com suas noções de "justo" e "injusto" e com as situações políticas enfrentadas, ora defendiam a insubordinação, ora defendiam os valores de ordem e disciplina. Como assinalou Boeira, *"no período de propaganda sublinhava-se a rebeldia dos rio-grandenses; agora valoriza-se seu respeito à hierarquia e sua disposição à obediência. Trata-se, então, de obter o assentimento a uma ordem legal e a uma distribuição de poder autoritárias e não mais, como antes, de atrair adeptos para propostas progressistas"*⁶⁴.

O culto à autoridade estatal e a defesa da função tutelar do Estado possuíam, do mesmo modo, fortes raízes na tradição política local. O projeto castilhista reforçou e desenvolveu a concepção de Estado protetor e a visão paternalista herdadas da cultura "patriarcal-militar". As trocas simbólicas que se realizavam na medida em que os subordinados acreditavam nas virtudes do chefe guerreiro, continuavam a se verificar, agora através da crença na conduta exemplar, virtuosa e justa do chefe do Estado. A lealdade ao chefe guerreiro, antes existente, transformou-se em lealdade ao chefe do partido e ao chefe do Estado. Junto a estes valores, o castilhismo agregou outros, entre os quais a idéia de progresso enquanto uma noção de devir que, associada à "era positiva", dava uma dimensão utópica ao projeto, indispensável à sua pretensão instituinte.

O positivismo encontrou no Rio Grande do Sul condições his-

tóricas, políticas e ideológicas favoráveis ao seu desenvolvimento. Apropriado enquanto pensamento doutrinário por setores minoritários das classes dominantes locais, transformou-se em projeto político utilizado para reorganizar as relações de poder existentes e instituir novas relações. Nesta perspectiva, é questionável a afirmação de Tarso Genro: "... o positivismo não foi base da teoria política do poder republicano, ou seja, não determinou, como ideologia, uma estrutura estadual autoritária. Entendemos que ele deu forma ao autoritarismo necessário ao poder oligárquico, que existiria independentemente dele"⁶⁵. Sem entrar em considerações metodológicas que levariam ao debate sobre "a força do sentido"⁶⁶, cabe perguntar: por que foi precisamente o positivismo que deu forma ao autoritarismo do poder oligárquico, enquanto no restante do Brasil o poder oligárquico encontrava-se ligado a outras formas de pensamento, especialmente ao liberalismo-conservador? Se o positivismo foi implantado apenas para dar forma ao poder oligárquico, por que o liberalismo conservador de Silveira Martins, também autoritário, não poderia continuar a exercer este papel, tal como vinha tradicionalmente fazendo?

Em primeiro lugar, o positivismo castilhistas possuía características particulares (como vimos, a estrutura autoritária e militarizada, a orientação paternalista acentuada, a imagem auto-idealizada de regime da virtude e da razão, a defesa intransigente de um federalismo "radical", o intervencionismo do Estado, etc.) que o habilitavam a cumprir um papel

também particular enquanto projeto político distinto dos demais gerados pelas oligarquias do país na República Velha. Em segundo lugar, o positivismo castilhista não se limitou a reproduzir relações de poder oligárquicas, pois, se assim fosse, não se teria construído como alternativa ao domínio oligárquico tradicional dos estancieiros liberais.

Do mesmo modo, é questionável a caracterização feita por Loiva Félix da estrutura política e social coronelista gaúcha na República Velha. Embora a autora não desconsidere as particularidades do Rio Grande do Sul, acredita que a experiência castilhista/borgista pode ser enquadrada na definição mais geral do coronelismo brasileiro (como um "coronelismo peculiar")⁶⁷. Sem dúvida, podemos encontrar traços semelhantes entre as relações paternalistas dos "coronéis" do PRR com suas bases e as relações coronelistas existentes em outras regiões do país. Mas também há, entre as diferenças, uma fundamental: no caso do "coronelismo típico", o coronel exercia total controle sobre o poder municipal e o governo estadual possuía pouca força; no Rio Grande do Sul o poder municipal era fraco e o poder do governo estadual era forte, centralizado e ditatorial e estabelecia relações paternalistas com seus subordinados. Para implantar o seu projeto político alternativo — como afirma Celi Pinto⁶⁸ — o PRR concentra o poder no governo estadual e destrói a rede de relações coronelistas dos estancieiros liberais tradicionais. Também reproduz relações do tipo coronelista, como demonstra Félix, para se afirmar no poder. Mas o PRR introduz, junto às velhas relações coronelis-

tas, novas relações necessárias à atração dos novos setores sociais emergentes (classes médias urbanas, setores burgueses, operariado nascente) para o seu projeto político.

Neste sentido, é pertinente a observação de Genro de que o PRR foi o primeiro partido moderno do Rio Grande do Sul (podemos acrescentar, do Brasil): possuía programa político e um corpo doutrinário que orientavam a ação de seus membros; possuía um projeto político para o exercício do poder; buscava sustentação popular; e possuía uma estrutura organizativa até ao nível local⁶⁹. Ao invés de se limitar a reproduzir de um modo peculiar as relações coronelistas existentes no Brasil, o positivismo castilhistas reorganizou as relações (reproduzindo, destruindo e instituindo novas relações) em uma estrutura de poder particular (a estrutura da "República Positivista"). Justamente por ser herdeira deste projeto político novo, a fração hegemônica das classes dominantes do Rio Grande do Sul adotou um caminho político diverso das classes dominantes do centro do país e tomou a direção do movimento que romperia com a dominação oligárquica e instauraria uma nova estrutura de poder no Brasil.

3 - CRISE DO PROJETO REGIONAL

A crise do projeto positivista castilhistas manifestou-se no início da década de 1920. Até então, o domínio do PRR não havia sofrido contestações significativas, excetuando a tentativa do dissidente republicano Fernando Abbott nas eleições de 1907. Os setores oposicionistas das classes dominantes locais vinham assumindo uma postura pouco agressiva, seja pelas condições políticas adversas estabelecidas no regime autoritário da "República Positivista", seja porque os seus interesses econômicos estavam sendo assegurados pelo governo estadual.

Nos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros, a política encaminhada fora capaz de compatibilizar o atendimento dos interesses dos pecuaristas e o desenvolvimento global das atividades produtivas. Especialmente na favorável conjuntura de expansão econômica do período da Primeira Guerra Mundial, os pecuaristas estavam exultantes com a ampliação do mercado para o seu produto no Brasil, na América Central e na Europa. Com o aumento dos seus lucros, investiram em infra-estrutura para expandir a produção. Contudo, foram surpreendidos pelo corte abrupto das condições de comercialização do seu produto

e pela inversão das tendências do mercado. Após o final do conflito, ocorreu uma "retração da demanda internacional, caíram os preços, sobreveio a deflação, os frigoríficos paralisaram as compras de gado, levando os criadores à ruína"⁷⁰.

Nas circunstâncias de uma crise econômica, os pecuaristas exigiram que o governo estadual reorientasse todos os seus recursos e energias para resolver o problema da principal atividade econômica do estado. Como vimos anteriormente, o governo Borges orientava-se por uma política de desenvolvimento harmônico de todas as atividades produtivas, principalmente daquelas vinculadas à indústria. Relegar a um segundo plano as obras no sistema de transportes, que estavam em andamento, para atender aos interesses exclusivistas dos estancieiros significava, para Borges, contrariar a filosofia política governamental do projeto positivista castilhista e romper com a identidade política que dava sustentação ideológica ao regime. No intento de manter-se fiel e coerente aos seus princípios e à sua linha política e, ao mesmo tempo, de atender aos reclamos dos pecuaristas, o governo estadual buscou, através de intervenção ao nível federal, alterar a política de taxas e impostos (aumentar as taxas cobradas dos concorrentes platinos e diminuir os impostos para a produção rio-grandense), mas não teve força política para impor tal medida, que não interessava às classes dominantes do centro do país. Sob o impacto de uma repentina e enorme perda financeira, sem compreender as razões estruturais de penaliza-

ção de uma economia regional periférica nos marcos de uma grave crise econômica nacional e internacional, os pecuaristas gaúchos, em sua grande maioria, excetuando apenas aqueles fortemente vinculados ao PRR, voltaram-se contra o governo estadual por considerá-lo incapaz de fazer valer seus interesses.

A crise econômica acelerou a crise de legitimidade política do regime positivista castilhistas. Desde muito tempo o autoritarismo governamental vinha sendo, de certo modo, tolerado pelos setores oposicionistas das classes dominantes locais em virtude de sua capacidade de administrar de forma eficiente a coisa pública, garantindo o desenvolvimento econômico regional. Com a crise econômica e seus efeitos desorganizadores das finanças públicas, não foi mais possível sustentar a idéia de "eficiência administrativa" e de "prosperidade material da sociedade", caindo por terra um dos principais argumentos de legitimação do governo - "O rei está nũ" bradava a crítica liberal. O regime positivista castilhistas também não contava mais com outros argumentos que no passado haviam sido fundamentais para a obtenção de coesão, de apoio ativo ou de consentimento passivo dos seus subordinados e do público político. O apelo doutrinário já não mais possuía a mesma força de antes, seja pelo declínio geral da aceitabilidade do pensamento positivista (que deixou de ser "moda" nos meios intelectuais no Brasil e no mundo e passou a ser considerado como "ultrapassado"), seja pelo particular

desgaste decorrente do tipo de uso político do positivismo feito pelos castilhistas. A ação do PRR era fortemente motivada pela crença na incoercível evolução da humanidade para a época positiva. Todas as dificuldades do presente seriam compensadas no futuro, quando o organismo social atingisse a era da virtude e da razão positiva. Tal seria inexoravelmente o caminho do desenvolvimento racional, científico e moral das sociedades. Mas, passados 30 anos de governo do PRR, não havia qualquer sinal da tão esperada "transição orgânica" e não havia nenhuma perspectiva de realização do ideal positivista. Progressivamente, o descrédito e a frustração ganhavam espaço entre as bases do PRR, cada vez mais enfadadas com os repetidos governos de Borges de Medeiros, com seus repetidos discursos e com sua postura crescentemente conservadora.

No esforço de dizer a que viera, o governo Borges foi obrigado a recorrer aos velhos argumentos do passado. Relembrava velhas "máximas" positivistas e tentava ressucitar a velha acusação de "monarquistas" aos liberais liderados por Assis Brasil - o que soava falso, não só pelos propósitos declaradamente republicanos da oposição liberal, mas também porque o regime republicano encontrava-se plenamente consolidado. Restava ao governo a propaganda de suas obras, como argumento mais forte para justificar a continuidade de Borges no poder. Mas o projeto do PRR já não conseguia convencer como proposta instituinte capaz de interpelar o público político ativo e de conquistar a hegemonia na sociedade. Em vir-

tude das dificuldades políticas daí decorrentes, houve um re-
 crudescimento da coerção governamental. Tendo por base rela-
 tórios de incidentes eleitorais enviados a Borges de Medeiros,
 Love apontou o crescimento da fraude eleitoral e da violência
 política no início dos anos 20, exatamente o período em que o
 governo estadual começava a sofrer maior contestação política.

A crise econômica e a crise de legitimidade política pos-
 sibilitaram a criação de um *"espaço social para apoio e ade-
 são à estratégia política das oposições, consubstanciada no
 projeto liberal-democrático de Assis Brasil, que soube envol-
 ver e articular todos os descontentamentos econômicos e polí-
 ticos no RS em 1921/23"*⁷¹. A fração das classes dominantes re-
 gionais que estava excluída do poder local conseguiu, deste
 modo, aproveitar a conjuntura econômica e politicamente favo-
 rável para organizar uma mobilização, primeiro no terreno elei-
 toral e depois no terreno da luta armada, contra o regime po-
 sitivista, cujo projeto encontrava-se em crise.

Pressionado por circunstâncias adversas, amarrado pelo
 dogmatismo, estagnado no tempo, preso aos limites regionais,
 o projeto positivista castilhista dava nítidos sinais de es-
 gotamento. A convicção nos dogmas positivistas, a fé inabalá-
 vel na existência de leis invariáveis que governavam os fatos
 sociais haviam tido, num primeiro momento, um efeito propul-
 sor na medida em que as previsões positivistas pareciam con-
 firmar-se com o advento da República e das transformações que

se verificavam na sociedade. Mas depois dos 30 anos em que a linha positivista fora seguida à risca pelas gestões governamentais, o dogmatismo passava a produzir efeitos contrários, imobilizando o governo, impedindo-o de buscar novas alternativas que lhe permitissem restabelecer o caráter instituinte do projeto. Enquanto Júlio de Castilhos, em seus pronunciamentos, costumava referir-se ao passado para negá-lo e justificava os sacrifícios do presente em nome de um futuro positivo recompensador, Borges de Medeiros raramente referia-se ao futuro ou falava do presente tendo em vista um passado idealizado.

Por mais que se esforçasse e por mais que se dedicasse à aplicação de uma linha administrativa considerada coerente e justa, o governo estadual não conseguiria resolver os problemas e muito menos alcançar os objetivos do seu projeto. Não era possível garantir o desenvolvimento econômico, uma vez que os excedentes das regiões periféricas eram captados pelo centro agro-exportador e que, pela correlação de forças no poder central, a política de taxas e impostos beneficiava as oligarquias do centro em prejuízo dos interesses das oligarquias periféricas. Embora não compreendesse a lógica interna deste processo, o governo Borges, em virtude das decorrências, sentia-se impotente e asfixiado, e, intuitivamente, começava a identificar nos limites regionais o principal problema a ser enfrentado.

A "República Positivista" tinha sido originalmente con-

cebida como uma espécie de experiência de laboratório que deveria, posteriormente, espalhar-se pelo Brasil, dentro da convicção de que outras experiências semelhantes se generalizariam no mundo. Não havia qualquer sinal de que este caminho, considerado inevitável pelo positivismo, fora seguido e a experiência política demonstrava que o projeto castilhistas, ao invés de avançar, estagnava-se. Como não podiam, por razões ideológicas, colocar em questão a cientificidade do seu pensamento e a convicção na inevitabilidade da evolução das sociedades para formas positivas de organização social, os dirigentes do PRR buscaram uma resposta imediata adequada para aplacar as suas inquietações: as limitações regionais impediam o desenvolvimento de seu projeto político. Não seria possível fazer do Rio Grande uma ilha de prosperidade, de justiça e de virtude enquanto predominassem os mesquinhos interesses particularistas, a irresponsabilidade no trato da coisa pública, a degeneração moral e os desmandos característicos da República brasileira. Através deste raciocínio, o PRR podia, ao mesmo tempo, resguardar seus princípios doutrinários e encontrar uma saída política para enfrentar a crise do seu projeto.

As possibilidades para uma intervenção política decidida do PRR no jogo político nacional haviam sido abertas pela crescente crise da "aliança café com leite". As indefinições e os desacordos entre as oligarquias paulista e mineira, tradicionalmente dominantes, já haviam permitido ao PRR exercer gran-

de influência na sucessão presidencial através da articulação da candidatura Hermes da Fonseca (com apoio do Partido Republicano Mineiro, dos partidos republicanos dos estados pequenos controlados por Pinheiro Machado e do Vice-Presidente, que então havia assumido a Presidência, Nilo Peçanha), que vencera as eleições de 1910. Em 1921, o PRR assumiu uma posição mais ofensiva, desafiando o poder das duas oligarquias dominantes, coesas em torno do candidato Artur Bernardes, através do lançamento do candidato Nilo Peçanha pela articulação chamada de "Reação Republicana". Isto significou uma ruptura com a política que até então vinha sendo encaminhada no plano nacional. Seguindo a velha fórmula de Castilhos - "nem oposição sistemática, nem adesão incondicional" - os dirigentes do PRR vinham sempre negociando com as oligarquias dominantes, interferindo, em alguns casos, na escolha dos candidatos, mas nunca se contrapondo frontalmente a elas. A esperada vitória de Artur Bernardes nas eleições criava uma situação política difícil, nunca antes enfrentada pelo governo Borges.

Os conflitos entre o governo estadual e o governo federal foram habilmente explorados pelos partidários de Assis Brasil e tornaram-se peça-chave na estratégia política dos liberais. Como seria praticamente impossível vencer o pleito eleitoral estadual em 1922 devido às prováveis manipulações eleitorais, ou vencer um enfrentamento armado devido à superioridade de recursos militares do governo estadual, a

oposição liberal esperava, com a eclosão da guerra interna, provocar uma intervenção federal. A tática adotada, de realizar pequenos ataques de surpresa e de evitar grandes choques, não deixa dúvidas quanto à intenção de manter aceso o movimento e de "ganhar tempo" em uma relação de forças desfavorável.

A intervenção federal no Rio Grande do Sul não foi realizada, seja por prudência política, seja porque o governo Bernardes não tinha condições de efetivá-la. Mas, em virtude das circunstâncias, o PRR viu-se obrigado a estabelecer um acordo com o movimento rebelde. Segundo o Pacto de Pedras Altas, permitir-se-ia a Borges de Medeiros concluir o seu quinto mandato, mas ficava proibida a reeleição do governador e dos intendentess, e a nomeação do vice-presidente e outros aspectos da Constituição estadual de 1891 deveriam ser reformulados.

O PRR foi obrigado a ceder, mas isto não significou enfraquecimento político. O recuo do PRR lançou as bases para o entendimento entre as classes dominantes locais, condição fundamental para uma intervenção mais agressiva no plano nacional. A conciliação com a oposição liberal possibilitou a efetiva reorientação do projeto positivista castilhistas, que estava em crise, de acordo com o rumo traçado pelos dirigentes mais lúcidos do PRR. Neste sentido, o castilhismo, ao invés de se fragilizar, fortaleceu-se com o acordo regional. O

PRR manteve, ao nível local, o seu domínio político incontestável, como evidencia a eleição de Getúlio Vargas em 1927 como candidato único, e, ao nível nacional, tornou-se mais forte para enfrentar as oligarquias dominantes.

A reorientação do projeto positivista castilhista foi realizada sob o comando de uma nova geração de dirigentes do PRR (Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Flores da Cunha, Firmino Paim Filho, etc.). Os novos dirigentes introduziram inovações políticas - notadamente a maior capacidade de negociação, a maior flexibilidade política, a menor rigidez doutrinária, o menor dogmatismo - que possibilitaram a revitalização do projeto e o seu reajustamento à nova realidade política. Com a manutenção, no fundamental, das suas raízes doutrinárias, o projeto positivista castilhista, modificado mas conservado, readquiriu o caráter instituinte que possuía no final do século e, diferentemente do passado, começou a encontrar condições favoráveis para a sua transformação em projeto nacional.

A gestão de Vargas no governo estadual foi pautada por esta reorientação política: encaminhou uma política econômica voltada aos interesses da pecuária; estimulou a sindicalização dos proprietários para pressionar o governo federal; obteve recursos financeiros federais; criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul para facilitar o crédito aos proprietários; garantiu eleições mais honestas; e abriu espaços pa-

ra a oposição na esfera governamental. Evidentemente, manteve vários aspectos da linha administrativa que vinha até então sendo aplicada, mas as alterações políticas acima mencionadas criaram as condições para a unificação das classes dominantes locais. De acordo com a nova orientação política do PRR, as diferenças com os liberais locais eram pouco relevantes se comparadas aos desacordos existentes com o poder central. Nesta perspectiva, seria necessário abrir mão das disputas internas regionais tendo em vista a importância da reunião de forças para o enfrentamento nacional.

Os dirigentes do PRR não tinham qualquer dúvida acerca da impossibilidade de alcançarem o controle do poder central através do processo eleitoral. Em todas as disputas para a presidência da República realizadas na República Velha sempre fora considerado vencedor o candidato apoiado pelo presidente em exercício (em virtude do controle da máquina governamental e do processo de contagem final dos votos via legislativo). Em função disto, o PRR considerava fundamental obter o apoio do Exército. As condições para uma aliança com setores militares já vinham sendo criadas há muito tempo. A tradição militarizada do Rio Grande do Sul, o entrelaçamento social e político entre militares e classes dominantes locais, as afinidades ideológicas e as fortes ligações políticas haviam aproximado o PRR dos militares no decorrer da República Velha. Em 1910 o PRR havia articulado a candidatura do General Hermes da Fonseca, que recebera efusivo apoio da

oficialidade militar. Novamente, em 1921, a candidatura da "reação republicana" articulada pelo PRR obtivera grande apoio nos meios militares: contara com a adesão de generais como *"Cipriano da Costa Ferreira, que comandara a Brigada Militar rio-grandense por seis anos"* e, era *"agora Comandante da terceira Região Militar - equivalente ao Rio Grande do Sul - onde mais de um quarto do Exército estava destacado"* e, de vários outros *"oficiais positivistas agressos das academias militares nos anos 1880 e 1890"* como os *"Generais Ximeno de Villeroy e Cândido Rondon"*⁷².

A fração liberal das classes dominantes regionais também mantinha, embora em menor grau, vínculos com setores militares. Luís Carlos Prestes afirmou que, quando foi transferido do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul em 1922, tentou convencer a oficialidade da região a participar da luta "tenentista" contra o governo de Arthur Bernardes, mas os oficiais estavam mais preocupados com a luta política interna, devido aos fortes laços que os uniam às classes dominantes locais. Segundo Prestes, era *"comum o oficial casar com uma filha de fazendeiro e entrar na luta política do Rio Grande do Sul"*⁷³. Inicialmente o movimento tenentista não tinha qualquer identidade com as forças oligárquicas rio-grandenses. Indignada com as precárias condições materiais do Exército e morais do Estado, a oficialidade militar "tenentista" voltava-se contra os governos oligárquicos, pois as classes dominantes do Rio Grande do Sul estavam comprometidas, através de acordos e negociações, com estes governos. Para ten-

tar derrubar Borges de Medeiros, a oposição liberal recorreu ao Presidente Arthur Bernardes, inimigo político central dos "tenentes". Posteriormente, o Partido Libertador procurou uma aproximação política com o movimento "tenentista" com base nas bandeiras de "voto secreto" e de "justiça", e alguns libertadores mais radicalizados chegaram até a engrossar as fileiras da Coluna Prestes. Esta aproximação passou a ser efetivamente realizada quando o PL abandonou as disputas regionais, assumindo, tal como o PRR, a prioridade da luta nacional. Mais tarde, dirigentes da nova geração do PRR, como Oswaldo Aranha, também buscaram fazer contatos e estreitar relações com os líderes "tenentistas". A aliança entre o PRR, o PL e os dissidentes "tenentistas" foi fundamental para a criação de condições favoráveis, do ponto de vista militar, para um movimento contra o poder central.

Do ponto de vista político, também se configuravam condições favoráveis aos propósitos dos dirigentes do PRR. Os desacordos entre as oligarquias paulista e mineira na sucessão presidencial possibilitaram, pela primeira vez, o surgimento de uma candidatura do próprio PRR, com o apoio dos liberais gaúchos, de setores militares e dos governos estaduais de Minas e da Paraíba. Embora estivessem certos da impossibilidade de vencerem as eleições, os dirigentes do PRR (especialmente a nova geração) esperavam, com a mobilização eleitoral, reunir forças e criar condições políticas para uma posterior mobilização militar. Contribuía para isto a situação

de instabilidade política decorrente da crise do sistema de dominação oligárquica e da crise econômica internacional que revelava os limites do modelo agro-exportador. A política econômica do governo Washington Luís de proteção do preço do café através de medidas artificiais onerava as economias regionais periféricas e provocava a pauperização das classes médias urbanas e da população em geral. A crescente insatisfação social ampliava-se com o descrédito político do governo central especialmente entre as classes médias urbanas, que reclamavam maior espaço de participação política, moralização da administração pública, fim da corrupção, da manipulação eleitoral, dos privilégios e dos abusos mantidos pelo poder central.

Os objetivos de aglutinar forças e conquistar simpatia popular foram contemplados pela plataforma política do candidato Getúlio Vargas:

"Anistia ('plena, geral e absoluta'); revogação das leis compressoras da liberdade de pensamento; revisão da Legislação eleitoral; reorganização da Justiça Federal; reforma do ensino secundário e superior; constituição de um Código do Trabalho; 'pôr as instituições militares à altura da sua imensa responsabilidade'; aumentar os vencimentos e dar garantia de estabilidade aos funcionários públicos; organizar a produção e os serviços de transporte para reduzir o custo de vida; 'produzir muito e produzir barato' a fim de desenvolver a economia e abastecer os mercados internos; expansão do co-

*mêrcio exportador; auxílio ao Nordeste (secas) e colonização da Amazônia; organizar o plano de viação geral do país; remodelação do Bando do Brasil (criação de carteiras especiais); e definição da política do café"*⁷⁴.

As propostas de anistia irrestrita, de valorização das instituições militares e de aumento dos vencimentos dos funcionários públicos atendiam as demandas dos "tenentes" e, de um modo geral, dos militares, preocupados com a melhoria da situação material do Exército. A liberdade de pensamento, a revisão da legislação eleitoral e a reorganização da justiça eram antigas reivindicações dos liberais gaúchos, que encontravam apoio entre as classes médias urbanas. A redefinição da política do café atendia aos interesses das oligarquias periféricas e dos outros setores sociais indiretamente penalizados por esta política. O estímulo à produção, a reorganização e melhoria do sistema de transportes, a elaboração de um Código para regulamentar as relações entre capital e trabalho e a reforma de ensino enquadravam-se na linha política do PRR de garantir a proteção dos trabalhadores e o desenvolvimento econômico da sociedade. A preocupação com o custo de vida, com reformas sociais e políticas correspondia ao objetivo de atendimento das demandas sociais desconsideradas pelos governos da República oligárquica.

O programa da "Aliança Liberal" marcou alguns recuo dos dirigentes do PRR em relação à concepção positivista castilhistista original. A começar pelo nome da articulação, inaceitável para a ortodoxia castilhistista, que seguramente recomen-

daria u nome do tipo "regeneração republicana". Do mesmo modo, alguns princípios liberais, como o do "voto secreto", contrariavam a tradição castilhista de defesa do "voto a descoberto". A incorporação destas propostas na plataforma de Vargas se explica pelo maior pragmatismo e menor dogmatismo da nova geração de dirigentes do PRR. Embora continuassem não "levando a sério" o mecanismo eleitoral como meio de expressão da vontade da sociedade, percebiam que a reivindicação de eleições "limpas e justas" tinha grande aceitação popular e, ao mesmo tempo, era uma condição **sine qua non** para a aliança com o PL e com os "tenentes". Neste sentido, concordavam em conceder neste ponto do programa, considerado secundário, para garantir o objetivo maior: a viabilização do movimento para a implantação, sob a direção do PRR, de um novo regime político, virtuoso, moralmente regenerado, capaz de barrar os privilégios dos grupos dominantes e de garantir o bem público, a ordem e o desenvolvimento material e moral da sociedade.

O desfecho militarmente exitoso do movimento de 1930 possibilitou aos dirigentes do PRR assumirem o comando do governo central e, após algumas negociações e ajustes, desenvolveram o seu projeto político em escala nacional. A crise do projeto castilhista foi contornada, assim, através de sua reorientação e de sua transformação em projeto nacional. Haviam ocorrido algumas modificações no projeto original, mas ele, em seus traços fundamentais, fora conservado. Em 1937, seria implantado, sob a direção de Getúlio Vargas e da cúpula militar, um regime autoritário, altamente centralizado, di-

tatorial, particularmente militarizado, auto-idealizado como virtuoso, moralizador, paternalista, intervencionista e promotor do desenvolvimento capitalista. O velho sonho positivista castilhista seria revivido sob as novas contradições políticas e sociais que inauguravam uma nova fase da história do país.

NOTAS

- 1 - PICCOLO, Helga Iracema L. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José H. (Org.) e outros. RS: Economia & Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 106.
- 2 - Ver SCHWARZ, Roberto. As Idéias fora do lugar. Estudos. São Paulo, CEBRAP, (3) jan. 1973 e CARDOSO, Fernando Henrique. As Idéias e o seu lugar. São Paulo, CEBRAP, 1976.
- 3 - CARDOSO, Fernando H. As Idéias e o seu lugar. São Paulo, CEBRAP, 1976.
- 4 - TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo, Ática, 1974.
- 5 - Ver a respeito em PINTO, Celi Regina J. Positivismo - Um Projeto Político Alternativo. Porto Alegre, L & PM Ed., 1986, p. 9.
- 6 - CUNHA, J. Marques da. 15 de Novembro - A República Brasileira. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1939.

- 7 - FRAGOSO, Tasso. Revolvendo o passado. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, fev./1940.
- 8 - "A Federação", 23 de setembro de 1886.
- 9 - Transcrito por SODRÉ, op. cit., (Nota 22 do cap.I) p. 147.
- 10 - LOVE, op. cit. (Nota 39 do cap. II), p. 34.
- 11 - FRAGOSO, op. cit, p. 51.
- 12 - FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1988, p. 55.
- 13 - SILVA, Hélio. 1889 - A República não esperou o Amanhecer. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- 14 - CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Descentralizador. In: -, O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978, V. 2, p. 204.
- 15 - A proposta é apresentada por PAIM, Antônio. O Apostolado Positivista e a República. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político Republicano).

- 16 - Actos e Decretos da Brigada Militar de 1892 a 1923.
- 17 - Ver a respeito em PINTO, Celi R., op. cit., p. 28-29.
- 18 - RODRIGUES, Ricardo Vêlez. Castilhismo: uma filosofia da República. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1980, p.22.
- 19 - Constituição do Rio Grande do Sul, 14 de junho de 1891. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1927.
- 20 - COMTE, Auguste. Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 67. (Col. Os pensadores).
- 21 - COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 17-18, (Col. Os pensadores).
- 22 - COMTE, Auguste. Apelo aos conservadores. Apud ROSA, Othello. Júlio de Castilhos (perfil biographico e escriptos políticos). Porto Alegre, Livraria do Globo, 1930, p.249.
- 23 - Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, 14 de junho de 1891. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1927.
- 24 - Idem, ibidem.
- 25 - Idem, ibidem.

26 - Idem, ibidem.

27 - Idem, ibidem.

28 - Idem, ibidem.

29 - Exposição de Motivos da Lei Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, 12 de janeiro de 1897. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Of. Graf. de "A Federação" (vários anos).

30 - FRANCO, op. cit., p.85.

31 - Exposição de Motivos da Lei Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, 12 de janeiro de 1897, op. cit.

32 - Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, 14 de junho de 1891, op. cit.

33 - PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: Estado Autoritário e Economia. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 226.

34 - Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, 14 de junho de 1891, op. cit.

35 - GENRO, Tarso F. RS, Tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório. In: RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 103.

- 36 - FRANCO, op. cit., p. 157.
- 37 - Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 20 de setembro de 1891, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 38 - Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 8 de fevereiro de 1893, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 39 - COMTE, Discurso sobre o espírito positivo, op. cit., p. 69.
- 40 - LOVE, op. cit., p.83.
- 41 - LOVE, op. cit., p. 140.
- 42 - FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 125.
- 43 - PETERSEN, Sílvia R. F. As Greves no Rio Grande do Sul (1890). In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p. 324.
- 44 - Ordens do dia, Atas e Pronunciamentos. Arquivo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

- 45 - PEREIRA, Miguel José. Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1950.
- 46 - Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 7 de novembro de 1893, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 47 - LOVE; op. cit., p. 79.
- 48 - Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 7 de novembro de 1891, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 49 - LOVE, op. cit., p. 124.
- 50 - Currículos e Programas da Escola Militar. Biblioteca do Colégio Militar de Porto Alegre.
- 51 - Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 7 de novembro de 1893. Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 52 - COMTE, Discurso sobre o espírito positivo, op. cit. p. 75.
- 53 - Exposição de motivos do projeto de orçamento da receita e despesa do Estado para o exercício de 1892. Op. cit.

- 54 - ROSA, op. cit., p. 297.
- 55 - REICHEL, Heloisa J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p. 269.
- 56 - PINTO, op. cit., p. 70.
- 57 - FRANCO, op. cit., p. 162.
- 58 - Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, 20 de setembro de 1986. Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- 59 - A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 9 de setembro de 1919.
- 60 - PESAVENTO, Sandra J. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS:1889-1930). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, p. 175.
- 61 - PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980, p. 67.
- 62 - Idem, ibidem, p. 27.
- 63 - PESAVENTO, J. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS:1889-1930), op. cit., p. 107.

- 64 - BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 36.
- 65 - GENRO, op. cit., p. 97-8.
- 66 - A expressão foi utilizada por Sérgio Miceli como título da introdução do trabalho "A Economia das Trocas Simbólicas" de Pierre Bourdieu, publicado pela Editora Perspectiva, 1987.
- 67 - FÉLIX, op. cit., p. 10, 135 e 176.
- 68 - PINTO, op. cit.
- 69 - GENRO, op. cit., p. 103.
- 70 - PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: Estado Autoritário e Economia. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p. 218.
- 71 - ANTONACCI, Maria A. RS: As oposições e a Revolução de 1923. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981, p. 113.
- 72 - LOVE, op. cit., p. 208.
- 73 - Entrevista concedida ao autor. .

- 74 - TRINDADE, Hêlgio. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937). In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 170.

CAPÍTULO 4

POSITIVISMO CASTILHISTA E EXÉRCITO

1 - IDENTIDADE E CONTRADIÇÃO

a) Uma relação paradoxal

No capítulo anterior, vimos a existência da grande identidade política e ideológica dos militares com o positivismo castilhistas: identidade doutrinária entre o pensamento positivista e o modo de pensar militar (valores éticos e morais, visão de mundo) e identidade política entre os dirigentes castilhistas e os militares, construída em uma história de luta comum desde o período da "propaganda republicana".

A relação entre o positivismo castilhistas e o Exército, contudo, também era marcadamente contraditória. Embora fosse solidário aos reclamos da oficialidade por aparelhamento material, aperfeiçoamento técnico, qualificação profissional e centralização do Exército, o castilhismo sustentava um regime fortemente militarizado e regionalmente autônomo e reafirmava a tradição "guerreira" das classes dominantes locais. Para garantir a existência da "República Positivista" num quadro na-

cional politicamente adverso, o castilhismo precisava conservar o "poder militar" das classes dominantes locais ao mesmo tempo que, por razões políticas e doutrinárias, buscava fortalecer o exército profissional. Sem se oporem ao processo de profissionalização da atividade das armas e de fortalecimento do Exército, as classes dominantes locais mantinham o seu "poder militar", adaptando-se às novas condições e alterando suas relações com os organismos militares.

Anteriormente, as classes dominantes rio-grandenses haviam exercido seu "poder militar" principalmente através do comando direto de numerosas milícias privadas irregulares (e, a partir de 1831, dos corpos da Guarda Nacional). Com a profissionalização da atividade das armas, as classes dominantes locais buscaram ampliar sua influência no interior do Exército e fortalecer a Brigada Militar, força profissional estadual que mantinham sob seu controle direto. As milícias privadas irregulares ainda cumpriram um papel importante até 1937 (na forma de "corpos provisórios" da Brigada Militar), mas o final da República Velha marca a passagem de um período de predominância das forças irregulares para um período em que estas forças, ainda existentes, perdem a relevância que possuíam, cedendo lugar para a afirmação do exército profissional.

O "poder militar" das classes dominantes locais passou a ser exercido indiretamente, através da influência e do controle sobre forças profissionais. Esta situação, entretanto, engendrava uma relação contraditória, na medida em que a inter-

ferência política civil no Exército, a relativa autonomia dos oficiais comandantes locais e a existência de uma poderosa força militar (BM) sob controle do governo estadual entravam em choque com as demandas corporativas de centralização e coesivamento da organização militar.

O Exército estava vivendo um processo de fortalecimento, de modernização e de centralização. Já no início da República os governos militares, especialmente o de Floriano Peixoto, haviam garantido uma ampliação significativa dos efetivos e dos gastos com o setor militar¹. Também haviam sido tomadas medidas visando a centralização organizativa, entre as quais destacou-se a criação de um Estado-Maior (1896) com funções de direção das Forças Armadas, planejamento das grandes operações militares, distribuição e alocação das tropas, composição dos comandos da estrutura hierárquica superior, etc. O comandante das armas de cada região, antes indicado pelo governo da província, passava a ser indicado diretamente pela cúpula militar, possibilitando o início do processo de autonomização do organismo militar. A intensificação da prática de transferência e de deslocamento constantes dos oficiais reduzia os vínculos entre militares e classes dominantes regionais. Afirmava-se a idéia de "corporação" e realizava-se a renovação dos quadros e a renovação da mentalidade militar no sentido de uma maior profissionalização.

No decorrer da República Velha, um conjunto de modifica-

ções importantes foi realizado: a introdução da Lei do Sorteio Militar (aprovada em 1908 e colocada em prática em 1916), que obrigava ao alistamento universal; a criação da revista "A Defesa Nacional" (1913) e a irradiação do pensamento profissionalizante dos chamados "jovens turcos"; o estágio de oficiais brasileiros no Exército Alemão (1906/1910); a reestruturação organizativa e a alteração dos regulamentos internos (1915/1920); a extinção da Guarda Nacional (1918); a ampliação e a modificação do ensino militar (1916/1926); e a vinda ao Brasil da Missão Militar Francesa (1920). Esta Missão foi particularmente importante como "*estímulo para a modernização e aperfeiçoamento profissional da corporação*"², desencadeando um "*movimento de centralização e coesão*"³ da organização militar.

Do ponto de vista da corporação militar, a influência exercida pelas classes dominantes regionais sobre militares e o controle de um poderoso "exército estadual" não eram aceitáveis, pois tal situação impedia o Exército de exercer o monopólio real da ação armada de grande porte e dificultava o controle da cúpula militar sobre os seus subordinados, ou seja, impedia o desenvolvimento do processo de centralização e de coesão da organização militar.

A coexistência contraditória de uma classe dominante regional politicamente autônoma, militarmente poderosa e estreitamente ligada a setores militares, e de um exército em processo de fortalecimento, profissionalização e centralização in-

dicava o estágio ainda inicial do processo de transformação burguesa do Estado Nacional. Isto é, o desenvolvimento da forma burguesa de construção do Estado possibilitaria a configuração dos elementos essenciais para a formação de um Exército Nacional centralizado e profissional: estabelecimento de padrões uniformes para o funcionamento das instituições; formalização da competência individual e gradativa eliminação de critérios nobiliárquicos e censitários; despersonalização das funções; e organização de um sistema de atribuições altamente hierarquizado. Tais alterações já se estavam configurando no período da República Velha, embora o Estado oligárquico ainda não constituísse propriamente um Estado burguês moderno.

Décio Saes, em sua original interpretação, opõe-se à grande maioria dos autores ao sustentar que o período de 1888/1891 — e não a Revolução de 1930 — constitui o marco decisivo do processo de formação do Estado burguês no Brasil⁴. A análise de Saes valoriza um elemento importante, até então um tanto esquecido: a construção de uma estrutura jurídico-política de caráter burguês já estava em curso a partir da Proclamação da República e da Constituinte de 1890/1891, precedendo, na qualidade de condição necessária, as transformações econômicas capitalistas. Todavia, o autor termina por estabelecer definições demasiadamente categóricas, que não são capazes de explicar de modo satisfatório as ambigüidades do período. Em nossa opinião, um Estado estruturado sob o esquema de poder de oligarquias tradicionais, regionalmente descentralizado, mesclando relações de subordinação do tipo tradicional com as novas

formas burocrático-legais, ao invés de constituir-se num Estado burguês moderno, com algumas particularidades atípicas, correspondia a uma forma particular de Estado, um Estado de transição, situado entre a estrutura "escravista-colonial" e a estrutura capitalista propriamente dita. Sublinhar a transitoriedade que caracteriza o período torna-se importante na medida em que é justamente esta situação que contextualiza a inexistência do monopólio estatal da ação armada através de uma corporação centralizada, ou seja, a existência de verdadeiros "exércitos estaduais" e o estágio ainda inicial de construção do exército nacional.

No nosso entender, a existência de um exército em processo embrionário de centralização e as condições estruturais e políticas que haviam gerado oligarquias regionais militarmente poderosas possibilitaram a formação das duas vertentes fundamentais do movimento que impulsionou a transformação do Estado. Os movimentos "tenentistas", iniciados em 1922, expressavam a desorganização, o pequeno grau de centralização e de coesão política e ideológica da instituição e a limitada capacidade da cúpula militar em manter sob controle a oficialidade média, insatisfeita com a situação material do Exército e moral do Estado. O decréscimo das verbas governamentais destinadas ao setor militar, registrado especialmente nos governos "civis" da aliança oligárquica paulista/mineira, assim como o descaso com as necessidades de aperfeiçoamento técnico e de profissionalização da corporação, passavam a ser encarados por segmentos expressivos da oficialidade como um ataque à dig-

nidade do Exército e como uma ofensa a toda a nação. As reivindicações de melhoria da condição profissional foram, assim, importantes para a construção de uma visão antioligárquica e pela definição do agrupamento militar enquanto categoria institucionalmente vinculada ao Estado.

A formação da outra vertente fundamental da Revolução de 30 também se inscreve no contexto das ambigüidades que caracterizam o Estado oligárquico. Nos marcos de uma estrutura política descentralizada e de um esquema de poder controlado exclusivamente pelas oligarquias do centro do país, as contradições entre as classes e os setores de classe do restante da nação encontravam-se subsumidas no "conflito regional". A unificação das frações das classes dominantes gaúchas, tradicionalmente rivais políticas, assim como a articulação por elas impulsionada de grupos de outras regiões, somente tornou-se possível frente à necessidade de somar forças para a luta contra as oligarquias dominantes a nível nacional. Diferentemente da oficialidade "tenentista", que havia formulado uma visão de caráter nacional a partir de sua condição de membro de uma instituição do Estado, as elites regionais dissidentes, elas mesmas oligárquicas, assumiram uma posição "antioligárquica" a partir da questão regional, ou seja, da necessidade de garantir os seus interesses econômicos e políticos no plano nacional, o que implicava necessariamente a eliminação das regras do jogo que sustentavam a política "café com leite".

A convergência destes dois movimentos de natureza distin-

ta — o movimento da oficialidade militar e o movimento das classes dominantes gaúchas — tornou-se possível em virtude das afinidades políticas e ideológicas já mencionadas e de necessidades políticas comuns. Para a conformação de uma força capaz de derrubar as oligarquias encasteladas no centro do poder de Estado, as classes dominantes do Rio Grande do Sul necessitavam do apoio de uma parte do Exército, assim como os militares descontentes precisavam contar com a ampliação das alianças políticas (governos de Minas e da Paraíba) e com a ampliação dos recursos militares (Brigada Militar/RS e seus corpos provisórios, Polícia Militar de Minas e outros setores do Exército) que a articulação com as classes dominantes rio-grandenses possibilitaria.

A identidade política e ideológica, as fortes ligações entre classes dominantes locais e militares e a poderosa estrutura militar controlada por um governo regional politicamente autônomo tornaram possível a formação do movimento que derrubou o sistema oligárquico de poder em 1930, abrindo caminho para a implantação de um novo projeto político no país. Mas, paradoxalmente, este novo projeto político, construído nos anos seguintes à Revolução de 1930 e implementado no Estado Novo, resultou na eliminação da autonomia regional e na eliminação do "poder militar" das classes dominantes locais.

A explicação deste paradoxo nos remete à relação de identidade e de contradição entre o positivismo castilhistas e o Exército. Embora o "poder militar" das classes dominantes locais

tenha tornado possível o movimento de 1930, os militares que participaram deste movimento apenas toleravam a existência deste "poder militar" como um meio necessário, naquelas circunstâncias adversas, para viabilizar a instauração de um novo regime no país. Eles consideravam esta situação como algo circunstancial e não como um modelo a ser seguido. A existência de "exércitos estaduais" autônomos, como a Brigada Militar, era reprovada pelos militares; e a influência exercida pelas classes dominantes locais no interior do meio militar era considerada como enormemente prejudicial aos interesses do Exército. Os militares consideravam ser fundamental o fortalecimento material, o aperfeiçoamento técnico, a qualificação profissional e a centralização organizativa das Forças Armadas. O "poder militar" das classes dominantes locais continuava a ser um obstáculo para a centralização da corporação militar e, portanto, não tinha lugar no projeto de Exército e no projeto de sociedade dos militares revolucionários de 1930.

Participaram da construção do novo projeto político implantado em 1937, juntamente com a equipe de Getúlio Vargas, os comandantes militares que através do movimento de 1930 haviam assumido postos-chave no governo e nas Forças Armadas. Alguns, como Gões Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, tal como Vargas, também eram oriundos da tradição política e intelectual positivista castilhista; e outros, como os "tenentes", possuíam formação política e intelectual diversa e superficial. A afinidade política e ideológica entre estes setores tornou possível a construção de um projeto comum, mas este não se resu-

miu em simples reprodução do castilhismo positivista. Embora guardasse grande identidade com o projeto regional da "República Positivista", o novo projeto nacional, produto deste debate, incorporou novos elementos, entre os quais as demandas corporativas do Exército.

Nos anos 1930/1937, o novo bloco político no poder define o seu projeto político para o país através de um processo de negociação e de fusão de propostas, de modo que alguns pontos de vista se afirmam, outros são secundarizados e outros são excluídos do quadro de uma composição nacional. As bandeiras liberais, por exemplo, foram logo excluídas e os grupos que as defendiam se afastaram do poder governamental. Entre os setores que se afirmaram na construção do novo projeto político, especialmente entre a fração dirigente das classes dominantes do Rio Grande do Sul e os setores militares "tenentistas" e "corporativistas", havia grande identidade político-ideológica, mas também havia diferenças que se tornaram objeto de negociação política.

A equipe de Getúlio Vargas, constituída por uma nova geração de dirigentes do PRR, defendia, de acordo com a tradição positivista castilhista, o projeto de um regime autoritário, centralizado e ditatorial, particularmente militarizado, marcadamente paternalista e moralizador, intervencionista e promotor do desenvolvimento industrial. Esse regime deveria ser dirigido por homens virtuosos, absolutamente racionais em sua conduta pública e — diferentemente do positivismo "ortodoxo" —

dotados de capacidade de conciliar interesses diferentes. Tais requisitos eram considerados imprescindíveis para que o novo regime pudesse calar os interesses particularistas, estabelecer justiça social, assegurar a ordem, a prosperidade material e o aperfeiçoamento moral da sociedade.

Os setores militares também estavam preocupados em calar os interesses particularistas, em proteger a população desfavorecida e em promover a regeneração moral da sociedade. Os "tenentes" defendiam enfaticamente a necessidade de reformas de cunho social, político e moral para a purificação da nação. Os comandantes Gões Monteiro e Gaspar Dutra, eles mesmos oriundos da tradição castilhistas, concordavam com tais reformas, embora sua visão também fosse marcada por um certo corporativismo. Ambos sustentavam que o Exército, enquanto uma organização voltada para a realização de objetivos nacionais, deveria ser fortalecido material e politicamente. Também defendiam a necessidade de desenvolvimento industrial, tendo em vista as necessidades de aperfeiçoamento e de aparelhamento das Forças Armadas. Diferentemente dos "tenentistas", Gões Monteiro e os "corporativistas" entendiam que a atuação dos militares na política nacional deveria guiar-se pelos objetivos políticos do Exército. Isto é, ao invés de engrossarem as diferentes correntes de opinião política, os militares deveriam defender os interesses do Exército, garantindo a centralização e o coesionamento político e ideológico da corporação. Para tanto, o Exército deveria defender o estabelecimento de um Estado forte e ditatorial, pois acreditavam ser impossível manter uma or-

ganização militar coesa e disciplinada em um regime como o liberal, tido como indisciplinado por natureza. A ordem militar deveria impor seus padrões como modeladores da organização política da sociedade.

Os posicionamentos acima referidos convergiram para a construção do projeto político do Estado Novo, cujas características foram: o autoritarismo centralista e ditatorial; a militarização do Estado; a crença em uma regeneração moral da sociedade a partir da moralização da máquina administrativa e da conduta íntegra e virtuosa dos governantes; a defesa da tutela moralizadora do Estado sobre a sociedade; a orientação paternalista do Estado em relação ao povo, tendo em vista o objetivo de garantir o equilíbrio social e a ordem; e o intervencionismo estatal de sentido industrializante. Outras posições dos membros do novo governo, entretanto, não eram convergentes: elas constituíam-se em objeto de negociação e de disputa sob as tentativas de persuasão e de imposição. Algumas posições se afirmaram e outras foram negadas de acordo com a relação de forças entre os dirigentes do novo bloco no poder e com a importância relativa atribuída a elas pelos distintos projetos. Os elementos considerados imprescindíveis impuseram-se em relação aos demais. Foi o caso das propostas de fortalecimento e coesão do Exército e de centralização da estrutura política nacional, pontos fundamentais no projeto político dos setores militares. A fração hegemônica das classes dominantes do Rio Grande do Sul não se contrapôs à implementação destas propostas, porque já não mais considerava impres-

cindível a "autonomia regional" e a manutenção do "poder militar" estadual.

A autonomia regional fora considerada imprescindível quando as classes dominantes locais possuíam uma limitada influência política no poder central. Para a fração dirigente "castilhista", a autonomia regional significava condição de sobrevivência política, pois sem ela não poderia manter a "República Positivista" no sul, em desacordo com o pensamento político predominante no país e, se não assumisse esta bandeira, não poderia manter suas bases políticas, as quais encaravam a questão como fundamental. Quando a fração hegemônica das classes dominantes locais chegou ao comando do governo central, esta situação se alterou totalmente. De um lado, a nova geração de dirigentes do PRR já não mais dependia de sua antiga base de apoio local, na medida em que o seu esquema de poder nacional possuía outras bases de sustentação. Neste sentido, foi significativo o rompimento de Borges de Medeiros e, depois, do Governador Flores da Cunha com Getúlio Vargas. A questão da autonomia regional encontrava-se no centro dos atritos entre governo estadual e governo federal⁵. De outro lado, não existia mais nenhuma "República Positivista" ("ilha da virtude e da razão") a ser mantida no extremo-sul. O projeto "castilhista" regional havia se esgotado. Ao perceber esta situação, a nova geração de dirigentes republicanos buscou alternativas políticas no plano nacional. No centro do poder do país, o grupo "varguista" poderia implementar um projeto de qualidade superior; um projeto que resgatasse os elementos mais importantes do seu pensamento positivista "não ortodoxo" e os trans-

formasse em realidade nacional.

No processo de adaptação do projeto regional ao plano nacional, a questão da autonomia regional tornou-se secundária. Vargas considerava ser imprescindível garantir o "espírito" da proposta positivista castilhistas para o projeto do Estado nacional. Isto é, não estava preocupado com o dogma positivista do "federalismo radical", mas em resgatar o essencial do projeto castilhistas de acordo com as novas necessidades da realidade nacional e com as conveniências políticas. A experiência da "República Positivista" havia demonstrado a necessidade de uma estrutura política altamente centralizada que, pensada em termos nacionais, implicaria uma reformulação do conceito da relação entre poder central e poder regional. A proposta "federalista" deveria ser abandonada tendo em vista a viabilização do projeto de centralização nacional e de manutenção das características consideradas fundamentais para a definição do perfil do novo regime (paternalismo, intervencionismo industrializante, moralização da sociedade, etc.). Desse modo, a fração dirigente das classes dominantes locais abriu mão da autonomia regional — em desacordo com o Partido Libertador, com o PRR, liderado por Borges de Medeiros e com o Governador Flores da Cunha — em virtude de seu comprometimento com o projeto político ao nível nacional.

A implantação do novo projeto político nacional implicou a eliminação da autonomia regional e do "poder militar" das classes dominantes locais. Já há algum tempo Getúlio Vargas pla-

nejava acabar com a autonomia do governo estadual: comandado por Flores da Cunha. Contava para isto com o forte aliado Gões Monteiro, que pretendia extinguir os "corpos provisórios" da Brigada Militar, considerados por ele uma "anomalia", um "absurdo", uma "afronta" à corporação militar. Não executaram este plano antes porque as condições políticas não o haviam permitido. Em 1932, o apoio do Governador Flores da Cunha havia sido decisivo para a sustentação militar do governo Vargas, uma vez que tanto os dirigentes do PRR (Borges de Medeiros, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura) como os dirigentes do PL (Assis Brasil, Raul Pilla, Batista Luzardo) eram simpatizantes da Revolta "constitucionalista", organizada pelas classes dominantes de São Paulo e apoiada pelas classes dominantes de outras regiões e por setores do Exército. Nos anos seguintes, quando Flores da Cunha distanciou-se politicamente de Vargas e aproximou-se de setores oposicionistas, a situação de instabilidade política não permitia uma ação mais ofensiva do governo central. Mas, finalmente, no decorrer de 1937, Vargas conseguiu, através de várias medidas, quebrar o poder regional de Flores da Cunha: "*Nomeou um general hostil a Flores no comando da Terceira Região, ordenou a dissolução dos corpos provisórios gaúchos, enquanto o Chefe do Estado-Maior, Gões Monteiro, mantinha as tropas federais prontas para um ataque ao Rio Grande do Sul*" e solicitou o uso da Brigada Militar para operações das Forças Armadas. "*Cercado por essa estratégia, Flores fugiu para o Uruguai*" (...) e "*Vargas transformou o Comandante da Região, General Manuel Daltro Filho, em interventor*"⁶.

Com a derrota de Flores da Cunha, caía o único reduto que poderia oferecer alguma resistência à implantação do novo regime. Tem razão Murilo de Carvalho ao afirmar que com esta queda "*terminou de fato a Primeira República*"⁷. Pouco tempo depois o Congresso foi dissolvido e uma nova Constituição, estabelecida por decreto presidencial, definiu as regras jurídico-políticas do novo regime.

Sob o Estado Novo foi eliminado o "poder militar" das classes dominantes locais. As Polícias Militares foram subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra e suas atividades foram limitadas a funções de policiamento. Os "corpos provisórios" da Brigada Militar foram desativados e as armas da força foram reduzidas. Em 1937, uma das primeiras medidas do interventor no governo do Rio Grande do Sul foi proceder ao desarmamento da Brigada Militar. O armamento apreendido pelo interventor, em uma das suas primeiras operações, incluía "*82 metralhadoras pesadas, 147 fuzis-metralhadoras, 11.523 fuzis, 3.004 mosquetões, 13.760 sabres, inúmeras espadas e lanças*"⁸. A partir de então a Brigada Militar (assim como as demais forças policiais-militares estaduais) ficava proibida de armazenar armas e de utilizar armas pesadas. O crescimento dos efetivos foi bruscamente paralizado, permanecendo na casa dos seis mil homens até 1942 (Quadro VIII). O mesmo ocorreu com as verbas destinadas à Brigada Militar, que foram mantidas na faixa de vinte e cinco a trinta milhões até 1942⁹. Por sua vez, os salários foram brutalmente reduzidos. Embora os efetivos tenham se mantido na casa dos seis mil homens no período de 1937

QUADRO VIII

EFETIVOS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL (1930/1960)

A N O	EFETIVOS
1930	3.939 homens
1932	4.856 homens
1934	5.674 homens
1936	6.022 homens
1937	6.925 homens
1938	6.645 homens
1939	6.352 homens
1940	6.371 homens
1941	6.372 homens
1942	6.374 homens
1943	7.198 homens
1944	7.213 homens
1946	7.550 homens
1948	7.610 homens
1950	7.816 homens
1954	8.328 homens
1957	8.742 homens
1960	9.898 homens

Fonte: Mensagens do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Relatórios do Interventor Federal no Rio Grande do Sul e Almanques da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

a 1942, os gastos com pessoal decaíram; em 1937 — 21.975\$334; em 1938 — 21.629\$299; em 1939 — 21.390\$369; em 1940 — 21.466\$236; em 1941 — 16.137\$071; em 1942 — 17.657\$321. Em 1943 os efetivos foram elevados para 7.198, mas os gastos com pessoal correspondiam apenas a 19.191\$401, valor inferior aos correspondentes às despesas de seis anos antes, desconsiderando-se a defasagem inflacionária¹⁰.

O Exército, ao contrário, viveu um processo de fortalecimento sem precedentes. Os seus efetivos aumentaram de 80.869 homens em 1936 para 93.000 homens em 1940 e para 171.300 homens em 1944¹¹. Os gastos com o Exército alcançaram a elevada faixa de 17% a 23% do total do orçamento da União e os salários tornaram-se mais elevados do que aqueles pagos aos quadros das Polícias Militares¹². Também foram tomadas várias medidas visando ampliar e renovar o aparelhamento bélico e melhorar a qualificação profissional: "*foram reformuladas todas as leis básicas do Exército, foram construídas escolas e quartéis, foram organizados vários corpos, impulsionou-se o plano de reequipamento e armamento através não só de compras ao exterior, mas igualmente de incentivo à indústria bélica nacional*"¹³.

Além de não poder contar mais com uma força militar estadual à altura do Exército, as classes dominantes do Rio Grande do Sul também foram privadas da influência que exerciam sobre os militares. A grande quantidade de tropas estacionadas na região passava a ser totalmente controlada pelo Exército, uma organização nacional cada vez mais centralizada. Os vínculos

entre as classes dominantes regionais e os militares foram gradativamente rompidos através do movimento crescente de centralização, de coesão político e ideológico e de autonomização das Forças Armadas.

O trabalho de centralização e coesão do Exército foi dirigido por Góes Monteiro e Gaspar Dutra, oficiais que ocuparam durante o Estado Novo os postos-chave de Chefe de Estado Maior e de Ministro da Guerra. Contando com o apoio integral do Ministro Dutra, oficial revolucionário mais graduado e com grande acesso ao Presidente Getúlio Vargas, Góes Monteiro exerceu um grande controle sobre o processo de renovação da cúpula militar¹⁴. Através da seleção dos oficiais candidatos aos postos hierárquicos superiores e aos postos de comando, Góes buscou constituir uma equipe dirigente profissionalmente qualificada e politicamente afinada ao seu pensamento corporativo. Visando restringir a discussão política dentro do Exército, Góes tratou de incluir na Constituição de 1937 um artigo que proibia a todos os militares da ativa o direito de votar nos pleitos eleitorais. De acordo com este objetivo de "despolitizar" o Exército, Góes e Dutra estabeleceram uma severa disciplina e buscaram excluir os quadros considerados indesejáveis. O levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e o ataque da Aliança Integralista Brasileira em 1938 forneceram os argumentos que a cúpula militar necessitava para afastar uma grande quantidade de quadros politicamente ativos das fileiras do Exército. Carvalho calcula que foram excluídos do Exército por razões políticas, no período de

1931 a 1938, 624 oficiais e 1875 praças¹⁵. Gões e Dutra buscavam eliminar a política dentro do Exército, disciplinando os quadros militares, mantendo-os totalmente envolvidos com as atividades profissionais e totalmente subordinados à corporação militar. O excepcional autoritarismo do Estado Novo possibilitou à cúpula militar avançar muito na realização de seu objetivo de transformar o Exército em um bloco coeso.

A centralização do Exército e a afirmação de sua supremacia sobre as forças estaduais não foram realizadas sem enfrentamentos e resistências. Muitos oficiais da Brigada Militar não aceitaram a limitação das suas funções a atividades de policiamento e a redução de seus recursos bélicos e humanos. Alguns protestaram veementemente contra as mudanças ocorridas, recorrendo ao passado de luta militar da Brigada:

"Somos ou não portadores de uma tradição que justifique nossas aspirações militares? Serão que somos grotescas caricaturas de soldados? De direito, pairam dúvidas em determinadas épocas. De fato, quer queiramos ou não, somos soldados, a despeito das ciúmeiras que causamos aos que se julgam os cristais do idealismo indígena e que sempre nos olharam com o desprezo correspondente aos entraves que, também, sempre objetamos aos seus apetites políticos desenfreados e absurdos. Não são miragens visionárias que nos levam a forjar tal afirmativa. Os fatos estão aí, claros, meridiano, inconfundíveis. 93, 23, 24, 25, 26, 30 e 32 são marcos gloriosos on-

*de se vai buscar a argamassa da nossa formação. A nossa estrutura de soldado não é alimentada exclusivamente pelo desejo vaidoso qual seja o uso de uniformes. Ela decorre de circunstâncias poderosas e jamais de uma penada poderã ser eliminada do substratum dos nossos seres"*¹⁶.

1

Em contrapartida, oficiais do Exército manifestavam-se em defesa da política de "desmilitarização" das Polícias Militares:

*"Ao tempo da infernal 'politicalha', em que os Presidentes de Estados e mesmo prestigiosos chefes políticos locais é que escolhiam até o General Comandante das Regiões Militares (!) e outras autoridades semelhantes, vã lã que existissem as polícias militarizadas, ao molde destes exércitos-mirins com que os Estados ameaçavam a hegemonia da União e algum presidente da República, atrás delas, se entrincheirava contra possíveis movimentos subversivos do Exército e da Marinha! Hoje não! As Forças Armadas governam-se tecnicamente, independentes da politicagem, olhos fitos exclusivamente na sacrossanta imagem da Pátria! (...) torna-se inadiável liquidar completamente estes pseudo-exércitos que, em tantas circunstâncias tem representado na paz, o papel de guardas-pretorianas de desabusados mandões caudilhescos!"*¹⁷.

Nas condições políticas do período pós-1945, os atritos entre as Polícias Militares e o Exército ganharam expressão. O debate político e ideológico dentro do Exército, que havia si-

do contido durante o período do Estado Novo, reascendia com forte vigor. Tal como no período anterior a 1930, novamente se manifestavam divergências nos meios militares sobre os grandes temas políticos nacionais, especialmente em torno das réformas sociais e da questão do nacionalismo. Do mesmo modo, novamente se restabeleciam os vñculos entre militares e setores das classes dominantes regionais. Frente a esta situação, Gões Monteiro afirmava, em depoimento a Lourival Coutinho (1955), estar inconformado e amargurado com o ressurgimento daquela situação de disputa política que durante grande parte de sua vida havia tentado riscar do mapa da organização militar¹⁸.

b) O pensamento de Gões Monteiro

A relação de identidade e de contradição entre o positivismo castilhista e o Exército manifesta-se claramente no pensamento de Gões Monteiro. Alguns autores, como Edmundo Campos Coelho, caracterizam o pensamento de Gões Monteiro como sendo, essencialmente, a expressão do projeto de profissionalização, de centralização e de coesionamento do Exército. No nosso entender, esta é uma das duas principais faces do pensamento do General Gões. A outra face, igualmente importante mas desconsiderada, procede de sua formação política, intelectual e moral positivista castilhista. Como o modo de pensar militar é, sob muitos aspectos, semelhante ao positivismo castilhista, esta segunda fonte do pensamento de Gões Monteiro pode passar despercebida. Contudo, a concepção de mundo que possibilitou a este general adquirir grande importância como dirigente polí-

tico nacional (famoso por seus "conselhos políticos") não foi produzida somente em decorrência do seu vínculo com a corporação militar, mas decorre também do seu vínculo com a sociedade (o que nos remete à história de sua formação política). Gões concebia a organização política da sociedade em função da organização militar, mas também em função dos valores políticos, éticos e morais herdados de sua tradição positivista castilhistas.

Gões Monteiro nasceu em Alagoas, mas toda a sua formação política e intelectual foi realizada no Rio Grande do Sul. Com 16 anos ingressou na Escola Militar de Porto Alegre (após frequentar durante dois anos a Escola Militar do Rio de Janeiro), onde concluiu seus estudos; realizou curso de aperfeiçoamento e serviu nas guarnições do Rio Grande do Sul até os 26 anos, quando foi transferido para o Rio de Janeiro; retornou dois anos mais tarde para o Rio Grande do Sul, ali permanecendo até os 31 anos. Este período de sua vida foi decisivo na formação de sua concepção de mundo e no estabelecimento de suas relações afetivas e familiares. Seus principais amigos eram gaúchos; a família de sua esposa era de Alegrete (cidade da região da fronteira); e o irmão afetivamente mais próximo, Cícero, também militar, servia nas guarnições do Rio Grande do Sul. Reconhecendo isto, o próprio General Gões afirma: *"Embora não tivesse nascido lá, minha formação moral, profissional, espiritual, costumes, laços de família, tudo procedia do Rio Grande do Sul"*¹⁹.

Quando aluno da Academia Militar de Porto Alegre, Gões Monteiro participou do Bloco Castilhista junto com Getúlio Vargas e outros acadêmicos que se tornaram dirigentes do PRR. O pensamento positivista, muito influente na Escola Militar, logo fascinou Gões, um aluno fraco em atividades práticas como a arte da cavalaria, mas intelectualmente brilhante e muito aplicado nas matérias de matemática, geografia e história. A adoção do racionalismo comtiano, a incorporação dos valores de respeito e admiração a Júlio de Castilhos e à ordem política estabelecida no Rio Grande do Sul predominantes na Escola, levaram Gões a estreitar relações com a juventude castilhista. Socializado pelo ambiente político-ideológico do Rio Grande do Sul, o mesmo Gões que mais tarde defenderia a necessidade de se fazer a "política do Exército e não a política no Exército", ingressou na luta política local, aderindo ao positivismo castilhista.

A formação política, intelectual e moral de Gões Monteiro e os laços políticos e de amizade estabelecidos no Rio Grande do Sul tornaram possível a sua participação no movimento de 1930. Gões era um militar "oficialista", disciplinado, fiel às normas, aos regulamentos e às ordens superiores. Nunca havia participado de revoltas e insubordinações, como os movimentos tenentistas, tendo, ao contrário, integrado as forças oficiais do Exército que combateram tais movimentos. Como um oficial de exitosa carreira militar — havia sido considerado o primeiro da turma pela Missão Militar Francesa e tornara-se professor assistente quando ainda muito jovem, gozando de boa reputação e

de respeito entre os oficiais superiores — Gões não tinha as razões dos "tenentistas" para aderir à Rebelião de 1930. Para os oficiais que participaram dos movimentos "tenentistas", a instauração de um novo regime era uma questão de sobrevivência política e profissional. Politicamente, não concebiam outro meio para realizarem a sonhada "purificação da nação". Profissionalmente, suas carreiras haviam sido cortadas: precisavam de um novo regime que lhes desse anistia, permitindo sua reintegração no oficialato do Exército. Após terem arriscado tudo em suas revoltas armadas, os "tenentes" já não tinham mais nada a perder e talvez muito a ganhar com um movimento revolucionário. Diferentemente, Gões Monteiro colocaria em risco sua bem sucedida carreira militar e sua reputação política como fiel defensor da ordem. Somente aceitou o desafio de participar da Revolução de 1930, arriscando tudo, em virtude de sua convicção política e ideológica positivista castilhista e das suas relações familiares e de amizade. Em 1929, o seu irmão Cícero já tentava convencê-lo a aderir à causa revolucionária. O mesmo faziam os familiares de sua esposa. Em 1930, quando de sua transferência para o Rio Grande do Sul, Gões participa de várias reuniões com seu amigo Oswaldo Aranha, familiares e dirigentes do PRR e é convencido da necessidade de uma revolta armada contra "*o sistema oligárquico que domina e oprime o Brasil*"²⁰.

Tal como os castilhistas, Gões Monteiro era um incondicional defensor da manutenção da ordem, mas também aceitava a idéia de insubordinação frente a uma situação considerada inad-

missível. No seu entender, tal era a situação do Brasil no final dos anos vinte: miséria material e moral do povo, irresponsabilidade no trato da coisa pública, desonestidade e indignidade generalizadas, predomínio dos apetites particularistas desenfreados, injustiças e desmandos de toda a ordem. Gões entendia que *"entre os defeitos das elites brasileiras, mal formadas, predominam a intolerância, o egoísmo e as rivalidades sem conta, que atingem as raíças do impatriotismo e da falta de bom senso, da negação do espírito de justiça ou de equidade"*²¹.

Para Gões, do mesmo modo que para o positivismo castilhistas, seria necessário calar os apetites mesquinhos e egoístas das elites e eliminar os privilégios e a indignidade na vida pública, a fim de estabelecer a justiça, a moralização administrativa, o predomínio do interesse geral e dar proteção ao povo empobrecido, possibilitando sua efetiva incorporação à sociedade. Quando interrogado por Getúlio Vargas, logo após o desfecho do movimento armado de 1930, sobre o que o novo governo deveria fazer, Gões Monteiro enfatizou a necessidade de *"modificar para bem melhor o nível de vida do povo brasileiro, eliminando as causas principais dos nossos males coletivos", (...)* evitar *"a rapinagem, a desonestidade"* e *"coibir o favoritismo em prejuízo dos valores reais e positivos, que eram preteridos em nome da própria Pátria"*²² (grifo nosso). A utilização do termo "positivo" não é algo acidental no discurso de Gões Monteiro: aparece com frequência nos seus escritos e em sua fala, na medida em que tal noção, herdada da tra-

dição positivista, ocupa um papel chave na lógica de sua argumentação e na sua construção discursiva.

Os valores reais e positivos tornar-se-iam predominantes na sociedade mediante a fórmula positivista de esclarecimento e regeneração moral dos espíritos através da educação e da ação moralizadora do Estado. Tal como os castilhistas, Gões acreditava que as funções públicas deveriam ser exercidas por homens virtuosos, absolutamente racionais, moralmente íntegros, materialmente desinteressados, puros em suas intenções de servir à sociedade. Aqueles que utilizassem suas funções em benefício pessoal deveriam ser afastados da atividade pública e substituídos por administradores dignos, moralmente inatacáveis, unicamente comprometidos com o bem público. Além de defender insistentemente a moralização da administração pública e o saneamento moral da sociedade, Gões Monteiro buscou desenvolver uma conduta pessoal exemplar. Como prova de sua integridade, honestidade e coerência com seus princípios morais, o General, inúmeras vezes, fez questão de frisar que recusara vários convites para exercer funções economicamente mais vantajosas e que nunca utilizara os altos cargos por ele ocupados para o seu enriquecimento pessoal. Em seu depoimento a Lourival Coutinho, Gões lembrou a ocasião em que:

"O Presidente Getúlio convidou-me para acompanhá-lo numa excursão ao norte do país, indo com ele também os Srs. José Américo e Juarez Távora, então Ministros da Viação e da Agricultura, respectivamente, além de sua comitiva. Objetei,

dizendo-lhe que não dispunha de recursos para uma viagem daquela natureza. Disse-me que isto não seria empecilho e mandou dar-me uma ajuda de custo de cinco contos de réis, pois de outra maneira não poderia adquirir o fardamento de grande gala e certos trajes de rigor indispensáveis para acompanhar o Presidente"²³.

O ideal do governante "castilhistas" honrado e íntegro; totalmente dedicado ao serviço da coletividade, que se priva de tratar dos seus negócios particulares e de obter benefícios materiais e, não obstante, é atacado por aqueles que defendem os privilégios e os interesses particularistas, é bem retratado nesta auto-definição de Gões:

"um homem que dedicou toda a vida ao serviço da Pátria, sem exigir nenhuma recompensa e vivendo com o mínimo de satisfação às necessidades, cumulado de dificuldades e de apreensões, sofrendo injustiças de toda a sorte, de magnatas e seus asseclas, de indivíduos alugados só para difamarem os homens de bem"²⁴.

O General também se auto-concebia como, além de um homem moralmente virtuoso, um exemplo de dirigente guiado pela razão. Lembrando um sério desentendimento com o General Tasso Fragoso, Gões afirmou que sua reação ferina fora "um dos poucos momentos da minha vida em que não me assistiu a razão"²⁵.

A construção de um governo guiado pela virtude e pela razão implicaria derrotar os interesses particularistas, vencendo

a forte tendência para o restabelecimento do passado. O General entendia que, desde o início, o governo Getúlio Vargas encontrava-se amarrado por diversos acordos e compromissos que impediam a realização das necessárias reformas institucionais e a eliminação da corrupção, do parasitismo, das falcatruas e dos desmandos de toda espécie. Ao seu ver, a Constituição de 1934 tornava a situação ainda pior, pois trouxera de volta o liberalismo que já havia, no passado, prejudicado enormemente o país. Tal como os positivistas castilhistas, Góes era totalmente avesso à doutrina liberal, considerando-a uma concepção ultrapassada que conduzia à desordem, ao caos social, ao reino dos interesses particularistas em detrimento dos interesses gerais, à miséria intelectual, moral e material da população. A tentativa de rebelião impulsionada em 1935 pela Aliança Nacional Libertadora anunciava os riscos de radicalização em um quadro social marcado por acentuada miséria e por demasiada opulência. Para conter os apetites particularistas e egoístas das elites e os inconfessáveis interesses subversivos de fundobolchevista; para banir a corrupção, a imoralidade e as práticas reprováveis da administração pública; e para estabelecer a justiça e a primazia do interesse geral seria necessário um governo forte, centralizado, com amplos poderes políticos, em suma, um governo ditatorial. Góes entendia que somente um governo deste tipo poderia fazer frente à desordenação da vida social e política e à "ação desmobilizadora de uma certa forma de republicanismo e de liberalismo que, sob o pretexto de salvaguardar os direitos do cidadão e a liberdade da pessoa humana, produzia sobretudo a liquefação dos costumes, a passivi-

dade do Governo, a inércia da administração, a desfibragem dos caracteres, enfim, as condições propícias ao triunfo dos mes-sianismos rubros"²⁶. Considerando que a "execução pura e simples dos preceitos constitucionais vigentes" significaria "a impunidade, o recrudescimento da desordem, a desmoralização, o caos, a anarquia, dificuldades invencíveis até a ruína completa"²⁷, o General sustentava a necessidade de um golpe de Estado para a implantação de um novo regime político dotado de poderes excepcionais.

Gões Monteiro não tergiversava sobre a importância da sua participação na implantação do regime estado-novista, afirmando claramente que, além do Presidente Getúlio Vargas, ele e o General Dutra haviam sido "os dois maiores responsáveis pela situação criada em 1937"²⁸. Defendia com naturalidade a necessidade de um regime ditatorial, utilizando a mesma argumentação do positivismo castilhistas: se o governo fosse guiado por homens virtuosos e inteiramente comprometidos com o bem público, tanto melhor que concentrasse grandes poderes, pois assim poderia vencer com maior facilidade os obstáculos para a realização do interesse geral. Nesta perspectiva, a ditadura não seria uma restrição das liberdades, mas o regime que asseguraria as verdadeiras liberdades que somente poderiam ser realizadas através de "reformas substanciais na vida política e social do país, regenerando seus costumes e moralizando sua administração"²⁹. A liberdade e a justiça social somente poderiam ser asseguradas com a mais forte e enérgica coação aos interesses exclusivistas e aos interesses subversivos, com a

manutenção da ordem e com o respeito à autoridade. Liberdade, tal como concebiam os castilhistas, implicaria necessariamente responsabilidade. Bem entendido, liberdade dentro da ordem, cujo exercício poderia implicar punição desde que fosse considerado ofensivo à moral ou à ordem vigente.

Livre das pressões dos interesses particularistas e das viciadas discussões parlamentares, o governo poderia, de acordo com o interesse geral, desenvolver uma política verdadeiramente nacional, garantindo o desenvolvimento material e moral e a justiça social. Gões defendia arduamente a promoção da indústria nacional, especialmente do setor siderúrgico. Defendia a intervenção do Estado na economia como agente que deveria criar condições de infra-estrutura e impulsionar o desenvolvimento econômico, além de regular o mercado e mediar a relação capital/trabalho. O General entendia ser papel do Estado a proteção dos pobres através de uma educação moral e cívica bem orientada e de uma legislação social que garantisse condições mais dignas de vida. De acordo com a herança castilhista, a política paternalista de Gões visava a cooptação política dos trabalhadores, para que se ajustassem às estruturas da sociedade e não se insubordinassem contra a ordem vigente. Considerava os movimentos de conteúdo "bolchevista" como ilegítimos e inaceitáveis, uma vez que se opunham à necessária conciliação entre capital e trabalho, desrespeitando a ordem e perturbando o equilíbrio social. O Estado deveria intervir, garantindo a ordem, conciliando interesses e protegendo tanto os proletários quanto a indústria. No entender do General,

o Governo de Getúlio Vargas teria sido bem sucedido neste sentido: *"a pequena massa proletária urbana, desenvolvida em volta de nossa indústria principiante, vivia tão protegida quanto esta própria indústria, pelo Estado"*³⁰.

A concepção de um Estado intervencionista industrializante, acentuadamente tutelar e paternalista; autoritário, centralizado e ditatorial, particularmente militarizado, e sua auto-idealização como homem virtuoso e absolutamente racional, comprometido com a manutenção da ordem e com o desenvolvimento material e o aperfeiçoamento moral da sociedade, evidenciam a dívida do pensamento de Gões Monteiro com a herança positivista castilhistas.

Contudo, o ideário do General Gões também era fortemente marcado por sua formação propriamente militar. Oficial disciplinado, fiel cumpridor dos regulamentos e normas da organização, estudioso de problemas militares organizativos e técnicos, Gões Monteiro forma-se dentro da contradição existente entre uma teoria militar (que aprendera e que ensinava) baseada em um modelo de organização militar técnica e profissionalmente avançado, de tipo europeu (alemão, francês), e a dramática realidade de um Exército como o brasileiro, até então despreparado material e tecnicamente, desorganizado e politicamente muito dividido. Indignado com esta situação, assumiu decididamente a perspectiva de lutar em defesa dos interesses corporativos do Exército (fortalecimento material, aperfeiçoamento técnico, qualificação profissional, centralização e

coesionamento) contra os intentos das forças que há muito tempo vinham buscando a sua substituição por outros organismos militares, o seu enfraquecimento ou a interferência política no seu interior:

*"O Exército brasileiro, infelizmente, ainda não conseguiu eliminar as anomalias com que vem sendo marcado desde a Monarquia, sendo muitas vezes alvo da animosidade, do facciosismo político e de tentativas para substituí-lo quer por organizações policiais estadualistas, sobretudo na República, quer pela famosa e 'briosa' Guarda Nacional, quer por organizações de tropas irregulares ou 'provisórias', que se tornam permanentes"*³¹.

Tendo em vista o objetivo de garantir a disciplina e a coesão do Exército e de impedir a sua divisão política, Gões participou ativamente, no contexto dos conflitos e dos debates políticos desencadeados após a Revolução de 1930, da criação do "Club 3 de outubro", com o intuito de "impedir que os 'Tenentes' levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Club, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade a uma reconciliação entre militares revolucionários e seus antagonistas"³². Quando foi nomeado Ministro da Guerra em 1934, o General desenvolveu com grande rapidez um projeto de reestruturação do Exército através de várias reformas visando maior centralização, unidade e organicidade da estrutura militar. Na intenção de disciplinar os quadros militares, também tomou medidas exemplares como a enérgica puni-

ção dos 800 cadetes da Escola Militar que fizeram uma greve geral contra o Comandante do estabelecimento. Do mesmo modo foram punidos os militares que promoveram uma agitação no Exército, caracterizada por Gões como "de fundo bolchevista"³³, pela melhoria dos vencimentos. O General estava convencido da necessidade inadiável de acabar com a política dentro do Exército, pois no seu entender esta prática perniciosa possibilitava aos líderes políticos inescrupulosos aproveitarem-se dos militares para realizarem suas manobras escusas:

"o Club Militar, desde sua fundação, ao fim da Monarquia, por Benjamin Constant e outros militares políticos, tem sido solicitado, em todas as fases das crises por que tem atravessado a República, para agir neste terreno escabroso e perigoso do facciosismo, e por isso o Exército, no qual as suas atividades se refletem intensamente, sempre se tem apresentado dividido, pois, desgraçadamente, uma parte da oficialidade não se distingue dos homens políticos improbos que pululam nesta terra. (...) São os coveiros das Forças Armadas, e vem isto acontecendo, pode-se dizer, durante quase todo o período de vida do Brasil, desde nossa emancipação política até os dias atuais. É um charlatanismo, uma lepra, semelhante à do parasitismo e à nocividade do bacharelismo improdutivo. É o câncer que corrói o organismo nacional"³⁴.

Para a eliminação da "politicagem" dentro do Exército, seria necessário alterar os critérios que, na prática, vinham

orientando as promoções na estrutura hierárquica da organização militar. Isto é, os hábitos degradantes do passado, que subordinavam as promoções às intervenções de políticos ou de famílias importantes, deveriam ser substituídos por um sistema equânime baseado em critérios formais e impessoais de qualificação profissional. Quando os "tenentes" foram rapidamente promovidos e assumiram postos-chave como interventores estaduais do governo provisório de Getúlio Vargas, Gões Monteiro manifestou sua preocupação sobre o risco de que este processo despertasse ambições entre os oficiais jovens, estimulando a busca de outros caminhos que não aqueles regulares da carreira militar. Embora ele mesmo tivesse sido beneficiado pelas circunstâncias excepcionais da Revolução de 1930, chegando rapidamente aos mais altos postos da hierarquia militar, o General considerava estes "atalhos" prejudiciais para a perspectiva de profissionalização e de centralização do Exército. Por conseguinte, os critérios para as promoções deveriam ser uniformes, iguais para todos, baseados em regras formalmente estabelecidas, livres de injunções políticas, de modo a possibilitar a ascensão dos profissionalmente mais capazes e competentes. Tais critérios não sendo seguidos na prática e prevalecendo as pressões políticas e o nepotismo, criar-se-iam condições para a degeneração e a desmoralização do organismo militar, estimulando-se a audácia dos incompetentes e dos incapazes. Deste modo, para Gões, "a promoção, que é a pedra de toque para a formação da oficialidade, transforma-se em causa de rebaixamento moral"³⁵.

A prática de Getúlio Vargas, neste aspecto, era totalmente destoante do pensamento de Gões Monteiro. O Presidente desenvolvia uma política de cunho favoritista, utilizando as promoções para reforçar suas relações políticas dentro do Exército. O General criticava a *"incompreensão do Sr. Getúlio Vargas relativamente ao papel das Forças Armadas, conduzindo-as, por exemplo, a se intrometerem na política interna, o que redundava num dos maiores males para o país. Um mau vêzo esse, dele e de outros líderes políticos, que quando necessitam do concurso dos militares para satisfazer seus objetivos, atraem aqueles que julgam mais brancos ou ambiciosos, atrelando-os aos varais da política de campanário"*³⁶.

Com o objetivo de restringir o atrelamento de comandantes militares aos projetos de lideranças políticas da sociedade, Gões buscou controlar todo o processo de seleção dos oficiais candidatos à promoção para postos hierárquicos superiores e para postos de comando, reduzindo a interferência política de Getúlio Vargas através da pressão corporativa das Forças Armadas. O General considerava fundamental renovar a cúpula militar, constituindo uma nova equipe dirigente capaz, competente, afinada com o projeto de profissionalização, centralização e coesamento da organização militar. No seu entender, o organismo militar encontrava-se em um *"período pré-orgânico"* em razão, principalmente, da *"incúria e inépcia de Chefes"*, que seriam *"o cérebro apodrecendo"*³⁷. Nesta situação, seria vital o afastamento dos incapazes e dos medíocres e a sua substituição por militares qualificados profissionalmente,

Íntegros moralmente e fiéis aos interesses da corporação militar.

Além das medidas de ordem interna visando disciplinar os quadros militares, coibir o facciosismo político e renovar a cúpula militar, seria imprescindível, na visão de Góes Monteiro, realizar modificações na estrutura política do país para garantir a transformação da organização militar. O General entendia ser inaceitável a permanência de Polícias Militares belicamente poderosas e dedicadas a funções predominantemente militares e de "corpos provisórios" numerosos e bem armados. Visando assegurar às Forças Armadas o monopólio real da ação armada de grande porte, Góes resolveu, com o apoio de Getúlio Vargas, eliminar os "corpos provisórios" que *"continuavam meio mobilizados no Rio Grande do Sul e eram um verdadeiro exército marginal"*³⁸.

Como a correlação de forças ainda não era muito favorável para desativar os "corpos provisórios" de Flores da Cunha, o Presidente Vargas sugeriu a realização de um plano elaborado pelos deputados gaúchos afinados com o governo federal. Segundo o plano, estes deputados, declarando-se coagidos pelo governo estadual de Flores da Cunha, refugiar-se-iam no quartel-general do Exército em Porto Alegre e solicitariam intervenção federal. O General recusou esta proposta, afirmando que *"resolveria a pendência com o Sr. Flores da Cunha no terreno militar e fora de quaisquer injunções político-partidárias"*³⁹.

Se aceitasse este tipo de interferência política, Góes estaria sendo incoerente com seus objetivos. Ele preferiu esperar as condições políticas adequadas, surgidas em outubro de 1937, para intervir militarmente no Rio Grande do Sul e eliminar os "corpos provisórios". Em seguida, tratou de eliminar também a outra "anomalia", desarmando a Brigada Militar e outras Polícias militares estaduais, restringindo as suas funções ao policiamento e subordinando-as ao Ministério da Guerra.

O fortalecimento, o aperfeiçoamento, a centralização e o coescionamento das Forças Armadas eram tidos por Góes Monteiro como necessidades da nação:

*"Não pode haver nação sem Forças Armadas. A História, em todo o seu curso, quer dentro de uma concepção materialista, quer dentro de uma concepção espiritualista ou mistilínea, nos ensina que não subsiste nação alguma sem possuir Forças Armadas adequadas à defesa de sua integridade e ao resguardo de sua soberania"*⁴⁰.

Deste modo, sem Forças Armadas vigorosas e coesas a nação não sobreviveria:

"Desde tempos imemoriais, a História comprova que a desunião nas Forças Armadas significa o fatal perecimento de uma nação. Não nos devemos esquecer, pois, que são as lutas de facções aquelas que mais distúrbios ocasionam ao organismo militar, levando-o às portas da perdição. E quem são os agentes provocadores e perniciosos"

... sos que, sistematicamente, desde o início de nossa formação, não têm feito outra coisa senão envolver as Forças Armadas neste redil, que é a política, colocando-as aos serviços de seus interesses, que são opostos aos interesses da Pátria? Quem são eles? São os eternos 'profiteurs' do aventureirismo nacional e internacional, que, na cisão das Forças Armadas, encontram o clima de que necessitam para a satisfação dos seus apetites e das suas ambições"⁴¹.

Para impedir o divisionismo político dentro do organismo militar, para calar os apetites particularistas e as ambições inconfessáveis, para garantir a coesão das Forças Armadas e o interesse nacional seria necessário instituir um novo regime político no país. Não poderia existir um organismo militar sadio, disciplinado e centralizado em uma nação indisciplinada, orientada por costumes moralmente viciados e por regras políticas de um liberalismo moribundo que a conduziriam à desordem e ao caos. A desordem e a enfermidade social terminariam por atingir as próprias Forças Armadas, condenando toda a nação ao perecimento:

"A indisciplina, quer individual, quer coletiva, tem os seus corretivos próprios, mas, sendo ela a base das organizações armadas juradas na obediência à lei, quando a desobediência civil as atinge, não há mais salvação possível"⁴².

A estrutura política do Estado Novo criaria condições adequadas para o desenvolvimento e a centralização das Forças Ar-

madas: condições adequadas "no campo material — no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria"⁴³. O General entendia que o Exército estava muito atrasado tecnicamente e materialmente despreparado devido ao precário desenvolvimento industrial do país. Gões afirmou ter ficado desolado quando, recebendo a resposta das condições de efetivação de um plano de guerra que havia elaborado, descobrira que o Brasil "não poderia defender-se no terreno militar, pois lhe faltavam indústrias de guerra, combustível e todos os demais meios indispensáveis para sua própria defesa"⁴⁴. Tendo em vista as necessidades urgentes de aparelhamento e modernização do Exército, Gões tornou-se ardoroso defensor de uma política de industrialização (especialmente indústria de base e exploração do petróleo) a partir do Estado.

No campo moral e político, o regime estado-novista deveria, no entender do General, calar os interesses particularistas, eliminar as lutas político-partidárias, moralizar a atividade pública e disciplinar o povo através de uma educação moral e cívica bem orientada. Pretendia, deste modo, conter os atritos entre interesses distintos e garantir o equilíbrio e a disciplina social necessários para a organização e coesio- namento das Forças Armadas. Neste sentido, Gões Monteiro se referia, tendo em vista aqueles que perturbavam a ordem política, aos "inimigos internos da Pátria"⁴⁵, antecipando os con-

ceitos que mais tarde seriam desenvolvidos na chamada "Doutrina de Segurança Nacional"⁴⁶. Para a realização de suas finalidades de garantir a segurança nacional, as Forças Armadas deveriam combater não sō os inimigos externos da nação, mas também os inimigos internos, aqueles que se insurgiam contra a ordem estabelecida. A coerção, de um lado, e a tutela moralizadora do Estado, de outro, deveriam assegurar o equilíbrio social, em consonância com os verdadeiros interesses nacionais. A concepção de "segurança nacional" de Gōes Monteiro foi materializada a partir do convênio de cooperação militar firmado entre Brasil e Estados Unidos no final do Estado Novo. Alguns anos depois, em 1948, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada na congênere norte-americana "National War College", para a elaboração teōrica e polītica da cúpula militar e para a formação de quadros⁴⁷.

No final de sua vida, Gōes Monteiro, amargurado, disse ao seu amigo Oswaldo Aranha que *"jamaís havia renegado a Revolução de 30, mas que, agora, com o pē na sepultura, iria declarar que possuía um grande remorso - o de ter contribuído para a infelicidade da minha Pátria e também da minha classe"*⁴⁸. Os anos se haviam passado e o General percebera que não havia conseguido, nem com a Revolução de 30 e nem com o Estado Novo, realizar o sonho positivista castilhistas - regenerar moralmente a sociedade, calar os apetites particularistas, moralizar a administração pública, proteger os pobres e deserdados, garantir a ordem e o desenvolvimento material - e, tampouco, o sonho corporativo-militar - eliminar totalmente a política den-

tro do Exército, assegurar a centralização, o coescionamento e o desenvolvimento técnico e profissional da organização militar. O Brasil da década de 50 estava longe do idealizado "reino da virtude e da razão" e as Forças Armadas, novamente cindidas em torno de correntes políticas, estavam longe de "uma coesão tão completa como era possível desejar"⁴⁹. Mas o pensamento de Góes deixou fortes marcas e, mais tarde, novos agentes procuraram seguir seus ensinamentos.

2 - O PROJETO REGIONAL POSITIVISTA CASTILHISTA E O PROJETO NACIONAL DO ESTADO NOVO

O projeto castilhista positivista e o Estado Novo apresentam grande identidade política e ideológica. Existem, entretanto, diferenças contextuais importantes que precisam ser consideradas. Sob alguns aspectos, os projetos são inteiramente distintos, contudo, o projeto estado-novista desenvolve e aprofunda propostas que haviam sido anteriormente formuladas pelo castilhismo positivista. De um modo geral, os traços fundamentais dos dois projetos são similares, como veremos a seguir.

O projeto estado-novista, tal como o seu antecessor positivista castilhista, sustentava, a partir da crítica ao liberalismo, a proposta de um regime autoritário, centralizado e ditatorial. Para os dirigentes estado-novistas, a hegemonia da ideologia liberal existente antes de 1930, ressuscitada pela Constituição de 1934, era a grande responsável pela situação dramática e caótica em que se encontrava o país. No seu entender, os princípios liberais conduziram necessariamente a governos fracos, inconsistentes e enganosos, incapazes de zelar pela moralidade e responsabilidade administrativa e de

assegurar justiça social, ordem e progresso. Por ser uma doutrina ultrapassada, "*fora de época e inteiramente fora dos ensinamentos da política moderna*"⁵⁰, o liberalismo não teria capacidade para responder de modo positivo aos novos problemas das sociedades contemporâneas. Preocupado em glorificar a liberdade individualista e formalista, o regime liberal desconsiderava a questão social, contribuindo para estimular os apetites exclusivistas e para agravar a situação de miséria material e moral do povo. Por isto, este regime não seria uma verdadeira democracia, mas sim uma "*democracia de fachada*"⁵¹, a "*velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social*"⁵². Tal democracia seria falaciosa, pois sem a igualdade social "*a liberdade política é uma burla*"⁵³.

O mesmo raciocínio do castilhismo positivista era utilizado pelos dirigentes estado-novistas: o principal critério para definir o caráter democrático de um regime não seria o aspecto formal de sua organização política, mas o conteúdo do projeto governamental. Se fosse capaz de assegurar a justiça social, o bem público, a dignidade moral, a ordem e a prosperidade da sociedade, o regime seria verdadeiramente democrático, pois corresponderia integralmente ao interesse geral dos cidadãos. Nesta perspectiva, constituiria verdadeira fonte de legitimidade de um governo sua virtude e seu compromisso com o bem comum e não o viciado mecanismo eleitoral que

camuflava ambições particulares e enganava a população. Os organismos parlamentares, do mesmo modo, eram enganosos, pois neles predominavam representantes comprometidos com interesses exclusivistas, que dissimulavam tais compromissos afirmando retoricamente seu devotamento à causa pública. Seria necessário restringir os poderes do parlamento para que este não viesse, através de suas odiosas pressões particularistas, a impedir que o governo realizasse o verdadeiro interesse geral. Como assinalou Cortês, Getúlio Vargas entendia que "os organismos legislativos interferiam com a função própria do governo"⁵⁴. O objetivo de restringir a ação parlamentar a funções exclusivamente técnicas (deixando as responsabilidades políticas a cargo do governo) manifesta-se em um artigo, que não chegou a ser colocado em prática, da Constituição estado-novista, que reproduz a proposta positivista castilhesa de limitar as atribuições dos organismos legislativos à votação do orçamento:

*Art. 49 - "Compete à Câmara dos Deputados iniciar a discussão e votação das leis de impostos e fixação das forças de terra e mar, bem como todas as que importarem em aumento de despesas"*⁵⁵.

Pelos mesmos motivos pelos quais deveriam ser rejeitadas a "ficção eleitoral" e a "ficção da representação parlamentar", deveria ser eliminado o "partidarismo". Os partidos seriam expressão dos interesses particularistas que o governo virtuoso deveria suprimir. Os partidos seriam os expoen-

tes da velha democracia liberal que a verdadeira democracia estado-novista pretendia superar. Ao invés de diversos partidos degladiando-se por suas inconfessáveis ambições, deveria existir um só partido, o Estado, realmente comprometido com o interesse geral. A identificação entre a direção governamental e o interesse geral eliminaria a necessidade de intermediários na relação entre governo e população: "*Estes intermediários*" - dizia Getúlio Vargas - "*eram, até há bem pouco, os partidos políticos e os grupos de pessoas mais ou menos ajustadas na defesa dos próprios interesses. Sempre procurei fazer um governo de portas abertas, e, hoje, derrubadas estas velhas pontes do parasitismo político, desejo receber o povo, diretamente, os seus reclamos, ouvi-los e examiná-los, de forma a poder atender, dar soluções aos problemas administrativos, os verdadeiros e legítimos interesses da coletividade*"⁵⁶.

Getúlio Vargas buscou realizar o velho sonho castilhesa de estabelecer uma relação direta com a população (relação de comunicação, mas também de controle) através de uma nova idéia, importada das experiências autoritárias européias: o corporativismo. Os cidadãos não seriam representados pelos partidos e pelo parlamento, mas seriam ouvidos diretamente através das associações corporativas por categoria profissional vinculadas ao Estado. O Presidente receberia diretamente, sem intermediários, os reclamos do povo; julgaria, como homem sábio e virtuoso, quais deles realmente corresponde-

riam ao bem comum e os atenderia dentro das possibilidades técnicas e materiais do Estado. Livre dos gastos onerosos e das práticas degradantes do sistema eleitoral, livre das viciadas discussões parlamentares e do pernicioso facciosismo dos partidos políticos, livre das odiosas obstruções legislativas e das pressões particularistas, o poder governamental poderia ouvir diretamente e atender as reivindicações populares, garantindo a justiça, a ordem e o equilíbrio social.

De acordo com esta visão política, o regime ditatorial instaurado em 1937 justificava as medidas repressivas por ele adotadas: o fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias estaduais e das Câmaras municipais, a extinção dos partidos políticos e a repressão às oposições oligárquicas liberais, ao movimento operário e aos militantes do Partido Comunista. Entendiam os dirigentes estado-novistas ser imprescindível a utilização de força e coerção para reverter o quadro de caos social gerado pelo liberalismo moribundo. As intermediações políticas sofisticadas, as "flores de retórica" e as liberdades sofisticadas liberais seriam eliminadas, mas seriam asseguradas a equidade social e a participação direta da população na gestão governamental.

No entender dos dirigentes estado-novistas, assim como pensavam seus antecessores castilhistas, liberdade implicaria necessariamente responsabilidade. A verdadeira democracia - afirmava Vargas - *"deve associar o regime da liberdade ao da responsabilidade"*⁵⁷. Ou seja, o exercício da li-

berdade não poderia contrariar a ordem nem ofender a moral vigente. Neste sentido, a constituição estado-novista facultava a "liberdade de associação", ressalvando: "*desde que seus fins não sejam contrários à lei e aos bons costumes*"⁵⁸. Se o exercício da liberdade fosse considerado abusivo ou ofensivo pelas autoridades, estas não hesitariam em tomar as mais enérgicas medidas repressivas. Tal risco de ônus de "responsabilidade", num regime coercitivo, cerceava, na prática, a liberdade.

O governo ditatorial estado-novista exercia grande controle sobre os seus subordinados. Contando com enormes poderes concentrados em suas mãos, conforme estipulava a Constituição de 1937, o Presidente da República legislava por decreto, nomeava os interventores nos governos estaduais e todos os postos-chave da esfera governamental. Os interventores estaduais, por sua vez, nomeavam os interventores municipais e podiam demitir ou aposentar funcionários estaduais e municipais. Através deste sistema, construía-se uma grande rede de subordinação pessoal à autoridade presidencial. O controle exercido pela direção do governo era ainda maior do que aquele exercido na "República Positivista", principalmente em virtude de duas dentre algumas inovações importadas das experiências autoritárias europeias fascista e nazista e desenvolvidas pelo projeto estado-novista: a polícia de repressão política, que espionava e perseguia lideranças sindicais e políticas e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que censurava os meios de comunicação de massa e fa-

zia intensa propaganda doutrinária e política, glorificando o novo regime.

A direção estado-novista manteve viva a velha idéia castilhistas de "continuidade administrativa". A Constituição de 1937 assegurava ao Presidente em exercício a indicação de um candidato para a sua sucessão. Na prática, este "direito" somente foi utilizado no final do Estado Novo, quando Vargas indicou o seu Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, como candidato à sucessão presidencial. Antes disto, não havendo qualquer processo eleitoral sucessório, foi consagrada a proposta positivista de "ditador perpétuo", que asseguraria com maior perfeição a "continuidade administrativa". Tal como seus predecessores castilhistas, Vargas acreditava que a continuidade governamental e a coerência administrativa garantiriam o desenvolvimento de uma obra sólida e durável. Além de não estar sujeito às terríveis e freqüentes interrupções políticas que marcavam o regime liberal, o regime centralizado e ditatorial estado-novista teria maior eficácia na gestão administrativa. Vargas entendia que *"essa forma de concentração de poder corresponde a imperativos de ordem prática, tanto social como econômica"*⁵⁹.

O regime ditatorial do Estado Novo era sustentado por uma estrutura militarizada. Esta estrutura, diferentemente daquela da "República Positivista", era constituída pelas Forças Armadas, que viviam crescente processo de fortalecimento,

centralização, coesionamento e autonomização corporativa. A relação entre direção governamental e organização militar tornou-se mais complexa na experiência estado-novista. Na "República Positivista", os militares afinados com o PRR, alocados em postos-chave da administração política regional, e os militares que comandavam a Brigada Militar estavam inteiramente subordinados à direção suprema do Presidente estadual. No Estado Novo, o Presidente exercia formalmente a direção mas, na prática, era obrigado a negociar com a cúpula militar e a atender suas reivindicações corporativas e políticas. Os acertos eram facilitados pela origem positivista castilhistas do Gen. Gões Monteiro e do Gen. Dutra. Mas como estes generais também defendiam ardorosamente as demandas corporativas das Forças Armadas, eles barganhavam com Vargas, em troca de apoio político, o atendimento de suas reivindicações de aparelhamento e centralização da organização militar. Conforme relata Vargas, em seu longo período de governo ocorreram:

*"A remodelação das Forças Armadas, que, dum orçamento exíguo, quase irrisório antes de 1930, consomem hoje cerca de um terço da despesa geral, fora os créditos extraordinários. Foi promovido o seu reaparelhamento, construídas novas sedes para as escolas destinadas a formar os futuros oficiais: a Militar em Rezen-
de e a Naval em Villegaignon. Dotadas de parques militares, de fábricas de produção e recuperação de material bélico, novas bases e estaleiros, as forças indispensáveis à defesa do nosso território tornaram-se aptas para cumprir sua missão, o que ficou sobejamen-*

*te provado durante a última guerra mundial. "A criação do Ministério da Aeronáutica, com todas as suas formidáveis instalações: fábrica de aviões, escolas, bases aéreas e campos de pouso espalhados por todo o território, além de várias companhias civis de transportes aéreos amparadas pelo Estado"*⁶⁰.

O Gen. Dutra, em diversas ocasiões, reconheceu "os nobres esforços despendidos pelo Sr. Presidente da República e pela alta administração atual em prol do nosso aparelhamento dantes tão precário e desconexo" e manifestou sua gratidão, reafirmando a "identidade de idéias e sentimentos" entre Exército e Estado Novo que o "regime procurava evidenciar e incentivar em proveito da força e da coesão nacional"⁶¹. Contando com o apoio político da cúpula militar, Vargas dispunha da força coercitiva necessária para a sustentação do regime estado-novista. Por sua vez, o Gen. Góes e o Gen. Dutra, contando com o apoio de Vargas, puderam fortalecer as Forças Armadas, centralizá-las e coesioná-las enquanto organização corporativa.

Contudo, a relação entre o Presidente e a direção militar tornava-se complicada na medida em que cresciam a força e a autonomia política do Exército. Aumentava o poder das Forças Armadas na estrutura do Estado, pois os militares passaram a assumir um número cada vez maior de postos-chave na esfera da administração política. Os intentos de Vargas para ampliar suas próprias bases de sustentação dentro da organi-

zação militar eram crescentemente barrados e cresciam os grupos de oficiais que se posicionavam contra o governo estado-novista. Na conjuntura de crise de esgotamento do regime estado-novista, a autonomia política da cúpula militar e o seu poder permitiram que ela, descontente com o entusiasmo de Vargas pelas "massas", se voltasse contra o governo e depusesse o Presidente⁶². As discordâncias circunstanciais, no entanto, não apagaram a grande identidade política e ideológica existente entre Vargas e parte da cúpula militar. O Gen. Gões garantiu ao Presidente deposto um tratamento bom e cordial, livre de quaisquer punições, contrariando as propostas dos grupos radicalmente anti-varguistas (cassação dos direitos políticos de Vargas, exílio, prisão, etc.).

O regime ditatorial e militarizado fornecia a estrutura de poder de que necessitariam governantes virtuosos para fazer valer o interesse geral da nação. Somente a virtude e a razão permitiriam aos governantes interpretar o bem público e os verdadeiros interesses nacionais. Tanto o Gen. Gões Monteiro como Getúlio Vargas se consideravam homens virtuosos, absolutamente racionais, materialmente desinteressados, moralmente íntegros, puros em suas intenções de servir à comunidade. Apesar das irregularidades e negociatas que haviam ocorrido ao longo do seu governo, Vargas manteve inatacáveis sua honestidade e honra pessoal. Após os seus quinze anos de gestão governamental, Vargas afirmou:

"Todos me farão justiça em reconhecer que nun-

*ca utilizei o poder para fins materiais em meu proveito"*⁶³.

O ideal castilhista de homem íntegro e virtuoso assumira, no caso de Vargas, uma feição paternalista. O Presidente também se apresentava como generoso, como protetor dos pobres, como dedicado servidor da comunidade material e espiritualmente mais carente. Vargas afirmou que aceitaria quaisquer sacrifícios para realizar sua missão de servir ao povo:

*"Tudo o que representa atividade pública é para mim um penoso sacrifício. O que colhi de longos anos de consagração ao bem-estar coletivo foi uma tempestade de ambições sopitadas à margem de muitas dedicações de amigos do poder. Mas o povo me confortou no instante de angústia e ao povo devo todo e qualquer sacrifício"*⁶⁴.

A virtude, a inteira dedicação ao trabalho público e a missão de proteger o povo acarretaria renúncia: renúncia ao conforto, ao bem-estar, ao cuidado dos negócios particulares, à tranquilidade pessoal, etc. Mais "realista" que os próprios castilhistas, Vargas em sua famosa "Carta-Testamento, atribuiu ao ideal de sacrifício virtuoso o significado de renúncia à própria vida:

"Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não

*abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte"*⁶⁵.

A orientação paternalista marcou o projeto estado-novista. Embora a política paternalista "populista" de Vargas somente tenha feito sentir nos últimos anos do Estado Novo, possuiu grande relevância todo o trabalho desenvolvido anteriormente, desde a Revolução de 1930. O governo provisório, em 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, nos anos seguintes, tomou várias medidas na área trabalhista: fixou em 8 horas o limite máximo de jornada de trabalho, regulamentou o trabalho de mulheres e crianças, criou institutos de previdência e estabeleceu regras para a sindicalização, obrigando os sindicatos a se filiarem ao Ministério do Trabalho para serem oficialmente reconhecidos e poderem receber o fundo sindical. No Estado Novo, novas medidas foram tomadas. Em 1939, foi estabelecido o "sindicato único" por categoria profissional, limitado a atividades recreativas e assistenciais e sustentado pelo imposto sindical recolhido compulsoriamente dos trabalhadores pelo Ministério e repassado aos sindicatos. Também em 1939, o governo estado-novista instituiu a Justiça do Trabalho, para amenizar os dissídios entre empregados e empregadores. Em 1940, um decreto-lei instituiu o salário mínimo, beneficiando, ao menos nos primeiros anos, os setores assalariados mais empobrecidos (o seu poder aquisitivo foi imediatamente elevado, mas com o tempo a escalada inflacionária corroeu os salários). O governo também obrigou as fábricas com mais de 500 operários a instalarem refeitórios próprios. Em

1943, toda a legislação social e trabalhista foi reunida e ordenada na Consolidação das Leis do Trabalho.

A instituição da legislação trabalhista, sindical e previdenciária correspondia ao ideal positivista castilhisto de incorporação do proletariado à sociedade moderna. Os dirigentes estado-novistas entendiam que era necessário enfrentar a questão social, grande causa dos males do país, minimizando a pobreza, protegendo os mais fracos, oferecendo ao operário, que se encontrava abandonado e desprezado, garantias legais mínimas para exercer seu trabalho. Vargas enfatizava sua preocupação com "o amparo aos trabalhadores e a assistência aos necessitados":

*"Estão aí as leis sociais, de aplicação efetiva e condensadas num código, que pode servir de modelo às mais adiantadas nações do mundo, indo desde o salário mínimo até a sua cúpula, que é a Justiça do Trabalho; a organização dos restaurantes populares, ou serviços do S.A.P.S., instalados em quase todos os centros populares do país; a lei de amparo às famílias numerosas, que vai levar a dezenas de milhares de lares, nos recantos mais longínquos da Pátria, o auxílio do Estado - pequeno auxílio é verdade, mas que, na sua humildade, eles recebem como um presente do céu, sentindo pela primeira vez que o governo não se aproxima deles somente para exigir impostos ou outras obrigações"*⁶⁶.

O governo "concedia" direitos elementares - em proporções reconhecidamente baixas - e, em troca, exigia obediência e subordinação dos trabalhadores. Buscava controlar o movimento operário, impedindo sua organização independente através do atrelamento dos sindicatos ao Estado. A "proteção" governamental visava, sobretudo, eliminar os distúrbios sociais. Estes distúrbios seriam causados pelo desamparo em que se encontrava o proletariado, terreno fértil para a ação subversiva. Amparados através de medidas assistencialistas e subordinados politicamente ao Estado, os trabalhadores deixariam de provocar distúrbios sociais e seriam incorporados à sociedade.

O paternalismo do Estado Novo tinha o mesmo objetivo do projeto positivista castilhistas: a cooptação dos trabalhadores. O Presidente apresentava as melhorias advindas da legislação trabalhista e social como um presente seu ao trabalhador:

"Dei-lhe resistência econômica, garantindo-lhe um salário mínimo com a defesa de sua saúde através das férias e das remunerações da insalubridade. (...) Assegurei a todos os trabalhadores assistência médica, que é quase sabotada pelo egoísmo dos que não sentem a necessidade da solidariedade humana. Dei aos trabalhadores o salário-família, ampliando o conceito do valor econômico do trabalho, para iniciar a estrutura de um conjunto de harmonia social. Criei um sistema de aposentadoria e pensões, que precisa ter um curso rápido, por-

*que a burocracia natural dos mecanismos novos e indecisos emperra o seu ritmo e a sua eficiência. Todo um conjunto de legislação social construiu uma barreira defensiva para o trabalhador e quebrou os grilhões de sua escravidão"*⁶⁷.

O governo buscava obter o consentimento passivo ou o apoio ativo dos trabalhadores. Se eles se reconhecessem como "protegidos" pelo Estado, mais facilmente poderiam ser subjugados intelectual e politicamente e convencidos a executarem as funções a eles reservadas na sociedade. Daí a grande preocupação de Vargas com a reformulação e ampliação do ensino, especialmente com a expansão do ensino técnico. Através da ampliação do ensino, poder-se-ia desenvolver uma educação moral e cívica do povo, fixando os valores positivos de respeito à ordem e à moral vigentes e de culto à autoridade, à disciplina e à nacionalização. O ensino técnico seria particularmente útil para a preparação de mão-de-obra para a indústria e para reforçar a relação paternalista entre trabalhador e Estado.

A legislação trabalhista e social e a ação governamental objetivavam retirar a autonomia política dos trabalhadores, submetendo-os à dependência do Estado:

"a Justiça do Trabalho retirou dos sindicatos a iniciativa no que diz respeito às condições de trabalho, e impediu a eclosão de con-

flitos ao único nível - o da empresa - favorável ao desenvolvimento de um forte movimento de base; os contratos coletivos de trabalho, igualmente, desvalorizaram a experiência sindical ao nível da empresa; o imposto sindical, tornando os sindicatos dependentes do ponto de vista financeiro, e permitindo que o Estado desviasse a sua atuação para o campo assistencial, transformou os sindicatos em aparelhos do Estado; e a lei do salário mínimo que forçava os sindicatos a fazer reivindicações perante o governo, não só deu a este um controle sobre o nível de salários, permitindo-lhe manipulá-lo segundo as conjunturas políticas, como também - e sobretudo - desligou os dirigentes sindicais da infinita variedade de situações concretas de trabalho na qual se forma a experiência sindical"⁶⁸.

O governo não aceitava a ação operária autônoma, considerando-a perturbadora da ordem. Prometia atender, dentro de suas possibilidades, as reivindicações trabalhistas que considerasse justas, mas desde que elas fossem feitas dentro da ordem:

"A evolução política do Brasil se deve processar em ordem, com disciplina e respeito às autoridades. Não precisam nem precisarão os trabalhadores do Brasil recorrer a greves, porque o governo adotará as fórmulas mais práticas para a solução dos seus problemas"⁶⁹.

Nesta perspectiva, as greves somente seriam legítimas quan-

do o governo não estivesse preocupado em amparar o trabalhador. Daí a dura repressão às greves ocorridas durante o Estado Novo. A polícia perseguiu brutalmente o movimento operário, especialmente os dirigentes comunistas, prendendo e assassinando muitos militantes. A ação política dos trabalhadores politizados era considerada ilegítima, porque voltava-se contra a ordem estabelecida. Punindo estas ações ilegítimas e eliminando os elementos subversivos, o governo contribuiria para purificar o proletariado, levando-o a assumir uma moral sã e uma conduta responsável. Seguindo a tradição "castilhistaborgista", Getúlio Vargas combinava formas persuasivas e coercitivas para disciplinar os trabalhadores, conter o seu movimento e subordiná-los à direção do Estado.

Os dirigentes estado-novistas buscavam criar condições materiais e espirituais para o estabelecimento do equilíbrio social. No seu entender, os trabalhadores, com melhores condições de vida e com uma educação moral e política bem orientada, aceitariam cordialmente a divisão natural entre proprietários e não proprietários e aceitariam colaborar com o capital para o desenvolvimento da nação. Tal como o positivismo castilhista, Vargas entendia que o reequilíbrio natural da sociedade seria alcançado através da harmonização das relações entre capital e trabalho. Sem o trabalho, o capital não poderia gerar riquezas. Sem o capital, o trabalho e a nação pereceriam. O capital, por ter uma origem social, deveria também ter um destino social, contribuindo para o bem-estar coletivo e para a prosperidade da nação:

*"Consideramos os valores do capital não preponderantes sobre os valores do trabalho. Eles, sempre que examinados como elementos constitutivos de bens de produção, se apresentam dinâmicos, ao nível de uma energia de operação, e são tanto mais úteis quanto mais multiplicam os valores iniciais das horas de trabalho do homem. São estáticos os valores de capital que não multiplicam os valores de trabalho. E são negativos os que não servem nem à produção, nem à vida do homem. Estes valores negativos não podem ser considerados como legítimos. Mesmo porque são contrários, com sua negatividade, ao bem-estar coletivo"*⁷⁰.

Na medida em que o capital fosse aplicado produtivamente, em benefício da coletividade, o trabalho seria recompensado dignamente e a nação se desenvolveria. Neste sentido, Vargas posicionava-se contra as teses marxistas que afirmavam a existência de uma contradição insolúvel entre capital e trabalho. Vargas criticava Marx, considerando que o desenvolvimento científico produzido pelo impulso industrial havia criado riquezas para toda a sociedade, beneficiando também os trabalhadores:

"A mais-valia marxista deixou de ter importância econômica, pois a margem com que o capital onerava a produção passou a ser insignificante, em face da multiplicação da produtividade do homem, que os recursos da ciência, desenvolvida pelo capital, determinavam. A eletricidade e o motor a explosão colocaram ao alcance das massas inúmeros benefícios que há

*meio século nem os mais ricos poderiam usufruir. Os serviços sanitários, a luz, os serviços de transporte - mesmo com a crise atual - representam mais uma fase de evolução das massas"*⁷¹.

A preocupação de Vargas em refutar as teses marxistas (sem entrar no debate de fundo, pois para Marx o desenvolvimento científico e tecnológico havia tornado o trabalho e não o capital mais produtivo) estava associada ao crescimento do PCB e às necessidades de disputa política e ideológica das cada vez mais numerosas bases operárias. Tendo em vista esta necessidade, Vargas criou, no final do Estado Novo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por ele caracterizado como *"a arma política do proletariado"*⁷². Ele procurava construir uma imagem do Partido Comunista como estranha à realidade nacional (motivado por inconfessáveis interesses estrangeiros) e reforçar as relações paternalistas estabelecidas com os trabalhadores, apresentando-se como grande conhecedor dos problemas do cotidiano do povo⁷³. Seu objetivo era conquistar o proletariado para o seu projeto de graduais e pequenas mudanças sociais dentro da ordem, tornando viável a racional evolução da sociedade e afastando as ameaças revolucionárias:

*"Antônio Carlos disse: 'Façamos a revolução antes que o povo a faça'. E hoje eu vos exorto a fazer a evolução antes que o povo faça a revolução"*⁷⁴.

Tal como os positivistas castilhistas, Vargas considera-

va a manutenção da ordem condição imprescindível para o progresso da sociedade. O estado deveria não só tomar todas as medidas persuasivas e coercitivas para manter a ordem, mas também tomar medidas para promover o progresso econômico e social. Consoante a tradição castilhistas, a política do governo estado-novista foi marcada por forte intervenção do Estado na economia. Como registrou Assis Bastos:

*"Sem dúvida foi G. Vargas o primeiro dirigente do país que implicou fortemente a ação política às interpretações econômicas de um Estado participante, mas cabe lembrar aqui, que dentro das características pré-industriais e fortemente agro-pastoris do Rio Grande do Sul, em sua época, Julio de Castilhos, já havia procurado retirar ao poder público a qualidade de mero espectador do jogo das forças econômicas"*⁷⁵.

O Estado deveria intervir na economia na medida em que o livre jogo das forças econômicas criava injustiça e desordem social, permitindo a demasiada concentração monopolística da riqueza, de um lado, e acentuando a miséria, de outro, não garantindo o desenvolvimento harmônico da sociedade e a prosperidade do conjunto dos cidadãos e da nação. Seria necessário suprir as deficiências da iniciativa individual; coordenar a produção de modo a garantir o abastecimento do mercado; harmonizar as relações na produção, estimulando a cooperação e evitando o conflito; e fazer valer, no jogo das competições individuais, o interesse geral da nação. Neste sentido, o Estado teria por dever regular o mercado (através do sistema de crédito, da política cambial, tributária, fiscal e salarial)

e criar condições de infra-estrutura para o desenvolvimento da produção, especialmente a industrial (através de obras públicas ou da produção de base do próprio Estado).

Do mesmo modo que os governos castilhistas, a administração de Vargas estava particularmente preocupada com a área dos transportes. A rede rodoviária cresceu de 113.570 km em 1928 para 258.390 km em 1939 e para 333.756 km em 1945⁷⁶.

A expansão rodoviária possibilitou a dinamização do comércio em geral e, particularmente, da circulação dos produtos industriais de São Paulo. O governo estado-novista criou o Conselho Nacional de Petróleo em 1938 e a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional em 1942, visando enfrentar o problema da carência de combustível e de indústria de base no país. Durante o período da guerra, instalou a Fábrica Nacional de Motores, construiu a Usina Siderúrgica de Volta Redonda e estimulou o investimento industrial através de linhas de crédito do Banco do Brasil. A iniciativa do Estado e as necessidades, decorrentes da guerra, de "substituir importações", permitiram uma grande expansão industrial. Foram instaladas e ampliadas indústrias de papel e celulose, de cimento, de fiação e tecelagem, de borracha, de material ferroviário, alumínio, máquinas, motores, vidro, etc. O valor da produção industrial aumentou de Cr\$ 3.200.670.000,00 em 1920 para Cr\$ 17.479.393.000,00 em 1940; o número de estabelecimento passou de 13.569 em 1920 para 49.418 em 1940; e o número de operários passou de 293.673 em 1920 para 781.185 em 1940⁷⁷. Van-

gloriando-se dos feitos do seu governo, disse Vargas:

*"Com a construção de Volta Redonda, a propriedade das riquezas do subsolo e o incentivo às indústrias, deu ao Brasil uma nova base econômica"*⁷⁸.

Não há dúvida que o Estado Novo beneficiou o setor empresarial, contudo, também procurou atender os interesses dos demais setores das classes dominantes, seguindo a política castilhista de "desenvolvimento harmônico" dos setores produtivos. Durante o governo estado-novista, houve um crescimento significativo da produção e da exportação agrícola (cana-de-açúcar, mandioca, etc.), de modo que a industrialização "em nada perturbou a produção de gêneros alimentícios"⁷⁹. A afirmação do capital industrial foi realizada, sem contrariar diretamente os interesses dos grandes proprietários agrícolas, através de um conjunto de modificações impulsionadas pelo Estado, que possibilitaram a alteração progressiva da composição de forças em favor da indústria.

Embora a ênfase do governo Vargas fosse o investimento estatal para impulsionar o desenvolvimento econômico, ele buscou, ao menos parcialmente, seguir a política castilhista-borgista de "equilíbrio orçamentário". Ainda que tenha estimulado o processo inflacionário, o governo tentou sanear as finanças públicas. Afirmando esta preocupação, disse Vargas:

*"Quando assumi o Governo, em 1930, o Banco do Brasil estava com saques a descoberto no exterior na importância de dez milhões de libras. Não possuíamos divisas para pagar as compras de trigo, carvão e gasolina. E já tínhamos saques na iminência de serem protestados. Passei o Governo com uma reserva de ouro e cambial no valor de 700 milhões de dólares, correspondentes a um lastro de moeda de 80% em ouro. Fala-se tanto em inflação e a moeda brasileira, no momento em que deixei o Governo, era a moeda mais sadia, mais sólida e mais valorizada do mundo"*⁸⁰.

A preocupação em reduzir o déficit público também foi várias vezes manifestada, embora as tentativas não tenham obtido os resultados desejados: o déficit de Cr\$ 794.080.000,00 de 1941 foi reduzido para Cr\$ 84.463.000,00 em 1944, mas voltou a subir, chegando a Cr\$ 997.821.000,00 em 1945⁸¹. Embora não tivesse abandonado a preocupação em sanear as finanças, o governo Vargas não conseguiu neste terreno resultados satisfatórios como aqueles obtidos nos empreendimentos estatais.

Assim, como vimos, os principais traços do projeto estado-novista são similares aos do projeto positivista castilhistas. Existem, evidentemente, diferenciações que podem ser encontradas até mesmo nas características similares dos projetos. O autoritarismo estado-novista, por exemplo, é ainda mais acentuado. Se na "República Positivista" havia o "voto manipulado", a repressão aos opositores e a limitação do poder do legislativo; no Estado Novo as eleições e os partidos foram

eliminados, os organismos legislativos fechados, a repressão política atingiu níveis muito superiores e foram introduzidas inovações (mecanismos de controle político) importadas das experiências nazi-fascistas européias. Os dois possuíam um caráter militarizado, mas no caso da "República Positivista" o chefe do governo exercia controle absoluto sobre o seu "braço militar", enquanto na experiência estado-novista o Presidente era obrigado, na prática, a negociar com a cúpula de uma organização militar em processo de crescente fortalecimento, centralização e autonomização corporativa. A política de moralização administrativa foi energeticamente aplicada nos governos da "República Positivista", o mesmo não ocorrendo no governo estado-novista, embora seu discurso fosse semelhante. Enquanto a tônica do governante virtuoso idealizado pelo castilhismo encontrava-se na capacidade administrativa e na qualidade moral, o acento da idealização varguista encontrava-se na missão de servir à população. O paternalismo varguista, desenvolvido especialmente no final do Estado Novo, adquiriu uma tonalidade muito mais forte em relação à experiência castilhista-borgista. Enquanto os governos da "República Positivista" estavam severamente preocupados com o "equilíbrio orçamentário", o governo estado-novista, sem abandonar de todo esta preocupação, enfatizava os empreendimentos estatais. O intervencionismo industrializante foi desenvolvido em profundidade muito maior pelo projeto estado-novista.

Além destas distinções, encontramos outras caracterís-

ticas diferentes entre os dois projetos. É o caso das questões relativas à "autonomia regional" e aos "interesses regionais". O projeto positivista castilhistas, como vimos, defendia arduamente a autonomia regional, um princípio do ideário comtiano e uma reivindicação cara à tradição do pensamento político dominante no Rio Grande do Sul. Setores importantes das classes dominantes locais entendiam que, com a ascensão de um gaúcho à Presidência, a autonomia do Estado seria resguardada e haveria um privilegiamento dos grupos econômicos rio-grandenses, de modo a permitir a substituição do antigo domínio paulista por uma nova hegemonia nacional gaúcha. Mas a equipe de Vargas, no centro do poder de Estado, contrariou as expectativas desses setores, eliminando a autonomia regional e não reservando qualquer tratamento privilegiado para a economia sulina. O projeto estado-novista objetivava calar os interesses particularistas e regionalistas, centralizar politicamente o país e afirmar o interesse geral nacional.

Contudo, as diferenciações entre os projetos positivista castilhistas e estado-novista não significam uma ruptura. É necessário considerar que o projeto estado-novista defrontou-se com uma nova realidade social, diferenciada por sua dimensão nacional e pela complexidade maior dos problemas enfrentados. Não se pode compreender o autoritarismo mais acentuado do Estado Novo sem se levar em conta a amplitude e intensidade dos conflitos sociais no país no processo de emergência e desenvolvimento capitalista. Do mesmo modo, não se

pode compreender o forte paternalismo varguista sem se considerar o enorme crescimento operário registrado no período. O acentuado intervencionismo estatal, por sua vez, pôde ser viabilizado devido às condições bem mais favoráveis de que dispõe um governo federal para realizar empreendimentos e para determinar as regras do jogo econômico. As negociações entre o governante e a direção militar são podem ser compreendidas se considerarmos o processo de fortalecimento e de autonomização corporativa das Forças Armadas. Por conseguinte, a centralização política deve ser avaliada dentro do quadro delimitado, de um lado, por estas negociações e, de outro, pelas necessidades do desenvolvimento capitalista que se processava no país.

A equipe de Vargas, uma nova geração de dirigentes políticos das classes dominantes gaúchas, seguia a tradição positivista castilhista de um modo não dogmático. Estava preocupada em desenvolver o conteúdo do projeto castilhista, mas com uma postura aberta e com a disposição de absorver os ensinamentos da experiência prática. Rejeitando a ortodoxia comtiana, assumiu um posicionamento mais flexível, de acordo com as novas necessidades da realidade nacional e com a relação de forças entre os membros do novo bloco no poder. Neste sentido, Vargas não hesitou em abandonar o dogma positivista do "federalismo radical" (que somente tivera procedência enquanto o projeto positivista encontrava-se confinado ao Rio Grande do Sul), para resgatar o essencial do castilhismo positivista em um projeto de dimensão nacional. O redimensionamento em escala nacional de um projeto regional centralista necessaria-

mente implicaria uma reformulação da idéia de autonomia regional. O "espírito" centralista da "República Positivista" foi resgatado através da estrutura política altamente centralizada do Estado Novo. Do mesmo modo, o apego regionalista, que anteriormente se justificava pela necessidade de ressaltar as virtudes desse regime, deveria ser abandonado e substituído por um vigoroso nacionalismo. Transformar o projeto regional em projeto nacional implicaria renúncia: renúncia à defesa dos interesses particularistas das classes dominantes regionais em troca da aplicação nacional do virtuoso projeto castilhistas que, ampliado ao âmbito da nação, poder-se-ia transformar em um modelo para o mundo.

De um modo geral, os autores não estabelecem as relações de identidade política e ideológica entre os projetos positivista castilhistas e estado-novista e não traçam as linhas de continuidade que os vinculam no fazer histórico⁸². A maioria dos trabalhos identifica o Estado Novo com as experiências europeias nazi-fascistas. Esta identificação, aparentemente óbvia, é muitas vezes tomada como suficiente, desconsiderando-se as particularidades do quadro nacional e do regime estado-novista. Não se pode caracterizar o Estado Novo sem examinar a ação política dos sujeitos que na prática histórica instituíram este regime e sem examinar o "habitus"⁸³ destes sujeitos. Através do exame da formação política e intelectual destes sujeitos pode-se compreender sua predisposição em receber influência das experiências autoritárias europeias nazi-fascistas. Isto é, se examinarmos a matriz intelectual e

política destes sujeitos, encontraremos um universo de valores oriundos da tradição positivista castilhistas e da tradição militar próximos, sob alguns aspectos, do pensamento nazi-fascista. A aceitação parcial da visão nazi-fascista por parte dos dirigentes estado-novistas deveu-se à preexistência de um pensamento político autoritário. Mas se, ao contrário, tomarmos a influência nazi-fascista como suficiente para a caracterização da experiência estado-novista, estaremos desconsiderando outras influências relevantes anteriores, como a positivista castilhistas, constitutivas da matriz intelectual e política dos sujeitos que construíram esse projeto. No nosso entender, o reconhecimento da grande ascendência exercida pelo positivismo castilhistas na experiência do Estado Novo é fundamental não só para a compreensão do que foi este regime e do significado da atuação militar neste período, mas também para a releitura da história do país.

NOTAS

- 1 - Ver dados em COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- 2 - COELHO, op.cit., p. 83.
- 3 - CARVALHO, J. Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: _____, O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1978. v.2, p. 200.
- 4 - SAES, Décio. A Formação do Estado Burguês no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 5 - TRINDADE, Hêlgio. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1923). In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 188.
- 6 - LOVE, op. cit., p.273.

- 7 - CARVALHO, J. Murilo de. Forças Armadas e política, 1930/1945. In: A Revolução de 1930. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 145.. Seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.
- 8 - SILVA, Hêlio. 1937 - Todos os golpes se parecem. Civilização Brasileira, 1970. p. 369.
- 9 - Em 1983, a BM recebeu 25:527\$299.000; em 1939, 25:527\$299.000; em 1949, 25:443\$236.000; em 1941, 28:334\$213.500; e, em 1942, Cr\$ 30.625.104,70. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Gen. Osvaldo de Farias.
- 10 - Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Gen. Osvaldo de Farias.
- 11 - Relatórios do Ministério da Guerra.
- 12 - Relatórios do Ministério da Guerra e Balanços da União.
- 13 - CARVALHO, Forças Armadas e política, 1930/1945, op. cit., p. 142.
- 14 - Idem, ibidem, p. 132.

- 15 - Idem, ibidem, p. 134.
- 16 - Conferência pronunciada pelo então capitão Horizonte Luiz Fernades, publicada no volume "Conferências", Ed. Tip. BM, 1946.
- 17 - Declaração do Coronel do Exército Amilcar A. Botelho de Magalhães, publicada no Jornal do Comércio de 27/10/46.
- 18 - COUTINHO, Lourival. O General Gões depõe... Rio de Janeiro, Liv. Coelho Branco, 1956.
- 19 - COUTINHO, op. cit., p. 52.
- 20 - Idem, ibidem, p. 57.
- 21 - Idem, ibidem, p. 253.
- 22 - Idem, ibidem, p. 140.
- 23 - Idem, ibidem, p. 239.
- 24 - Idem, ibidem, p. 436.
- 25 - Idem, ibidem, p. 213.
- 26 - Anais do Exército Brasileiro. Biblioteca Militar, 1939.

27 - COUTINHO, op. cit., p. 311.

28 - Idem, ibidem, p. 404.

29 - Idem, ibidem, p. 320.

30 - Anais do Exército Brasileiro. Biblioteca Militar, 1939.

31 - COUTINHO, op. cit., p. 37.

32 - Idem, ibidem, p. 157.

33 - Idem, ibidem, p. 258.

34 - Idem, ibidem, p. 259.

35 - Idem, ibidem, p. 260.

36 - Idem, ibidem, p. 495.

37 - Idem, ibidem, p. 308.

38 - Idem, ibidem, p. 261.

39 - Idem, ibidem, p. 302.

40 - Idem, ibidem, p. 542.

- 41 - Idem, ibidem, p. 543.
- 42 - Idem, ibidem, p. 544.
- 43 - MONTEIRO, Gen. Pedro Aurélio de Gões. A revolução de 1930 e a Finalidade Política do Exército. Rio de Janeiro, Ader-
sen Editores, s.d. p. 163.
- 44 - COUTINHO, op. cit., p. 314.
- 45 - Idem, ibidem, p. 310.
- 46 - Ver Fundamentos da Doutrina/Escola Superior de Guerra. Rio
de Janeiro, ESG, 1981.
- 47 - OLIVEIRA, Eliêzer Rizzo de. As Forças Armadas: política
e ideologia no Brasil, 1964-1969. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 48 - COUTINHO, op. cit., p. 542.
- 49 - Idem, ibidem, p. 543.
- 50 - VARGAS, Getúlio. A Política Trabalhista no Brasil. Rio
de Janeiro, José Olympio, 1946. p. 38.
- 51 - VARGAS, op. cit., p. 28.
- 52 - Idem, ibidem, p. 53.

- 53 - Idem, *ibidem*, p. 165.
- 54 - CORTÉS, Carlos. Gaúcho Politics in Brazil. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1974.
- 55 - Constituição da República Federativa do Brasil, 10 de novembro de 1937.
- 56 - VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, v.V, p. 167.
- 57 - VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil, op. cit., p. 165.
- 58 - Constituição da República Federativa do Brasil, 10 de novembro de 1937.
- 59 - VARGAS, A Nova Política do Brasil, Vol. V, op. cit., p. 187.
- 60 - VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil, op. cit., p. 26.
- 61 - DUTRA, Eurico Gaspar. O Exército em dez anos de governo do Presidente Vargas: conferência realizada no Palácio Tiradentes, em 10 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, DIP, 1941, p. 23.

- 62 - Em seu depoimento a Lourival Coutinho, o General Gões afirmou que o "*Presidente Getúlio me falou insistentemente sobre o 'affaire' argentino, referindo-se com entusiasmo ao poder das massas, e notei que nesta ocasião se achava muito influenciado a esse respeito*". Coutinho, op. cit., p. 438.
- 63 - VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil, op. cit., p. 195.
- 64 - Idem, ibidem, p. 43.
- 65 - Carta-Testamento de Getúlio Vargas, transcrita por SODRÉ, N. Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- 66 - VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil, op. cit., p. 27.
- 67 - Idem, ibidem, p. 128.
- 68 - ROWLAND, Robert. Classe Operária e Estado de Compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical). Estudos, São Paulo, CEBRAP (8): 32, abril, 1974.
- 69 - VARGAS, Getúlio. A Nova Política no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. v.VII, p. 115.
- 70 - Idem, Ibidem.

- 71 - VARGAS, Getúlio. Discursos. Rio de Janeiro, DIP. 1944.
- 72 - VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil, op. cit., p. 188.
- 73 - Referindo-se aos trabalhadores, Vargas afirma: "Ao deambular, madrugo convosco. E sei o que significa os sacrifícios da marcha cotidiana para o trabalho, sob a garoa matutina. Duas horas penosas até os portões das fábricas, sem alimento, sem condução. E assim, já fatigados, começais vosso dia. Quatro horas em frente às máquinas que atordoam com sua cadência monótona: Frio, umidade, ou calor senegalesco no verão. No inverno os pés ficam entorpecidos, sobre o cimento, pela imobilidade em frente à máquina. O ar é pó de algodão, ou serragem, ou limalha. Quando não tem os miasmas dos ácidos, que corroem os pulmões e os brônquios. Ouço a vossa tosse intermitente, angustiada (...) Quatorze horas de sacrifício. Para um salário de dez horas, que não basta para o alimento de um homem". VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil. op. cit., p. 168.
- 74 - Idem, ibidem, p. 120.
- 75 - BASTOS, T. Assis. O Positivismo e a Realidade Brasileira. Estudos Sociais e Políticos, Universidade de Minas Gerais, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, (25):145, 1965.

- 76 - Dados retirados de SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: Uma experiência Histórica de Desenvolvimento. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1984. Tomo III. O Brasil Republicano. V. 4. Economia e Cultura (1930-1964).
- 77 - CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo, Difel, 1977. p. 60.
- 78 - VARGAS, A Política Trabalhista no Brasil, op. cit., p. 27.
- 79 - Idem, Ibidem, p. 93.
- 80 - VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado no Senado em 13 de dezembro de 1946.
- 81 - Conselho Técnico de Economia e Finanças e Contadoria Geral da República.
- 82 - Uma das raras exceções é o trabalho "O Positivismo e a Realidade Brasileira" de Assis Bastos. O autor afirma que "a mensagem comtista (...) não somente se cristalizou nas instituições políticas do Estado do Rio Grande do Sul, até a revolução de 1930, como inclusive, foi redefinida e atualizada por Vargas, um dos seguidores de Castilhos, em 1937, ao instituir o Estado Novo, roupagem mais moderna

e possivelmente mais ornamentada com que se vestiu a velha 'Ditadura Republicana". Bastos, op. cit., 1965.

- 83 - Conceito de Pierre Bourdieu de "habitus" enquanto "sistemas de disposições duráveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, das representações...". BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo, Ática, 1983, p. 61. (Coletânea Organizada por Renato Ortiz).

CONCLUSÕES

O intento de compreender a origem da identidade dos militares com o projeto positivista castilhista conduziu-nos ao exame do quadro histórico, político e ideológico que tornou possível a emergência deste projeto político no Rio Grande do Sul. Tal exame levou-nos a concluir que o projeto positivista teve possibilidade de emergir e de tornar-se hegemônico naquela região no início do período republicano devido à existência de uma tradição política e cultural singular, decorrente da formação militarizada da sociedade gaúcha. Nenhuma outra região do país viveu um ciclo de guerras tão vigoroso e um processo de militarização da sociedade local tão intenso. Em nenhuma outra região houve um entrelaçamento social e político entre militares e classes dominantes locais tão forte.

Comandantes militares e chefes de bandos de preadores de gado obtiveram, em função da luta armada, terras, riquezas e poder político. Tornaram-se estancieiros e dirigentes da administração pública local. Assumiram posições-chave na estrutura "patriarcal-militar" da sociedade gaúcha, fundada no poder econômico e político desses estancieiros/militares e na

autoridade conferida a eles pelo controle de forças armadas. Constituíram o setor hegemônico das classes dominantes locais — classes dominantes de uma sociedade militarizada. Por contarem com um considerável "poder militar", oriundo da influência ou controle exercidos sobre forças militares poderosas (forças oficiais e milícias privadas), conquistaram a autonomia política regional. Para uma classe dominante como a gaúcha, vinculada a uma atividade produtiva periférica na economia brasileira e politicamente marginalizada dos centros de decisão, o controle de forças militares expressivas consistiu no principal meio para ampliar o seu poder de decisão tanto ao nível regional quanto ao nacional.

Em virtude dessa origem e dessa trajetória, as classes dominantes gaúchas construíram uma visão de mundo que amalgamou os valores de coragem, da ousadia, da autonomia de decisão, e da obediência à autoridade do chefe aos valores da ordem, da disciplina e da subordinação às autoridades superiores e ao Estado, órgão máximo, supremo tutor da sociedade. Estes valores, próximos daqueles cultuados nas instituições militares, correspondiam a uma visão de mundo particular no contexto brasileiro, e guardavam identidade com outras formas de pensamento autoritário, como o positivismo comtiano europeu. Devido a esta identidade, tanto as classes dominantes gaúchas como os militares estavam predispostos a aceitarem e a defenderem um pensamento como o positivista, que fornecia os instrumentos teóricos necessários para organizar os valores herdados

de sua tradição política (da sociedade gaúcha e da organização militar) em uma visão de mundo coerente e bem elaborada. Daí porque o pensamento positivista adquiriu força especial nos meios militares e entre as classes dominantes do Rio Grande do Sul: apenas em ambientes como estes havia um universo de valores morais, éticos e políticos no qual o ideário comtiano poderia difundir-se. A peculiar formação militarizada da região e os valores da tradição cultural daí decorrentes criaram condições para que o positivismo tomasse corpo na política gaúcha a partir da ação decidida de um pequeno grupo de jovens das classes dominantes locais.

A convergência da tradição militarizada da sociedade gaúcha e do ideário comtiano deu origem à identidade política e ideológica entre militares e o castilhismo positivista. Ideologicamente, o projeto implementado pelos governos da "República positivista gaúcha" sintonizava-se com o modo de pensar militar. O projeto positivista castilhistas defendia a necessidade do fortalecimento e da centralização do poder governamental. Rejeitava peremptoriamente a doutrina liberal por ser uma concepção ultrapassada que conduziria necessariamente à desordem, à injustiça e ao caos social. Somente um governo forte, centralizado, ditatorial, sustentado por um poderoso aparato militar, teria condições de coibir os apetites particularistas e egoístas, de eliminar os privilégios, a corrupção e a imoralidade na administração pública, de reduzir a miséria material e moral da população e de assegurar a ordem e a justiça social. Um governo forte, guiado por ho-

mens virtuosos, puros em suas intenções de servir ao bem público, poderia, através do seu poder coercitivo, calar os interesses particulares em prol dos interesses gerais e exercer a função tutelar do Estado sobre a sociedade, protegendo os mais fracos, regenerando os costumes e garantindo a ordem e o progresso.

Os dirigentes castilhistas utilizaram-se deste referencial ideológico para estreitar os vínculos políticos com os militares. Esta aproximação foi facilitada pela grande concentração de oficiais e aspirantes na região e pelos laços familiares, afetivos e de negócios que ligavam militares e classes dominantes no Rio Grande do Sul. Uma grande identidade política entre comandantes militares e dirigentes castilhistas foi construída através de toda uma história de lutas comuns, desde a "Questão Militar" e a "Propaganda Republicana" até as alianças estabelecidas no Congresso Nacional (especialmente em defesa de verbas para o setor militar) e nos enfrentamentos armados internos no Rio Grande do Sul (revoltas federalistas e libertadora). A Escola Militar de Porto Alegre, predominantemente positivista, também contribuiu para a aproximação política entre militares e castilhistas. Após a implantação da "república positivista", a maioria dos comandantes militares e oficiais que se encontravam no Rio Grande do Sul tornaram-se adeptos ou simpatizantes do positivismo castilhista.

A identidade política e ideológica e as fortes ligações

entre a classe dominante local — militarmente poderosa e politicamente autônoma — e os militares tornaram possível a aliança que derrubou o sistema oligárquico do poder de 1930, abrindo caminho para o estabelecimento de um novo projeto político, elaborado nos anos seguintes à Revolução de 1930 e implementado no Estado Novo, resultou na eliminação da autonomia regional e do "poder militar" das classes dominantes gaúchas.

Este paradoxo decorre de uma contradição latente entre o Exército e o positivismo castilhistas. Os dirigentes castilhistas eram solidários aos reclamos da oficialidade por melhoria do aparelhamento material, qualificação profissional e centralização do Exército, mas, ao mesmo tempo, propugnavam por um regime fortemente militarizado e regionalmente autônomo. Para garantir a existência da "república positivista gaúcha" num quadro nacional politicamente adverso, o castilhismo precisava conservar o "poder militar" das classes dominantes locais e a autonomia política regional.

Desse modo, a ascendência política dos castilhistas sobre parte do oficialato do Exército — ascendência devida aos estreitos laços que uniam os militares cuja formação se fizera no Rio Grande às classes dominantes gaúchas — entrava em choque com as aspirações de centralização e coesão da corporação na medida em que impedia o controle total da cúpula militar sobre os seus subordinados, dificultando a con-

solidação de um comando único. A existência de uma poderosa força armada (a Brigada Militar) controlada pelo governo estadual castilhista tirava do Exército não só o monopólio da ação bélica de grande porte como também conferia excessiva autonomia aos dirigentes gaúchos e aos militares que estavam sob sua influência.

Nesta perspectiva, os militares que haviam participado do movimento de 1930 apenas toleravam a existência desse "poder militar" das classes dominantes regionais porque o viam como um meio necessário, naquelas circunstâncias políticas adversas, para viabilizar a instauração de um novo regime no país. Eles consideravam esta situação como algo circunstancial. Os "exércitos estaduais" autônomos e a influência civil nos meios militares eram tidas como enormemente prejudiciais aos interesses do Exército. Por isto, após 1930, os comandantes militares defenderam ardorosamente a eliminação dessas forças estaduais, buscando a centralização das Forças Armadas. A fração hegemônica das classes dominantes gaúchas não se contrapôs à realização desta proposta porque já não considerava imprescindível manter a autonomia regional e o "poder militar" das classes dominantes locais.

Anteriormente, a autonomia regional e o "poder militar" das classes dominantes locais eram considerados fundamentais em vista da necessidade de manutenção da "república positivista" no Rio Grande do Sul. Mas, quando o projeto castilhis-

ta regional entrou em crise e a fração hegemônica das classes dominantes gaúchas alcançou o comando do governo central, a defesa desta posição tornou-se secundária. No poder central do país, a nova geração de dirigentes castilhistas pretendia implementar um projeto que resgatasse o "espírito" da proposta positivista castilhista e a adaptasse à realidade nacional. Isto é, a equipe de Vargas percebeu que era preciso adaptar-se às novas circunstâncias, abandonando a antiga bandeira da autonomia regional em razão das resistências políticas (dos setores militares) existentes no interior do novo bloco no poder e da compreensão da impossibilidade de implantar em escala nacional um projeto nos moldes do castilhismo positivista sulino que fundamentava-se justamente na autonomia política e militar regional, frente ao poder central. E, efetivamente, os dirigentes varguistas lograram certo êxito neste sentido. Existem algumas diferenças entre os projetos positivista castilhista e estado-novista, mas, no fundamental, eles apresentam traços similares. O projeto estado-novista, tal como seu antecessor positivista castilhista, defendia um regime autoritário, centralizado, ditatorial, auto-idealizado como virtuoso, preocupado com a regeneração moral da sociedade, marcadamente paternalista, intervencionista e promotor de desenvolvimento capitalista.

As coincidências e contradições existentes entre o positivismo castilhista e o Exército manifestavam-se claramente no pensamento de Gões Monteiro. Em virtude de sua forma-

ção política e intelectual (estudara na Escola Militar em Porto Alegre e vivera parte de sua juventude no Rio Grande do Sul), o General Gões defendia as idéias positivistas castilhistas ao mesmo tempo que batia-se, como militar que era, pelo projeto de profissionalização, centralização e coesão da corporação militar. Em resultado, suas idéias convergiam com as de Vargas em assuntos políticos, mas divergiam nos de natureza militar. Gões Monteiro não aceitava a prática varguista de interferência política dentro do Exército. Visando reduzir este tipo de intervenção, o General buscou exercer considerável controle sobre o processo de renovação da cúpula militar, procurando constituir uma equipe dirigente profissionalmente qualificada e politicamente afinada com seu pensamento corporativo. E, de um modo geral, obteve sucesso neste intento.

O projeto positivista castilhista foi, no essencial, resgatado na experiência do regime estado-novista, mas a autonomia regional e o "poder militar" das classes dominantes gaúchas deixaram de existir. Durante o Estado Novo, os corpos provisórios" da Brigada Militar foram desativados e esta força, desarmada, teve suas funções limitadas às atividades de policiamento. Além de não poder contar mais com uma força militar estadual à altura do Exército, as classes dominantes do Rio Grande do Sul também foram privadas da influência que exerciam sobre os militares. Foram-se gradativamente rompendo os vínculos entre classes dominantes locais e militares

através da crescente centralização, do coescionamento político e ideológico e da autonomização corporativa das Forças Armadas.

Assim, as contradições entre o positivismo castilhista e o Exército deixaram de existir. O projeto estado-novista não incorporou as idéias do positivismo castilhista que eram contraditórias com o processo de centralização das Forças Armadas. A relação de identidade política e ideológica entre militares e classes dominantes locais também foi desfeita. Embora o pensamento positivista castilhista tivesse continuado a exercer considerável influência no interior do Exército e entre as classes dominantes gaúchas a estreita relação política entre estes setores deixara de existir com o desenvolvimento do processo de centralização e coescionamento da corporação militar.

FONTES

A pesquisa documental foi realizada especialmente nas seguintes instituições:

Arquivo da III Região Militar das Forças Armadas.

Arquivo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Biblioteca do Colégio Militar de Porto Alegre.

Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Biblioteca do Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Centro de Documentação em Política Contemporânea do Rio Grande do Sul.

Fundação de Economia e Estatística.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Museu da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Museu da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.
 Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.
 Museu Júlio de Castilhos.

Entre o material mais relevante utilizado no estudo destacam-se:

Almanaque da Brigada Militar.
 Anais da Assemblêia de Representantes do Estado do Rio Grande do Sul.
 Anais da Assemblêia de Representantes da Província do Rio Grande do Sul.
 Anais do Exêrcito Brasileiro.
 Anuário do Círculo Militar.
 Anuário Militar.
 Arquivo de Assis Brasil.
 Arquivo de Borges de Medeiros.
 Avisos do Ministério da Guerra.
 Boletins diários da Brigada Militar.
 Boletins diários da III Região Militar.
 Coletânea de Atos e Decretos da Brigada Militar.
 Coletânea de dispositivos de Leis, Decretos, Avisos e outros atos referentes a guerra (1544 a 1938).
 Coletânea de Legislação da Brigada Militar.
 Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891 a 1946).
 Documentos de Autoridades Militares do Rio Grande do Sul (1809 a 1930).

Documentos dos Comandos Superiores da Guarda Nacional.
 Documentos históricos sobre as forças terrestres na
 área da III Região Militar.
 Documentos sobre a Escola Militar (1859 a 1933).
 Guia Militar (anos esparsos).
 Jornal "A Federação" (1889 a 1923).
 Jornal "Correio do Povo" (1900 a 1954).
 Livros e Atas do Clube Militar.
 Mensagens do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.
 Mensagens do Presidente da Província do Rio Grande do
 Sul.
 Relatórios e Falas do Governador do Estado do Rio Grande
 do Sul.
 Relatórios e Falas do Presidente do Estado do Rio Grande
 do Sul.
 Relatórios e Falas do Presidente da Província do Rio
 Grande do Sul.
 Relatórios do Tesouro - Balanços do Estado do Rio Gran-
 de do Sul.
 Relatórios do Tesouro - Balanços Definitivos da Provín-
 cia do Rio Grande do Sul.
 Relatórios do Serviço de Recrutamento da Brigada Mi-
 litar.
 Revista do Clube Militar.
 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Gran-
 de do Sul.
 Revista do Museu Júlio de Castilhos.

Além disto, foram realizadas entrevistas com militares

e ex-militares.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, General Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- AGUIAR, Roberto A. R. *O papel constitucional das Forças Armadas*. X Encontro Anual da ANPOCS, 1986.
- ANTONACCI, Maria A. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- ARARIPE, General Tristão de. *Tasso Fragoso - um pouco de história do nosso exército*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- . *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BARCELLOS, Rubens de. *Estudos rio-grandenses - motivos de história e literatura*. Porto Alegre, Globo, 1955. (Coleção

Província).

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938.

BASTOS, Tocary Assis. O positivismo e a realidade brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1965.

BENTO, Coronel Claudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Nação, 1976.

BERNARDI, Mansueto. *O primeiro caudilho riograndense*. Porto Alegre, Globo 1957.

BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOEIRA; Nelson. O Rio Grande de Auguste Comté. In: *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 36.

BORGES FORTES, Amyr. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Sulina, 1981.

BRANCO, Carlos Castelo. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. 2 v.

BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. Dos governos militares a Prudente Campos Sales. In: FAUSTO, Boris, (dir). *O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo, Difel, 1982. V.3, cap. 1.

CARONE, Edgard. *A República Velha - I - (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo, Difel, 1970.

_____. *A República Velha - II - (Evolução Política)*. São Paulo, Difel, 1971.

_____. *A República Velha*. São Paulo, Difel, 1975.

_____. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975.

____. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980.

____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

PETERSEN, Sílvia R.F. *As greves no Rio Grande do Sul*. (1890)
In: *RS: Economia e Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 324.

PICCOLO, Helga Iracema L. *A política rio-grandense no Império*.
In: *RS: Economia e Política*. DACANAL, José H. (Org.) e outros. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

____. *A guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional*.
In: DACANAL, José H. (org.) e outros. *A Revolução Farrou-
pilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aber-
to, 1985.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo - um projeto político al-
ternativo*. Porto Alegre, L&PM, 1986.

PINTO, L.A. Costa. *Nacionalismo y militarismo*. México, Siglo
Veintiuno, 1974.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo,
Brasiliense, 1981.

____. *A Primeira República (Texto e Contexto) (1889-1930)*, São Paulo, Difel, 1979.

____. *A Quarta República (1945-1964) - 1 - Documentos*, São Paulo, Difel, 1980.

CARRANZA, Maria Esteban. *Fuerzas armadas y estado de excepción en América Latina, México, España, Argentina e Colombia*. Siglo Veintiuno Editores, 1978.

CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (dir.) *O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A guarda nacional*. In: *Brasil monárquico 4*. São Paulo, Difel, 1982.

____. *A guarda nacional*. In: *História geral da civilização brasileira*. Brasil Monárquico II. São Paulo, Difel, 1982. v.6, p. 278.

CAVALLA, Antônio. *Seguridad nacional y proyectos políticos*. México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, 1978.

- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1970.
- CHIAVENATTO, J.J. *O negro no Brasil; da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- CIDADE, Gen. F. de Paula. *Lutas do Sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1948.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p. 67. (Col. Os pensadores).
- _____. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p. 17-18. (Col. Os pensadores).
- _____. *Apelo aos conservadores*. Apud ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos (perfil biográfico e escriptos políticos)*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1930. p. 249.

CORTES, Carlos. *Gaúcho politics in Brasil*. Albuquerque, University of New Mexico, 1974.

COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957.

COSTA E SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1968.

_____. *Apontamentos para a História da 3ª Região Militar*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas do ERMI/3, 1971.

_____. *A Revolução de 5 de julho de 1922*. Porto Alegre, Sulina, 1972.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955.

COUTO E SILVA, General Golbery do. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955.

_____. *Conjuntura política nacional e poder executivo e geopolítica no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

CUNHA, J. Marques da. *15 de novembro - a República brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1939.

- DENYS, General Odylo. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- DOCCA, Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Simões, 1954.
- DREIFUSS, Renê Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. Nova República, Novo Exército? In: KOUTIZIZ, Flavio (org.) *Nova República: um balanço*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- DULCI, Octávio Soares. As forças armadas e a Política. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermânia Tavares de. (org.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- ESCOBAR, Wenceslau P. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Porto Alegre, Globo, s.d.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos da Doutrina*. Rio de Janeiro, ESG, 1981.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1985. v.2.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. p. 125.

FERNANDES, Heloisa R. *Política e segurança*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

_____. *Os militares como categoria social*. São Paulo, Global, 1979.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1965.

_____. *Revoluções e caudilhos*. Porto Alegre, Querência, s.d.

FERREIRA, Oliveiros S. *As forças armadas e o desafio da Revolução*. Rio de Janeiro, GRD, 1964.

FERREIRA, Souza. *História militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1952.

FIGUEIREDO, General Mario Poppe de. *A revolução de 1964; um depoimento para a história da pátria*. Rio de Janeiro, Apec, 1970.

- FORTES, General Borges. *Rio Grande de São Pedro; povoamento e conquista*. Biblioteca Militar, 1941.
- _____. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande*. Porto Alegre, Eros, 1980.
- FRAGOSO, Tasso. *Revolvendo o passado*. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, fevereiro/1940.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Globo, 1967.
- FREITAS, Décio. *O socialismo missioneiro*. Porto Alegre, Movimento, 1982.
- FORJAZ, Maria Cecília S. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- GENRO, Tarso F. RS: Tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório. In: *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 103
- GOULART, Jorge. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1933.
- HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Fronda Pretoriana*. In: *O Bra-*

sil Monárquico. São Paulo, Difel, 1983. Tomo II, v.5.

IANNI, Octávio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

JAGUARIBE, Hélio. *O desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982.

LAYTANO, Dante de. *História da República rio-grandense*. Porto Alegre, Globo, 1956.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LIEUWEN, Edwin e outros. *Militarização e política na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

- LOPES, Alberto. *O exército e a república*. São Paulo, Piraratinga, 1958.
- LOPES, Marechal José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Editorial Alhambra, 1980.
- LORETO, Aliatar. *Capítulos de história militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1946.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LOWY, Michel & SADER, Eder. A militarização do estado na América Latina. In: *Crítica* nº 4. Porto Alegre, (mimeo.) 1978.
- MALTA, Octávio. *Os tenentes na Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1972.
- _____. *Farrapos, guerra ã gaúcha*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Jogo da Verdade*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

____. *Os vînculos da fraternidade*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *Memória de um revolucionário*. São Paulo, Anhembi, 1954.

MONTEIRO, Gões. *A revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Andersen, 1933.

MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderado. In: *Filosofia e Política 2*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

MOREIRA. LIMA, Lourenço. *A cultura Prestes (marchas e combates)*. Brasiliense, 1945.

MOURA, A. Lourival de. *As forças armadas e o Destino Histórico do Brasil*. São Paulo, Comanhia Editora Nacional, 1973.

MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889, 90, 91)*. Porto Alegre, Tipografia Thurmann, 1939.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio de Janeiro, L&PM, 1978.

OLIVEIRA, Eliêzer Rizzo de. *As forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964/1969)*. Petrópolis, Vozes, 1976.

____. *Forças Armadas: Pensamento e Ação Política*. In: MORAES,

Reginaldo (org.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. *Aparelho Militar: Papel Tutelar na Nova República* (visão preliminar). X Encontro Anual de ANPOCS, 1986.

OLIVEIRA, E.R. de. e outros. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos*. Porto Alegre, Globo, 1945.

PAIM, Antônio. O apostolado positivista e a república. *Coleção Pensamento político Republicano*. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do exército brasileiro. In: *História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Monárquico*. v.3.

PEREIRA, Miguel José. *Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Oficinas Gráficas da BM, Porto Alegre, 1950.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia. In: *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

PORTO, Aurélio. *O Regimento dos Dragões de Rio Pardo na extensão geográfica do Rio Grande do Sul*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS III e IV Trimestres, Globo, 1926.

_____. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1943.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PYE, Lucien W; LIEUWEN, Edwin e outros. *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

RAMBO, P. Balduíno. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1956.

REICHEL, Heloisa J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 269.

RIZZO, Eliezer. *As Forças Armadas - política e ideologia no Brasil (1964/69)*. Petrópolis, 1976.

RODRIGUES, José Honório. *O continente do Rio Grande*. Rio de

Janeiro, São José, 1954.

RODRIGUES, Ricardo Vêlez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos (perfil biográfico e escritos políticos)*. Porto Alegre, Globo, 1930.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

_____. *Poder militar y sociedad política en la Argentina 1943/1973*. Buenos Aires, Emece, 1982.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. *O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1973.

_____. *Classe média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1984.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, (1820-1821)*. Rio de Janeiro, Ariel Editora, 1935.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1933.

SÃO LEOPOLDO, Visconde de. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

SCHULZ, John. O exército e o Império. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico II. São Paulo, Difel, 1982. v.6.

SCHWARTZMAN, Simon. Um enfoque teórico do regionalismo político. In: BALÁN, Jorge. *Centro e periferia no Desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, Difel, 1974.

_____. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1940. v.19.

SILVA, Hêlio. *Sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

_____. *1889 - A República não esperou o amanhecer*. Rio de Ja-

neiro, *Civilização Brasileira*, 1972.

_____. *1964: Golpe ou contragolpe?* Porto Alegre, L&PM Editores, 1978.

_____. *O poder militar.* L&PM Editores, 1984.

_____. *1964: vinte anos de golpe militar.* Porto Alegre, L&PM, 1985.

SILVA, Liège T. Azevedo da. *A guarda nacional e o Rio grande do Sul.* Trabalho monográfico apresentado no Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul - UFRGS. Texto original, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro, Saga, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado.* Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1967.

_____. *A coluna Prestes.* Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1967.

_____. *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1979.

SOUZA, Soares de. *O Brasil e o Prata até 1828.* In: *Brasil. Monárquico 1.* São Paulo, Difel, 1982.

SPALDING, Walter. Os Dragões do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*. III Trimestre, Globo, 1936.

_____. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre, Sulina, 1953.

_____. *A Revolução Farrroupilha*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

_____. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1974.

Távola, General Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. v.3.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *As forças armadas como força política*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966.

TRINDADE, Hélio. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937). In: *RS: Economia e*

Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 170.

VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto Alegre, Universal, 1915.

_____. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Globo, 1933.
v.1.

VARGAS, Getúlio. *A política trabalhista no Brasil*. São Paulo. José Olympio, 1950.

VASCONCELOS, Cap. Genserico. *História militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1922.

VELHINHO, Moysês. *Capitania d'El Rei - aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre, Globo, 1970.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

VIANNA, Hêlio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

VITOR, Mario. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.